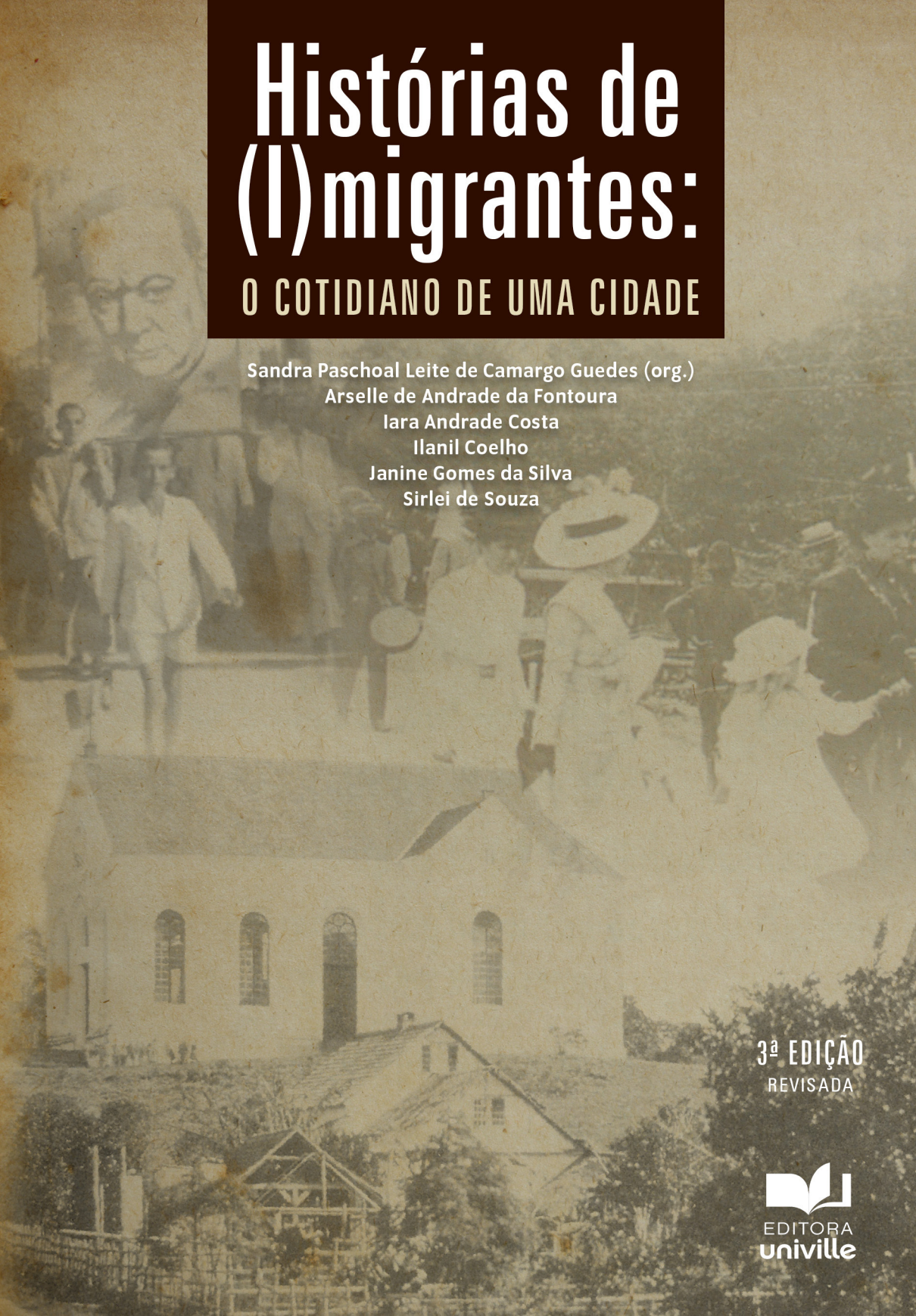




Histórias de (I)migrantes:

O COTIDIANO DE UMA CIDADE

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (org.)

Arselle de Andrade da Fontoura

Iara Andrade Costa

Ilanil Coelho

Janine Gomes da Silva

Sirlei de Souza

3ª EDIÇÃO
REVISADA



EDITORA
univille

ISBN N.º 978-85-8209-127-2

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

H673 Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade / Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes... [et al.]. – 3. ed. rev. – Joinville, SC : Ed. Univille, 2023.

222 p. : il.

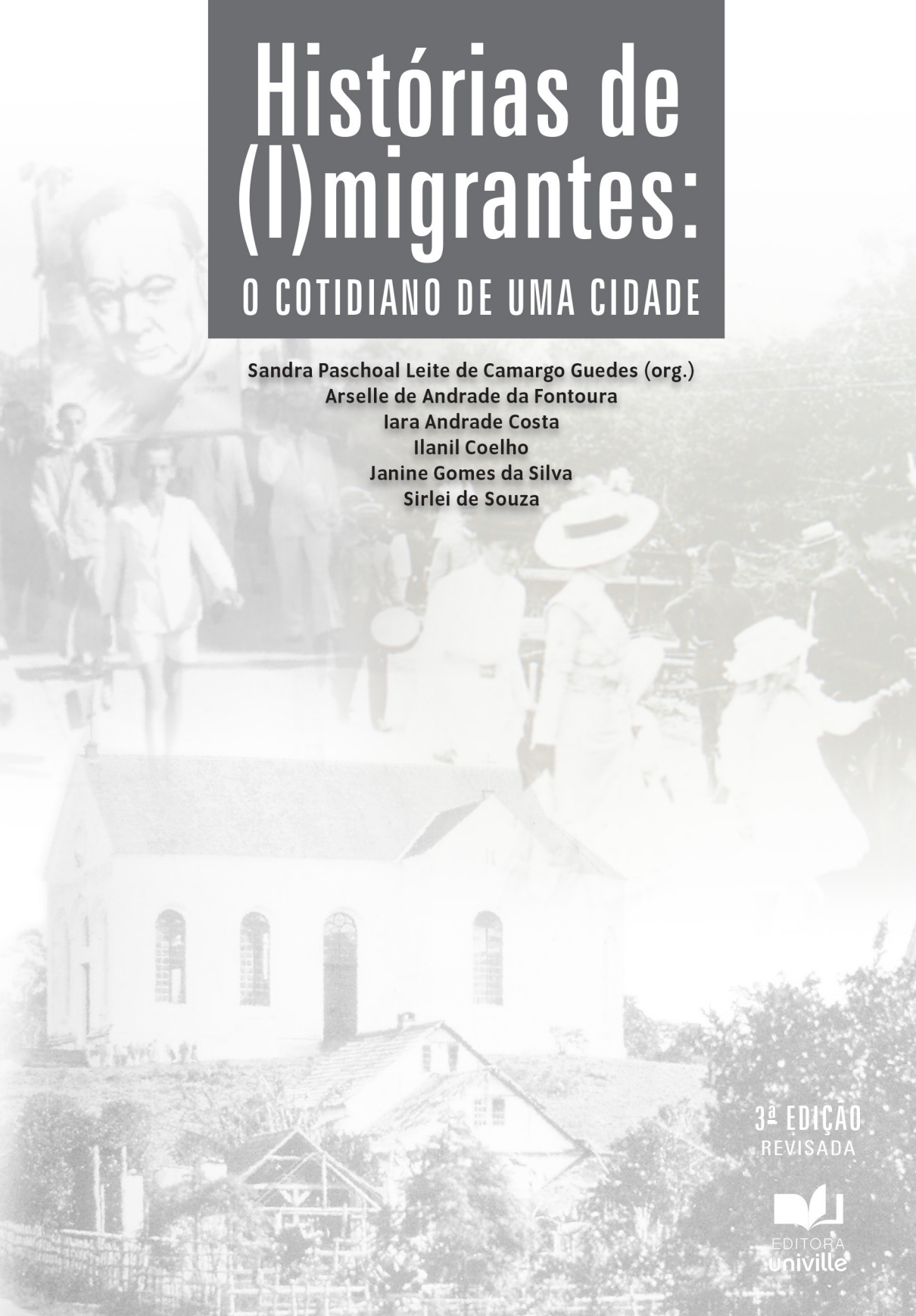
ISBN: 978-85-8209-127-2

1. Joinville (SC) - História. 2. Migração – Joinville (SC). I. Guedes, Sandra Paschoal Leite de Camargo.

CDD 981.64

Elaborada por: Ana Paula Blaskovski Kuchnir – CRB 14/1401

O conteúdo dos textos apresentados nesta publicação é de inteira responsabilidade de seus(suas) autores(as).



Histórias de (I)migrantes:

O COTIDIANO DE UMA CIDADE

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (org.)

Arselle de Andrade da Fontoura

Iara Andrade Costa

Ilanil Coelho

Janine Gomes da Silva

Sirlei de Souza

3ª EDIÇÃO
REVISADA


EDITORA
univille



EXPEDIENTE

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ – MANTENEDORA

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA FURJ

Conselho de Administração

Presidente – Loacir Gschwendtner

Conselho Curador

Presidente – Rafael Martignago

ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA FURJ

Presidente

Alexandre Cidral

Vice-Presidente

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo

José Kempner

Procuradora-Geral da Furj

Ana Carolina Amorim Buzzi

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE – MANTIDA

ÓRGÃO DELIBERATIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

Conselho Universitário

Presidente – Alexandre Cidral

ÓRGÃO EXECUTIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

Reitor

Alexandre Cidral

Vice-Reitora

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitora de Ensino

Patrícia Esther Fendrich Magri

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Paulo Henrique Condeixa de França

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Yoná da Silva Dalonso

Pró-Reitor de Infraestrutura

Gean Cardoso de Medeiros

Diretor do Campus São Bento do Sul

Eduardo Silva

PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOINVILLE E REGIÃO – INOVAPARQ – MANTIDA

Diretor Executivo

Marcelo Leandro de Borba



PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação Geral

Silvio Simão de Matos

Revisão

Cristina Alcântara
Viviane Rodrigues

Diagramação

Marisa Kanzler Aguayo

CONSELHO EDITORIAL

Membros internos (Univille): Prof. Dr. Paulo Henrique Condeixa de França – Presidente do Conselho; Prof. Dr. Silvio Simão de Matos – Coordenador da Editora Univille; Profa. Dra. Berenice Rocha Zabbot Garcia – Representante da Área das Ciências Humanas e Ciências Jurídicas; Profa. Dra. Denise Abatti – Representante da Área das Ciências Exatas, Engenharias, Arquitetura, Fotografia e Design; Profa. Dra. Denise Monique D. S. Mougá – Representante da Área das Ciências da Saúde e das Ciências Biológicas; Profa. Dra. Eliziane Meurer Boing – Representante do Campus São Bento do Sul; Prof. Dr. Gilberto Mazzetti Júnior – Representante da Área das Ciências Socioeconômicas e Hospitalidade; Ma. Katia Oliari da Motta – Coordenadora da Biblioteca Universitária; Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes – Representante da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Membros externos: Profa. Dra. Adair de Aguiar Neitzel (Univali) – Representante da Área das Ciências Humanas, Letras e Artes; Prof. Dr. Delcio Pereira (Udesc) – Representante da Área de Sociais Aplicadas; Profa. Dra. Jurema Iara Reis Belli (Udesc) – Representante da Área de Ciências Humanas, Letras e Artes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO7

Sandra P. L. de Camargo Guedes

INTRODUÇÃO9

Sandra P. L. de Camargo Guedes

CAPÍTULO 1

A COLÔNIA DONA FRANCISCA: A VIDA... O MEDO... A MORTE 12

Sandra P. L. de Camargo Guedes

CAPÍTULO 2

VIVÊNCIAS DE MULHERES EM JOINVILLE NO SÉCULO XIX43

Janine Gomes da Silva

CAPÍTULO 3

AQUI “JAZ” UM HOSPITAL.....67

Arselle de Andrade da Fontoura

CAPÍTULO 4

A CIDADE DA ORDEM: JOINVILLE – 1917-1943. 89

Iara Andrade Costa

CAPÍTULO 5

É PROIBIDO SER ALEMÃO: É TEMPO DE ABRASILEIRAR-SE 133

Ilanil Coelho

CAPÍTULO 6

MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS SOMBRIOS160

Sirlei de Souza

FONTES PRIMÁRIAS UTILIZADAS NOS CAPÍTULOS 200

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS CAPÍTULOS 208

NOTAS BIOGRÁFICAS DAS AUTORAS 220

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES222

APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria que apresento a versão *e-book* da obra *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*.

Publicada, em formato físico, pela primeira vez em 1999 e em segunda edição em 2005, ambas com suas edições esgotadas há alguns anos, esta obra tem sido referência para diversos trabalhos de ensino e de pesquisa ao longo dos anos.

Resultantes de pesquisas de mestrado e doutorado de docentes do curso de História da Universidade da Região de Joinville (Univille), os temas tratados no livro discutem fatos ocorridos em Joinville, mas que poderiam ter acontecido em outras tantas regiões do país que, igualmente, receberam migrantes em diferentes momentos históricos e passaram por situações politicamente conturbadas. Além das situações pontuais ocorridas na cidade, a obra apresenta questões ainda bastante atuais.

Adaptação em um ambiente geográfico e cultural diferente, intolerância, preconceitos são recorrentes na história. Refletir sobre as realidades de pessoas que, por diversos motivos, no passado migraram e resistiram de todas as formas às adversidades ajuda-nos a compreender e questionar o presente, em um momento em que ainda vemos milhares de pessoas se deslocando de sua terra natal, onde construíram sua vida, em busca de um lugar no qual possam ter paz e condições de viver da melhor maneira possível.

O livro também nos faz questionar o epíteto de “cidade da ordem” atribuído a Joinville, quando discute momentos muito conturbados que envolveram a

sociedade joinvilense ao longo do século XX, mostrando sua diversidade também na forma de pensar e agir.

Ao tratar de temas que envolveram o cotidiano de joinvilenses ao longo de praticamente um século, esperamos provocar diferentes possibilidades de estudos ligados a essa cidade reconhecidamente migrante e diversa.

Para esta edição, os textos originais sofreram revisões, pequenos ajustes e atualizações, principalmente nas normas de referências, mas que não comprometeram a essência dos textos. Desejamos a todos e todas uma ótima leitura!

Sandra P. L. de Camargo Guedes

Organizadora

INTRODUÇÃO

Um elo muito forte uniu o grupo que escreveu este livro, e é tal conexão a responsável pela efetivação deste trabalho: o amor pela História e a vontade de colaborar com a historiografia regional.

Apaixonar-se pela História, já dizia Marc Bloch na década de 1940, é inevitável ao historiador, e gostar do que faz é privilégio de poucos profissionais. Para ser um profissional de História, no entanto, não basta gostar, acrescentava o historiador, é necessário agir cientificamente, possuir método e *questionar* o passado e o presente. Não há história sem questionamentos, como não existem fatos históricos sem que o historiador os busque no passado e os interprete por meio dos inúmeros testemunhos deixados pelas gerações que os vivenciaram. A seleção desses testemunhos também é responsabilidade do historiador, o que torna a história *um eterno ir e vir ao passado*¹.

Os capítulos que compõem esta obra são fruto de questionamentos, de dúvidas presentes cujas respostas foram buscadas no passado. São partes de dissertações ou teses defendidas em diferentes universidades do país por professores do curso de História da Universidade da Região de Joinville (Univille) que dedicaram grande parte de sua vida e carreira ao estudo da História de Joinville.

Pretende-se por intermédio deste trabalho revisitar o passado, buscando o cotidiano, o dia a dia de Joinville, com suas múltiplas facetas, alegrias e contradições, na tentativa de entender melhor o nosso presente. Essa busca ao passado também se fez por meio da manutenção da grafia original nas citações literais, visando proporcionar um maior envolvimento com o vocabulário e a escrita da época, o

¹ BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Sintra: Europa-América, 1997.

que pode ocasionar certo estranhamento por parte daqueles que não estejam familiarizados com a leitura de documentos antigos.

A organização da obra como um todo – ordenação dos capítulos, revisões e metodologia de apresentação – é de responsabilidade da organizadora, porém o conteúdo, a elaboração e a concepção teórica e metodológica dos capítulos são de inteira responsabilidade das autoras, às quais se deve todo o mérito das respectivas pesquisas e resultados.

Os capítulos procuram seguir uma ordem cronológica que facilita o entendimento e a articulação de ideias, possibilitando ao leitor “um passeio” que se inicia em meados do século XIX e chega à década de 1970, em pleno governo militar.

O primeiro capítulo trata do choque sofrido pelos imigrantes ao se defrontarem com as condições da Colônia Dona Francisca, quando se esfacela a visão paradisíaca imaginada na mãe-pátria e surge a realidade de uma cidade ainda por construir, infestada de doenças palúdicas e sem nenhuma infraestrutura sanitária. A presença do medo é constante na vida do imigrante, principalmente o medo da morte prematura. O capítulo é trabalhado numa perspectiva de compreender o cotidiano e as atitudes perante a doença e a morte.

As mulheres joinvilenses do século XIX, quer sejam alemãs, brasileiras ou teuto-brasileiras, têm lugar no segundo capítulo, o qual versa sobre seus trabalhos e suas sociabilidades. A participação dessas mulheres na “construção” da cidade e alguns aspectos de suas vivências são objeto de análise.

O processo de modernização de Joinville mudou as feições do cenário urbano da cidade, estabelecendo novas formas de relações sociais. O ideário da modernização utilizou-se do saber científico para organizar racionalmente o cotidiano. O discurso de “ordem e progresso” desempenhou papel fundamental no controle da disciplina, na normatização e no enquadramento das camadas urbanas que ameaçavam as novas formas de organização do convívio social. É nesse contexto que se insere a questão da loucura como problema social, sob a “égide do cientificismo”. Assim, o terceiro capítulo tem como objetivo historicizar o início da assistência ao “doente mental” em Joinville, perante o processo de modernização da cidade.

Em “A cidade da ordem: Joinville – 1917-1943”, são discutidas as condições do trabalhador joinvilense no começo do século XX. Analisam-se a sua organização e as formas de controle utilizadas pelas classes patronais. As condições de vida daquelas pessoas não foram nada invejáveis, como querem fazer crer os discursos

da ordem. Discutir-se-á como seu cotidiano foi duro, demonstrando que lhes faltavam, muitas vezes, as mínimas condições de sobrevivência.

O quinto capítulo aborda a Campanha de Nacionalização em Joinville como um desdobramento das leis de nacionalização implementadas pelo governo brasileiro a partir de 1938. Tendo como objetivo proibir atividades políticas de estrangeiros no Brasil e estabelecer diretrizes para o funcionamento de instituições consideradas estrangeiras, o Estado, por intermédio da Campanha de Nacionalização, modificou profundamente o cotidiano de Joinville, atingindo mais diretamente os alemães e os brasileiros de origem alemã, os quais foram considerados, no seu conjunto, um grupo ameaçador ante a ideia de “face unitária do conjunto nacional”.

O último capítulo trata do período da ditadura militar no Brasil e seus reflexos em Joinville. Com base no enfoque dado pela história política, procura-se compreender como se construiu o imaginário da Revolução de 64 e quais os atores sociais que entraram em cena para manter e defender as ideias do regime militar na cidade. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é apresentado como aglutinador político das ações da oposição, enquanto as resistências se encontram centradas, principalmente, no Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Assim, *Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade* mostra a história de Joinville de uma forma bastante abrangente e inovadora, desde os primeiros anos de colonização até a década de 1970, quando as migrações internas transformaram a configuração original da cidade. Temas ainda não explorados pela historiografia local estão presentes nesta obra, demonstrando que Joinville ainda tem muito a mostrar...

Sandra P. L. de Camargo Guedes

Organizadora

A COLÔNIA DONA FRANCISCA: A VIDA... O MEDO... A MORTE

Sandra P. L. de Camargo Guedes

Para que escrever a história, se não for para ajudar seus contemporâneos a ter confiança em seu futuro e a abordar com mais recursos as dificuldades que eles encontram cotidianamente?

Georges Duby

Conhecer o cotidiano dos joinvilenses do século XIX, daqueles que começaram a colonização da cidade, é entender melhor sua vida e seus costumes. Todos nós somos o reflexo de nosso passado e do passado de nossos ancestrais, apesar de muitas vezes não termos consciência disso. Aquelas pessoas que viveram há mais de um século não eram muito diferentes de nós: tinham desejos, sonhos e medos, entre tantos outros sentimentos que cercam a nossa vida.

O que poderiam esperar aqueles emigrantes europeus que abandonaram seus lares em busca do sonho de uma vida nova do outro lado do oceano, em uma época em que uma viagem dessas, além de extremamente perigosa, demorava por volta de dois meses? É justamente sobre tais temores que este capítulo tratará: quais eram, quando e como se manifestavam.

Para entendermos essa faceta da vida dos primeiros colonizadores de Joinville, faz-se necessário verificar em qual realidade a cidade surgiu.

Em meados do século XIX, tratava-se de um país governado por um imperador, D. Pedro II, com uma economia essencialmente agrícola, voltada ao mercado externo, onde prevalecia a grande propriedade monocultora de café nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, de açúcar no Nordeste, de borracha na Amazônia e de pecuária espalhada em várias partes do país, mas principalmente no Rio Grande do Sul. O restante era considerado um imenso “vazio populacional”, já que as populações indígenas, que ocupavam todo o território nacional, não eram levadas em conta, por não fazerem parte do mundo considerado “civilizado”¹.

Uma das principais características da economia brasileira oitocentista era estar baseada no latifúndio monocultor, sustentado pela mão de obra escrava, como também ocorria com a maioria dos países coloniais.

A época da escravidão, porém, estava chegando ao fim. A maior potência econômica de então, a Inglaterra, impulsionada pelo sucesso da Revolução Industrial, deixava de se interessar pelo comércio de escravos que vinha explorando há longo tempo e passava a desejar um aumento em seu mercado consumidor. Escravos não eram assalariados e, portanto, não possuíam capital para comprar as mercadorias produzidas pelas indústrias inglesas. Partindo dessa lógica capitalista, entende-se por que a Inglaterra passou a influenciar todos os países com os quais comercializava, para que extinguissem o tráfico negreiro e, consequentemente, a escravidão.

O governo brasileiro estava, então, pressionado por duas grandes forças: a externa, representada pela Inglaterra, que já exigia o fim da escravidão desde o início do século, ainda sob o domínio de Pedro I, e a interna, dominada pelos grandes fazendeiros, que exigiam a continuidade dela. Aos poucos, comerciantes e políticos liberais de várias facções brasileiras engrossaram a fileira daqueles que lutavam pelo fim da escravidão, aumentando a pressão política sobre o imperador.

Apesar das constantes intervenções inglesas, a primeira ação efetiva do governo brasileiro pela extinção da escravidão foi a abolição do tráfico negreiro para o país, em 1850, o que implicava uma diminuição significativa no fornecimento de mão de obra para as fazendas de café, levando os latifundiários a prever um

¹ Sobre o modelo de civilização presente no Conselho de Estado do Império, ver CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem e teatro de sombras**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 334-344.

colapso na economia nacional se o problema não fosse contornado. A solução vislumbrada estava na adoção de mão de obra assalariada, com a imigração estrangeira.

Os interesses brasileiros coadunavam com a realidade da Europa. A “era das revoluções”² estava apresentando seus resultados em toda a Europa: países arruinados, grande número de pessoas desempregadas e beirando a miséria. Faltava tudo: comida, vestimenta, moradia, emprego. O caos estava instalado! A saída era a emigração.

Para o governo brasileiro, a imigração parecia a salvação: resolveria o problema da mão de obra na lavoura, promoveria o “embranquecimento”³ e também poderia, se bem planejada, propiciar a ocupação das grandes áreas despovoadas, principalmente no sul do país, onde as lutas de fronteiras com os países vizinhos já se mostravam preocupantes.

A colonização por intermédio das pequenas propriedades rurais foi a solução encontrada para o sul do país, pois garantiria a posse definitiva das terras em conflito e proporcionaria às demais regiões alimentos não produzidos pelos latifúndios monocultores.

Obedecendo ao projeto do governo imperial de terminar gradativamente com a escravidão no país e colaborar com o “embranquecimento” e com a “civilização”, as novas colônias de imigrantes ficaram proibidas, desde 1848, de possuir escravos⁴.

² O termo “era das revoluções” foi adotado pelo historiador inglês Eric Hobsbawm para referir-se ao período entre 1789 e 1848. Segundo o autor, a Europa e parte da América do Norte sofreram enorme influência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, a primeira econômica e a segunda politicamente. Essa influência foi decisiva na formação das “economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo”. HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. 1789-1848. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

³ Diversas facções do governo imperial acreditavam que o embranquecimento da população brasileira se daria por meio da miscigenação e da “natural” extinção da população negra no país, já que o tráfico havia sido proibido e a raça branca, considerada superior, predominaria mesmo no caso de casamentos mistos.

⁴ A iniciativa, em 1848, de proibir a presença de escravos negros nas colônias de imigrantes em Santa Catarina partiu do Dr. Blumenau, responsável pela colonização das áreas onde hoje se encontra a cidade com seu nome, e posteriormente, em 1850, por imposição do próprio governo imperial, no contrato firmado com a Sociedade Hamburguesa de Colonização. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II: O Brasil monárquico, v. 3: Reações e transações. 6. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. p. 224.

Esse modelo de imigração, ou seja, o destinado à colonização por intermédio de pequenas propriedades agrícolas, foi implantado com sucesso na Província de Santa Catarina, dando origem a diversas cidades e modificando totalmente o quadro populacional do Império.

As áreas de terras compreendidas entre a margem direita do Rio Pirabeiraba e a margem esquerda do Rio Itapocu, onde hoje se encontram as cidades de Joinville, São Bento do Sul, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Corupá, Schroeder, Campo Alegre e Garuva⁵, faziam parte do dote da princesa Francisca Carolina⁶ (irmã do Imperador Pedro II), recebido por ocasião do casamento dela, em 1843, com o príncipe da cidade de Joinville, na França, François Ferdinand Philippe⁷.

Logo após o casamento, os príncipes partiram para a França, onde passaram a morar, até o exílio a que foram forçados em decorrência das revoltas de 1848. Conhecendo a política colonizadora do imperador brasileiro e necessitando refazer seu patrimônio, o casal de príncipes resolveu desfazer-se de parte das terras que possuíam no Brasil.

Em seu refúgio na Inglaterra, o príncipe indicou Léonce Aubé, vice-cônsul da França no Brasil, para ser seu procurador, e este contratou o senador hamburguês Christian Mathias Schroeder para promover a colonização das terras dotais na província de Santa Catarina⁸.

Schroeder, por sua vez, providenciou a criação de uma companhia colonizadora para efetivar o empreendimento, já que o governo imperial exigia que o processo colonizador fosse feito por intermédio de companhias ou sociedades criadas para isso. Aproveitando a existência de um grupo de negociantes alemães que desde 1845 tentavam fundar uma sociedade emigratória mas que, sem apoio governamental, viram suas tentativas frustradas, surgiu a Sociedade Hamburguesa de Colonização de 1849 (Hamburger Kolonisationsverein von 1849), sob a direção

⁵ Sobre a demarcação das terras do domínio Dona Francisca, ver FICKER, Carlos. **História de Joinville**. Crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Impressora Ipiranga, 1965. p. 28 et seq.

⁶ Francisca Carolina Joana Carlota Leopoldina Romana Xaviere de Paula Michaela Gabriela Raphaela Gonzaga, Princesa do Brasil, nascida em 2 de agosto de 1824, no Rio de Janeiro, quinta filha do Imperador Dom Pedro de Alcântara de Bragança e Bourbon e da Imperatriz brasileira e Arquiduquesa da Áustria Maria Leopoldina Josefa Carolina. Faleceu em Paris em 27 de março de 1898.

⁷ François Ferdinand Philippe Louis Marie d'Orléans, Príncipe de Joinville, nascido em Neuilly, França, em 14 de agosto de 1818 e falecido em 1900 no mesmo país. Filho do Rei da França Louis Philippe e da Rainha Maria Amélia.

⁸ As terras dotais eram compostas de um total de 25 léguas quadradas ou 46.582 hectares. EHLKE, Ciro. **Joinville: 1851-1975**. Joinville: Águia, s.d.

de Schroeder, a qual passou a ser responsável pela implantação da Colônia Dona Francisca, nome dado em homenagem à princesa brasileira e proprietária das terras⁹.

Por um contrato estabelecido com o governo imperial brasileiro, a companhia colonizadora deveria providenciar a infraestrutura necessária à formação de um núcleo rural, ou seja: hospital, igreja, cemitério, escola, estradas, lojas de mantimentos e materiais agrícolas e de construção, sementes para o plantio, entre outras coisas. No entanto, quando os primeiros imigrantes chegaram à Colônia Dona Francisca, em 9 de março de 1851, quase nada havia sido feito. A colônia estava assentada em terreno de mangue, extremamente úmido e sujeito a enchentes constantes, além de não ter sido providenciada nenhuma construção, a não ser um pequeno galpão onde ficavam todos os recém-chegados.

Os imigrantes, alemães, suíços e noruegueses, eram na maioria de religião luterana. Apesar dos esforços do imperador em promover a imigração de católicos, religião oficial no Brasil, já em 1824, época das primeiras tentativas de implantação de colônias de imigrantes, ele teve de ceder às necessidades e aceitar pessoas com todos os tipos de credo, desde que fosse respeitada a religião oficial, já que sua inflexibilidade anterior havia feito com que muitos colonos protestantes deixassem o país¹⁰.

Aos poucos os colonos foram adquirindo lotes e construindo suas residências. Os agricultores foram obrigados a procurar terrenos mais firmes e férteis um pouco mais afastados do local escolhido para ser a sede da colônia, o que propiciou a ampliação da área inicialmente ocupada.

A administração da colônia estava submetida ao governo da província de Santa Catarina e, conseqüentemente, ao governo imperial brasileiro. A companhia colonizadora possuía um administrador local, responsável pelo cumprimento dos contratos por parte dos colonos e também pelas relações com o governo brasileiro. Esse administrador, ou diretor, era indicado pelos representantes legais dos príncipes. Era ele quem fazia a venda dos terrenos e providenciava a infraestrutura necessária para a demarcação dos lotes e o recebimento dos imigrantes que chegavam. Além disso, o diretor também possuía poderes policial e judicial, resolvendo os problemas criados internamente.

⁹ HOLANDA, 1993, p. 236. A partir de 1897, a Sociedade Hamburguesa de Colonização, em péssimas condições financeiras, transferiu todas as suas funções à Companhia Hanseática, que continuou o processo imigratório em grande parte do estado de Santa Catarina. Ver FICKER, 1965, p. 355, e RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil**. Florianópolis: UFSC; Joinville: FCJ, 1992.

¹⁰ HOLANDA, *op. cit.*, p. 223.

O referido contrato de colonização firmado entre o governo imperial brasileiro e a companhia de colonização estabelecia, inicialmente, uma quota de quatrocentos imigrantes por ano para a Colônia Dona Francisca, número que foi ampliado para mil em 1871 e novamente reduzido para setecentos em 1882. Essas variações nas quantidades de imigrantes permitidas estavam diretamente relacionadas às restrições impostas pelo governo alemão às emigrações para o Brasil em virtude das denúncias sobre as péssimas condições de vida encontradas por aqueles que chegavam ao país. As maiores críticas estavam ligadas à existência de epidemias que ocasionavam milhares de mortes e aos maus-tratos sofridos pelos imigrantes que se dirigiam às fazendas de café. Na época, o Brasil sofria com a presença de epidemias de febre amarela, varíola, malária, sem contar com os frequentes surtos de cólera trazidos, principalmente, pelos navios que vinham superlotados de imigrantes e sem nenhuma condição de higiene¹¹.

Em 1869 foi empossada a primeira Câmara Municipal, surgindo, então, o município de Joinville, sede da Colônia Dona Francisca, nome dado em homenagem ao príncipe francês. Assim, enquanto o loteamento das terras dos príncipes continuava a ser feito e administrado pela sociedade colonizadora, uma nova cidade começava a surgir no interior da colônia.

Os imigrantes que vieram para o Brasil sabiam que uma vida nova somente seria possível em locais onde não houvesse fome, desemprego ou guerras, realidades pelas quais passava a maioria dos países europeus na segunda metade do século XIX. Sonhava-se com o paraíso: um local onde se pudesse reproduzir uma nova pátria, sem os problemas políticos e econômicos pelos quais estavam passando naquele momento e onde pudessem preservar a sua cultura. Esse paraíso foi visualizado, por muitos, como possível de se concretizar no Brasil.

Até que ponto essa possibilidade foi real? De que modo os imigrantes vindos para Joinville puderam manter sua cultura e especialmente seus costumes, como, por exemplo, os relacionados ao trato com a saúde e com a morte, na cidade que começavam a construir? Houve mudanças significativas?

Ao que parece, as mudanças começaram ainda na Europa. A propaganda utilizada pela companhia contratada para atrair imigrantes para a então chamada Colônia Dona Francisca ocorreu de maneira tão enganosa quanto a patrocinada pelas companhias que traziam braços para as lavouras de café. As propagandas

¹¹ GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Instituição e sociedade: a trajetória do Hospital São José de Joinville – 1852-1971**. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

elaboradas por companhias de transporte marítimo mostravam o Brasil como o melhor lugar do mundo para se viver, com lindas paisagens, cidades confortáveis e com grandes possibilidades de enriquecimento rápido. O lucro alcançado por essas empresas incentivou e “legitimou” tais propagandas em várias partes do velho continente, visando ao transporte de emigrantes com destino aos diversos estados brasileiros.

Ao abandonar sua terra natal, o emigrante sonhava com uma vida melhor. Para alguns, havia a possibilidade da posse da terra; para muitos, a possibilidade de enriquecimento rápido, seguido de um retorno em melhores condições financeiras; para outros, a liberdade política que lhes fora tirada na Europa e a ideia de construir uma nova vida em outro local. Ao que tudo indica, uma parte daqueles que vieram para a Colônia Dona Francisca pertencia ao último tipo de imigrante, já que muitos vinham com suas famílias fugidos do novo regime político instaurado e do qual passavam a ser inimigos. Dentre esses, alguns pertenciam à elite em seus países e trouxeram grandes somas em dinheiro, suficientes para começarem um novo negócio no Brasil. Esses imigrantes formaram, posteriormente, a elite local e acabaram constituindo e conduzindo a maior parte dos eventos políticos, econômicos e sociais da cidade. Os mesmos nomes são encontrados em todos os lugares: na superintendência, na direção da colônia, nas comunidades religiosas, nas sociedades culturais, na Câmara de Vereadores, na maçonaria e em tantos outros “centros de poder”.

Contudo o abandono de amigos, parentes e de seus lugares de memória passou a ser um transtorno, ainda na Europa. “Nome, origem, profissão e tudo o mais que até então servia como identificação social e motivo de amor-próprio se diluía nessa nova situação que, aliás, já começava no porto de embarque”¹². O relato de uma das importantes figuras da sociedade local, o detentor de uma posição socioeconômica de destaque na colônia, Ottokar Doerffel, em carta escrita a sua mãe, descrevendo a viagem da Alemanha para o Brasil, confirma essa observação:

[...] Você há de acreditar, que até agora ainda não voltamos a nós, por assim dizer. “Quando estivermos com as nossas

¹² ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. v. 2, p. 317-318.

coisas em ordem, aí então...” – é assim que se expressam colonos aqui há anos estabelecidos. E não é nada confortador, quando nos afirmam que nós, depois de anos e anos, teremos exatamente a mesma exclamação [...]. Quando, porém, na estação de Leipzig, o trem ofegante me arrancou do meio de parentes e amigos e dos teus braços, minha mãe, eu me senti profundamente abalado e toda a nossa viagem até Wittenberg e dali a Hamburg não foi absolutamente apropriada a erguer o meu estado emocional. Se vocês tivessem visto o grupo que formávamos [...] o quadro lhes teria cortado o coração [...]¹³.

Às primeiras decepções seguia-se o medo do que mais lhes poderia acontecer. Entre todos, com certeza, o medo da morte sempre foi o maior e mais constante. Ele acompanhou os imigrantes já durante a viagem. A citada carta de Ottokar Doerffel é um dos poucos depoimentos com que se pode contar sobre esse aspecto:

[...] Durante a noite, porém, vários passageiros adoeceram e houve um falecimento [...]. No dia seguinte o corpo foi trasladado para a terra e a maioria dos passageiros se mostrou aterrorizada, quando no mesmo dia ainda houve 3 falecimentos, sendo todos os corpos removidos à terra, com muita confusão [...]¹⁴.

¹³ Carta de Ottokar Doerffel a sua mãe, em 12 de março de 1855, traduzida por Elly Herkenhoff. HERKENHOFF, Elly. **Joinville ontem e hoje**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1981. p. 13. Ottokar Doerffel era advogado e havia sido burgomestre da cidade de Glauchau, na Saxônia. O motivo de sua imigração para o Brasil foi político, já que havia sido condenado, na Alemanha, por alta traição. Desde o início de sua estada em Joinville, participou ativamente da vida social e política local, chegando a ser diretor da colônia e cônsul da Alemanha, entre outras atividades.

¹⁴ In HERKENHOFF, *op. cit.*, p. 15.

Figura 1 – *Der Tod des Führers* (illustration von C. Mende). Cena de morte em um navio de emigrantes

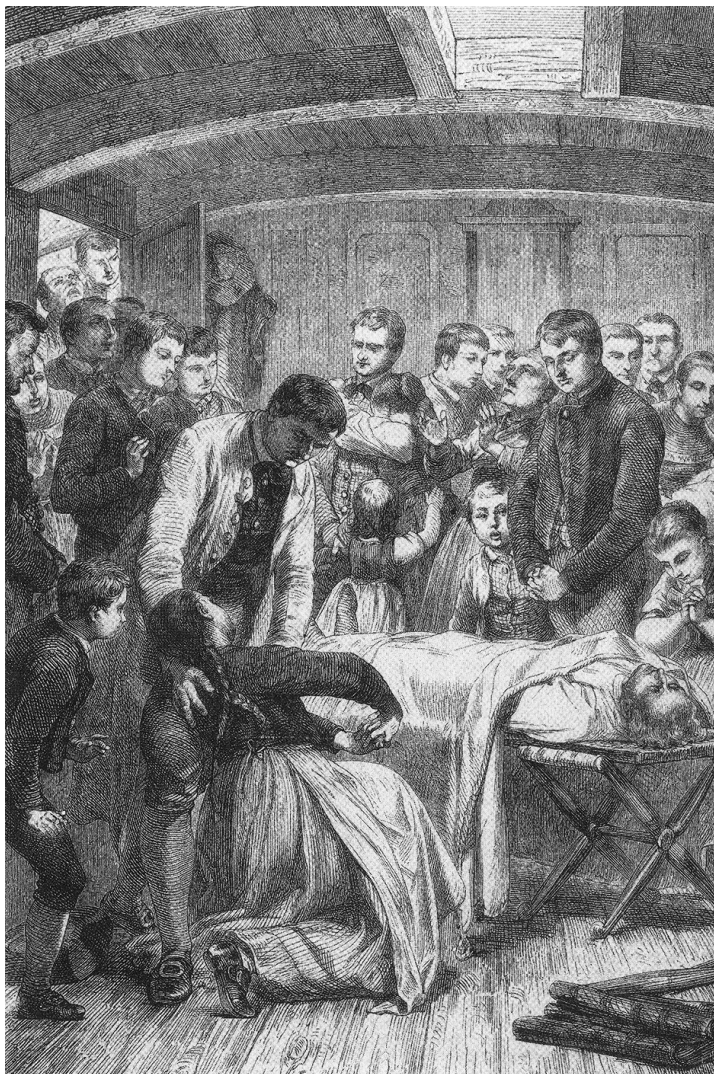


Figura 2 – *Versenken einer Auswandererleiche im Meer*. Sepultamento de um emigrante no mar



Alguns dias depois, já longe da costa, a situação piorou e tornou-se comum.

Enquanto na proa o corpo de um passageiro era lançado às águas, ao som de cânticos e preces e tocante oração proferida pelo Trinks, no convés jogava-se e tocava-se música¹⁵.

A morte no mar era um enorme abalo nas tradições funerárias ocidentais. O funeral e o sepultamento já constituíam, na época, um momento sagrado para os cristãos. A separação definitiva de um ente querido só era amenizada pela possibilidade de visitar as tumbas nos cemitérios, onde o contato seria novamente restabelecido. A memória e o culto aos mortos eram fortemente marcados pela

¹⁵ In HERKENHOFF, 1981, p. 17. A autora da obra e tradutora da carta citada esclarece que o falecido era o menino Johannes Trinks e que naquela viagem faleceram, ao todo, 35 pessoas, e famílias inteiras foram dizimadas.

—

presença física do corpo em um local determinado, de preferência em tumbas de família, em locais escolhidos e preparados para isso. Sepultar os mortos no mar impedia o culto ao corpo falecido. Essa era uma agressão imensurável ao direito privado sobre a morte¹⁶.

O principal motivo das mortes citadas na carta de Ottokar Doerffel era o cólera, um dos grandes flagelos do século XIX, reflexo dos problemas ligados à falta de sanitarismo básico evidenciada em várias partes do mundo. Até mesmo nas grandes cidades da Europa e da América, onde a concentração humana e o consequente volume de lixo e esgoto domésticos eram maiores, a doença era motivo de grande preocupação. A higiene tanto pública quanto privada era praticamente nula na Alemanha no início dos oitocentos. O próprio cólera arrasou Berlim em 1831, quando centenas de pessoas foram mortas¹⁷. O pavor que se abateu sobre os passageiros do *Florentin*, citado por Ottokar Doerffel, era plenamente justificado pela lembrança da epidemia na Alemanha.

A falta absoluta de higiene nos navios que transportavam os emigrantes, onde se aliavam o interesse por grandes lucros e o desconhecimento dos problemas que a falta de higiene causava à saúde humana, é muito bem mostrada na figura 3.

¹⁶ Sobre esse assunto, ver ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977 e também GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)**. 1986. 152 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

¹⁷ BIANQUIS, Geneviève. **La vie quotidienne en Allemagne à l'époque romantique – 1795-1830**. Paris: Hachette, 1958. p. 157-159.

Figura 3 – *Im Zwischendeck des Auswandererschiffs* (B. Woltze). Deque dos suíços em um navio de emigrantes



A passagem a seguir, ainda da carta de Ottokar Doerffel, confirma a situação ilustrada na figura 3:

[...] Em certa ocasião, devido à chuva, eu tive de descer às entrecobertas, com o almoço que eu mesmo tinha ido buscar na cozinha. Lá embaixo, todo mundo estava aos ais e aos guais em minha volta e enquanto eu ia engolindo as minhas ervilhas, metendo a colher na panela, porque era humanamente impossível utilizar um prato, com os balanceios violentos da barca, vários passageiros, à direita e à esquerda, vomitavam. Urinóis iam aparecendo, rolando de seus esconderijos, distribuindo o seu conteúdo pelo piso da entrecoberta. [...] Aqui era um passageiro a receber de cima uma carga de água na cabeça. Ali, um outro escorregando sobre o “impronunciabilíssimo” pelos degraus íngremes e escorregadios abaixo. Adiante, um outro ainda, ao tentar sair da escotilha, depois de levar um tombo no chão resvaladiço, ia rolando, para cá e para lá, no banho involuntário e decerto pouco agradável¹⁸.

¹⁸ In HERKENHOFF, 1981, p. 18.

Os imigrantes que chegaram no século XIX à colônia depararam com uma realidade completamente diferente daquela idealizada nos lindos folhetos de propaganda apresentados na Europa. À nostalgia se somava a decepção. O paraíso estava muito longe da Colônia Dona Francisca!

Theodor Rodowicz-Oswiecimsky salientava, em obra publicada originalmente em 1853 com o intuito de esclarecer àqueles que quisessem emigrar para essa colônia, sobre a realidade a ser encontrada, que a desilusão dos emigrados era geral em todas as partes do mundo e que, “de 1000 imigrantes, talvez se encontre um que viu suas aspirações realizadas [e] quem partiu sem direção, mundo afora, terá que lamentar sempre o destino ingrato”¹⁹. O autor defendia a necessidade de que o pretendente à emigração fosse plenamente informado sobre os riscos que corria, pois só assim

ele estará preparado para os desenganos que encontrar, como em tudo na vida, pois a abertura do paraíso não está ao alcance de sociedades filantrópicas, que, em última análise, preferem estabelecer-se lá onde possam ajudar a esvaziar a cornucópia da sorte²⁰.

Em vez de uma vila, com casas ajardinadas e lojas para suprimento de instrumentos de trabalho e alimentos, encontraram um local com esparsas e raras habitações²¹, formado por grande manguezal e terrenos alagadiços que, em sua grande maioria, impossibilitavam o plantio.

O desmatamento e o aterramento eram necessários e, talvez, a única maneira de tornar habitável a maior parte das terras da princesa. Um providencial afastamento das margens do Rio Cachoeira, por onde chegavam os barcos e onde o terreno era mais alagadiço, levava os imigrantes para terrenos mais firmes. A descrição do viajante alemão Robert Avé-Lallemant, feita em 1858, por ocasião de sua visita a Joinville, é bastante ilustrativa desse fato:

¹⁹ RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 110.

²⁰ *Ibid.*

²¹ Deve-se, no entanto, evidenciar a presença, nas terras da colônia, de indígenas e alguns sitiantes, naturais da cidade vizinha de São Francisco do Sul, cuja existência é usualmente ignorada pela historiografia local.

[...] Naturalmente, foi abandonada a margem do riacho Cachoeira e o atual lugarejo de Joinville foi retirado para mais longe, ficando ligado ao ponto de embarque por uma estrada carroçável. [...] O que se vê em Joinville está em começo. Canta o machado à esquerda e à direita e penetra no tronco das grandes árvores da mata. Um estalido ligeiro, quase imperceptível, adverte o diligente trabalhador. Mais um golpe e estrala o tronco e crepita forte e com violento ruído lentamente se precipita ao solo, de modo que o homem, se prudente, sempre tem tempo de recuar para não ser ferido pelo tronco que desaba. [...] Com um ruído crepitante desaba uma pequena mata e onde antes havia escuras brenhas se forma uma perfeita clareira²².

O desbravamento das matas, necessário para superar os obstáculos naturais para a construção da cidade, levou os imigrantes a enfrentar uma série de ferimentos e mordidas de cobras, muitas vezes fatais.

Aventurar-se na mata era risco certo, porém inevitável. A cidade estava toda para ser construída e, para isso, fazia-se necessário o domínio do meio ambiente e de seus perigos. O contrato firmado entre o governo imperial e a Companhia Hamburguesa de Colonização seguia os padrões estipulados para todas as demais colônias criadas no país desde o início do século, ainda durante o Primeiro Império, e estabelecia as necessidades de infraestrutura mínima a serem providenciadas pela companhia na Colônia Dona Francisca. Entre elas, deveria haver um médico, um hospital, um padre, um pastor luterano e um cemitério para ambas as confissões: a católica romana e a luterana. Desde o primeiro ano essas determinações foram precariamente cumpridas: o primeiro hospital serviu de casa para o médico durante quase um ano, sendo aberto ao funcionamento apenas em 1852, seguindo as características da maioria dos hospitais da época, ou seja, um local para o abrigo de doentes pobres ou indigentes²³. O cemitério foi inaugurado apenas em dezembro de 1851, quando várias pessoas já tinham sido enterradas em local improvisado²⁴.

²² AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. São Paulo: Edusp, 1980. p. 191-192.

²³ Ver GUEDES, 1996.

²⁴ KRISCH, Hilda Anna. *História do Cemitério dos Imigrantes e da Casa da Memória do Imigrante*. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1991. p. 10.

Naquela época, a medicina era bastante rudimentar, a ponto de um ferimento ser sinal de preocupação, podendo resultar em amputação ou morte.

Lycurgo Santos Filho comenta que as cirurgias eram até meados do século XIX, em sua grande maioria, espoliativas, ou seja, “não se conservava e nem se refazia. Retirava-se”²⁵. Não havia recursos contra infecções. Dessa forma, era bastante comum um ferimento levar à gangrena. O número de amputações registradas nos livros do Hospital de Joinville era significativo, e muitas acabavam levando à morte. As úlceras varicosas, sobretudo nas pernas, e as feridas, de maneira geral, também eram frequentes nos oitocentos e atacavam, preferencialmente, aqueles que trabalhavam em contato direto com o ambiente, isto é, os agricultores e os operários da construção de estradas²⁶.

Theodor Rodowicz-Oswiecimsky especifica como se manifestavam essas úlceras:

[...] Uma grande parte dos colonos tem que se arrastar, por meses, com feridas nos pés e nas pernas, o que, bem examinados, nem poderia ser levado à conta de problemas de aclimação, mas de verdadeiras doenças. Estas feridas começam com umas bolinhas d'água nas pernas, arrebentando ao coçar, principalmente nos tornozelos, calcanhares e peito dos pés, e, infeccionadas, transformam-se em feridas parecidas com cataporas, circundadas de pus. Às vezes parecem curadas, mas, pura ilusão, elas tornam a produzir comichões, até arrebentarem bem mais violentamente. Quando algumas dessas feridas se unem, principalmente na canela, transformam-se em feridas abertas, com as quais, às vezes, as pessoas se arrastam por anos inteiros [...]²⁷.

Apesar de não fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas a busca de socorro médico em hospitais, já que o hábito era o atendimento em casa ou o tratamento caseiro, eram frequentes as idas e vindas de doentes com úlceras ao hospital. O atendimento no hospital municipal era gratuito a todos os

²⁵ SANTOS FILHO, Lycurgo. *História da medicina no Brasil (sécs. XVI ao XIX)*. São Paulo: Brasiliense, 1947. p. 483.

²⁶ GUEDES, 1996, p. 46.

²⁷ RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 52.

imigrantes com um ano ou menos de estada na Colônia Dona Francisca e àqueles que comprovadamente não pudessem pagar pelo tratamento. Dessa forma, encontram-se nos seus registros os problemas de saúde da população mais humilde da cidade²⁸.

A falta de conhecimento médico sobre o tratamento a ser dispensado levava a inúmeras tentativas: “lavagens com água morna, ou cachaça ou água e sabão [...], emplastro ‘Hamburguez’ [...], folha de cipó de cor de café [...]” eram mais eficientes do que algumas pomadas, segundo Rodowicz-Oswiecimsky²⁹.

Tais tratamentos alternativos não eram novidade para os imigrantes, mesmo porque estes os trouxeram de sua terra natal, já que o desconhecimento médico era generalizado também na Alemanha. Eram comuns as práticas de sangria, clisteres ou o purgar, técnicas remanescentes da época medieval e que, muitas vezes, se mostravam como única esperança de cura. Nesse aspecto, praticamente não havia diferença entre o tratamento prestado a ricos e pobres, uma vez que não era o preço dos medicamentos que impedia o acesso da população menos favorecida à cura, mas sim a inexistência deles.

A relação dos bens da botica de Bernardo Bemba, por ocasião de sua morte em 1866³⁰, mostra que o que se dispunha em Joinville para o tratamento de doenças eram diferentes tinturas, ervas naturais e ataduras. Não havia disponibilidade de medicamentos específicos para as diferentes doenças, e sim substâncias que ajudavam a diminuir a dor. A diferença estava, logicamente, no acesso ao tratamento médico, tendo em vista que o pequeno número de profissionais (um ou dois, até fins do século XIX) favorecia aqueles que podiam pagar, apesar de o médico contratado pela colônia e pago pelo governo imperial não poder cobrar pelas consultas no hospital e por aquelas feitas aos que morassem no centro da colônia, em Joinville, onde estava a sua residência. O tratamento, no entanto, restringia-se, conforme já citado, na maior parte dos casos ao alívio da dor e não à cura propriamente dita³¹.

O limite entre a vida e a morte era muito tênue. A presença de uma doença, por mais simples que ela nos pareça atualmente, era na época sinal de morte

²⁸ Sobre esse assunto, ver GUEDES, 1996.

²⁹ RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 52.

³⁰ INVENTÁRIO de Bernardo Bemba. Joinville, 1866. Arquivo Histórico de Joinville. Caixa Inventários, 1866.

³¹ GUEDES, 1996.

próxima, o que provocava uma angústia ainda maior entre os imigrantes. Perder um parente ou um amigo, para quem já se encontrava longe da maioria dos seus, era, ao mesmo tempo, insuportável e comum.

Comum era também a mortalidade infantil. O número de recém-nascidos que faleciam e dos natimortos era muito grande em Joinville. A falta de higiene durante e após o parto, aliada muitas vezes à falta de recursos para partos mais complicados e para os quais as parteiras não tinham conhecimento ou equipamentos (e, na maioria das vezes, nem mesmo os médicos), levava mães e filhos à morte.

O costume de ter filhos com a ajuda de parteiras era generalizado, não só em Joinville, como em todo o país. Além das chamadas *entendidas* ou *curiosas*, que aprendiam o ofício com sua mãe e avós, não possuindo nenhum conhecimento médico, havia a parteira diplomada, apesar de em pequeno número e na maioria também imigrante, já que a profissão era muito recente no Brasil³². Na década de 1880, pudemos detectar a presença de duas parteiras: Laura Neumann, falecida em 24 de março de 1887³³, e Christina Wendler, que, em abril de 1888, pedia à Câmara Municipal de Joinville a validação de seu diploma recém-adquirido em Praga, na época pertencente ao Império Austro-Húngaro³⁴. Christina Wendler era, possivelmente, a candidata à substituição de Laura Neumann no atendimento às senhoras mais afortunadas da colônia.

Em 1867, de 39 óbitos, 22 foram de crianças, ou seja, 56% do total, número considerado “muito bom” pelas autoridades locais, que interpretavam os dados como representantes de um “excelente estado sanitário”³⁵.

Em 1928 a situação ainda não havia mudado: de um total de 385 óbitos, 158 foram de crianças com menos de 2 anos de idade, isto é, 41% das mortes, a que se acrescentavam 44 casos de natimortos, alcançando o índice total de 52,4% de óbitos de menores de 2 anos.

³² A primeira parteira formada no Brasil, na Universidade de Medicina do Rio de Janeiro, foi Josefina Matilde Durocher, em 1834. SANTOS FILHO, Lyrurgo. Medicina no período imperial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II: O Brasil monárquico, v. 3: Reações e transações. 6. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. p. 472.

³³ FOLHA LIVRE, Joinville, 27 mar. 1887. p. 2.

³⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Atas de 1888-1893**. Sessão ordinária de 23 de abril de 1888. Arquivo Histórico de Joinville. O diploma de Christina Wendler era datado de 12 de fevereiro do mesmo ano.

³⁵ Relatório sobre o estado da Colônia Dona Francisca no ano de 1867. In: LIVRO de correspondências da Direção da Colônia 1867-1896. Arquivo Histórico de Joinville.

Essa circunstância era tratada com naturalidade e permaneceu assim por muitos anos. Lamentava-se muito mais a vida da mãe do que a da criança, pois a morte de recém-nascidos ou do feto era esperada, tal a frequência em que ocorria.

A morte de um recém-nascido era identificada à de um anjo e vista como o cumprimento de um desejo divino. Se a criança “não vingasse”, ela seria responsável pela proteção do restante da família no céu, uma espécie de anjo da guarda.

O século XIX é reconhecido como o de grande apego à morte. Tanto católicos como protestantes a identificavam como oportunidade de salvar a alma, de alcançar a vida eterna. Contudo a morte não poderia ser arrebatadora, todos deveriam ter um tempo para se preparar para uma “morte digna”. Assim, quando provocada por uma doença, era, muitas vezes, vista como um aviso, uma oportunidade de o escolhido “pagar suas dívidas terrestres” antes de ser levado ao convívio dos mortos. Preces, novenas, promessas, testamentos, eram providências tomadas nesse momento, principalmente pelos católicos³⁶.

O governo imperial tinha conhecimento das dificuldades pelas quais passavam os imigrantes de todas as nacionalidades ao chegarem ao país e, principalmente, daqueles que vinham desbravar a selva. Experiências anteriores com colônias no Rio Grande do Sul, formadas por imigrantes de confissões diferentes da religião oficial do Brasil, fizeram com que, desde o contrato de colonização da Dona Francisca, fosse permitida a presença de pastores luteranos, já que a religião sempre foi um fator de apego, especialmente nas horas difíceis, e de apaziguamento, ou seja, uma maneira bastante eficaz de acalmar os ânimos daqueles que se revoltassem contra a realidade encontrada e a morte inesperada de amigos e parentes.

O imperador, no entanto, tomou algumas providências para não ferir os interesses da Igreja Oficial, limitando as práticas acatólicas, como eram chamadas todas as outras religiões, a simples centros de oração ou culto, sem nenhuma identificação arquitetônica, isto é, sem torre nem sino. Essa distinção pública só poderia existir nos templos católicos. A proibição foi acatada pela população luterana de Joinville; a torre e o sino só foram colocados na Igreja da Paz após a proclamação da República, quando se deu a separação entre Igreja e Estado.

Ao que tudo indica, a religiosidade do joinvilense manifestou-se desde os primeiros tempos pela preocupação de haver um pastor para os protestantes e um

³⁶ GUEDES, 1986.

padre para os católicos, com suas respectivas igrejas. Essa religiosidade, todavia, parece ter se intensificado após a chegada dos imigrantes ao Brasil. A presença da morte evidenciava a importância da religiosidade. A proteção divina era essencial e praticamente a única com que sempre poderiam contar.

Geneviève Bianquis salienta que não havia unidade ou grande fervor religioso nos vários reinos que compunham a Alemanha no início do século XIX. Predominavam manifestações independentes que apregoavam a liberdade e, ainda, muitas ligadas a elementos místicos procedentes da Idade Média e do pietismo. Segundo a autora, não havia uma Igreja forte que congregasse os fiéis em um único credo³⁷.

O primeiro a chegar foi o pastor luterano Daniel Hoffmann, contratado pela Companhia Colonizadora de Hamburgo em 1851. Ficou em Joinville até 1853 e foi substituído em 1854 pelo pastor Georg Hölzel, que permaneceu na cidade, exercendo forte influência entre seus fiéis, até 1858. O primeiro vigário católico, o padre Carlos Boegershausen, chegou a Joinville apenas em 1857 e também teve grande participação na vida da cidade, permanecendo à frente da Igreja Católica em Joinville até sua morte, em 1906³⁸.

Em 1867 havia na colônia um total de 4.667 pessoas, sendo 629 católicos e 4.038 não católicos, população que passou para 6.671 pessoas em 1871, sendo 1.065 católicos e 5.606 não católicos, segundo o *Mappa estatístico da Colônia Dona Francisca*, elaborado anualmente pelo responsável pela colônia. As mesmas estatísticas registram a existência de seis cemitérios, dois coveiros, dois médicos, dois cirurgiões, dois boticários e duas parteiras em toda a colônia em 1867, e sete cemitérios no ano seguinte³⁹.

O cemitério da colônia⁴⁰, destinado em iguais proporções para as duas religiões, teve seus registros elaborados apenas pelos luteranos, até a chegada

³⁷ BIANQUIS, 1958.

³⁸ KRISCH, 1991, p. 11.

³⁹ MAPPA estatístico da Colônia Dona Francisca. In: **Correspondens der Direction des Colonisations 1867-1896**. Arquivo Histórico de Joinville. Essas estatísticas, apesar de existirem para outros anos, não podem ser trabalhadas da maneira em que se encontram, pois não possuem uma metodologia única, já que em determinado ano contemplam apenas os moradores de Joinville e, em outros, os de toda a colônia, e na maioria das vezes não aparece a distinção de qual desses universos está sendo considerado. Faz-se necessário um estudo mais apurado de demografia histórica para Joinville.

⁴⁰ Esse cemitério, existente até hoje na Rua XV de Novembro, foi tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional na década de 1960.

do padre católico. Registraram-se sepultamentos, lado a lado, de católicos e de luteranos, fator extremamente inusitado para a época, mas compreensível se considerarmos as colocações de Geneviève Bianquis sobre a religiosidade do povo alemão e as condições de vida às quais os imigrantes estavam submetidos em Joinville. A união e o espírito cristão deveriam superar quaisquer adversidades que pudessem prejudicar ainda mais o convívio na nova terra. Ao que parece, apesar das diferenças religiosas, já se nota a superioridade de algo muito mais importante, ou seja, o fato de todos serem imigrantes e, acima de tudo, alemães. O fortalecimento dessa germanidade, ou *Deutschtum*⁴¹, deu-se ainda mais intensamente a partir da década de 1870, com a unificação do Estado alemão.

A distância entre as propriedades agrícolas espalhadas pela colônia e a dificuldade de transporte e locomoção, apesar de a preocupação em construir estradas ter sido muito grande entre os habitantes da Dona Francisca, fizeram com que os enterramentos ocorressem em vários pontos diferentes do cemitério oficial, surgindo entre seis e sete cemitérios espalhados pela colônia entre 1867 e 1868, conforme relatórios dos superintendentes. Deve-se acrescentar àquelas dificuldades o fato de os sepultamentos em cemitérios serem costume relativamente recente na época e não totalmente consolidado na mentalidade ocidental, o que permitia a continuidade de práticas mais antigas, como a de sepultar ao redor de igrejas ou em terrenos pertencentes à família, em tumbas especialmente construídas⁴². Portanto, a existência desses outros cemitérios, espalhados por toda a colônia, cuja extensão compreende o correspondente a oito municípios, não significa necessariamente que se tratasse de locais de enterramentos públicos naquele momento, mas que podem ter se tornado cemitérios depois, em virtude das necessidades locais.

Conviviam práticas de sepultamentos já aceitas culturalmente e aplicadas tanto no Brasil quanto na Europa com aquelas obrigatoriamente adaptadas, em função da nova realidade encontrada pelos imigrantes na nova pátria. O local escolhido para o primeiro cemitério, o atual Cemitério do Imigrante, por exemplo, reflete o conhecimento, bastante discutido na época em todo o mundo, da necessidade de se construírem cemitérios a céu aberto, afastados das cidades e em locais altos, onde as exalações mefíticas, provindas dos cadáveres, não

⁴¹ Ver mais explicações sobre o *Deutschtum* no capítulo 5, nesta obra.

⁴² Ver também GUEDES, 1986 e ARIÈS, 1977.

chegassem aos locais de habitação. As discussões sobre os locais adequados para os sepultamentos estiveram ligadas às descobertas médicas sobre a influência daqueles odores no aparecimento de doenças. Apesar de não estarem bem claras as razões dessa relação, já em fins do século XVIII os sepultamentos dentro das igrejas, costume milenar em todo o Ocidente cristão, passaram a ser objeto de discussão e proibição em algumas regiões da Europa. O término definitivo dessa prática, no entanto, demorou muito a ser efetivado no Brasil, ultrapassando os meados do século XIX em várias partes do país.

A preocupação com os sepultamentos era ainda maior nas situações de epidemias, quando as mortes eram frequentes, e as transmissões, temidas. Enquanto em outras partes do país ainda não se aceitava plenamente a mudança dos sepultamentos de dentro e ao redor das igrejas para locais afastados da cidade e a céu aberto, os imigrantes já vieram da Europa para Joinville com essa prática consolidada, logo tratando de construir um cemitério⁴³.

A presença da morte era constante. Além dos ferimentos, úlceras, diarreias e disenterias, o grande número de terrenos alagados, aliado à elevada umidade do ar e às altas temperaturas nos meses de verão, propiciava a proliferação de insetos de vários tipos e em enormes quantidades, entre os quais vários transmissores de doenças fatais.

Para pessoas vindas de diferentes locais da Europa, acostumadas com invernos rigorosos, em que os insetos não tinham as mesmas chances de proliferar, tal realidade era inusitada e assustadora. Não havia forma eficaz de se livrar daqueles minúsculos bichinhos que estavam em todos os lugares. As reclamações eram intensas e frequentes, mesmo não se tendo ideia, ainda, de que esses insetos, a princípio tão incômodos pelas picadas e pequenas feridas que causavam, fossem também transmissores de doenças com as quais os imigrantes teriam de conviver durante praticamente toda a sua vida, assim como as gerações posteriores. Entre essas moléstias se encontravam inúmeros tipos de febre, especialmente a malária, que assolou toda a região até meados do século XX e permanece endêmica até os dias atuais.

⁴³ Em Salvador, por exemplo, ocorreu uma rebelião contra a construção de cemitérios a céu aberto, denominada "A cemiterada", e em São Paulo o primeiro cemitério público e a céu aberto só foi inaugurado em 1858, apesar de a lei que proibia enterramentos dentro das igrejas ser de 1828. Sobre esse assunto, ver GUEDES, 1986.

Até mesmo os alemães mais entusiastas, que não cansavam de elogiar a colônia, como o viajante Robert Avé-Lallemant e Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, não podiam deixar de citar o grande número de mortes provocadas pelas condições sanitárias desfavoráveis existentes na Dona Francisca⁴⁴.

Apesar de haver entre os colonos de Joinville uma elite intelectual, formada por profissionais liberais conscientes da necessidade de sanear a cidade, suas práticas higiênicas estavam longe de serem ideais; além disso, sozinhos, não conseguiram modificar hábitos enraizados na população. Novamente a carta de Ottokar Doerffel é instigante:

A banheira de zinco, trazida daí, nos presta excelentes serviços. Está colocada no quarto de dormir e dia sim, dia não, a enchemos de água fresca. À noite, antes de dormir, de manhã, depois de levantar e, às vezes, durante a noite ou quando me acho totalmente molhado de suor, eu pulo para dentro da água e me sinto como renascido⁴⁵.

E esse é o depoimento de um ilustrado, um advogado e com relativas posses! Tomar banho já era um sinal de higienização, mas a mesma água servia a quantos banhos?! Mesmo entre os mais cultos, os conhecimentos a respeito das vantagens da higienização eram limitados, por serem novos e não popularizados. Além disso, a maior parte da população era formada por lavradores ou pequenos artesãos que possuíam ainda menos conhecimentos de higiene pessoal ou pública.

Os jornais e os relatórios dos superintendentes de Joinville estão repletos de exemplos sobre a realidade sanitária da cidade. O lixo doméstico, largado nos próprios quintais, os esgotos a céu aberto, a criação de porcos no centro da cidade, eram alguns dos pontos “condenados pela higiene” e que deveriam ser combatidos⁴⁶.

O Brasil inteiro passava pela mesma discussão e avaliação. A camada letrada, embasada no discurso médico, levantava a bandeira da modernidade. Ser moderno significava adotar os preceitos higiênicos defendidos pelos médicos e higienistas. O saber científico era considerado, em fins do século XIX e início do XX,

⁴⁴ AVÉ-LALLEMANT, 1980 e RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992.

⁴⁵ In HERKENHOFF, 1981, p. 21.

⁴⁶ JOINVILLE. Relatório da gestão dos negócios do município de Joinville durante o ano de 1922. Arquivo Histórico de Joinville. p. 139.

a solução para todos os males. O ideal positivista, que evidenciava o domínio da ciência como o auge da humanidade, conquistava cada vez mais a intelectualidade brasileira, a qual via no saber médico a única salvação de um país doente como o Brasil.

De norte a sul apareciam epidemias de todas as espécies. As cidades portuárias, por onde também chegavam os imigrantes de várias partes do mundo, eram as mais castigadas. A vizinha cidade de São Francisco do Sul não escapava dessa situação, e a proximidade com Joinville possibilitava a entrada frequente de doenças.

As notícias de epidemias nas diversas cidades brasileiras chegavam a Joinville e geravam medo. Não havia nenhum tipo de proteção contra a entrada de doenças infectocontagiosas, apenas o isolamento poderia ser uma saída.

Em 1873 e 1910, por exemplo, a varíola (ou bexiga) entrou na cidade levando várias vidas, apesar das medidas de isolamento e da vacinação. Até um ambulatório improvisado foi aberto para o tratamento exclusivo da bexiga que, em 1873, veio junto com os novos imigrantes⁴⁷. A única defesa era evitar o contágio, por quaisquer meios. Em 1878, por exemplo, Joinville fechou totalmente as portas a seus vizinhos de São Francisco do Sul quando um fortíssimo surto de febre amarela e outro de varíola atacaram aquela cidade. Foi providenciada “uma estação de vigilância sobre o Rio Cachoeira, perto do Morro do Ouro, funcionando a mesma em uma lancha, com todos os preparos para a desinfecção”, não deixando passar para Joinville “pessoa alguma residente em São Francisco, salvo por ordem expressa da Comissão”, nem também quem viesse de outra qualquer parte do litoral, se não apresentasse “certificado de haver feito quarentena no lugar competente da barra do São Francisco” e de terem sido desinfectados⁴⁸.

A barreira surtiu efeito e as doenças não entraram em Joinville naquele ano, mas devastaram São Francisco, cujos habitantes se ressentiram muito pela falta de ajuda da cidade vizinha, apesar de esta lhes ter enviado víveres e recursos em dinheiro, arrecadados da população⁴⁹. O fato chegou a ter desdobramentos

⁴⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Atas de 1869-1877**. Sessão ordinária de 11 de junho de 1873. Arquivo Histórico de Joinville. p. 118.

⁴⁸ GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, 12 mar. 1878 e 19 mar. 1878.

⁴⁹ *Ibid.*, 1.º e 4 abr. 1878. Durante vários números do jornal apareceram os valores em dinheiro e em alimentos arrecadados por particulares de Joinville para as vítimas da febre amarela em São Francisco do Sul. Os nomes dos doadores também aparecem, no mesmo jornal, em 2 de abril de 1878.

até na capital da Província, a ponto de Joinville ter recebido uma reclamação da Comissão de Portos de Santa Catarina, sobre o fato de a cidade ter se fechado “com um cordão militar” e não ter socorrido as vítimas com os recursos de que dispunha. O assunto gerou várias correspondências de esclarecimentos, todas publicadas e comentadas na *Gazeta de Joinville*.

O pânico entre os joinvilenses era retratado nos jornais:

Notícias assustadoras circulam há poucos dias na nossa cidade. Dizem que a febre amarela aparecera na cidade de São Francisco, escolhendo por primeira vítima o padeiro alemão G. König, que adoecido de uma febre forte sucumbiu a ela no segundo dia apesar de todos os esforços médicos [...] ⁵⁰.

O fato de a febre matar em apenas dois dias era terrível, não havia tempo para nada! Mais terrível ainda era ter escolhido, como primeira vítima, um alemão, em uma cidade como São Francisco do Sul, onde eles eram minoria. Uma semana depois, o mesmo jornal reforçou a preocupação, ao afirmar que “a febre escolhe de preferência os estrangeiros”, salientando o nome de cada um dos seis alemães falecidos naquela semana, vitimados pela febre. Um mês depois, a *Gazeta de Joinville* dava o balanço de nove alemães mortos, em um total de 55 falecimentos, e em 23 de abril o mesmo jornal noticiava que, de toda a população de São Francisco, apenas 90 não haviam contraído a moléstia. Se considerarmos que, na época, a população de São Francisco do Sul era de mais de 15 mil pessoas⁵¹, poderemos ter uma ideia das dimensões da epidemia.

As medidas de isolamento impostas pela comissão de higiene do município não irritaram só os franciscenses ou as comissões de higiene da província, mas acabaram sendo um estopim para manifestações raciais:

Decididamente os senhores Pretores desta Germânica República tendo por brasão um estoque e uma lança, pensão [sic] governar um povo de Beócios!...E viva a grande naturalização!⁵²

⁵⁰ GAZETA DE JOINVILLE, Joinville, 12 mar. 1878. A grafia original dos documentos foi mantida.

⁵¹ FARIAS, Vilson Francisco de. **De Portugal ao Sul do Brasil – 500 anos**. História – Cultura – Turismo. Florianópolis: Do Autor, 2001. p. 431.

⁵² GAZETA DE JOINVILLE, Joinville, 7 maio 1878.

Assinado por um pseudônimo – Justus –, o jornal defendeu-se desse comentário, no mesmo número, por intermédio de uma “nota da redação”, dizendo não ter nada a ver com ele e que discordava dos termos ligados à questão das nacionalidades.

Alguns anos depois, em 1892, a febre amarela entrou em Joinville e fez várias vítimas. Novamente o único recurso possível e utilizado foi o isolamento. Ao saber da existência de um caso suspeito de qualquer doença contagiosa (ou que imaginavam ser), a população entrava em pânico; aqueles que morassem próximo ao doente rapidamente deixavam a localidade, e a passagem do público pela vizinhança era proibida pela municipalidade, que passava a fornecer alimento e recursos disponíveis para os infectados. O isolamento, na maioria das vezes, era feito na própria residência do doente ou, se o caso fosse epidêmico, um lazareto era improvisado temporariamente, até que o surto desaparecesse⁵³.

A cada novo surto epidêmico aumentava o medo, justificado pelo elevado número de mortes. O contato era evitado ao máximo. Em 1896, o próprio superintendente municipal, Frederico Brüstlein, foi obrigado a conduzir pessoalmente um cadáver, vítima da febre amarela, ao cemitério público, já que todos se negaram a fazê-lo, até mesmo os coveiros, temendo ser contaminados⁵⁴.

Assim como ocorre atualmente com relação à covid-19, no século XIX o medo do contágio e do desconhecido era motivo para inúmeras especulações. O temor à varíola era enorme, e a desconfiança para com a vacina, igualmente grande. Boatos sobre a ineficácia da vacina eram frequentes, todavia os médicos logo tratavam de desmenti-los. Em 1914, por ocasião de novos surtos no país, a vacina foi novamente solicitada e os médicos tiveram muito trabalho para desmentir a versão de que um menino morrera em consequência dela⁵⁵. Apesar dos boatos, não foram registrados sinais de resistência à vacina antivariólica em

⁵³ CONSELHO MUNICIPAL DE JOINVILLE. Regulamento para os empregados municipais e para o hospital municipal. Resolução n.º 35, art. 29. **Resoluções do ano de 1898**. Arquivo Histórico de Joinville, 1898.

⁵⁴ Tratava-se do cadáver de Bernardina dos Santos. CONSELHO MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Atas de 1895-1902**. Sessão ordinária de 4 de maio de 1896. Arquivo Histórico de Joinville.

⁵⁵ GAZETA DO COMÉRCIO, Joinville, 1.º ago. 1914 e 8 ago. 1914.

Joinville, como ocorreu no Rio de Janeiro em 1904⁵⁶. Talvez isso se deva ao fato de que os alemães já conheciam a vacina desde 1780, quando foi utilizada em larga escala por ocasião de um surto epidêmico ocorrido em Danzig⁵⁷.

Os boatos também giravam em torno da causa das doenças. Sobre a varíola, por exemplo, chegou-se a dizer que o fato de uma criança, em 1887, ter utilizado vestidos usados por outra pessoa teria sido a causa de sua contaminação⁵⁸.

A lepra, outra doença milenar e que já provocava temor desde a Idade Média, também apareceu em Joinville no século XIX, atemorizando os moradores. Em junho de 1875, um abaixo-assinado “de um grande número de moradores” chegou à Câmara, pedindo que fosse providenciado um hospital específico para os “doentes de Lázaro”, “atendendo o grande número de pacientes que procuram o remédio em questão”. A Câmara foi favorável, solicitando à Comissão de Saúde Pública que fossem

empregados todos os meios em seu alcance a evitar e preservar os moradores desta vila do contágio que ameaça pelo contato com os doentes de Lázaro que por ventura acham-se morando nesta vila⁵⁹.

No entanto não havia em Joinville ou em toda a província de Santa Catarina “enfermaria ou hospital destinados ao tratamento dos indivíduos atacados da referida moléstia”⁶⁰ para onde se pudesse enviar os “morféticos” ou “lazarentos”, como eram chamados. A única solução, portanto, era manter-se longe desses doentes que, segundo tudo indica, não dispunham de nenhum tipo de tratamento e viviam isolados e sujeitos à própria sorte.

A convivência com doenças era uma realidade nacional impossível de evitar. A falta de conhecimentos médicos, de recursos hospitalares, de infraestrutura

⁵⁶ O fato em questão ficou conhecido como “A revolta da vacina”, tal a violência das reações populares à implantação obrigatória da vacina contra a varíola instituída pelo governo federal. Sobre esse assunto, ver SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**. São Paulo: Scipione, 1993.

⁵⁷ BIANQUIS, 1958. Danzig é hoje a cidade de Gdansk, na Polônia.

⁵⁸ FOLHA LIVRE, Joinville, 25 maio 1887.

⁵⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Atas de 1869-1877**. Sessão ordinária de 7 de junho de 1875. p. 169-170. Arquivo Histórico de Joinville.

⁶⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Atas de 1888-1893**. Sessão ordinária de 16 de julho de 1888 e de 20 de agosto de 1888. Arquivo Histórico de Joinville.

sanitária e farmacêutica deixava o país inteiro à mercê das epidemias. Esses problemas, aliados aos maus-tratos sofridos pelos imigrantes alemães nas fazendas de café do Rio de Janeiro e São Paulo, levaram o governo prussiano, em 1859, estendendo-se depois para toda a Alemanha unificada, a editar o Regulamento von der Heydt, proibindo o aliciamento de colonos alemães para o Brasil⁶¹.

Larga campanha em jornais, folhetos ou por meio de mensageiros e diplomatas tentava diminuir os efeitos das propagandas negativas feitas na Europa sobre o Brasil, as quais estavam ligadas, principalmente, aos fatores sanitários e às consequentes epidemias de que o país era palco. O superintendente da colônia, em 1868, assim se expressava sobre o assunto:

[...] Graças aos esforços que se fizerão de alguns jornais allemães no Brasil e dos colonos já estabelecidos no paíz, mais e mais se desvanecem as preocupações contra a emigração para o Brasil, as quaes suscitadas e nutridas por espíritos malignos desde mais tempo na Allemanha entenebrecião a opinião pública. O obstáculo principal da emigração para cá he ainda a prohibição das agencias de emigração ao Brasil da parte do Governo Prussiano. Seria talvez chegado o momento em que negociações entabuladas pudessem mover o Governo Prussiano, informando-se de melhor modo, para fazer cessar enfim a dita prohibição⁶².

Por mais que os governos fizessem e procurassem diluir os problemas sociais gerados pela imigração sem a infraestrutura apropriada, a fuga de colonos para outras cidades em momentos de epidemias foi comum, assim como a tentativa de retornar à Alemanha. Contra essa tentativa, juntavam-se governos municipais e provinciais, atendendo às determinações do governo imperial.

Palácio do Governo da Província de Santa Catarina 14 de setembro de 1868. Circular. Sendo inconveniente aos interesses, que promove o Governo Imperial pela fundação de colônias, a retirada de imigrantes das ditas colônias para a Côrte, no intuito de voltarem aos paízes de sua procedência,

⁶¹ OBERACKER JR., Carlos H. Regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II: O Brasil monárquico, v. 3: Reações e transações. 6. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. p. 230.

⁶² Relatório sobre o estado da Colônia Dona Francisca no ano de 1868. In: LIVRO de correspondências da Direção da Colônia 1867-1896. Arquivo Histórico de Joinville.

hei por muito recommendado à V.M^{ce} que, por nenhum modo official, auxilie semelhante propósito, cumprindo ao contrario que, não só V.M^{ce} como os empregados seus subordinados, usem dos recursos suasórios para induzi-los a permanecer. Deos Guarde à V.M^{ce} Carlos Cerqueira Pinto. Ins. Director da Colônia Dona Francisca⁶³.

Muitos colonos saíam também para se aproximar de parentes migrados para outras cidades do Brasil, e esses casos eram todos registrados nos relatórios dos superintendentes da colônia. Para segurar o colono na terra era preciso melhorar suas condições de vida. Faziam-se urgentes medidas sanitaristas e educativas. O joinvilense também precisava ser educado para modificar seus hábitos de higiene, porém nem todos queriam esperar ou se sujeitar às mudanças; a morte poderia surpreendê-los antes que elas surtissem efeito.

Escapar vivo de uma grave doença era tão raro que os felizardos costumavam agradecer publicamente, em geral por intermédio dos jornais, às pessoas que tivessem colaborado para a sua melhora. Médicos e religiosos eram bastante lembrados.

“Anúncios”

José Carlos de Oliveira

achando-se presentemente restabelecido da longa e dolorosa enfermidade que sofreu, vem publicamente agradecer do intimo da alma aos Ilmos Srs. Virgílio Gomes Touvor e Albuquerque, Cypriano José Corrêa, Major Manoel Antônio Vieira e sua família, Joaquim Pereira Lima, Alberto José de França, Francisco Xavier Caldeira, João Ribeiro da Silva Bastos, João José Machado da Costa, Francisco Cândido de Oliveira, Camillo Antonio Moreira, Manoel Ignacio de Souza e a Zeferino do Nascimento Quadros; e entre todos com especialidade ao Ilmo Sr. Bento Geval de Moreira que com a maior caridade e abnegação prestou-se a socorre-lo com applicação de remédios; protestando aos mesmos Ilmos Srs. que em iguais circunstancias o acharão pronto a retribuir o ato de verdadeiros amigos que com ele praticaram. 27 de janeiro de 1878⁶⁴.

⁶³ Relatório sobre o estado da Colônia Dona Francisca no ano de 1868. In: LIVRO de correspondências da Direção da Colônia 1867-1896. Arquivo Histórico de Joinville. Doc. 93, p. 73-74.

⁶⁴ GAZETA DE JOINVILLE, Joinville, 5 fev. 1878.

Modernizar significava limpar, sanear, livrar-se das epidemias e, para isso, a vida privada passava a ser de domínio público. Nenhum cidadão poderia fazer com que a sua liberdade prejudicasse o próximo. Todos deveriam ser fiscais de si mesmos e dos outros, se quisessem sobreviver.

Ricos ou pobres, intelectuais ou não, ninguém escapava das doenças epidêmicas, e esse era o maior motivo de pânico. Até mesmo os médicos e suas famílias poderiam ser afetados, como ocorreu com a família de Abdon Baptista, quando, em 1903, sua mulher, seu filho e uma criada foram atacados pela varíola⁶⁵.

Outro fator, pouco ou quase nada comentado pela historiografia, que ocasionou medo aos imigrantes de Joinville foram os ataques de indígenas, com que sem dúvida jamais contaram quando resolveram sair da Europa, pois nunca haviam passado por algo semelhante. O caso do ataque aos Lenschow em 1872, quando toda a família foi morta por bugres, como eram chamados os indígenas, é um dos poucos registrados nos relatórios dos superintendentes, mesmo porque seria impossível escondê-lo, tal a repercussão do pavor manifestado entre a população. A presença de indígenas nos arredores da colônia é confirmada em documentos esparsos, em algumas notícias nos jornais, pela memória oral, assim como pelos registros confirmando a existência de *tropas de bugreiros* e de *batedores do mato*, ambos constituídos oficialmente para afastar ou exterminar o gentio encontrado e formado por caboclos que conheciam as matas⁶⁶. Respondendo ao ataque aos Lenschow,

o Governo Provincial mandou imediatamente uma força de linha que durante o mez de dezembro ficou estacionada na raiz da Serra do Rio Seco no lugar onde se dera o assalto e os índios continuaram a pombear as casas e ameaçar moradores. Foram distribuídas munições e armamento entre os colonos das estradas expostas e organizou-se uma expedição de 31 homens entendidos neste serviço para afugentar os bugres de seu acampamento. Infelizmente esta expedição por causa do péssimo tempo não podia progredir até o acampamento dos bugres alem do Rio Itapocú, [quando] o alcançou, [...] os bugres se retiraram diante dela.

⁶⁵ COPIADOR de correspondências do Conselho Municipal de 1903 a 1908. p. 8, verso. Arquivo Histórico de Joinville.

⁶⁶ Relatório sobre o estado da Colônia de Dona Francisca no ano de 1873. In: LIVRO de correspondências da Direção da Colônia 1867-1896. Arquivo Histórico de Joinville. Doc. 267.

Também se acha muito exposta às agressões dos bugres o nosso núcleo colonial de S. Bento e parece que talvez seria boa providencia para a proteção da Colônia engajar alguns homens, para servir de batedores do matto [...] ⁶⁷.

No ano seguinte, mais um ataque a lavradores da Colônia resultou em morte, estarecendo a população, que exigia providências ⁶⁸.

Aos 28 de dezembro de 1875 partiu daqui [São Bento do Sul] a procura dos bugres que vagueiam entre Joinville e Blumenau a maior expedição aprovada pelo Presidente da Província. Compunha-se de 31 homens, dos quais 23 provieram dos campos do planalto e 8 deste município, e é dirigida pelo vaqueiro João dos Santos Reis do lugar denominado Campo dos Ambrósios. O Sr. Guilherme Engelke acompanhou a expedição como fiscal [...] ⁶⁹.

Contudo a referida expedição não teve seus objetivos alcançados, pois em 4 de janeiro do ano seguinte foi registrado o “ataque de índios à propriedade do colono Wennermark, Estrada Blumenau, resultando na morte do sogro do colono e ferimento grave de uma filha” ⁷⁰. Em dezembro de 1877 houve novo ataque, dessa vez sem mortes, na propriedade “do lavrador Justino”, e os botocudos foram os acusados ⁷¹.

Ainda no fim do século XIX apareceram registros de ataques indígenas aos colonos. Em fevereiro de 1882, foi a vez da fazenda de João Gomes de Oliveira, localizada às margens do Rio Cubatão Grande ⁷².

Muitas vezes, porém, os indígenas levaram a culpa por violências que jamais cometeram, como descrito por Mella Kroehne:

⁶⁷ Relatório sobre o estado da Colônia de Dona Francisca no ano de 1873. In: LIVRO de correspondências da Direção da Colônia 1867-1896. Arquivo Histórico de Joinville. Doc. 267, p. 221.

⁶⁸ HERKENHOFF, 1981, p. 38. Esse fato deu-se na região da Penha, em 12 de março de 1874.

⁶⁹ KOLONIE ZEITUNG. Joinville, dez. 1875. Tradução de Maria Thereza Boebel.

⁷⁰ HERKENHOFF, *op. cit.*, p. 29.

⁷¹ *Ibid.*, p. 70.

⁷² *Ibid.*

Certo dia, a população ficou apavorada, quando na propriedade vizinha à Colônia Francesa um casal chamado Winberg foi assassinado e, conforme se dizia, por um grupo de bugres (índios). No entanto, muitos anos mais tarde, um brasileiro, que se encontrava diante de um tribunal, aguardando a sua condenação, confessava ter assassinado também o casal Winberg em Joinville⁷³.

Com certeza, diante do quadro formado, todos aqueles que tivessem condições de partir para outras localidades em que os problemas fossem *seguramente* menores o fariam, porém ir para a Europa naquele momento não era a solução, já que as notícias que vinham de lá, bastante esporádicas, traziam informações sobre guerras e instabilidade econômica, o que não animava ninguém a enfrentar tais situações. Da mesma forma, os jornais mostravam que em outras partes do Brasil os problemas eram semelhantes ou ainda piores. Portanto, a única saída, para muitos, foi ficar e procurar tornar o mais real possível o paraíso imaginado, absorvendo novos costumes e superando os medos.

⁷³ KROEHNE, Mella. Fundação e início da cidade de Joinville. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**, Joinville, p. 9, mar 1988. Tradução de Rosa Herkenhoff.

VIVÊNCIAS DE MULHERES EM JOINVILLE NO SÉCULO XIX

Janine Gomes da Silva

História dos anti-heróis e das anti-heroínas, de criaturas ordinárias, do “homem sem qualidades” [...], a história da vida cotidiana e privada é, finalmente, a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas “de lado”. Mas nesse inventário de aparentes miudezas reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma.

Mary Del Priore¹

É parafraseando Mary Del Priore que gostaríamos de começar a tecer uma escrita sobre a cidade de Joinville no século XIX – uma escrita que dê visibilidade aos trabalhos femininos “deixados de lado” e às vivências dos “detalhes quase

¹ DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997b. p. 274.

invisíveis”. Desde 1851, quando Joinville foi “fundada”² como colônia de imigrantes europeus, a história da cidade e de seus fundadores vem sendo escrita sob as mais diversas versões, no entanto encontramos poucas referências sobre as mulheres, sejam elas imigrantes ou brasileiras. Convém lembrar que o cotidiano dessas mulheres tem suas especificidades, pois, por serem de grupos étnicos diferentes, tinham atividades diversas, e as fontes também as apresentam de distintas maneiras. Assim, enveredar pela história dessas mulheres é também aceitar suas disparidades. Por imigrantes, referimo-nos àquelas que chegaram à cidade no século XIX, vindas da Alemanha, da Suíça, da Noruega, entre outros países, bem como suas descendentes, pois, mesmo nascidas no Brasil, elas se consideravam (e eram consideradas) imigrantes³. Em número menor, as brasileiras residentes na cidade eram, muitas vezes, pejorativamente chamadas de “caboclas”. Mas, por intermédio de seus trabalhos e das suas participações no cotidiano local, elas – imigrantes e brasileiras – se fizeram presentes na “construção da cidade”.

Enfocar a história local, também sob o prisma da história das mulheres⁴, é de certa forma espiar o passado com outras perguntas: O que faziam? Como viviam? Todavia não significa homogeneizar suas práticas cotidianas, pois encontramos múltiplos perfis de mulheres, com diferentes histórias, em enredos que oscilam

² Ressalta-se que a história de Joinville costuma ser contada a partir da chegada dos imigrantes europeus em 1851, não levando em consideração os povos sambaquianos e indígenas que aqui viveram, nem mesmo os poucos brasileiros que já se encontravam nas proximidades. Há uma espécie de mito fundante, que valoriza a história a partir dos imigrantes europeus.

³ Sobre essa dualidade do imigrante – “ser brasileiro e permanecer alemão” –, ver SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

⁴ Podemos inferir que, atualmente, o desenvolvimento da história das mulheres vem, juntamente com as investigações que utilizam a categoria gênero na pesquisa histórica, possibilitando diferentes estudos. Sobre as experiências femininas em Santa Catarina, destacam-se, por exemplo, os seguintes trabalhos: PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994; SILVA, Janine Gomes da. **Tensões, trabalho e sociabilidades**: histórias de mulheres em Joinville no século XIX. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997; WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres na Colônia Blumenau**: cotidiano e trabalho (1850-1900). 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991. Ver também: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997a; SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

entre a excessiva “lida” na terra e a frequente participação em salões, ou ainda na seletividade dos grupos étnicos a que pertenciam.

As histórias dessas mulheres é também a de seus maridos e filhos, uma vez que a história das mulheres é relacional. E, ao sondar mais atentamente os seus papéis, podemos também extrair novas interpretações...

Nos “jardins” das lembranças: relatos de muito trabalho

Diferentes trabalhos executados no vaivém do dia a dia, costumeiramente, pontuam as memórias de homens e mulheres que viveram em Joinville no século XIX. “Frau Stamm”, nascida naquele século, por exemplo, ao relatar suas lembranças, privilegia em diferentes momentos da sua fala os trabalhos “pesados” e as dificuldades de seus pais imigrantes:

O pai no começo trabalhava na construção de estradas. [...] a mãe levava as crianças, enquanto pequenas, para a roça, colocando-as atrás de um teco fazia um toldo (abrigo) com um pano, assim ela limpava a roça e trabalhava. Ela trabalhava como um homem. Fazia todos os trabalhos pesados...⁵

Assim, mais do que nos contar das dificuldades “daquele tempo”, “Frau Stamm” possibilita-nos um outro olhar para os/as trabalhadores/as de Joinville, pois, se as mulheres não costumam aparecer na historiografia local como trabalhadoras, na prática cotidiana elas também encaravam os mais pesados trabalhos, desmistificando o arquétipo da mulher tão recorrente no século XIX: mãe, esposa, dona de casa e frágil. Mas, além da força física, “Frau Stamm” revela também a perspicácia daquelas mulheres que, mesmo em condições às vezes desfavoráveis, forjavam diferentes saberes:

⁵ Narração da “Frau Stamm”. Joinville, 12 de junho de 1961. In: CONTOS do início da imigração. Trabalho da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização. Joinville, 1992. Mimeo. p. 3-8. O relato foi feito por Hilda Anna Krisch com base em pequenas recordações de infância contadas por Maria Emilie Stamm, em maio de 1961. Maria Emilie, nascida Scharp, no dia 5 de março de 1873 em Joinville, faleceu em 1964, com 91 anos de idade. Seus pais, Johan e Wilhelmine Scharp, nascida Sellnow, recém-casados, chegaram com o segundo navio Emma & Louise à Colônia Dona Francisca. Fixaram-se num lote na Estrada da Cruz, onde ficaram até morrer. O casal teve dez filhos, todos nascidos em Joinville, dos quais quatro morreram ainda crianças. Tradução de Hilda Krisch e Dietlinde Clara Rothert. A grafia de todos os documentos originais foi mantida.

Para fazer pão, eles batiam com um martelo o milho bem fino, ralavam mandioca, os dois eram misturados e fritos na frigideira, assados. [...] O trigo custava 16 vintens, mas não tinha forno; então a minha mãe fez um improvisado, embaixo de pedras, forno de madeiras, pedras naturais colocadas com barro bem firme. O pão assava bem, sim, era tão bom que os vizinhos também assavam seu pão no forno, até que tudo quebrou. [...] De um tronco fez-se um pilão para bater o arroz. Em cima do tronco se colocava fogo, que queimava um buraco redondo, o fogo era dirigido, de maneira a fazer um buraco; o socador era trabalhado. O arroz batido era colocado em uma grande gamela e sacudido, para tirar a casca. Servia para pão e cozinhar. Oh, como isto era gostoso!!! Sim, quando a gente tem que se esforçar muito, tudo tem um ótimo gosto⁶.

Nas minúcias da improvisação do cotidiano, as mulheres de Joinville demonstravam seu saber, ou, como menciona Michel de Certeau, as “artes” ou “maneiras de fazer”⁷. O relato de “Frau Stamm”, riquíssimo em detalhes, vai aos poucos descortinando as diferentes soluções encontradas por sua mãe para desenvolver os trabalhos da propriedade. Soluções como, por exemplo, acabar com as formigas na plantação, ou ainda diferentes maneiras de cozinhar, por causa da falta de ingredientes – “Bolo era feito três vezes ao ano, nos principais feriados”⁸.

É por intermédio desse tipo de narrativa que podemos conhecer um pouco das vivências daquelas mulheres, especialmente num espaço considerado “tipicamente feminino”: a cozinha, pois nesse local vários são os gestos que permeiam os afazeres. São gestos que a partir do saber fazer permitem misturas mágicas, conhecimentos próprios, criações particulares. Nesse espaço, onde reside a alquimia de tantos pequenos objetos somados a diferentes temperos, engendram-se novas práticas. Assim, “este texto tem sua língua e seu corpo de referência, como tem seus segredos e suas convivências – todo um saber ‘bem entendido’, que a mais detalhada das receitas jamais conseguirá comunicar”⁹.

⁶ Narração da “Frau Stamm”. In: CONTOS..., 1992.

⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁸ Narração da “Frau Stamm”. In: CONTOS... *Op. cit.*

⁹ CERTEAU, Michel de et al. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 287.

As reminiscências de imigrantes e suas descendentes referem-se mais aos “trabalhos domésticos”, considerados femininos e que estão circunscritos no âmbito do lar. No entanto convém ressaltar que, quando se trata de uma região de colonização, o trabalho doméstico é diversificado, haja vista que a propriedade, ou a “colônia”, como era chamada, inclui não apenas a casa, como também a roça, a pastagem, a criação dos animais¹⁰. Dessa forma, pode-se perceber a variedade do trabalho feminino na cidade de Joinville. Eram atividades que, muitas vezes, extrapolavam o território da propriedade e buscavam as ruas, tencionando vender no centro da cidade o que era produzido na área rural. Editt, bisneta de imigrantes, relatou:

Os meus avós é que vieram. Eu sei que foi uma luta! Eles falavam, mamãe falava de como a vida deles [seus bisavós e avós] era difícil. [...] A vó casou aqui mesmo em Pirabeiraba, a mãe da minha mãe, e ali eles tinham as terras deles, plantavam e vendiam os produtos. [...] Vinham trazer verduras e outras coisas para vender em Joinville¹¹.

Algumas dificuldades pontuadas no início da colonização também estão presentes nas lembranças das mulheres que vivenciaram os primeiros anos do século XX. Gerda Hagemann, descendente de imigrantes, nascida em Joinville em 1901, neta de confeitoiro, ao ser entrevistada lembrou das vendas que fazia quando ainda jovem:

[...] quando nós tínhamos, assim, 14, 15 anos, eu e a minha irmã Marta tínhamos que vender os doces do meu avô. [...] Aos domingos de manhã, eles preparavam uma bandeja grande com doces gostosíssimos! E nós tínhamos que ir para cima e vender cada... nós tínhamos, já, os fregueses certos, que compravam esses doces¹².

¹⁰ SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 152.

¹¹ VOGELSANGER, Editt Fischer Drolshagen. **Editt Fischer Drolshagen Vogelsanger: entrevista oral** [14 dez. 1995, Joinville]. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Editt, bisneta de imigrantes, nasceu em Joinville em 4 de fevereiro de 1923.

¹² HAGEMANN, Gerda. **Gerda Hagemann: entrevistas orais** [29-30 mar. 1989, Joinville]. Entrevistas concedidas a Raquel S. Thiago. Arquivo Histórico de Joinville. Laboratório de História Oral.

Vender doces, assim como os avós de Editt vendiam verduras, entre outras atividades, era um papel informal exercido por vários homens e mulheres. Em Joinville, sobretudo no século XIX, provavelmente tais papéis eram destinados mais às mulheres, por não estarem ainda contempladas no mercado de trabalho formal¹³.

Esses papéis informais não costumam ser registrados na escrita da história, mas deixaram seus indícios... Ao olhar uma fotografia do fim do século XIX (ou início do século passado), por exemplo, visualizamos uma mulher transitando pela atual Rua XV de Novembro (figura 1). Quem era? O que fazia? O que carregava em seu cesto? Não sabemos. O objeto da foto, ao que tudo indica por sua descrição, era a rua, o antigo Caminho do Meio. A mulher, indiferente ao olhar do fotógrafo, percorria seu caminho e era apenas uma “figurante” daquele retrato. Talvez estivesse, como Gerda ou a avó de Editt, buscando vender algum produto. No entanto a imagem da figura 1 inquieta, pois possibilita uma analogia com a história de tantas mulheres que no vaivém daquele “caminho” não tiveram suas trajetórias “registradas”. Inquieta também porque estimula a abstração, já que, como salienta Míriam Moreira Leite, “por mais abstrata que pareça, a fotografia é sempre imagem de alguma coisa, além de que, tudo o que se vê parece estar ao alcance, pelo menos, do olhar de quem vê”¹⁴.

¹³ Destacamos aqui a pesquisa desenvolvida por Maria Odila Leite da Silva Dias sobre as mulheres de São Paulo, quando analisa que os papéis informais, “por sua própria natureza, não são oficialmente reconhecidos, nem socialmente muito valorizados, embora sejam importantes no processo concreto da vida cotidiana”. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 30-31.

¹⁴ LEITE, Míriam Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. São Paulo: Edusp, 1993. p. 25.

Figura 1 – Rua XV de Novembro – antigo “Caminho do Meio” (fim do século XIX ou início do século XX)



Mas a participação de Gerda não se limitava à venda dos quitutes do avô, pois os trabalhos da casa consumiam bastante tempo: “Uma semana uma tinha que cozinhar, e só tratar da roupa toda. E na outra semana uma tinha que fazer o serviço da casa e passar a roupa. E à tarde íamos, então, aprender costura”¹⁵. A costura também era uma atividade atribuída às mulheres. Possuir esse conhecimento significava mais do que corresponder ao modelo de mulher ideal, porque muitas vezes era imprescindível para o orçamento familiar. E, no “alinhavo” das lembranças sobre aquele tempo, Editt, assim como Gerda, ratifica a importância dessa atividade para suas antepassadas: “A minha avó costurava. Eu sei que ela tinha sua máquina e costurava para as outras pessoas. [...] eles tinham cavalos, tinham vacas [...] e ainda costurava para fora”¹⁶.

Embora os registros sobre os trabalhos femininos apontem com mais frequência as atividades domésticas das mulheres, podemos inferir que, em Joinville, além de esposas, mães e donas de casa, elas foram também costureiras, cozinheiras, parteiras e proprietárias de estabelecimentos comerciais. Essas

¹⁵ HAGEMANN, 1989.

¹⁶ VOGELSANGER, 1995.

atividades muitas vezes transgrediam o modelo de mulher ideal daquele século – o de esposa, mãe e dona de casa –, por ela assumir espaços tidos como “tipicamente masculinos”: o da rua, do espaço público.

Convém salientar que é das mulheres imigrantes e de suas descendentes que mais encontramos indícios de atividades apresentadas no espaço público. Muitas vezes eram viúvas, que assumiam os negócios da família após o falecimento do marido, como a viúva Marg. Schneider:

À praça

A abaixo assinada toma a liberdade de participar aos seus freguezes e ao respeitavel publico em geral, que n’esta data passou a sua casa commercial, com todo o activo e passivo a seu filho.

Oscar Antonio Schneider

Ao mesmo tempo que agradece sinceramente aos seus freguezes e ao publico as muitas provas de estima e benevolencia, que constantemente dos mesmos recebeu, pede que transpassam a mesma benevolencia a seu filho e successor, pelo que de antemão se confessa grata.

Joinville, 1 de Maio de 1887.

Viúva Marg. Schneider¹⁷.

Essa mesma comerciante, três meses antes, já havia recorrido ao jornal para cobrar suas dívidas, fato que aparece nos jornais da época por duas vezes, em 20 de fevereiro e em 6 de março: “Viúva M. Schneider negociante estabelecida nesta cidade pede a seus devedores que venham saldar suas contas até o dia 15 de Março proximo. Joinville, 15 de Fevereiro de 1887”¹⁸.

Muitas mulheres também vieram a público por intermédio da imprensa local “prestar” outros serviços. Elisa D. Maya, por exemplo, na década de 1880 apresentava aos leitores as comodidades do seu hotel:

¹⁷ FOLHA LIVRE. Joinville, n. 16, p. 3, 8 maio 1887.

¹⁸ FOLHA LIVRE. Joinville, n. 5, p. 4, 20 fev. 1887.

Hotel
Ypiranga
com
Bilhar, jogo de bola e
café.
em Joinville, Rua d'Água.
A proprietária d'este estabelecimento pela longa pratica de 12 annos, que tem e como
brasileira conhecedora dos costumes brasileiros e estrangeiros, offerece aos Srs.
passageiros bom commodo, boa meza, aceio e promptidão a qualquer hora.
Banhos frios e quentes.
Coxeira para animaes e carros.
Preço de 1\$000 para cima e do costume.
Provincia de S. Catharina, Rua d'Água.
(Perto do desembarque).
Elisa D. Maya¹⁹.

Outro trabalho que parece ter sido muito requisitado era o de cozinheira: “Precisa-se de uma boa cosinheira. Para tratar nesta typographia”²⁰ / “Precisa-se de uma boa criada brasileira para casa de família e que saiba cosinhar e engomar; para informações na redação desta folha”²¹ / “Aluga-se uma boa criada brasileira; para informações na redação desta folha”²².

É muito provável que os anúncios que solicitavam explicitamente uma “criada brasileira” foram feitos por famílias também brasileiras, visto que muitos descendentes de imigrantes, mesmo nascidos em Joinville, ainda falavam só alemão, e portanto a comunicação com os brasileiros não era muito fácil.

Quanto às parteiras, sabemos da sua grande importância, e quando a imprensa se referia a elas usava, costumeiramente, o qualitativo “distinta”: “No dia 24 falleceu Laura Neumann, distinta parteira desta cidade”²³. Outra parteira que mereceu destaque na imprensa, na data de seu falecimento, foi a Sra. Friederike Buch:

¹⁹ FOLHA LIVRE. Joinville, n. 20, p. 4, 5 jun. 1887. Esse anúncio repete-se nos três números seguintes.

²⁰ FOLHA LIVRE. Joinville, n. 12, p. 4, 10 abr. 1887; e n. 13, 17 abr. 1887.

²¹ FOLHA LIVRE. Joinville, n. 1, p. 3, 23 jan. 1887.

²² FOLHA LIVRE. Joinville, n. 8, p. 4, 13 mar. 1887. Esse anúncio repete-se no n. 9, de 20 mar. 1887.

²³ FOLHA LIVRE. Joinville, n. 10, p. 2, 27 mar. 1887.

Falecimento: No dia 5 deste mês, faleceu nesta colônia uma antiga amiga da mesma, a parteira Friederike Buch, com idade de 73 anos. A mesma, nascida em Heimbürg, Braunschweig, prestou seu exame de parteira a 18 de maio de 1841, na cidade de Braunschweig. Em maio de 1855 emigrou com seus cinco filhos para o Brasil; seu marido já tinha falecido. Faltam informações mais remotas, sabemos apenas que a falecida, desde janeiro de 1870 até início de 1885, quando ficou adoentada, prestou sua ajuda de parteira em mais de 615 partos. Ninguém prestará outro depoimento que não o de que a “Vovó”, como ela mesma gostava de se chamar, lutou bravamente, fazendo de seus filhos gente honesta e trabalhadora²⁴.

A Sra. Julie também veio a público, por intermédio da imprensa, oferecer seus trabalhos, e para isso relatava suas experiências, apresentando, pela sua formação, suas “técnicas” e “segredos”:

Anúncio: Sra. Julie Strombach, com prática de parteira há 25 anos, formada e com exames prestados no Instituto de Parteiros de Dresden, oferece seus préstimos, através deste, às famílias aqui residentes e na região, pedindo ao mesmo tempo amável atenção. Endereço: Casa de Motzke, na Rua do Porto. Joinville, março de 1866²⁵.

Parteiras como Laura Neumann, Friederike Buch e Julie Strombach fizeram parte do cotidiano das famílias joinvilenses no século XIX. O número de parteiras era pequeno – “No último ano do século XIX, o município de Joinville [...] possuía três médicos, duas farmácias, duas parteiras e dois dentistas...”²⁶ – e possivelmente, por isso, eram tão reconhecidas pela comunidade, pois não paravam de “amparar” crianças, como por exemplo Friederike, que “prestou sua ajuda de parteira em mais de 615 partos”²⁷.

²⁴ KOLONIE ZEITUNG. Joinville, n. 11, p. 43, 12 mar. 1886. Tradução de Maria Thereza Boebel.

²⁵ KOLONIE ZEITUNG. Joinville, n. 12, p. 48, 19 mar. 1886. Tradução de Maria Thereza Boebel.

²⁶ GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Instituição e sociedade:** a trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville – 1852-1971. Joinville: Movimento & Arte, 1996. p. 31.

²⁷ Contudo cabe ressaltar que “o alto índice de mortalidade infantil era considerado normal. Em 1867, por exemplo, de 39 óbitos, 22 foram de crianças, número considerado ‘muito bom’”. *Ibid.*, p. 95.

Quando professoras, as mulheres geralmente ensinavam, além das disciplinas comuns, atividades manuais, tendo em vista que as tarefas relacionadas à educação das meninas deveriam estar voltadas para o interior – o lar –, pois, como lembra Françoise Mayer: “A finalidade é, efectivamente, a preparação das raparigas para as virtudes da vida doméstica e para os talentos úteis do governo de uma família”²⁸. Nesse sentido, também observamos nos jornais de Joinville anúncios de professoras descrevendo as atividades que estavam aptas a ensinar:

Maria Clara de Miranda Oliveira avisa ao respeitável público e especialmente às Exm. famílias que abriu um colégio n’esta cidade à rua do Norte. Ensina flores de escama, de papel, pano, penas, canutilho, vidrilho etc., bem como o português, a bordar em ouro e prata, e outras disciplinas. [...] Leciona também em casas de famílias, sendo aí os preços os que a anunciante convencionar, e todas as prendas que mais do agrado forem dos pretendentes²⁹.

Já no fim do século XIX, com o surgimento das fábricas, podemos verificar também a presença de operárias, como por exemplo na fábrica de charutos da família Schneider³⁰. Evidencia-se, ainda, que foi a partir da década de 1880 que começaram a aparecer nas “listas de imigrantes” mulheres com a profissão de operária. Até então, das mulheres apareciam nas listas, além do nome, a idade, a origem, às vezes a religião e o estado civil ou profissão – solteira, noiva de, criada de³¹.

Os trabalhos executados pelas mulheres de Joinville no século XIX são, possivelmente, os mesmos de tantas brasileiras e imigrantes em outras regiões, no entanto torná-los visíveis na construção de uma história de Joinville, demonstrando sua heterogeneidade, é imprescindível, pois, como alerta Marina Maluf:

²⁸ MAYER, Françoise. A educação das raparigas: o modelo laico. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (dir.). *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, s.d. v. 4, p. 280.

²⁹ KOLONIE ZEITUNG. Joinville. 28 maio 1889. *Boletim do Arquivo Histórico de Joinville*. Joinville, v. 1, n. 6, ago. 1984. Tradução de Maria Thereza Boebel.

³⁰ SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. *Adolfo Bernardo Schneider*: entrevista oral [29 abr. 1996, Joinville]. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva.

³¹ BOEBEL, Maria Thereza. *Maria Thereza Boebel*: entrevistas orais [25 fev. 1997 e 23 abr. 1997, Joinville]. Depoimentos concedidos a Janine Gomes da Silva.

Confiná-la exclusivamente ao espaço da domesticidade, ou a uma visão que se tem das atividades da porta para dentro, pode redundar no não-reconhecimento de seu trabalho (e do tempo socialmente gasto nele), de sua influência, seu poder não-formalizado e suas pressões sobre o conjunto do grupo social³².

Por entre bailes e Kraenzchen... Espaços de sociabilidades

Em Joinville, no século XIX, podemos perceber diferentes espaços de sociabilidades, os quais são, geralmente, restritos aos diferentes grupos étnicos. Os salões de baile, os piqueniques, os passeios a cavalo, as reuniões femininas e os clubes destinados ou para brasileiros ou para imigrantes revelam-se espaços de “sociabilidades restritas”³³, que além de demarcarem as diferenças étnicas descortinam experiências e vivências complexas, permeadas, muitas vezes, por nuanças de preconceitos³⁴. Dos detalhes desses momentos e dos prazeres desses encontros, podemos conhecer uma Joinville que se afasta da “lida” diária e se entrega às mais diversas formas de “diversão”³⁵.

³² MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 201.

³³ ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**: da Renascença ao século das Luzes. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3, p. 8.

³⁴ Embora as tensões entre brasileiros e imigrantes tenham ocorrido durante o século XIX, nesta escrita optamos por apenas “insinuá-las”. Especialmente sobre tal temática, ver: SILVA, 1997.

³⁵ Utilizamos a palavra diversão, e não lazer, para designar as diversas atividades que faziam parte das sociabilidades de homens e mulheres da cidade de Joinville no século XIX porque Denise Bernuzzi de Sant’anna, em *O prazer justificado*, demonstra como o conceito de lazer vai estar relacionado com as atividades do “tempo livre” nos espaços urbano e industrial. Como não são essas as características da cidade no período estudado, pois só a partir de 1880 podemos observar uma incipiente urbanização, concebemos essas práticas em Joinville como diversão. Ver: SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). **O prazer justificado**: história e lazer (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.

Convém salientar que o número de espaços destinados à diversão era considerável, já no início da colonização. Em 1867, por exemplo, existiam quatro salões de baile e quatro pistas para jogos de bolão³⁶. Contudo no período estudado o número de sociedades e as notícias veiculadas sobre essas atividades eram majoritariamente em relação às práticas dos imigrantes e de seus descendentes, possivelmente por estes serem a maioria da população³⁷.

Os bailes são destacados como espaços especiais nas reminiscências daquele tempo. Mesmo os relatos mais simples, e que descrevem com muitos detalhes as dificuldades dos trabalhos cansativos do dia a dia, rememoram com carinho os bailes, como na descrição de “Frau Stamm”:

Quando dançávamos, às vezes também cantávamos, era diferente de hoje, era uma harmonia, não existia o orgulho. Nós até íamos descalços no baile dançar. Quando chovia dançávamos nas casas, nós nos divertíamos; a música era uma gaita. [...] Ah, como isto era divertido, estávamos sempre alegres, até dançávamos descalços. [...] Durante algum tempo estava na moda usar aventais, estes a gente comprava no Hingler, eles eram amarrados nas costas, como a gente se sentia orgulhosa quando estava usando um destes aventais, íamos até dançar com eles [...]³⁸.

Muitas vezes, os relatos sobre os bailes narram verdadeiras aventuras para chegar ao local e para apresentar-se bem vestida:

Na época ainda não existiam os coches em Joinville e, como o local da reunião ficava um tanto afastado do centro, alugava-se uma carroça de 4 rodas, que oferecia como assentos sacos recheados de palha. E lá íamos nós – o vestido branco de musselina, sem o qual moça nenhuma aparecia nas festas – cuidadosamente dobrado e envolto num guardanapo branco, no colo – e lá íamos nós! No próprio local da reunião mudávamos de vestido. O local tinha o nome de “Zum Deutschen Kaiser” (Ao Imperador Alemão) e localizava-se à

³⁶ Subsídios históricos. Coordenação e tradução de Rosa Herkenhoff. Excertos do *Kolonie Zeitung*. Notícia de 20 jul. 1867. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, tomo XXX, n. 3, p. 81, mar. 1989.

³⁷ No fim de 1870, Joinville apresentava um total de 6.452 habitantes, sendo 4.085 estrangeiros e 2.367 joinvilenses ou naturalizados. *Ibid.* Notícia de 18 mar. 1871. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, tomo XXXIV, n. 4, p. 122, abr. 1993.

³⁸ Narração da “Frau Stamm”. In: CONTOS..., 1992. p. 6-7.

rua Santa Catarina, numa distância de meia hora do centro e pertencia a um senhor de nome Kalotschke. Mantinha ele, além do salão de baile, um restaurante num jardim, junto a um parque. Tudo de primeiríssima, para a época³⁹.

Ainda segundo Mella Kroehne, nascida em 1853, nesse mesmo salão do Sr. Kalotschke quase todos os domingos aconteciam, além da dança, os concertos⁴⁰. Aliás, esta parece ser uma importante característica dos espaços de sociabilidades dos grupos germânicos. É recorrente nos anúncios de jornais da época a referência a bailes acompanhados de apresentações de corais e teatro, ou ainda, antes do baile, a prática do tiro ao alvo, atividade também exercida por mulheres:

No 1º dia de Pentecostes, concerto, no 2º dia grande concerto, à noite baile.
Local: A. Kalotschke⁴¹.

Sociedade Harmonia

Domingo, 23 de maio, teatro e baile será apresentada a peça “De sete, a mais feia”, comédia em 3 atos [...] Início às 7:30h da noite
Joinville, 6.5.1880
Direção da Sociedade Harmonia⁴².

Guten Abend – Deu esta sociedade, no domingo passado, um animado baile a noite, e a tarde tiveram lugar os tiros ao alvo, por muitas senhoras. Os divertimentos estiveram concorridos e alegres⁴³.

Muitos são os nomes de sociedades dançantes que existiram em Joinville no século XIX, como os salões Berner, Fischer, Kalotschke, Molitor, entre outros, estes com mais frequência procurados pelos imigrantes e seus descendentes. Em

³⁹ RELATO de Mella Kroehne. *Boletim do Arquivo Histórico de Joinville*, Joinville, ano 5, n. 2, p. 10, mar. 1988.

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ KOLONIE ZEITUNG. Joinville, n. 20, 15 maio 1880. Anúncios, p. 82. Tradução de Maria Thereza Boebel. Obs.: O local é o mesmo citado por Mella Kroehne.

⁴² KOLONIE ZEITUNG. Joinville, n. 19, 8 maio 1880. Anúncios, p. 78. Tradução de Maria Thereza Boebel.

⁴³ O GLOBO. Joinville, n. 10, 11 maio 1884. Gazetilha, p. 40.

relação aos brasileiros, no mesmo período parecem ter sido os bailes do Congresso Joinvilense a diversão mais voltada a tal grupo, que tinha na sua diretoria uma composição apenas de brasileiros:

Sob o nome de “Congresso Joinvilense” fundou-se nesta cidade, em dias do mez passado, mais uma sociedade dansante, cuja diretoria ficou assim composta: presidente, o Sr. Antonio José Ribeiro; vice-presidente, o Sr. Antonio Pereira de Macedo; secretario, o Sr. Luiz José Cezarino da Roza; thesoureiro, o Sr. Antonio Joaquim Guerreiro de Faria e procurador, o Sr. José Joaquim Alves Machado. Com tal direcção prevemos longa vida a nova sociedade.

No dia 31 do passado teve lugar, no salão Berner, o baile de sua instalação, que finalisou as 4 horas da madrugada, voltando os socios e familias já sob os primeiros clarões do anno novo.

No dia 30 do corrente terá lugar a sua segunda partida⁴⁴.

Os bailes do Congresso aconteciam no salão Berner, espaço também frequentado por imigrantes, mas as notícias da época denunciavam a necessidade dos brasileiros de manter essa sociedade, pois nas outras (dos imigrantes) “as moças brasileiras não eram convidadas a dançar”:

Teve lugar domingo passado, no salão Berner, o baile mensal da sociedade “Congresso Joinvilense”.

Posto que a noite estivesse um pouco chuvosa, não era de esperar a pouca concorrência que se viu, e que se pode tomar como indiferença da parte dos respectivos socios, quasi todos brasileiros, para com a única sociedade dansante brasileira, ou pelo menos a unica que tem o titulo em lingua do paiz. Creada em novembro do anno passado, conseguiu ella reunir todas as familias brasileiras do lugar e mesmo algumas distinctas familias allemães desta cidade; a sua instalação foi animadora, ultimamente, porém, vaelhe apparecendo arrefecimento, sendo diminuta a frequencia ás suas partidas, apezar do esforço da sua boa directoria.

Estranhámos esse desanimo que, si se prologar por alguns mezes, terá como resultado a quêda do “Congresso”, vindo-se a realizar o que muitos dizem – *em Joinville não dura muito qualquer sociedade brasileira*.

Considerando que nas sociedades allemães desta cidade, ás quaes pertencem muitas famílias brasileiras, as moças

⁴⁴ FOLHA LIVRE. Joinville, n. 1, 23 jan. 1887. Seção Noticiosa, p. 2.

brasileiras não são convidadas a dançar senão pelos cavalheiros brasileiros (sem que achemos explicação para isso) torna-se preciso uma sociedade onde se recreiem as nossas famílias, maximé aqui onde os bailes são por assim dizer os unicos divertimentos.

Como sociedade brasileira o “Congresso” deveria ter uma organização mais nacional, como por exemplo abolir o artigo dos Estatutos que impõe pagamento pecuniario pelos convites, assim como renegar-se a systema de isolamento das senhoras pelos cavalheiros, quando é até uma delicadesa, depois da dança, o passeio de cavalheiros e damas pelo salão.

Esses são os nossos costumes e os nossos habitos.

Muito folgaremos se a distincta sociedade puder contar longos annos de uma feliz existencia⁴⁵.

Sutis demarcações de distinção, diferenças que nos espaços de diversão se apresentavam, talvez, com mais nitidez. Os discursos sobre Joinville expressam, costumeiramente, a harmonia, como as palavras de Crispim Mira sobre a cidade no início do século XX:

Ainda é puro o organismo social. Não n’o invadiram as corrupções de que padecem suas parceiras. Assim é que aqui não se *indaga da bolsa ou da origem* do individuo ou de sua posição. Indaga-se unicamente da honrabilidade dos sentimentos⁴⁶.

No entanto, na prática, a cidade era dividida por uma linha invisível, mas que legitimava, pelo menos em relação às atividades culturais, espaços para imigrantes ou para brasileiros, como por exemplo as atividades da Sociedade “Só para nós” (*Nur Fuer Uns*), que, fundada em 12/9/1895⁴⁷, se destinava exclusivamente aos imigrantes e descendentes. Esse “clima” propício às distinções também possibilitava e/ou almejava locais apenas para os brasileiros: “Baile dos Caboclos:

⁴⁵ FOLHA LIVRE. Joinville, n. 24, 3 jul. 1887. Seção Noticiosa, p. 3. Grifos meus.

⁴⁶ Crispim Mira *apud* Apolinário Ternes. In: TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993. p. 122. Grifos meus.

⁴⁷ HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...** Fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987. p. 95. Segundo depoimento de Maria Thereza Boebel, essa sociedade localizava-se em Pirabeiraba, área rural da cidade, e era, como o nome dizia, só para os imigrantes e seus descendentes.

Avisa-se aos socios e convidados que a partida do corrente mez será amanhã, às 8 horas da noite no salão Molitor”⁴⁸.

Por tantos indícios, podemos inferir que os bailes constituíram importantes espaços de sociabilidades para homens e mulheres no cotidiano joinvilense do século XIX. Em relação à harmonia entre os diferentes grupos étnicos, possivelmente as palavras do Sr. Schneider são as que mais retratam aquelas experiências:

Pagava a entrada e tinha direito. Não havia separado. [...] A separação acontecia dentro do salão. O salão era geralmente grande, [...] então numa banda sentavam os teutos e na outra banda sentavam os lusos. [...] Da família também tinha preconceito. [...] Havia pais que [...] assim como eles não concordavam com a mistura de brancos com pretos, assim não concordavam com a mistura⁴⁹.

Além dos bailes, outras atividades fizeram parte da diversão feminina no século XIX, como os Corais da Comunidade Escolar (*Schulgemeinde*)⁵⁰ ou ainda o Coral da Igreja Evangélica (*Evangelischer Kirchenchor*), fundado por iniciativa de Pauline Parucker em 1892, o qual ela regeu até 1898⁵¹. O número de sociedades fundadas, principalmente pelos imigrantes, foi bastante significativo⁵², e nelas as

⁴⁸ GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, n. 30, 23 abr. 1878. Anúncios, p. 120.

⁴⁹ SCHNEIDER, 1996.

⁵⁰ HERKENHOFF, 1987, p. 93.

⁵¹ *Ibid.*, p. 93.

⁵² Segundo Elly Herkenhoff, as “atividades sociais” dos imigrantes eram, desde o início da colonização, extremamente ricas e diversificadas. Em 1855 fundou-se a “Sociedade de Cultura”, no mesmo ano a “Sociedade de Canto Helvetia”, seguida pela “Sociedade de Atiradores de Joinville” e pela “Loja Maçônica – A Amizade Alemã”. No ano seguinte, surgiram a “Sociedade Beneficente Helvetia” e a “Sociedade Beneficente à Fraternidade”. Em 1859 foram fundadas a Sociedade de Teatro amador “Associação Harmonia” e a primeira Sociedade de Ginástica da América do Sul. Foram criadas associações recreativas como “A Boa Noite”, “Aconchego” e “A Noite Aconchegante”. Também eram inúmeras as agremiações de música, de teatro, de canto e de atiradores, ao lado de clubes de Skat, de xadrez, de bolão ou de associações condicionadas profissional e cientificamente, como a “Agremiação dos Cigarreiros”, a “Sociedade Beneficente dos Artesãos” ou o “Clube de Volapük” – o segundo de sua espécie na América do Sul – para divulgação do idioma universal inventado em 1880. Também na década de 80 surgiram diversas associações fundadas por luso-brasileiros, como o “Congresso Joinvilense”, o “Grupo Dramático 25 de Abril” e outros com finalidades políticas, como o “Clube Republicano”. In: HERKENHOFF, Elly. **Dossiê entregue em 1984 ao Sr. Wolfgang Voigt, cônsul honorário da República Federal da Alemanha, para solicitar a colaboração da RFA para a construção do prédio do AHJ.** Arquivo Histórico de Joinville, 1984. p. 7-8.

mulheres estavam presentes. Eva Trinks, por exemplo, juntamente com seu marido, Adolfo, dirigiu peças de teatro⁵³. Salienta-se que, mesmo durante as primeiras décadas da colonização, o teatro amador fazia parte da vivência de algumas pessoas, e para algumas sociedades fazer parte do teatro implicava também a participação nas “rodas de leitura”, como indica um anúncio de 1880:

Sociedade Harmonia

Comunica a seus associados que a partir de 2ª feira, 10 de maio, a Sala de Leitura estará funcionando no Local dos Irmãos Kühne, estando aberta diariamente à tarde, de 1 às 6. Além disso, todos os associados que tiverem interesse em participar da Roda de Leitura, mais restrita e semanal, são convidados a comunicar esta intenção à Direção da Sociedade, para que estes serões de leitura possam ter início em breve, visto que visam uma participação ativa no teatro amador⁵⁴.

Todavia não só as notícias referentes às “rodas de leitura” sinalizam para a prática da leitura de alguns homens e mulheres que viveram em Joinville no século XIX. Desde 1862 os anúncios do *Kolonie Zeitung* já mencionavam a presença do livreiro Auler, que fazia a distribuição do jornal ao mesmo tempo em que levava outras leituras ao público interessado:

Nessas oportunidades, J.H. Auler levava consigo também livros e revistas importadas da Alemanha, como por exemplo a “Gartenlaube”, bastante apreciada pelo seu conteúdo familiar e que por este motivo alcançava tiragens elevadas. Levava consigo ainda, quase sempre sob encomenda, catálogos de bordados, pontos de cruz, crochê etc.

J.H. Auler se utiliza ainda do mesmo jornal, por ele distribuído e com tamanha eficiência na Colônia distante, como veículo de propaganda.

Assim o mesmo oferece Primeira Cartilha aqui impressa e de sua própria autoria, assim como cadernos, lápis, cartões de Boas Festas [...] ⁵⁵.

⁵³ HERKENHOFF, 1987, p. 70.

⁵⁴ KOLONIE ZEITUNG. Joinville, n. 19, 8 maio 1880. Anúncios, p. 78. Tradução de Maria Thereza Boebel.

⁵⁵ SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Vultos ilustres da Colônia Dona Francisca**: João Henrique Auler. Joinville: Ipiranga, 1966. p. 9. Salienta-se também que, segundo Elly Herkenhoff, desde 1865 havia uma Associação de Leitura (*Leseverein*) em Joinville. In: HERKENHOFF, 1984, p. 5.

Também a escrita em álbuns de poesias/recordações demonstra que a leitura e a escrita constituíam espaços de sociabilidades para algumas mulheres. Escrever, possivelmente, não era um ato corriqueiro, mas algumas, como Helene Brand, Emma Anton e Anna Stamm⁵⁶, possuíam tal hábito. Em seus álbuns de poesias/recordações “cultivaram” as amizades, os conselhos, as sugestões e os votos de felicidades. “Votos”, em alguns casos, de parentes que ficaram em outras terras e que, por meio desses registros, podiam ser (re)lembrados. A escrita de recordações para as amigas revelava, muitas vezes, o lado íntimo da prática da memória feminina. Registros esparsos evidenciam, mesmo que de forma “acanhada”, diferentes vozes femininas, que falavam das amizades, dos amores, das saudades, das despedidas e das esperanças...

Mais recorrentes que as “escritas femininas” são os escritos sobre os passeios no século XIX. Nas várias cartas que escreveu para sua mãe, Ottokar Doerffel referia-se aos divertidos passeios que realizava com a esposa, Ida:

Ida recebeu de mim uma sela no Natal e um cavalo no seu aniversário e desde então, apesar da infelicidade da primeira tentativa, ela dispôs-se a montar, assim que ela agora trota rija ao meu lado. Nosso divertimento de domingo, normalmente, constitui-se disto, darmos juntos um passeio a cavalo e visitar uma família que mora distante daqui. No domingo passado, num magnífico dia de inverno que pode ser comparado a um formoso dia de maio de vocês, nós cavalgamos até a propriedade dos Poschaan, que dista cerca de uma hora daqui, um antigo rico comerciante de Hamburgo⁵⁷.

A diversidade de informações e fotografias de passeios e piqueniques referentes ao século XIX mostra que, assim como a participação em “sociedades”, para algumas famílias essas atividades representavam importantes espaços de sociabilidades. E, neste “passear” pela história local em um tempo pretérito, encontramos diversas narrativas, desde aquelas que contam de rápidos passeios a vizinhos próximos até divertidas aventuras, como as vivenciadas por Mella Kroehne:

⁵⁶ Tais “álbuns”, todos do acervo do Arquivo Histórico de Joinville, bem como algumas poesias escritas por mulheres, foram analisados em minha dissertação de mestrado, visando conhecer algumas práticas da memória feminina. Ver SILVA, 1997.

⁵⁷ DOERFFEL, Ottokar. **Carta de Ottokar Doerffel para sua mãe**. Joinville, 10 ago. 1855. Tradução de Helena Remina Richlin. Arquivo Histórico de Joinville.

De vez em quando também se organizavam cavalgadas ou então piqueniques ao alto do Boa Vista, o morro que se ergue nos fundos da Colônia Francesa e de onde se avista o mar e a Lagoa de São Francisco. As senhoras eram, de um modo geral, boas cavaleiras e não havia falta de cavalos. Ninguém se mostrava tão egoísta naquela época, e quem não possuía animal e nem sela arranjava o necessário facilmente por empréstimo. Somente existia uma dificuldade para o cavalheiro que se tivesse comprometido a conseguir um cavalo para alguma dama: prender o animal no pasto. O remédio era madrugar, levar espigas de milho e boa dose de paciência para conseguir a presa. Geralmente era para a serraria do Príncipe, à estrada da Serra, na altura do quilômetro 18, que a cavalgada se dirigia. A acolhida dos excursionistas era sempre a mais cordial, por parte do representante do Príncipe, um ex-oficial do exército de Schleswig-Holstein, e sua esposa. Outro ponto bastante visitado era Pirabeiraba, onde existe o engenho de açúcar do Duque de Aumale, assim como também o núcleo de nome Annaburg, bastante afastado, ou então se dava um passeio pelas estradas distantes da Colônia. É evidente que não faltaram episódios dos mais hilariantes naquelas excursões. Quando se tratava de um piquenique ao Boa Vista, a partida sempre se dava de manhã. As senhoras cuidavam dos comes e bebes e da louça necessária, não podendo faltar uma grande chaleira, e os cavalheiros é que tinham de carregar tudo, e às vezes até mesmo se contratava um carregador. No alto do morro, então, acendia-se o fogo, os homens iam apanhar a água numa picada lateral, coava-se o café, estendia-se uma toalha sobre a qual se serviam todas as delícias trazidas, comia-se, bebia-se, ria-se, brincava-se, até a hora da volta, na parte da tarde⁵⁸.

Mas, possivelmente, nenhuma sociedade tenha sido um espaço de sociabilidade tão feminino como os *Kraenzchen*⁵⁹. Os *Kraenzchen*, grupos de mulheres que se reuniam originalmente para fazer crochê, ainda existem em Joinville entre as descendentes de imigrantes. A atividade manual – o crochê –

⁵⁸ RELATO de Mella Kroehne..., p. 11-12, mar. 1988.

⁵⁹ Segundo Elly Herkenhoff, a palavra alemã "é o diminutivo de 'Kranz'" e significa pequena coroa de flores, servindo para designar um pequeno círculo de pessoas que se reúnem, quase sempre mulheres. *Kraenzchen* é, portanto, entendido como grinalda ou crochê, sendo esta última expressão mais usada. HERKENHOFF, 1987, p. 213.

já não necessariamente faz parte do encontro, mas o nome continua, como uma singela homenagem àquela prática das antigas imigrantes:

Os “Kraenzchen” ou “Crochê” aparecem citados nas mais diversas fontes, nas memórias, nas fotos, nas cartas, nas poesias e nos relatos de viajantes. Os “crochês” reúnem (e reúnem), quase sempre, moças ou senhoras da mesma faixa de idade e do mesmo nível social e cultural [...]. As reuniões das “associadas” se realizam uma vez por semana, em dia certo, alternadamente em casa de uma das amigas e esta, como anfitriã, oferece um lanche, isto é, um bom café com “Kuchen”, bolo e outros quitutes, preparados com esmero e perícia e, evidentemente, segundo as possibilidades econômicas da anfitriã⁶⁰.

Deixaram pistas de suas participações em *Kraenzchen*, por intermédio de poesias, estatutos, fotografias, memórias, principalmente mulheres alemãs que pertenciam a certa “elite”⁶¹. As reuniões dessas mulheres, muitas vezes, aconteciam aos sábados à noite, possivelmente pelo acúmulo dos trabalhos da lida diária, pois, apesar de pertencerem a famílias financeiramente mais favorecidas, cabiam a elas as tarefas domésticas. E sobre o que conversavam nesses momentos em que se desligavam dos trabalhos da casa?

Enganam-se os que julgam pelas aparências, acreditando que o assunto nesses encontros – ontem como hoje – não passava e não passa de crianças e criadas, futilidades e fofocas. [...] se havia o desejo de expansão e intercâmbio de conhecimentos e experiências entre as amigas, esse clima nos foi sendo transmitido de geração em geração [...], círculos em que os assuntos são de surpreendente complexidade. [...] Círculos houve e continua havendo, em que as participantes não apenas executam os mais delicados e complicados trabalhos de bordado ou crochê, após o lanche, mas onde trechos especiais de publicações são lidos em voz alta e depois debatidos [...] ⁶².

⁶⁰ HERKENHOFF, 1987, p. 213.

⁶¹ Eram, na maioria das vezes, mulheres dos fundadores das indústrias e estabelecimentos comerciais. As “associadas” que encontramos pertenciam a famílias com sobrenomes como Boehm, Lepper, Jordan, Colin, entre outros. Talvez mulheres pobres imigrantes também tivessem seus *Kraenzchen*, ou ainda brasileiras se reunissem em associações semelhantes. Infelizmente, se tiveram, não encontramos seus indícios.

⁶² HERKENHOFF, *op. cit.*, p. 215-216.

Dos fragmentos dos *Kraenzchen*, como na composição de um mosaico, podemos vislumbrar alguns instantes daqueles “momentos femininos”. Em junho de 1899, Rosa, Martha, Lina, Verena, Sofie N., Jenny J., Elli, Frida, Jenny L., Luise, Emma, Helene, Marie e Lilly fundaram o Alegre Fim de Semana (*Heiterer Wochenschluss*). Estavam decididas quanto à continuidade de tal “associação” e tinham um signo – uma fitinha vermelha com o nome do clube que deveria ser usada em todos os encontros. Redigiram também um estatuto e, a partir daquela data, tornaram-se “sócias”. Talvez nem elas mesmas pudessem imaginar que tal *Kraenzchen* teria uma vida longa e que tantos anos depois uma das associadas teria nesse círculo de amigas a inspiração para um poema. Lilly Tiede, em 1929, ao escrever sobre as “velhas senhoras”, demonstrou um pouco sobre os momentos que passavam juntas:

[...] Pois bem, estas simpáticas senhoras,
que se reuniam a cada semana para,
com deliciosos doces e muito chá,
conversar e trocar suas alegrias e tristezas,
também aquilo que aconteceu na semana passada.
Tudo era discutido e comentado [...] ⁶³.

Outros foram os *Kraenzchen* fundados no século XIX, como por exemplo o Vontade de Fazer Crochê (*Häkellust*), fundado em 1900, ou ainda o Clube Diabinhas Borbulhantes (*Sprühteufel Club*) ⁶⁴.

Algumas são as imagens que resistiram ao tempo e permanecem – meio apagadas e amareladas – como verdadeiros testemunhos de que os *Kraenzchen* constituíram, para algumas mulheres, um espaço de discussão privilegiado. Possivelmente esses *Kraenzchen*, mesmo que de maneira acanhada, revelavam um ensaio de esfera pública feminina. Em algumas fotografias, as “associadas” apenas posam para o fotógrafo. Em outras, elas sugerem minúcias de suas vivências, como por exemplo o hábito da leitura.

⁶³ TIEDE, Lilly. *O clube das velhas senhoras*. Poesia. 1929. Tradução de Maria Thereza Boebel. Acervo pessoal de Maria Thereza Boebel.

⁶⁴ Desses dois *Kraenzchen*, encontramos fotografias no acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Figura 2 – *Sprühteufel Club* (Clube Diabinhas Borbulhantes)

As Diabinhas Borbulhantes crocheta, e uma lê um livro, talvez em voz alta, para as outras. Ora, se nos *Kraenzchen* “tudo era discutido e comentado”, como afirmou Lilly Tiede, não podemos saber que “segredos” compartilhavam, nem mesmo sobre o que liam. Mas os detalhes que fizeram questão de retratar nos contam um pouco de suas sociabilidades.

Na reconstrução do passado, vozes de mulheres...

Ao olhar Joinville em um tempo pretérito e buscar nos detalhes da vida cotidiana – “das coisas deixadas de lado” – indícios para tecer uma história sobre as vivências de mulheres, deparamos, muitas vezes, com ausências, com silêncios, com sussurros. Sussurros que aos poucos vão tomando forma, possibilitando-nos ouvir vozes femininas, na reconstrução do passado, as quais nos falam de muito trabalho – da cozinha, da venda, da roça, da costura, dos partos.... Essas vozes também sugerem outras experiências, marcadas por práticas de sociabilidades nos bailes, nos passeios, nos corais, nos *Kraenzchen*, todavia não são diretas, objetivas, precisas... São vozes que permearam as fontes, que insinuaram pistas, que se revelaram em fotografias.

Em Joinville, durante o século XIX, a maior parte da população era composta por imigrantes e seus descendentes. Como pudemos perceber, é sobre esse grupo étnico que permaneceram mais informações guardadas nas lembranças ou abrigadas nos “espaços da memória”, como por exemplo o Arquivo Histórico de Joinville. Ainda assim, na maioria das vezes, é sobre os imigrantes homens que a história é escrita. E, na urdidura de uma história sobre as mulheres, são também as imigrantes que com maior frequência “entram em cena”. Isso não significa, contudo, que as experiências das mulheres brasileiras não estejam à espera de se tornarem mais visíveis. Afinal, o passado é assim, um convite a novas interpretações. Outras escritas podem sondar o passado da cidade com outro olhar, inspiradas, talvez, pelas reflexões de Massimo Canevacci:

Uma cidade se constitui também pelo conjunto de recordações que dela emergem assim que o nosso relacionamento com ela é restabelecido. O que faz com que a cidade se anime com as nossas recordações. E que ela seja também agida por nós...⁶⁵

⁶⁵ CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Tradução de Cecília Prada. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997. p. 22.

AQUI “JAZ” UM HOSPITAL...

Arselle de Andrade da Fontoura

Ao caminharmos por entre os túmulos do Cemitério Municipal de Joinville, ao apreciarmos as belezas de muitas esculturas e capelas, às vezes sentindo vontade de chorar, nem sempre pensamos nos múltiplos significados desse espaço, que mantém histórias de muitas vidas.

Também nesse espaço outras experiências foram vivenciadas. Poucas pessoas sabem, mas no início do século XX, no local onde atualmente está esse cemitério, foi construído outro tipo de “abrigo” – um abrigo para doentes mentais: o Hospital Oscar Schneider. E é a tal espaço, ao contexto de sua época e da sociedade que o criou, buscando delinear uma cartografia para a cidade, que este trabalho objetiva dar visibilidade.

A criação do Hospital Oscar Schneider, em 1923, coincide com o processo de modernização-urbanização da cidade, tendo sido a primeira instituição em Joinville destinada exclusivamente ao tratamento de doentes mentais¹, pois essas pessoas apresentavam comportamentos considerados desviantes e indesejáveis ao convívio social e à nova ordem “estabelecida”.

Observa-se que o processo de institucionalização da loucura perpassou diversas épocas e diferentes cenários. Pelos estudos de Foucault, sabe-se que até a segunda metade do século XVIII os espaços destinados às pessoas consideradas

¹ O início da assistência psiquiátrica em Santa Catarina ocorreu, num primeiro momento, em Brusque, com a criação em 1910 do Asilo de Azambuja, sob o controle das freiras da Irmandade Divina Providência.

loucas eram os mesmos reservados para mendigos, desocupados, criminosos e despossuídos de toda sorte. A partir do século XIX, com a modernidade – a “Idade da Razão” –, a loucura passou a ser categorizada como um desvio de conduta dos padrões de normalidade aceitos pela sociedade. Foi nesse momento que se deu o nascimento da psiquiatria, ou seja, a medicalização da loucura. Não bastava mais excluir as pessoas que apresentassem comportamentos desviantes, tornava-se necessário estudá-las e tratá-las pela medicina. A exclusão ganhava uma nova roupagem. O saber científico transformava os antigos locais de confinamento em espaços terapêuticos e de cura².

Mas pensar a loucura e/ou o seu tratamento em Joinville não se restringe ao início do século XX – momento sobre o qual podemos inferir que ocorre uma institucionalização da loucura³, com a criação do Hospital Oscar Schneider –, pois existem registros do século XIX que indicam a presença de “loucos” na colônia, os quais foram motivo de intensos debates com as autoridades municipais.

Essa preocupação pode ser observada por intermédio das Atas da Câmara Municipal, que registram os encaminhamentos realizados especialmente pela Comissão Sanitária, referentes ao atendimento aos alienados e indigentes existentes na Colônia⁴. Estes eram enviados para o Hospício Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, criado em 1852 para atender os alienados de todo o Império⁵, ou eram alojados provisoriamente no Hospital Municipal, que recebia verba especial da Câmara para realizar esse serviço.

² FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

³ Neste trabalho não será desenvolvida uma análise sobre as diferentes abordagens referentes à institucionalização da loucura. Ele se restringe a abordar a institucionalização como o momento em que se articula uma política de controle sobre determinados segmentos e se criam espaços específicos para atender a essa demanda, no caso, em especial, pessoas consideradas doentes mentais. Nesse sentido utilizamos o conceito de Goffman de instituições fechadas, o qual as define como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. GOFFMAN, Irving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

⁴ STOCK, Augusto. **Livro de Atas da Câmara Municipal de Joinville**. Joinville, 18 mar. 1878.

⁵ Esse hospício é um marco institucional da assistência psiquiátrica brasileira. Ver RESENDE, Heitor. Políticas de saúde mental: uma visão histórica. In: TUNDIS, Silvério Almeida; COSTA, Nilson do Rosário. **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990; MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Na colônia, a presença de loucos era vista com indignação, “piedade” e preocupação pelas autoridades locais e por algumas pessoas da sociedade, tornando-se, por vezes, assunto da imprensa local, que também refletia a necessidade de construir espaços específicos para atender esses “infelizes”:

A poucos dias fui ao Pirahy e cheguei à casa de Manoel Alves Ferreira, por constar-me que este se achava louco. E efetivamente o pobre homem está em completo estado de loucura, preso em um quarto gradeado com grossos panos, acorrentado e algemado, parecendo-se mais uma fera que criatura humana!

A infeliz família, que é composta, na sua maior parte, de crianças, vive aterrorizada. Disse-me a mulher do infeliz que a quatro anos que seu marido vive naquele estado e que tem ocasiões de fúria, como já sucedeu uma vez em que chegou a quebrar correntes e grades e sair; conseguindo os vizinhos, que aliás são bem separados, com muita dificuldade e risco de vida po-lo na prisão.

[...]

Este fato que eu narrei faz-me ocorrer à mente uma lembrança que em seguida exponho: a criação de uma associação de beneficência. É possível que entre os dois municípios, Joinville e São Bento, possa se conseguir uma sociedade beneficente com sede em Joinville, tomando-se por base o número de habitantes, calculado aproximadamente em vinte mil. Ora, destes tire-se a metade e ficarão dez mil contribuintes a 250 réis por mez; ter-se-há então 2:500\$000 ou uma receita de 30 contos de réis por ano.

[...]

É claro que no fim de 2 anos teria a sociedade meios mais que suficientes para a construção de um hospital de caridade e lugar apropriado para recolher os infelizes loucos que, como este Ferreira, tem a desgraça de perder o juízo; contractar médicos e botica e o pessoal necessário ao estabelecimento, recebendo os doentes e pobres e os desvalidos, embora não pertencessem à sociedade, continuando-se a admitir novos sócios, a fim de aumentar sua receita e ir gradualmente empregando-a em benefício dos associados necessitados e de suas famílias.

Parece-me fora de toda dúvida que uma associação assim seria abraçada por todos, ricos e pobres, porque todo o seu fim seria útil, seria de beneficência, seria de caridade⁶.

⁶ FOLHA LIVRE. Joinville, 24 abr. 1887. A grafia de todos os documentos originais foi mantida.

A “sociedade beneficente” não se concretizou, contudo a expectativa e a necessidade de um espaço para doentes mentais contribuíram para a alteração do regulamento do Hospital Municipal, o qual, em seu artigo 28, anteriormente não permitia o tratamento de alienados, exceto em casos especiais e por um curto espaço de tempo, para que as “respectivas famílias ou curadores organizem em seus domicílios um lugar próprio e seguro para conservação desses infelizes, mas nunca excedendo o prazo de 3 dias”⁷. A alteração possibilitou, assim, a criação no hospital, em 1906, de um pequeno “hospício”:

Tenho a honra de comunicar a V. Excia que foi instalado o hospital para alienados no princípio deste mês, sendo recolhidos seis infelizes em quatro compartimentos, adaptados ao seu fim especial, bem arejados e correspondendo às exigências da higiene. Cumpre-me, entretanto, acrescentar que neste município ainda existem mais alienados, cujo estado exige o recolhimento para o dito hospital, e em consideração de que no futuro o número de loucos sustentados pelo cofre estadual variará, tomo a liberdade de propor a V. Excia. que o pagamento das quantias, concedidas pelo Governo do Estado para o custeio do referido estabelecimento, seja efetuado mensalmente por meio de folha de pagamento, visadas pelo promotor público desta Comarca [...] ⁸.

Contudo esse pequeno espaço, cujo tratamento não era delineado por um saber especializado e acolhia um público bastante diversificado, foi insuficiente para atender à demanda da cidade e da região, sendo seguidamente solicitada a construção de um hospital específico para alienados. A esposa de Oscar Schneider, então, atendendo às exigências da sociedade e à solicitação de seu falecido esposo, construiu, em 1923, em um terreno doado pelo município, um hospital para alienados, o qual recebeu em homenagem o nome de seu marido.

É importante ressaltar que a construção do Hospício Oscar Schneider não coincide com o mesmo momento em que surgiram hospícios em outras regiões do país, tais como São Paulo (1852), Rio de Janeiro (1852), Salvador (1874), Recife

⁷ CONSELHO MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Regulamento para os empregados municipais e para o Hospital Municipal**. Resolução n.º 35, de 1898. p. 8. Arquivo Histórico de Joinville.

⁸ OLIVEIRA, Carlos Gomes de. **Superintendência Municipal de Joinville**. Joinville, 1906. Arquivo Histórico de Joinville.

(1861) e Porto Alegre (1884), embora haja algumas características semelhantes no que tange à necessidade de reordenar o espaço urbano e segregar as pessoas indesejáveis ao convívio social⁹.

No Brasil o tratamento psiquiátrico atingiu uma grande dimensão no fim do século XIX. O alienismo assumiu um caráter social, embasado na teoria da degenerescência¹⁰, destinado à disciplinarização e limpeza das cidades. A teoria da degenerescência norteou o debate social e técnico-científico, chamando a atenção da população para o aumento do número de degenerados localizados nos centros urbanos e atribuindo esse crescimento ao caráter biológico, contagioso e hereditário que possuía a loucura.

Sob a ótica da degenerescência, a vesânia estava intimamente associada ao crime, à desordem, à irresponsabilidade. Segundo estudos realizados por Maria Clementina Cunha, a loucura, que antes era associada à “perda da razão” (Pinel), passou a ser vista pelo enfoque social, centrada na concepção da “monomania” (Esquirol) e da “loucura moral” (Pritchard), remetendo o alienismo à esfera do comportamento. A medicina psiquiátrica assumiu um caráter de intervenção no organismo social, não restringindo a sua atuação apenas à saúde dos indivíduos, mas à saúde das cidades¹¹.

Foi, no entanto, com a construção dos hospícios que se inaugurou no Brasil a própria psiquiatria. Sob sua égide, instauraram-se saberes e práticas que deveriam ser capazes de preencher ao mesmo tempo os atributos de cura

⁹ Durante a segunda metade do século XIX, houve a construção de grandes hospitais de alienados nos principais centros nacionais, contudo é importante registrar que a assistência psiquiátrica se intensificou a partir do início do século XX, acarretando também a elaboração de vários decretos que buscavam regulamentá-la. Entre eles destacamos o Decreto n.º 1.132, de 22 de dezembro de 1903, que visava reorganizar a assistência aos alienados; o Decreto n.º 24.559, de 3 de julho de 1934, que dispunha sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dava outras providências; o Decreto-Lei n.º 3.171, de 2 de abril de 1941, que visava reorganizar o departamento de saúde, do Ministério da Educação e Saúde; e o Decreto-Lei n.º 8.550, de 3 de janeiro de 1946, que autorizava o Ministério da Educação e Saúde a celebrar acordos, visando à intensificação da assistência psiquiátrica no território nacional. Durante a década de 1940 houve uma campanha no Serviço Nacional de Saúde Mental para a criação de novos hospitais psiquiátricos nos estados brasileiros.

¹⁰ Para um estudo mais aprofundado sobre a teoria da degenerescência, ver SOIHET, Raquel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

¹¹ CUNHA, Maria Clementina P. **O espelho do mundo: Juqueri, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

e assistência, de medicalização e exclusão, da prática hospitalar e da limpeza da cidade. A psiquiatria deveria implantar a instituição asilar e dar-lhe um perfil médico adequado aos seus propósitos e às necessidades políticas e sociais da época. De acordo com Maria Clementina Cunha:

[...] o alienismo brasileiro nasceu marcado por uma ênfase aparentemente anacrônica na instituição asilar, recorrendo aos modelos e aos argumentos de seus fundadores, às suas tecnologias coletivas centradas no tratamento moral, à prioridade conferida às funções de “assistir, tratar e consolar”, antes mesmo que às de curar. O hospício proposto neste contexto preencherá igualmente as necessidades de abrigar resíduos improdutivos da força de trabalho urbana – como atesta a presença de contingentes consideráveis de pessoas senis, jovens “problemáticos”, débeis mentais, indivíduos com deformidades congênicas de várias espécies, que povoam suas dependências¹².

Estando, contudo, voltado especialmente à problemática urbana, o alienismo e suas práticas mantêm os pressupostos teóricos da degenerescência e do organicismo, pois tais direcionamentos permitiram a medicalização de uma vasta gama de comportamentos individuais e sociais que se distanciavam dos padrões da moral e/ou da disciplina. Assim, a associação da loucura com o crime e a imagem de sua periculosidade construída pelo saber psiquiátrico construíram instrumentos básicos para colocar sob suspeita indivíduos e segmentos sociais incômodos. Foi traçada, nesse momento, uma “versão acentuadamente autoritária da psiquiatria, marcada também pela concepção de progresso que caracteriza o pensamento científico e social no Brasil do final do século XIX”¹³.

Mesmo não tendo sido construído no fim do século XIX – período de fundação dos maiores hospícios brasileiros –, o Hospital Oscar Schneider, se por um lado foi fruto de uma ação filantrópica, por outro passou a atender também às exigências de uma nova concepção de cidade, pois deveria “tratar” e manter excluídas do convívio social pessoas cujo comportamento maculava e/ou ameaçava os anseios de transformar Joinville em uma cidade “civilizada”.

¹² CUNHA, 1986, p. 46.

¹³ *Ibid.*, p. 52.

Salienta-se que Joinville, desde que foi colonizada por imigrantes europeus, vivenciou diferentes problemas em relação às questões vinculadas à saúde e à higiene. Esses problemas, ao mesmo tempo em que foram fruto dos seus aspectos ambientais, agravaram-se por causa do grande número de pessoas que vieram para a Colônia Dona Francisca por meio da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, sem planejamento de infraestrutura. Problemas referentes à falta de tratamento de água e sistema de esgoto, por exemplo, perpassaram toda a segunda metade do século XIX e continuaram existindo ao adentrar o novo século. Todavia foi no início do século XX que eles tiveram mais ênfase nos discursos locais¹⁴, uma vez que, a partir principalmente de uma incipiente urbanização proporcionada pela economia ervateira, já no fim do século XIX, Joinville começou a apresentar feições urbanas¹⁵. Somado ao grande número de trabalhos na área rural, percebe-se um aumento das atividades desenvolvidas no núcleo urbano, o que proporcionou uma preocupação com a organização da cidade, a criação de normas e valores condizentes com a nova realidade¹⁶.

A necessidade de limpeza, saúde, ordem, entre outras, passou a significar mais do que uma preocupação com o bem-estar da população, tornou-se apanágio de “civilização”. Os esforços locais voltavam-se para tornar Joinville uma cidade “civilizada”, pois os problemas urbanos que existiam não condiziam com a imagem que ela “deveria” apresentar. Assim, observamos, por exemplo, no relatório do ano de 1897, a criação de sociedades no fim do século XIX para administrar os locais públicos, iniciando um processo de embelezamento, reorganização e gerenciamento do espaço urbano:

Embelezamento da cidade

Tenho o prazer de mencionar aqui, que no ano próximo findo, em nossa cidade, se formou uma sociedade, tendo por fim o afroseamento [sic] de Joinville, especialmente a

¹⁴ GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Instituição e sociedade: a trajetória do Hospital São José de Joinville – 1852-1971**. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

¹⁵ Ver TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986; e S. THIAGO, Raquel. **Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Batista**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

¹⁶ Sandra Guedes, ao analisar o sanitarismo em Joinville, demonstra que desde o início da colonização houve uma preocupação em construir a cidade conforme as normas higiênico-sanitaristas. Mas, diferentemente de outras cidades onde a preocupação com a higiene surgiu apenas no começo do século, em Joinville, pelo menos no âmbito do discurso, ela veio junto com os primeiros imigrantes. GUEDES, *op. cit.*, p. 5.

criação de um jardim público na praça denominada “do mercado”, melhoramentos de outros lugares públicos e adaptação e preparos de sítios, que ofereçam bons golpes de vista [...] A fundação desta Sociedade tem produzido contentamento geral e especialmente a esta superintendência, que sobrecarregada de serviços municipais de diversas naturezas, e lutando com a falta de meios suficientes e de pessoal apto para a execução de semelhantes melhoramentos, alegra-se sinceramente com o auxílio de tantos e bons auxiliares voluntários, que vem se oferecer para um ramo dos negócios municipais, até hoje tão pouco cultivado.

Os cavalheiros que formam a direção desta sociedade, todos animados da melhor boa vontade e desejos de ser úteis a nossos municipais, estou certo, transformarão em breve tempo o pouco atrativo lugar da praça em um belo jardim público¹⁷.

É importante destacar que a criação dessa sociedade, elogiada pelas autoridades locais, não visava apenas ao “afroseamento de Joinville”, porém pode ser sublinhada como o início de uma série de operações que deveriam ser realizadas na ordenação e controle da sociedade. Indica, ainda, a existência de uma urdidura entre uma elite favorável aos anseios de civilização e o poder público. Esses “cavalheiros ilustres”, responsáveis pela criação da “Sociedade de Embelezamento”, não se dedicavam somente à beleza do cenário urbano, pois eram eles ou seus representantes que também ditavam as normas de convívio na sociedade, principalmente por intermédio da elaboração de códigos de posturas:

Posturas

Art. 1. São absolutamente proibidas as edificações conhecidas por Cortiços e Meia-água dentro dos limites da cidade e em seus arrabaldes.

§ 1. Entende-se por “cortiço” a reunião de pequenas casas, unidas em paredes de meia, embora tais edificações sejam no interior dos terrenos.

§ 2. Entende-se por “Meia-água” as edificações que não tenham os telhados em elevação, desaguando para as ruas, ou lados, e não sejam feitas na forma usual das casas e com a altura do art. 134 das posturas em vigor.

§ 3. A proibição das meias-águas estende-se a frente nas ruas e aos lados de edifícios.

¹⁷ BRUESTLEIN, Frederico. *Relatório do ano de 1897, apresentado ao Conselho Municipal de Joinville*. Joinville, 17 jan. 1898. Arquivo Histórico de Joinville.

§ 4. A proibição dos cortiços estende-se a 3 kilometros, contados dos limites da cidade.

A multa de 50\$000 punirá ao infrator, além de ser obrigado a desmanchar a obra que tiver construído.

Art. 2. Dentro dos limites da cidade são proibidos os fandangos. Multa de 30\$000 ao infrator.

Art. 3. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se¹⁸.

Dar um “colorido moderno” à paisagem urbana, proibindo a proliferação de construções não planejadas arquitetonicamente, é um importante aspecto das leis municipais. Mais do que desenhar uma nova feição para a cidade – sem cortiços, meias-águas e fandangos –, delimitam um espaço do limpo, do belo e não propício a aglomerações. Nessa perspectiva, observa-se por intermédio dos códigos de posturas de 1898 e 1903 uma série de normas municipais deliberadas pelo poder público que estabelecem novas regras de sociabilidade e padrões de edificação para Joinville:

Código de Postura

Uma providência a tomar-se e para a qual solicito o vosso cuidado é a que aconselha certa alteração das posturas com referência as edificações nas principais ruas da cidade. Já entramos n’um período de adiantamento que reclama para as edificações mais arquitetura e arte em favor do “aformoseamento” e mais condições higiênicas em favor da saúde pública.

Esse estilo uniforme e desgracioso, de telhados grandes e ponteagudos, próprios para os climas frios, de varandas a frente e de degraus de entrada lançados para o exterior da porta, tudo isso imprime um aspecto aldeão e colonial a nossa cidade, em que um outro raro edifício moderno vai quebrando a velha monotonia.

E em tratando-se deste assumpto, acho a oportunidade lembrar-vos a conveniência de se ir substituindo por nomes nacionais a nomenclatura das nossas ruas, desde que as atuais denominações não recordem uma personagem ou um fato de relativa significação histórica local¹⁹.

¹⁸ CONSELHO MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Resolução do ano de 1898**. Joinville: Typ. Boehm. Arquivo Histórico de Joinville.

¹⁹ OLIVEIRA, Procópio Gomes de. **Relatório da gestão dos negócios do município de Joinville durante o exercício de 1903**. Joinville: Typ. Schwartz, jul. 1904. Arquivo Histórico de Joinville.

Entretanto tal código não infere apenas sobre as edificações, aponta também para outros aspectos de vivência no espaço urbano, sinalizando uma incipiente preocupação nacionalista, pouco visível nesse momento, mas que será alvo de preocupação com a valorização da brasilidade e a distinção em relação ao teuto-brasileiro²⁰.

É, portanto, por intermédio desse tipo de discurso – que interfere no espaço, no comportamento, na arquitetura, nas ruas e nas relações de convívio e/ou estilo de determinados grupos – que se percebem indícios da idealização de um projeto de modernização-urbanização para Joinville. Esse projeto era pautado em normas higiênicas que se baseavam nas novas prerrogativas da ciência moderna, pois enunciava um discurso normatizado e normativo, que se estabelecia como um discurso de verdade,

instaurando assim uma racionalidade que lhe é própria e por sua vez é esta que delimita um campo de cientificidade, o qual se coloca como um código de referência, tornando possível prescrever condutas, normas e padrões de comportamento que podem ser considerados como qualificados ou não qualificados²¹.

Sublinha-se que essas ideias estavam em sintonia com modelos elaborados em outras cidades e outros países, no sentido de um esquadrinhamento, de uma ordenação, visando a um projeto de desenvolvimento urbano alicerçado em conhecimentos técnico-científicos, dando uma nova feição à cidade, um aspecto de civilidade. Em meados do século XIX, foram realizadas reformas urbanas em

²⁰ Foi no fim da década de 1930 e começo da década de 1940 que as diferenças étnicas em Joinville foram problematizadas com maior intensidade principalmente por meio da Campanha de Nacionalização. No entanto tensões entre imigrantes e brasileiros permearam o cotidiano da cidade desde o século XIX, sendo a valorização do que é brasileiro e a distinção em relação ao teuto-brasileiro questões presentes na história local mesmo antes do nacionalismo oficialmente defendido. Especialmente sobre as tensões entre brasileiros e imigrantes no século XIX, ver: SILVA, Janine Gomes da. **Tensões, trabalho e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século XIX**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Sobre a Campanha de Nacionalização, ver: COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993.

²¹ FONTOURA, Arselle de Andrade da. **Por entre luzes e sombras: Hospital Colônia Santana – (Re)significando um espaço da loucura**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

Paris, sob o governo de Haussmann. As antigas ruas foram substituídas pelas grandes avenidas e parques, facilitando a circulação e a purificação do ar e proporcionando uma melhor visualização do espaço e das pessoas que por ele transitavam. O embelezamento da cidade transformou-se em sinônimo de claridade, acendendo-se as “luzes” da *belle époque*.

No Brasil, as reformas higiênico-urbanas tiveram início no fim do século XIX, e as empreendidas no Rio de Janeiro foram exemplo típico desse momento, realizadas pelo então prefeito Pereira Passos, que era engenheiro. Houve total remodelação das feições urbanas da cidade: abertura das ruas, expulsão dos pobres do centro da cidade, demolição dos cortiços... e deu-se ainda a implementação de uma campanha sanitária, a cargo do médico Oswaldo Cruz, que tinha como principal objetivo o combate à varíola, à febre amarela e à peste bubônica. Todas essas medidas visavam melhorar a imagem da cidade, pois a insalubridade ameaçava o comércio e a vinda dos imigrantes. Também representava um perigo para as elites dividir o mesmo espaço com os pobres, operários, desocupados, prostitutas, “loucos” etc. Tais medidas foram impostas à população por meio de uma intervenção constante, coercitiva e autoritária, estabelecendo regulamentos de saúde, proibindo habitações insalubres, promovendo invasões a domicílios e vacinações obrigatórias etc.²²

Em Joinville, os relatórios apresentados ao Conselho Municipal demonstram que o discurso higienista regulamentou várias políticas intervencionistas e normativas que atingiam diferentes espaços (públicos e privados) e segmentos sociais:

²² A historiografia sobre o processo de modernização das cidades, especialmente as brasileiras, é bastante ampla. Destacam-se alguns trabalhos como: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986; ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1845-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1985; RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; CUNHA, 1986; BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Sobre Santa Catarina, ver: KUPKA, Roselane Neckel. *Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910-1930*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989; ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991; CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e normatização das condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

[...] Durante o ano, a Diretoria de Higiene realizou 3.750 visitas domiciliares, fazendo 42 intimações e impondo 8 multas por inflação regulamentares. As casas comerciais de secos e molhados, as padarias, hotéis, açougues, quitandas e o Mercado Público foram sempre rigorosamente inspecionados, merecendo particular atenção gêneros alimentícios. [...] As epidemias e endemias que anualmente grassam no município, como a febre tifóide, o para tifo, a disenteria hemorrágica e o impaludismo não tiveram em 1927 as manifestações violentas dos anos anteriores. Infelizmente ainda não nos é possível aparelhar a Diretoria de Higiene com os recursos necessários para o combate às endemias. A higiene de uma cidade sem esgotos como a nossa, com valas descobertas, sem abundância d'água, velhos preconceitos de parte da população refrataria às imposições regulamentares, só poderá ser muito precária. Para sanear Joinville precisaríamos de obras de engenharia sanitária, vultuosas para os recursos financeiros do município, como sejam esgotos, o reabastecimento d'água, a canalização dos rios Mathias e Jaguarão, o aterramento dos pântanos existentes em torno da cidade e o estabelecimento de um forno crematório de lixo. [...] É preciso também empreender a campanha contra o mal da terra. Para o futuro grandioso que aguarda o Brasil, uma das condições primordiais é a valorização do capital humano. Tenho para mim que o homem de Estado nos países novos não pode e não deve ficar adstricto às condições do momento. Não se impulsiona a vida coletiva porque não se tem recursos financeiros porque não se tem vias de comunicação, porque não se higienizam e embelezam as cidades, porque não se ampara a produção, nem se atrahe a imigração. Os espíritos estáticos, de boa e de má fé, ficarão presos nas malhas desse dilema, alheios á evidência dos administradores dinâmicos, voltados para o futuro da nacionalidade²³.

A preocupação com a higiene e a saúde da população, presente nesse discurso, justificou também o esquadramento de práticas cotidianas, pois as vivências culturais, educacionais e morais eram alvo da política higienista.

²³ COSTA, Ulisses G. Alves da. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal**. Joinville, 1927.

Enuncia-se ainda uma preocupação “nacionalista” imbuída de práticas e discursos associados a uma perspectiva eugênica/sanitarista para a modernização da cidade.

A eugenia foi um movimento científico internacional bastante diverso e complexo. Sua política delineou a ciência e o pensamento político-social de maneira imprevisível. Durante as décadas de 1930 e 1940, por intermédio de uma teoria científica alicerçada em fundamentos genéticos e hereditários norteados por valores sociais e culturais, a eugenia apoiou cientificamente as políticas raciais e eugênicas realizadas pelo Estado²⁴. Segundo a historiadora Beatriz Weber, a eugenia

sintonizava-se com ideais republicanos dos reformadores para constituir um cidadão ordeiro e inserir o Brasil na “civilização”, remodelando o homem brasileiro. Esse processo já teria se iniciado através das políticas higiênicas, sendo as tarefas que os eugenistas assumiram seqüência do trabalho dos higienistas.

A autora acrescenta ainda que

durante a década de 1920 teriam sido elaboradas as estratégias que tornariam as práticas eugênicas políticas de Estado na década seguinte, encontrando respaldo institucional - legal e autoritário, no governo Vargas, principalmente através de um arcabouço racista²⁵.

A eugenia foi vista como uma “nova” ciência, capaz de introduzir uma nova ordem social por intermédio do aperfeiçoamento genético da raça, que se desenvolveu em diversos ambientes médico-legais, em que os problemas de crime e responsabilidade estavam estritamente ligados ao tema racial.

²⁴ Sobre a eugenia no contexto nacional e europeu, ver: STEPAN, Nancy. *Eugenesia, genética y salud pública: el movimiento eugenésico brasileño y mundial*. *Quipu*, v. 2, n. 3, p. 351-384, sep./dic. 1985; SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

²⁵ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p. 96.

Foi por intermédio dos estudos e debates realizados nos meios acadêmicos brasileiros da época que se consolidaram no Brasil teorias e práticas eugênicas, as quais se associavam às políticas higiênico-saneadoras. Assim, a eugenia nasceu como um subproduto do entusiasmo nacional generalizado, realçada pelo discurso da regeneração ao qual recorria a intelectualidade da época. Para a ciência a eugenia era um signo de modernidade cultural, uma ciência que se ocupava do melhoramento da raça e exercia uma atração sobre a elite do país, a qual estava convencida do poder dessa mesma ciência no aperfeiçoamento da composição racial da população, consonante com o espírito de ordem e de progresso exemplificado na fala do Dr. Kehl²⁶ em uma conferência proferida no 1.º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929:

Eis ahi, senhores, o que poderia dizer sobre a Eugenia no Brasil.

Numa terra grandiosa, bella e rica como a nossa, tudo nos impõe o dever de sermos optimistas, – optimistas no bom sentido, devemos frisar. Precisamos, portanto, nos congregar sob a bandeira de um ideal comum, para torna-la cada vez mais prospera e feliz. O ideal máximo seria o da regeneração eugênica do nosso povo, – regeneração esta que pressupõe saúde, paz, justiça e educação. Precisamos ve-la sob uma administração moralizada e sinceramente patriótica. Só então poderemos ter maior orgulho de sermos brasileiros. Por enquanto nos envaidecemos do céu, da terra, das nossas riquezas inexploradas; precisamos nos ufanar de alguma cousa mais que não tenha sido dada da natureza, – dos nossos empreendimentos, das nossas acções, do nosso valor como habitantes deste maravilhoso recanto da terra. Trabalhem, pois, para pôr moldura digna no grande quadro da natureza.

Hoje poderemos dizer, com Mario Pinto Serva, um dos nossos evangelizadores: o Brasil está feito. Quando, perguntamos nós, poderemos dizer? – também o brasileiro²⁷.

Porém foi na Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) que a eugenia encontrou lugar fértil para ser difundida. Fundada em 1923 pelo Dr. Gustavo Riedel,

²⁶ Foi o Dr. Renato Kehl quem fundou a primeira Liga Eugênica da América do Sul, na cidade de São Paulo, em 1917. In: CUNHA, 1986, p. 167.

²⁷ KEHL, Renato. **A eugenia no Brasil (esboço histórico e bibliographico)**. Conferência proferida no 1.º Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, 1929.

a LBHM constituía inicialmente um espaço para fomentar o campo da psiquiatria. Era uma entidade *civil*, de reconhecida utilidade pública. Funcionava com uma subvenção federal e com a ajuda de filantropos e, a partir de 1925, com a renda dos anúncios publicados na sua revista, *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, fundada nesse mesmo ano. Os psiquiatras integrantes da liga eram também responsáveis por diversos serviços psiquiátricos e, de modo geral, compunham a elite psiquiátrica do Rio de Janeiro e provavelmente do Brasil. Essa instituição no início de suas atividades tinha como objetivo “melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros profissionais e dos estabelecimentos psiquiátricos”²⁸.

A partir de 1926, os psiquiatras que faziam parte da liga passaram a efetuar novos projetos que priorizavam a prevenção, a eugenia e a educação dos indivíduos. Dedicou-se uma maior atenção à saúde mental. O centro das atenções tornou-se o indivíduo normal, não o doente. Priorizou-se a prevenção, não a cura. A LBHM, em 1928, reformulou os seus estatutos, privilegiando a intervenção preventiva dos psiquiatras nos meios escolar, profissional e social. “Os psiquiatras definem-se cada vez mais como higienistas. Paralelamente, a higiene mental, que era inicialmente uma aplicação dos conhecimentos psiquiátricos, apareceu como a teoria geral que contém e orienta a prática psiquiátrica”²⁹. A LBHM e o movimento eugênico mantiveram uma relação muito próxima, tendo em vista a similaridade da psiquiatria hereditária e o interesse dos psiquiatras no vínculo entre as enfermidades mentais e as “patologias sociais” – alcoolismo, crime, prostituição ou loucura.

Visto como um problema social, o alcoolismo foi exposto como um “inimigo da raça”. De acordo com as prerrogativas eugênicas, o vício gerava condições hereditárias ligadas ao crime, à prostituição e às enfermidades mentais na população, especialmente entre os pobres³⁰. Sua supressão manifestava-se em tema eugênico. Os olhares da psiquiatria e da eugenia sobre o alcoolismo convergiam na LBHM, visto que esta se esforçava para arraigar o conceito

²⁸ COSTA, 2007, p. 45. Ressalta-se esse trabalho como obra de referência para o estudo sobre a história da LBHM e o encontro entre a psiquiatria e a eugenia.

²⁹ *Ibid.*, p. 47.

³⁰ A eugenia estava alicerçada na teoria da evolução, a qual norteou práticas de saúde que objetivavam uma ingerência na reprodução das populações. Foi difundida a partir de 1890 nos Estados Unidos e na Europa, com o intuito prático de gerenciar o nascimento de pessoas saudáveis, evitando o nascimento de seres indesejáveis ao convívio social. Por intermédio de sua ação/concepção, proliferaram-se políticas científicas e raciais baseadas na hereditariedade, possibilitando medidas intervencionistas de “seleção social”. In: SCHWARCZ, 1993.

de higiene mental como uma moléstia hereditária que demandava cuidado psiquiátrico. Acreditava-se que o álcool causava uma influência “esterilizante sobre as massas, ocasionando índices baixos de reprodução, alta da mortalidade e das taras hereditárias”. As semanas antialcoólicas realizadas no Brasil no decorrer das décadas de 1920 e 1930 foram um instrumento promovido pela LBHM com o objetivo de prevenir a população sobre o mal causado por esse vício e discutir medidas de controle do consumo e da produção do álcool no país. Foi nesse contexto que, em 1932, a Liga Brasileira de Higiene Mental promoveu na Força Pública do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, uma semana antialcoólica, em que o Sr. Idelfonso Juvenal foi enfático ao inferir:

O mal, o grande mal, como no-lo afirma judiciosamente um dos maiores apóstolos da benemérita campanha iniciada em o nosso caro paiz, pela eugenia de nossa raça, o eminente Dr. Renato Kehl, não está no esporádico e parcimonioso uso do álcool; o mal está na escravização, no abuso que delles fazem os fracos da vontade. Como o vicio e a degeneração se irmanam, como não ha “vicio sem desgraça, e quem bebe viciadamente não só prejudica a própria saúde, como a saúde da espécie”; como o vicio degrada o homem rebaixando-o ao ponto de perder a noção do livre arbítrio; falecendo-se-lhe todas as nobres e elevadas qualidades e virtudes, que tanto o elevam e dignificam, tornando-o imagem e semelhança do creador, por isso, a nobilitante campanha, que a Liga Brasileira de Higiene Mental vem desenvolvendo contra o alcoolismo, é uma cruzada edificante de benemerência, que só pode merecer os mais francos applausos de todas as almas nobres e bem formadas, que desejam ardentemente a prosperidade moral e material do Paiz, o engrandecimento da grande Família brasileira, que deve trilhar sempre, dignamente, o caminho recto da honra e do dever, sem o menor desvio para as verêdas dos vícios deprimentes, promovendo assim a felicidade própria e elevando o apreciável conceito de nossa nacionalidade³¹.

Defensor e divulgador do trabalho realizado pela LBHM em defesa da nação, Idelfonso Juvenal, além de ter asseverado que o indivíduo viciado

³¹ JUVENAL, Idelfonso. *Palestra realizada como uma modesta contribuição à Semana Antialcoólica, promovida pela Liga Brasileira de Hygiene Mental*. Florianópolis, outubro de 1932.

prejudica a saúde da espécie, reforçou também a ideia de contágio social, de que o alcoolismo é responsável pela degenerescência física e mental dos indivíduos:

O detestável e prejudicialíssimo vício da embriaguez alcohólica, de tão funestas conseqüências e que inutiliza o indivíduo, não só enfraquecendo-lhe todas as energias physicas, como rebaixando-lhe o nível moral; a embriaguez que é o grande funesto mal que contribue com a maior percentagem de indivíduos para os hospitais e as cadeias; esse vício abominável que inutiliza o varão, inutiliza a sua decência, povoando o mundo de indivíduos incapazes physica, mental e moralmente, – remonta aos tempos da antigüidade pagã³².

Em Santa Catarina, a eugenia permaneceu associada às medidas saneadoras propostas pela e para a modernização, mantendo um caráter de controle social, principalmente para as classes populares. No Estado, as décadas que antecederam a construção do Hospital Colônia Santana (1941), coincidindo com o período de criação do Hospital Oscar Schneider, vivenciaram um momento de grande efervescência de teorias científicas e valores culturais que auxiliaram na reorganização da sociedade. Resultado da cultura e da vida social, o discurso médico-higienista norteou o projeto de modernização da cidade, inserindo-se posteriormente também em um projeto eugênico de sociedade.

Respalhada pelos ensinamentos da ciência, também em Joinville se iniciou uma proliferação de medidas saneadoras/eugênicas na cidade. O discurso eugênico-sanitarista refletia o seu poder e a sua preocupação com a saúde física, moral e intelectual da população. Enfatizava a educação como forma de suprimir a ignorância e a deformação da cidadania, pelo enquadramento social disciplinado, contendo aspirações médico-sanitaristas que atuavam na formação física e moral das crianças:

A cada criança que damos instrução ganhamos um homem.
[...]
A ignorância engendra o crime, a ignorância é a sombra onde começa o abismo, em que se arrasta a razão [...] ³³.

³² JUVENAL, Idelfonso. **Conferências sobre hygiene**. Florianópolis, 1935.

³³ A INSTRUÇÃO. **Jornal de Joinville**, Joinville, 13 jul. 1921.

Ou ainda:

[...] instrução é: moralidade, patriotismo, justiça, respeito, higiene e boas ações! [...]

Criar escolas é: combater a ignorância, os vícios e a decadência; desviar a sociedade dos maus caminhos; dos perigos futuros, da imoralidade etc.! É propagar a civilização; o patriotismo; a moralidade; o amor pelo Brasil; o respeito as leis; a obediência aos superiores hierárquicos, o bom exemplo para a sociedade e o reto cumprimento dos deveres! [...] ³⁴.

O ataque aos vícios degeneradores, principalmente o jogo, o álcool, a prostituição, o misticismo, a vagabundagem, foi alvo da atuação da imprensa e de outras instituições sociais. Estava presente em diferentes espaços que, aliados ao projeto de “civilidade”, reforçavam seus discursos em favor de uma sociedade sã, sem vícios, educada e laboriosa. O discurso, ao associar o jogo ao crime e à loucura, reforçava a representação de ambos como uma doença ao corpo social, cujo contágio provocaria a desestabilização dos valores humanos e divinos; entre eles, talvez o principal, o trabalho:

A mais desenfreada jogatina, feita às escancaras, está campeada em Joinville. Joga-se tudo em toda parte, sem nenhum disfarce, e mesmo com ostentação.

Não se trata de um simples jogo para diversão. O que se está fazendo é o jogo vício, o jogo meio de vida em uma terra de trabalho e de gente honesta. [...]

O vício do jogo é contagioso e incurável e, por isto mesmo, preciosíssimo.

O remédio para esse mal que está se propagando desassombradamente entre nós está nas mãos da polícia, que tem carta branca para agir ³⁵.

³⁴ A INSTRUÇÃO e o trabalho como lema de grandeza social. **Jornal de Joinville**, Joinville, 4 maio 1926.

³⁵ A JOGATINA. Joinville está transformada em Monte Carlo. **Jornal de Joinville**, Joinville, 5 abr. 1924.

E ainda:

Vício miserável, ruína das famílias, perversão do caráter, protesto contra o trabalho honrado, humilhação da dignidade pessoal, abdicação da honra, voragem espantosa de todos os defeitos – tal é a paixão do jogo. [...]

Esta paixão infame do jogo tem produzido a embriaguez, o assassinato, a miséria no lar, as bofetadas na esposa, o roubo, o infame abuso da confiança [...]. Bem. Já não vale a edificação moral do ser interno, já que não vale o anátema da reação social [...], valham a mão de ferro da polícia, os ferrolhos da prisão, a cadeia da galé³⁶.

As propostas eugênicas encontraram na imprensa uma aliada, com papel de apoio e defesa ao projeto, introduzindo nas suas páginas discursos moralizantes, principalmente no que tange ao controle e à normatização das condutas. Também perpassavam na imprensa local artigos esclarecendo os benefícios trazidos pela higiene, ao mesmo tempo em que se desencadeava uma campanha de cobrança das autoridades por medidas preventivas e corretivas aos maus hábitos por parte da população:

Com a decorrência das misérias contemporâneas surgem os males sociais que vivemos.

A família se desarticula moralmente. A sociedade paganizada, sem Deus, rola de angústia, nas malhas de todas as misérias sociais. O mau cinema, e a leitura mal orientada, os venenos nos casais, o alcoolismo, o desemprego, a máquina se sobrepondo ao homem, o abandono, e mendicância, são males que degradam as comunidades contemporâneas.

A miséria social, a verminose, o abandono familiar, o cinema, os bailes públicos, o desregramento familiar, a frouxidão moral dos pais, a irresponsabilidade de moços e moças, a falta do pudor nos salões de dança e nos banhos públicos, a prostituição, a mendicância, as casas de jogos, de azar e outros males vão carcomendo os restos de moral e de vida produtiva no meio social.

A exploração do trabalho das mulheres e dos menores é um dos sintomas dos males sociais. Mulheres pré-tuberculosas, crianças anêmicas, impaludadas, verminóticas, entre 14 e 18 anos, são arrastadas para [...] o impróprio e ali se encaminhavam para a morte ou para prostituição.

³⁶ A PAIXÃO do jogo. *Jornal de Joinville*, Joinville, 25 dez. 1942.

Alimentam-se muito mal, respiram mal, bebem da peor água, não tem direito que deixam em casa se acabando também outro mal que tem originado grandes desgraças á família e á sociedade. Os bailes públicos, onde se misturam mocinhas e mulheres da vida fácil, são focos desta moléstia social. A malária leva o homem á tuberculose. A lepra tem-se desenvolvido muito nos meios baixos. Altos vícios sexuais como a pederastia, em ambos os sexos, também nos tem arrastado para o princípio moral onde tende a cair a sociedade moderna.

Nos meios operários e nos pobres, a preocupação da limitação dos filhos tem levado as famílias a praticar o aborto, abalando a saúde das mulheres. Esse mal que só atacava outrora aos meios baixos. Tudo isso é causa primordial, a mortalidade infantil e a preocupação da limitação de filhos, – calamidade que já ataca a todas as classes.

O analfabeto, a tuberculose, a verminose, a malária, o desemprego, a carestia da vida, a habitação insalubre, a falta de educação higiênica, o álcool, sífilis, tudo isso forma a avalanche dos males sociais.

As doenças venéreas, o aborto criminoso, o relaxamento dos pais em relação á vigilância que devem exercer sobre as filhas, o modernismo, o mundo com as suas seduções e misérias, dão em conseqüências mórbidas os desajustamentos sociais que deparamos³⁷.

A imagem da sífilis como formadora de sujeitos doentes era recorrente; a expectativa de uma cidade limpa e saudável não se restringia ao controle do espaço e da doença em si, mas deveria atingir prioritariamente a consciência moral sobre a doença³⁸. Sob cunho moralista, por causa da alegação da necessidade de erradicar esse mal, os poderes públicos acentuaram a vigilância e o controle sobre aquelas pessoas – bêbados, loucos, prostitutas –, que seriam potencialmente vítimas e proliferadoras da doença. Eram pessoas consideradas “desviantes”, que, ao circular pelas ruas, incomodavam a organização da cidade.

Desse modo, as políticas eugênicas/sanitaristas foram “molas mestras” para o desencadeamento de novos mecanismos de controle da população. Passaram a ditar as normas de bom comportamento, intervindo no mundo das pessoas, ultrapassando os limites entre o público e o privado, gerando, para alguns

³⁷ O DIAGNÓSTICO dos males sociais. *Jornal de Joinville*, Joinville, 30 set. 1942.

³⁸ Para um estudo mais aprofundado sobre as relações existentes entre a sífilis e o processo de modernização-urbanização, ver: PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

segmentos da população, a perda de seus espaços e seus referenciais, intervindo nas relações de sociabilidades e com o meio circundante.

Para a “modernidade”, tudo o que representava o antigo, o arcaico, era considerado um atraso e um perigo, por não estar enquadrado nesse novo projeto de sociedade que se instaurava. Para isso era necessário normatizar a sociedade, restringindo-a a comportamentos previsíveis e desejáveis. Pode-se inferir que a presença do “louco”, solto nas ruas, espelhava a imagem do “velho”, do imprevisível, do incontrolável, da desordem, uma ameaça à paz e à nova ordem social.

Foi nesse contexto que ocorreu a criação do Hospício Oscar Schneider, um espaço de abrigo para as pessoas consideradas loucas na sociedade e/ou de segregação dos seres desviantes. Sua construção representou a existência de vínculos entre a necessidade de construir um espaço medicalizado para alienados, um sentimento de auxílio e caridade e uma política de normatização da sociedade.

Figura 1 – Hospital Oscar Schneider



Buscou-se, por intermédio de alguns cuidados técnicos ante o tratamento da loucura – tal como a contratação de um médico alienista, o qual tinha a responsabilidade e o respaldo da ciência na realização de suas atribuições –,

imprimir ao hospital um caráter científico. Todavia persistia ainda uma visão de loucura como caso de polícia e assistência. O Schneider, como uma instituição filantrópica, tornava-se apenas uma solução paliativa para tal problema. Nesse sentido, são recorrentes nos relatórios do município problemas relativos às poucas condições de higiene, à falta de recursos financeiros e tratamento adequado, bem como ao aumento de pacientes, sobretudo de outras cidades, o que aos poucos provocou uma superlotação no hospital. Isso permite inferir que no decorrer de sua existência o Oscar Schneider não contemplou os padrões da cientificidade, permanecendo apenas como um local de abrigo dos “infelizes loucos”.

Diante dessa conjuntura, e em consonância com uma política estadual sanitária e eugênica de construir macroinstituições de isolamento, o Hospital Oscar Schneider foi desativado, e seus pacientes foram enviados para o Hospital Colônia Santana (HCS), criado em 1941, no distrito de Marum, em São José. A construção deste pode ser considerada o coroamento de um processo de segregação e normatização de condutas, pois o estado carecia de um local respaldado pela ciência médica que atendesse às pessoas tidas como loucas, atribuindo assim ao HCS essa responsabilidade.

Em 1942 o Hospital Oscar Schneider fechou suas portas para a acolhida de “loucos”, contudo seu prédio foi utilizado durante a Segunda Guerra para retirar do convívio social outras pessoas que poderiam “ameaçar” a sociedade, ou seja, foi usado como presídio político de “teuto-brasileiros” de diversas regiões de Santa Catarina³⁹.

A presença de tais presos políticos foi efêmera, e de suas histórias pouco sabemos, contudo não só as histórias desses presos são desconhecidas, pois dos homens e mulheres considerados loucos também não ecoam muitas vozes. Ainda hoje, ao nos referirmos ao espaço do Cemitério Municipal, podemos dizer que “aqui jaz um hospital”, uma vez que poucos indícios revelam a história dos moradores do Oscar Schneider. Não existem nem mesmo ruínas daquele espaço de segregação, todavia essa mesma ausência, ao inquietar, permite um começo de conhecimento, pontuado pelas indagações de um olhar introdutório, que sublinha a importância da continuidade deste estudo, para encontrar possivelmente outras relações que permearam a história da cidade de Joinville.

³⁹ SITUAÇÃO dos alemães no estado de Santa Catarina. 1944. Microfilme 44. Arquivo Histórico de Joinville. Tradução de Maria Thereza Boebel. Salienta-se que o quinto capítulo deste livro aborda as estratégias de exclusão realizadas durante a Segunda Guerra em Joinville.

A CIDADE DA ORDEM: JOINVILLE – 1917-1943

Iara Andrade Costa

Algumas obras da historiografia brasileira, sobretudo as de tendências mais conservadoras ou tradicionais, analisam os movimentos sociais de forma mitificadora, colocando os operários e suas resistências à margem da História, ou, quando são mencionados, o agente mobilizador é posto fora do sistema capitalista e externo às classes. Os trabalhadores, muitas vezes caracterizados como protagonistas menores, imaturos, desorganizados e passivos em qualquer processo, deixaram que as classes dominantes e o Estado assumissem o papel de sujeitos históricos “naturais e necessários” do tão propalado desenvolvimento nacional.

Os conflitos são escamoteados pelos poderes constituídos, dando a ideia de harmonia, legitimando as relações entre capital e trabalho e concebendo uma sociedade ordeira e progressista.

As quase inexistentes fontes sobre o assunto¹, bem como muitas pesquisas que tendem a enfatizar os problemas do movimento operário em detrimento da

¹ As obras de Azis Simão e de Evaristo de Moraes Filho, entre outros, são as pioneiras na abordagem das questões entre sindicatos e aparelho estatal. Com base nesses autores, outros trabalhos vão aparecer. SIMÃO, Azis. *Sindicato e estado*. São Paulo: Edusp, 1966. MORAIS FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

análise da classe em si², restringem-se a estudar as formas de controle do trabalho pelo capital.

Mais recentemente o tema vem sendo abordado com ênfase no cotidiano operário, retirando-o do universo exclusivo da fábrica e procurando entendê-lo na sua totalidade³. Motivado por essa nova dimensão, o presente capítulo busca estudar as tensões sociais em Joinville, no período de 1917 (época da primeira greve geral da cidade) a 1943 (ano da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, que passou a regular a vida do trabalhador e facilitar a do empresariado).

Joinville encontra-se na área de atuação do sistema capitalista e, como não poderia deixar de ser, as contradições geradas pelo sistema também afloram, embora os mecanismos de controle existentes que forjam as relações dicotômicas entre capital e trabalho tendam a ser cada vez mais sutis. Pensando nessas premissas, tentamos recuperar, por intermédio de textos da história local, aspectos das questões sociais joinvilenses perante as diferentes formas de dominação capitalista e suas especificidades socioculturais, diante de um empresariado extremamente concentrador de riquezas, de prestígio social e de poder em nome do “espírito empresarial e empreendedor” dos joinvilenses.

Fazendo uso dos registros da imprensa local, este trabalho resgata o discurso do empresariado joinvilense que, valendo-se do lema “dividir para melhor controlar”, inviabiliza a integração regional e exclui a maioria da população. Por intermédio de uma releitura desse discurso, procura-se demonstrar suas incoerências, trazer à tona aquilo que pretendiam negar e, sobretudo, ressaltar os mecanismos de controle das manifestações operárias nele contidos.

Em Joinville restaram poucas informações sobre os operários e suas reivindicações, e para resgatar, ainda que parcialmente, sua memória, suas lutas, sua resistência, foi preciso valer-se do material veiculado pela imprensa

² Conforme essa perspectiva, a análise de Boris Fausto sugere novas formas de abordar a questão trabalhista. FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1976.

³ Verificar os trabalhos desenvolvidos na Unicamp e nas Universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente o trabalho de Sidney Chalhoub, que descreve o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro em fins do século XIX. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

local⁴. Para extrair desses documentos a resistência à ordem estabelecida, houve a necessidade de ler nas estrelinhas, buscar o não explícito, ou seja, fazer a contraleitura⁵ para ouvir a voz dos que foram silenciados pela oficialidade.

Santa Catarina teve suas terras ocupadas do litoral para o interior, numa política de povoamento incentivada pelo Império. Encaminhavam-se famílias de imigrantes para ocuparem terras nas regiões distantes do centro político do país, de modo a garantir a segurança da região. Essas famílias alojavam-se em pequenos pedaços de terra com uma produção agrícola diversificada. Dessa maneira, estabelecia-se um contraste com as grandes economias monocultoras de exportação do país⁶. Sem mercadorias para exportação, a economia catarinense ficou no setor de subsistência por algum tempo⁷.

Com a diversificação da produção, a mandioca, que representava uma cultura nativa, foi perdendo espaço para os produtos semimanufaturados, como banha, madeira e erva-mate. O comércio de erva-mate propiciou o acúmulo de

⁴ O uso do jornal como fonte já foi sobejamente discutido por vários autores como Maria Helena Capelato, Maria Ligia Prado, Yves Mamou, entre outros, que trabalharam com o seu caráter ideológico. Neste capítulo observamos não a imprensa em si, mas como ela apresentava as questões locais para o resgate das informações. Ver CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Edusp/Contexto, 1988. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. MAMOU, Yves. *A culpa é da imprensa! Ensaio sobre a fabricação da informação*. São Paulo: Marco Zero, 1991.

⁵ O termo contradiscurso ou contraleitura é de Marilena Chauí: “Um discurso que seja capaz de tornar o discurso ideológico e não contrapor a ele um outro que seria verdadeiro por ser ‘completo’ ou pleno, mas que tornasse o discurso ideológico e o fizesse desdobrar todas as suas contradições, é um discurso que se elabora no interior do próprio discurso ideológico como o seu contradiscurso”. Ver CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 22.

⁶ Para mais esclarecimentos sobre esse assunto, consultar BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense*. Florianópolis: CNI/Fiesc, 1988 e HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Furb, 1987.

⁷ Alguns autores, como Souto (SOUTO, Américo Costa. *Evolução histórica e econômica de Santa Catarina: estudo de alterações estruturais (séc. XVII)*. Florianópolis: Ceag/SC, s.d.), afirmam que “a economia catarinense não era apenas de subsistência, desde o início de sua formação era complementar às necessidades do centro dinâmico exportador do país”. No entanto há controvérsias, pois Cabral (CABRAL, Oswaldo. *Os açorianos*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1965) diz que “os açorianos não se identificaram com a agricultura, mas sim com a pesca para consumo próprio ou com a agricultura rudimentar da mandioca que praticamente era nativa. Isto perdurou até 1850, quando ocorreram as migrações para Santa Catarina”.

capital inicial para os futuros empreendimentos industriais⁸, principalmente na região de Joinville.

Os imigrantes alemães traziam forte espírito comunitário, reforçado pelas circunstâncias hostis da localidade (clima, florestas etc.). As várias sociedades de apoio fundadas, juntamente com a mentalidade exigida pela própria ética da “economia, moderação e autocontrole”, destacaram-se como valores importantes para a industrialização⁹. Sérgio Buarque de Holanda¹⁰, inspirado na tese de Weber, caracterizou tal comportamento como próprio das populações nórdicas protestantes, que, movidas pela moral do trabalho, tinham como princípio a disciplina, a obediência e a ordem, o que teria estimulado a organização racional e a solidariedade nas suas comunidades.

A segunda fase do processo migratório (1850-1880) teve como destaque a fundação das cidades de Joinville – que se tornou, sobretudo no século XX, centro de transformação de metais –, de Blumenau e de Brusque, que se especializaram no ramo têxtil.

O processo comercial dependia da expansão das vias de comunicação para facilitar o intercâmbio do mercado urbano com o rural. Já em 1873 se inaugurava a Estrada Dona Francisca, que ligava o porto de São Francisco a Joinville e à serra, permitindo o escoamento da produção ervateira e de outros produtos.

Os imigrantes mantinham constantes contatos com os países de origem, de onde recebiam não apenas orientações técnicas, mas especialmente maquinários. A mão de obra era quase toda formada pelos familiares.

Aos poucos Joinville, cuja riqueza inicial se constituiu da erva-mate e da madeira, foi se transformando no maior centro industrial catarinense e antes de 1920 já possuía mais de 43 estabelecimentos, o maior numerário em réis e mão de obra aplicados nesse setor. No entanto o modelo econômico brasileiro via na indústria têxtil a inspiração do desenvolvimento, apoiado nas inter-relações do café-indústria.

Joinville, desde o início, possuía um setor econômico muito diversificado e diferente de outros centros industriais. Autores que escreveram sobre a industrialização brasileira nesse período, como Wilson Cano (1977), Fernando H. Cardoso (1977), Antônio Barros Castro (1977), Warren Dean (1971), Celso Furtado

⁸ BOSSLE, 1988, p. 27-28.

⁹ HERING, 1987, p. 27 e 114.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

(1971), Nícia Vilela Luz (1975), Caio Prado Jr. (1974), Roberto Simonsen (1943)¹¹ etc., ao citarem as regiões industrializadas de Santa Catarina enfatizaram Brusque e Blumenau, por concentrar seu setor industrial na área têxtil, omitindo Joinville, que já possuía o setor industrial de maior destaque, porém com características distintas das demais regiões do país.

Com a crise de 1929, o Brasil adotou a industrialização como determinante do desenvolvimento, permitindo às regiões não cafeeiras participarem desse processo.

Por volta de 1930, Santa Catarina passou a ocupar o 5.º lugar no setor industrial brasileiro, com 2.848 indústrias. Um pouco antes da Segunda Guerra, já se produziam em Joinville conexões de ferro maleável na Indústria de Fundação Tupy S.A., o que, a partir de 1942, juntamente com o papelão, incrementou o setor de exportação catarinense, superando nessa época as indústrias extrativas de madeira, erva-mate, banha e laticínios. O carvão passou a ocupar o lugar que antes pertencia à erva-mate, efetivando-se assim a integração de Santa Catarina no mercado nacional, apesar dos entraves e da interrupção do comércio com a Alemanha durante a guerra, para onde iam suas exportações e de quem se importavam maquinários.

A superação das dificuldades impostas pela guerra foi atribuída ao “espírito empreendedor e comunitário do empresariado catarinense”, ao hábito de poupança e disciplina, aliados à experiência do imigrante alemão. Constatou-se que a pequena propriedade, ligada ao setor industrial, equilibrou as finanças do Estado, baseada numa produção diversificada para o mercado interno, criando uma estrutura econômica e social peculiar.

O processo industrial local, além de contar com a parte técnica e financeira alemã, foi ainda incentivado por um padrão de relações sociais “paternalistas” que, ao mesmo tempo em que asseguravam um ambiente de cooperação e alta produtividade aliada ao baixo nível de organização dos trabalhadores, engendraram condições especialmente favoráveis para uma expressiva acumulação de capital por meio de uma mão de obra disciplinada, treinada e barata.

¹¹ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. CASTRO, Antônio Barros. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1977. v. 1 e 2. DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1971. LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974. SIMONSEN, Roberto. *Ensaio social, políticos e econômicos*. São Paulo: Federação das Indústrias de São Paulo, 1943.

Joinville logo foi apontada como a cidade que mais crescia em Santa Catarina, e, para explicar o aumento das rendas públicas, dizia-se que não havia milagre e sim progresso.

O trabalho e a ordem valorizados eram, segundo a imprensa:

[...] trabalho sadio e honesto, isento de lirismo e grandezas ridículas, que nos envergonha aos olhos do estrangeiro. Trabalho eficiente e metódico, com realizações concretas que positivamente, de fato, a nossa capacidade e o nosso engenho. Ordem na política, determinando homens conscientes e verdadeiramente patrióticos, ciosos de nossa dignidade, conhecedores de nossos problemas para que lutas partidárias e sem resultado algum [...], se verifique administração com trabalhos dignos e eficientes, orientando-nos para o progresso [...] para o fim colimado, a Prosperidade do Brasil dentro da Paz [...]¹².

A disciplina deveria presidir a vida dos indivíduos. A prática da obediência consciente geraria a disciplina individual e coletiva.

As categorias apontadas como as que mais precisavam da disciplina eram o clero e o Exército. O “marxismo” era apontado como sintoma de indisciplina, tanto mental como moral, e seria o “micróbio das revoluções sociais”¹³.

Para atingir o tão propalado progresso, além da disciplina, da ordem, do trabalho, exigia-se a união, pois esta era o elo entre os homens e fator de coesão humana.

A massificação ideológica era uma constante, e as palavras de ordem martelavam o cérebro dos trabalhadores, dia e noite. No entanto a cidade, construída nos moldes europeus e conforme os preceitos prussianos da ordem, impressionava os visitantes que passavam por Joinville.

Embora não fosse a capital do estado nem estivesse listada como grande centro brasileiro, os visitantes não deixavam de expressar seu deslumbramento e de observar o potencial do município, que tinha no trabalho e no “espírito empresarial” de seus homens a alavanca do sucesso. Seus jardins floridos, casas bem cuidadas, a ordem reinante os deixavam maravilhados. Aqueles que vinham

¹² ARTIGAS, Ary. Ordem e trabalho. **A Notícia**, Joinville, v. 13, n. 1.896, p. 8, 28 dez. 1934.

¹³ CAVALCANTE, General Deschamps. A disciplina. **Jornal de Joinville**, Joinville, v. 16, n. 98, p. 2, 19 ago. 1937.

de outras regiões para trabalhar se deslumbravam pelas excelentes condições do centro da cidade.

A miséria, o empobrecimento e a Joinville “fria” eram guardados a “sete chaves” nos seus rincões de regiões afastadas, que não possuíam flores, bicicletas nem histórias de príncipes, e sim palafitas nos mangues, sem infraestrutura, com esgoto correndo rumo à Baía da Babitonga. Embora a Alemanha nesse período estudado tenha passado por duas guerras mundiais, o povo alemão não deixou de ser apontado como o único responsável pelo progresso e pela ordem, esquecendo-se de mencionar, na maioria das vezes, o grande número de outros imigrantes e demais grupos de migrantes que para cá vieram e ajudaram a construir a cidade.

A Joinville que os articulistas, visitantes e políticos não viam, ou não se preocupavam em ver, mostrava-se claramente, mas era cômodo que ficasse mascarada nas aparências.

Os viajantes, ao mencionar que a mão de obra era barata e que as casas dos moradores joinvilenses eram verdadeiros palacetes, expressavam-se pela aparência. Se a mão de obra era barata, era sinal de que havia um excedente e, se este existia, será que também essas pessoas moravam em palacetes? Como seriam suas residências? Eram perguntas que não se faziam e que ninguém respondia. Elogiavam, ainda, a não mendicância e a ausência de greves, ao mesmo tempo em que afirmavam que havia pouco lazer. No entanto deixavam implícito que a população era toda feliz, como se os jardins expressassem o vigor e a alegria de seu povo como um todo.

As notas dos jornais dão uma mostra de como a cidade se apresentava ao “olhar do outro”, que sempre a julgava pela aparência e nunca procurava onde estava o fruto desse progresso, a origem da ordem e da harmonia “aparentemente” reinantes. A um viajante de passagem essa imagem podia ser considerada verdadeira, e, daí, as impressões que causava. A imprensa local reforçava tal ideia e orgulhosamente publicava as manifestações dos visitantes.

O discurso de cidade maravilhosa, ordeira e laboriosa trazia ao mesmo tempo uma preocupação enorme com a outra Joinville, da qual, de modo diretamente proporcional ao seu encantamento e desenvolvimento, se descobria que além da falta de lazer havia problemas muito sérios a serem contornados, como mendicância, falta de higiene e saúde, policiamento, habitação, água, instrução, transportes, jogos etc., observados no seu cotidiano.

A crise econômica na década de 1920 era geral, mas a vida em todo o sul do Brasil, particularmente em Joinville, era apontada pela imprensa como uma das mais caras do país.

A lavoura joinvilense era muito reduzida, e a pouca quantidade que existia estava entregue aos chamados “atravessadores”. A vida era basicamente industrial. As pessoas viviam nos teares e nas forjas das oficinas. O setor industrial, para fazer frente à concorrência, à produção paulista e estrangeira, precisava reduzir as suas despesas, refletidas diretamente nos salários. Os operários ganhavam de 7\$000 a 8\$000 por dia, sendo raros os que ganhavam 10\$000 a 15\$000¹⁴. Tudo que ganhavam e economizavam ia para as mãos dos varejistas, o que tornava a vida dos trabalhadores um fardo insuportável diante de tanta miséria e tanto esforço inútil.

Joinville possuía um grande número de engenhos beneficiadores de arroz, entretanto para o povo nada disso adiantava, pois os preços estavam sendo sempre majorados, enquanto os salários não davam nem para comprar uma saca de arroz, que subia de 1\$200 para 1\$600 em menos de um dia¹⁵.

Os ganhos dos operários eram insuficientes, e a Comissão de Inquérito do Departamento de Estatística e Previdência do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1939, observou que os empregados de Joinville gastavam mais de 65% de seu salário com alimentação. Concluiu assim que era necessário baixar o preço da chamada “ração tipo”¹⁶ para que eles pudessem destinar outras parcelas do salário mínimo às demais necessidades. Essa comissão estabeleceu o mínimo de salário para Joinville em 165\$000, e nos outros municípios, 145\$000, comprovando que o custo de vida aqui era mais caro.

Esses salários baixos sofreriam novas corrosões no período da guerra, depauperando ainda mais os operários joinvilenses, que não possuíam saneamento básico, médico, medicamentos e salários suficientes, e as condições de moradia eram miseráveis. Na “cidade do trabalho”, a população sem lazer, explorada e necessitando dar uma reviravolta em sua vida, apelava para os jogos.

O jogo foi sempre considerado o grande sorvedouro de boa parte das economias dos operários que, por sua vez, o viam como lazer e mesmo como uma

¹⁴ VIDA cara. **A Notícia**, Joinville, v. 6, n. 483, p. 2, 3 nov. 1928.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ “Ração Tipo: Charque 220 gr, Leite 250 gr, Feijão Preto 150 gr, Arroz 100 gr, Farinha de Mandioca 50 gr, Batata 200 gr, Legumes 300 gr, Pão 200 gr, Assucar [sic] Branco 100 gr, Manteiga 25 gr, Frutas 3 unidades (banana), Combustível (lenha) 0,20 m.c, Condimentos usuais 100 réis. E a distribuição do salário-mínimo, de 165\$000, seria: alimentação 55% – 90\$750, habitação 23% – 37\$950, vestuário 13% – 21\$ 450, higiene 6% – 9\$990, transporte 3% – 4\$950”. SALÁRIO mínimo. **A Notícia**, Joinville, v. 18, n. 3.268, p. 5, 25 ago. 1939.

forma de complementar o seu salário pela “sorte”. O jogo, como lazer, também passou a ser acusado de vício na “terra do trabalho e de gente honesta”¹⁷.

Entre os jogos comuns da época, existiam aqueles que não eram considerados perniciosos, como o xadrez, praticado pelas elites urbanas.

O jogo do xadrez, jogo de cálculo, de estratégia e de aparência, está fazendo furor em Joinville. No clube realizam-se partidas animadas, tendo sido até instituídos prêmios aos vencedores. Sempre é mais elegante, mais distinto e mais digno o jogo de xadrez que os outros jogos que por aí andam arruinando bolsas de incorrigíveis viciados e poluindo carâters [sic]¹⁸.

As campanhas moralizadoras exigiam das autoridades policiais o término dos jogos, principalmente o do bicho. Dizia o *Jornal de Joinville*:

[...] cidade do trabalho, progresso e ordem, cognominada a Manchester brasileira, vivia asfixiada numa parte de sua vida de bons costumes pelo famigerado vício dos jogos noturnos, casa de cabaré e noitadas que tiravam os indivíduos bons do trabalho [...]¹⁹.

Percebem-se as intenções moralistas permeando o controle dos jogos de uma maneira geral. Para as elites os jogos eram lazer, pois em princípio só aconteciam após o expediente de trabalho. Para os trabalhadores, expostos a todo o tipo de “tentações”, representavam ganho por intermédio do “não trabalho” e, portanto, fuga à convocação obrigatória ao “exército de reserva”, além de se contraporem aos princípios morais: “Ganharás a vida com o suor do teu rosto”.

Na década de 1920, Joinville noticiava a mendicidade, que em determinado momento passou a ser apontada como problema. Até então, a cidade orgulhava-se de não possuir mendigos. Havia lá um ou outro inválido, conhecido de todo mundo, com freguesia certa.

¹⁷ A JOGATINA. Joinville está transformada em Monte Carlo. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 6, n. 82, p. 1, 5 abr. 1924.

¹⁸ JOGO. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 6, n. 145, p. 1, 24 jun. 1924.

¹⁹ CAMPANHA moralizadora. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 7, n. 185, p. 1, 11 ago. 1925.

Apesar das medidas paliativas e assistencialistas, continuava-se a apelar para a polícia, como se a mendicância e a pobreza fossem crime e não questões sociais.

Há necessidade absoluta da nossa polícia pôr cobro a um mal que vai contaminando a cidade, o peditório. Além de adultos, uma infinidade de crianças pedem esmolas; se recebem dinheiro vão comprar cigarros, ou a mando dos pais, levam para casa, e se for pão, jogam fora²⁰.

Sentia-se vergonha de admitir publicamente a presença dos mendigos. Teria de haver uma forma de camuflá-la ou extirpar esse mal que enfeava a cidade e maculava sua imagem de modelo, de ordem e exemplo de ser a “Manchester Catarinense”.

Preocupante era a quantidade de menores que cresciam marginalizados em Joinville, pondo em risco sua reputação de “Cidade do Trabalho”. Segundo as autoridades, isso deprimia e revoltava a população “trabalhadora”. A situação era exposta como um caso sério, que pedia medidas enérgicas. Exigiam-se soluções repressivas e imediatas.

É estranho que na cidade da ordem se clamasse por policiamento. Ora, para que polícia, se tudo era tão harmônico? A realidade mostrava outras facetas.

Em 1919, Joinville possuía somente três soldados de regimento para fazer as ocorrências, tendo ainda de atender Jaraguá, Hansa e Bananal.

[...] Nestas condições é preciso que cada cidadão carregue um bacamarte à cinta e o ponha à noite sob a cabeceira do leito, sem o que estará sujeito a qualquer ataque à bolsa ou à vida, longe da menor possibilidade de uma garantia ou socorro possível [...] ²¹.

No início da década de 1920, Joinville era a segunda cidade do estado em população e a primeira em riqueza e movimento comercial e industrial, no entanto reclamava-se do policiamento.

²⁰ COM A POLÍCIA. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 6, n. 263, p. 2, 8 nov. 1924.

²¹ NOTAS e notícias. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 3, n. 48, p. 1, 19 jun. 1920.

Aqui chegavam todos os dias, pela estrada de ferro ou por vias marítimas, indivíduos estranhos, gente de toda parte, sem profissão e sem estabilidade. [...] um município de 50.000 habitantes, onde há bancos e casas comerciais importantíssimas, existem um sargento, 2 cabos e quatro soldados, sendo um doente [...] ²².

Joinville apresentava-se como uma cidade que possuía “portas de vidro”, visto que as residências não estavam concentradas em uma determinada região e sim espalhadas numa área de 30 km, intercaladas por enormes terrenos que permitiam facilmente a arte da gatunagem. Por isso, o medo espalhava-se na população, que começava a se armar.

[...] Quase todas as casas podem dar facilmente entrada a gatunos que por este lado nada terão de recear, a não ser que recebam um tiro, quando estiverem no serviço de arrecadação. [...] O resultado é esse que aí está: dorme-se de revolver em baixo do travesseiro para o que der e vier ²³.

Os roubos passaram a ter um lugar comum no noticiário e a cada dia iam ficando mais audaciosos. Roubavam-se bicicletas, paletós, carteiras; arrombavam-se residências, hotéis, pensões. Pensionistas viam seus pertences desaparecerem. Nem as igrejas foram poupadas.

A reclamação de verbas para os setores públicos era uma constante. Mandavam-se as verbas para a capital e estas não retornavam a Joinville, sendo canalizadas para outras regiões. A maior cidade do estado ficava sem o mínimo de segurança para garantir “harmonia” e segurança às pessoas. Em 1929 o Bazar Nipon, na Rua do Príncipe, em dez dias foi assaltado cinco ou seis vezes, mas afirmava-se que poderia ser ainda pior na cidade “maravilha” do estado, onde havia:

[...] dois bancos, com armazéns, que representavam um capital de alguns milhares de contos entre maquinários e depósitos de produtos manufaturados, com 15 mil habitantes, tem um destacamento policial de cinco praças, duas das quais se acham recolhidas ao Hospital Municipal, em

²² POLICIAMENTO de Joinville. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 3, n. 71, p. 2, 21 set. 1921.

²³ OS GATUNOS. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 6, n. 2, p. 1, 2 jan. 1924.

tratamento. [...] Para importação de elementos indesejáveis, temos a estrada de ferro e o porto [...]”²⁴.

Em vez de segurança pública, tinha-se a insegurança pública, e, como o lema era dividir para melhor controlar, o governo interventor de Nereu Ramos ocupou com tropas em 1934 a cidade de Blumenau, que acabou sendo dividida em vários outros municípios. A imprensa apontava:

[...] Enquanto se recusa um destacamento para Joinville de pelo menos 15 praças, para garantia da população, mantém-se o luxo da ocupação de Blumenau, até com metralhadoras. Será que a Força Pública existe para fazer política e não para garantir a propriedade e a vida das populações? [...]”²⁵.

Somente em 1937, dentro da política de nacionalização e da criação de um Brasil diferente, com as “ameaças” comunistas e a intenção de melhorar a vida pública, o prefeito resolveu “abrir escolas para fechar cadeias”²⁶ como uma das soluções para as crianças que ficavam nas ruas, na sua maioria em idade escolar.

Em 10 de dezembro de 1938, Nereu Ramos criou em Joinville uma Região Policial, que deveria compreender as cidades de São Francisco, Jaraguá e Paraty²⁷. Procurava-se dar segurança pública para tranquilizar os trabalhadores e proprietários, mas as notícias de roubos se perpetuavam, assim como a falta de policiamento, que aumentava inversamente ao número de assaltos.

A extrema precariedade da educação, saúde e habitação das camadas mais pobres da população joinvilense era cada vez mais evidente na cidade, que se expandia com o comércio e o crescimento da atividade industrial.

Os poderes públicos municipais concentravam seus esforços e priorizavam os estabelecimentos e as áreas urbanas, ficando a periferia sem infraestrutura e sem fiscalização, e a pobreza, lançada à própria sorte. Eram altos os índices de doenças epidêmicas, como disenteria, tuberculose, doenças respiratórias, por causa do clima extremamente úmido e da falta de política sanitária. A verminose, principalmente a ancilostomíase, era comum nesse período. As crianças “sofriam muito de mal digestivo dos intestinos e do estômago”, como se dizia na época.

²⁴ FALTA de policiamento. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 10, n. 111, p. 1, 16 mar. 1929.

²⁵ A INSEGURANÇA pública. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 15, n. 86, p. 1, 14 abr. 1934.

²⁶ ABRIR escola é fechar cadeia. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 15, n. 25, p. 4, 27 fev. 1937.

²⁷ REGIÃO policial. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 16, n. 142, p. 1, 10 dez. 1938.

O abandono da educação era um crime. Só o tempo e o esforço contínuo da comunidade poderiam redimir o mal que causava à população carente. Os alemães tinham o hábito de se associar e se reuniam para abrir escolas a fim de educar os seus filhos, nas quais a língua alemã era ensinada livremente (isso aconteceu até o fim da década de 1930), todavia desde 1919 a imprensa chamava atenção para as críticas feitas a tal costume.

[...] E assim criaram-se por Joinville, Blumenau e São Bento, numa proliferação espantosa, uma infinidade de escolas alemãs, onde tudo se via e tudo se ensinava da Alemanha, e do mundo, menos do Brasil (adverso a nossa nacionalidade). [...] precisamos sem tréguas e sem violências, como é de aconselhar, pela instrução, unicamente sanar de vez o grande erro e sufocar o grande mal de que o Brasil todo nos acusa²⁸.

A imprensa local sempre esteve engajada nas campanhas de alfabetização, pois quem não lia não comprava jornais. Para atender a essas e a outras necessidades, o professor Germano Timm anunciava no jornal: “Escola Noturna para operários, anexa ao Grupo Escolar Conselheiro Mafra. Candidatos maiores de 15 anos que provarem estar empregados durante o dia”²⁹.

A poeira era outro problema constante na vida dos joinvilenses, de áreas urbanas ou não. Se chovesse era a lama, e na sua ausência o pó se fazia presente. Com este vinham várias doenças. Em novembro de 1920 a cidade foi assaltada por uma epidemia de varíola hemorrágica, conhecida pelo povo como “varíola negra”, e chamava-se a atenção para o perigo de sua propagação e do abandono a que estavam sujeitas as suas vítimas. Pediam-se vacinas e médicos para atender a população local.

A necessidade de saneamento era uma queixa recorrente.

É precário o estado sanitário desta cidade. A gripe, longe de diminuir, tem aumentado de intensidade, havendo famílias inteiras atacadas do mal, felizmente em forma benigna. As condições do tempo têm concorrido para esta situação. Chove demasiadamente e os dias são frios e úmidos³⁰.

²⁸ NOTAS e notícias. *Jornal de Joinville*, v. 1, n. 14, p. 1, Joinville, 1.º fev. 1919.

²⁹ EDITAL. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 3, p. 2, 8 jan. 1921.

³⁰ ESTADO sanitário. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 5, n. 44, p. 2, 13 jun. 1923.

Se os problemas sanitários já eram graves, mais graves ainda eram as condições de trabalho dos operários, que, além de vítimas em potencial das doenças endêmicas, ainda sofriam constantemente acidentes nos seus empregos. Os acidentados ou mortos eram levados para suas residências.

A população exigia das autoridades públicas solução para a mortalidade infantil e a miséria rural e urbana, as quais mereciam atenção e medidas eficazes, não paliativos politiquieiros. Em levantamento feito pelas autoridades municipais em 1942, verificou-se que a mortalidade infantil no município e arredores era muito grande. “[...] Em estatística global, por nós em tempo apurada na Diretoria da Higiene, morre quase metade das crianças até dois anos [...]”³¹. As autoridades mostravam-se conhecedoras das causas, entretanto medidas eficazes dependiam de verbas e boa vontade para ajudar os pobres.

Joinville sofria problemas de moradia desde os seus primórdios. Os aluguéis eram muito caros e, junto com salários aviltados, tornavam a vida dos operários ainda mais terrível. Um articulista do *Jornal de Joinville* que usava o codinome de Gil do Val assinou durante vários dias notícias que comentavam as medidas municipais sobre os impostos territoriais e as moradias³².

O aluguel de casas em Joinville era o terror das classes pobres, e as habitações constituíam um dos principais problemas da cidade. Poucas casas boas eram alugadas, e isso a preços iguais aos das grandes capitais brasileiras. A maioria das casas de aluguel era muito desconfortável e sem nenhuma comodidade.

[...] Mal consta que uma vai desocupar, os pretendentes correm as dezenas a procura dos proprietários que só tem o trabalho da escolha e mais um pequeno aumento de 10 ou 20 mil réis sobre o antigo preço. [...] Já existem em Joinville diversas habitações coletivas, onde 2 ou 3 famílias vivem acumuladas sem higiene e sem bem estar[...]³³.

A questão da urbanização, vista como necessária ao controle social, aparece nas entrelinhas dos projetos municipais divulgados pela imprensa. Do mesmo modo era clara a ideia de urbanização associada à de progresso, pelo

³¹ GOMES, Plácido. Defesa e proteção da criança. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 24, n. 229, p. 4, 16 out. 1942.

³² GIL DO VAL. Os problemas das habitações. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 2, n. 52, p. 1, 3 jul. 1920.

³³ O PROBLEMA da habitação. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 3, n. 40, p. 1, 4 jun. 1921.

número de casas que se construía, pela melhoria das ruas e calçamentos e, principalmente, por uma legislação que controlasse a estética e a higienização das residências nos centros urbanos.

Dentro do espírito empreendedor das melhorias urbanas, algumas pessoas mais simples, que ainda possuíam alguma propriedade no centro da cidade, vendiam-na; outras teimavam em permanecer, apesar dos altos impostos e de toda a legislação que obrigava as residências a se enquadrarem nas normas de higienização, tais como efetuar o ladrilhamento. Paralelamente havia uma verdadeira campanha, via imprensa, que primava pelo embelezamento e pela aparência das residências.

A “modernização” passou a ser até sinal de patriotismo, excluindo-se todo aquele que não pudesse acompanhar esse progresso. Não importava para onde as pessoas se encaminhavam, em que condições ou onde iriam morar, pois nesse momento o importante era a aparência do centro da cidade, que necessitava se preparar para os dias futuros de cidade empreendedora e laboriosa do sul do país. Portanto, as velhas choupanas deveriam ser substituídas por casas de tijolos e telhas, e outras por suntuosos palacetes higiênicos e belos, cercados de flores, uma vez que esse era o modelo instituído pela municipalidade.

A grande preocupação no momento era garantir a sobrevivência do “exército de reserva” de mão de obra e sua produtividade dentro da política de saneamento e modernização dos centros urbanos. Era necessário afastar o trabalhador da cidade e ao mesmo tempo protegê-lo fisicamente e retirá-lo das ruas para que não se tornasse um “problema social”. Para essa finalidade, nada melhor do que resguardar a família e a doutrina do lar ideal.

A falta de água e seu abastecimento estiveram sempre na pauta das discussões. Nos relatórios dos gastos da municipalidade³⁴, publicados nos jornais, constava a necessidade de construir novas adutoras para resolver o problema da defasagem entre a oferta e a procura do produto. Joinville, entrecortada por vários rios e serras, contraditoriamente teve sempre como problema a falta de água, que cada vez mais parecia ficar pior, por falta de investimentos no setor.

Tal situação era ainda mais problemática nos períodos de estiagem. Os programas e métodos para economia de água eram amplamente divulgados. A cidade, conhecida pelas suas chuvas intermitentes, sofria quando estas se prolongavam, em virtude dos detritos no leito dos rios.

³⁴ ABASTECIMENTO de água em Joinville. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 5, n. 19, p. 1, 10 mar. 1923.

Os projetos na Câmara dos Vereadores avolumavam-se para serem estudados, com dados estatísticos e uma série de informações para ampliação dos canos e aumento dos seus diâmetros. Em 1925, a superintendência municipal tratava de resolver os dois problemas e dava uma mostra da precariedade

[...] da captação das águas do rio Pirai e da distribuição do precioso líquido pelos 18 quilômetros das ruas ainda não abastecidas, privilégio este até hoje concedido a 22 quilômetros unicamente³⁵.

No verão, com temperaturas elevadas, junto com o clima úmido do mangue e áreas alagadiças, a água tornava-se ainda mais necessária, porém, além de não se poder contar com ela, os canos que abasteciam os reservatórios não possuíam mais de 15 cm de diâmetro, aumentando e tornando cada vez mais sério o problema da água. Sempre que questionadas, as autoridades acusavam os governos anteriores pela falta de previsão e de responsabilidade com o orçamento municipal³⁶.

A Joinville ordeira e disciplinada apresentava na sua composição social uma população que possuía “garra de vencer”, de ostentar progresso e riquezas, mas que convivia com problemas sérios de criminalidade, transporte, saúde e educação, além das questões salariais.

Embora os empresários clamassem pela harmonia social, as classes subalternas procuravam demonstrar seu descontentamento e resistiam. O culto ao trabalho, “marca registrada” dos discursos, teve uma conotação especial na região.

Os conflitos étnicos foram durante muito tempo limitadores dos movimentos operários brasileiros. As autoridades constituídas insuflavam a etnicidade e sua preferência quanto à mão de obra, à desunião e aos conflitos entre eles.

Brasileiros e imigrantes constituíam o conflito mais sério. Os primeiros ressentiam-se do fato de serem preteridos no mercado de trabalho e de serem considerados cultural e racialmente inferiores ao trabalhador europeu. Os imigrantes militantes ressentiam-se dos operários brasileiros que, confinados às ocupações subalternas não qualificadas, aproveitavam-se das greves para substituí-los³⁷.

³⁵ O PROBLEMA da água. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 7, n. 2, p. 1, 1.º dez. 1925.

³⁶ FALTA d’água. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 10, n. 282, p. 1, 1.º dez. 1928.

³⁷ MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 161-162.

O trabalhador nacional passou a ser considerado ordeiro, para se contrapor ao estrangeiro, que vinha politizado e liderava os grupos de mobilização popular, contrapondo-se também à imagem do trabalhador indolente brasileiro, o chamado “Jeca Tatu”.

Em Joinville, essa questão foi colocada como peculiar, pois, como os empregadores na maioria eram estrangeiros, os brasileiros se utilizavam dos momentos de crise para reivindicar, além das questões trabalhistas, também a igualdade social e fazer aflorar seus revanchismos classistas.

As questões sociais eram filtradas pelos sindicatos de Joinville, os quais serviam de amortecedores e tinham muito pouco ou quase nenhum poder de pressão. A greve passou a ser a única forma de luta, e esta foi uma questão muito difícil de ser resolvida, pelo seu próprio esvaziamento.

As condições de vida dos trabalhadores nunca foram das melhores. Desde o início, o alto custo de vida não correspondia ao poder aquisitivo do operariado, que, mesmo com toda a família trabalhando, não podia ter uma vida digna, beirando sempre a subsistência. No início do século XX, Joinville teve a primeira manifestação social significativa de descontentamento e desagrado com a condição operária vigente³⁸. Essa manifestação acompanhava a conjuntura nacional e mundial que levou à Primeira Guerra Mundial, afetando os países produtores de alimentos, como o Brasil³⁹.

O ano de 1917 foi marcado por uma série de movimentos reivindicatórios. Em Joinville os reflexos desse movimento tiveram seu eco ouvido e os operários

³⁸ Professor Walmir Martins, do departamento de História da UFSC, e Cleusa Soccas, em um levantamento nos livros dos engenheiros do Arquivo Público Estadual de Santa Catarina, constatarem que no fim do século XIX houve uma greve de ferroviários da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, no sul do estado, sem contudo detalhar; no mais, nada existe escrito sobre o movimento operário em SC. In: ALMEIDA, Rufino Porfírio de. **O movimento operário em Santa Catarina: a greve de Joinville**. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980. Mimeo. p. 4.

³⁹ No contexto da diversificação industrial de 1914 a 1920, surgem no Brasil 5.936 estabelecimentos, e Carone apresenta como razão os lucros extraordinários, porém o custo dos produtos alimentares sobe muito, levando os operários a movimentos paredistas como o de 1917, que abrangeu todo o país. O poder aquisitivo dos empregados em face da inflação durante a Guerra, aliado à desvalorização cambial, que em média foi de 25,4%, vai tornando sistematicamente seus salários defasados, fato que começou em 1911. Com os aumentos sucessivos dos gêneros alimentícios, as agitações tornam-se um fato comum. Em 1917, principalmente a partir do 1.º de maio, sobe o custo de vida e o movimento torna-se nacional. In: CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: Difel, 1972. p. 80-81 e 188-189.

declararam greve, justificando a necessidade de levar uma vida condignamente, e com o que ganhavam até então era impossível. Aderiram à greve várias categorias, inclusive ferroviários, mecânicos, pedreiros, carpinteiros,ERVEJEIROS, operários de fábrica de fósforos, costureiras e padeiros.

As primeiras notícias do movimento grevista dos operários em Joinville começaram a aparecer nos jornais a partir de 23 de julho de 1917, quando em reunião os trabalhadores deliberaram entrar em greve dia 27, caso os industriais não melhorassem os salários. Desejavam um aumento de R\$1000 diários no vencimento de cada um. Os industriais concordavam em dar um aumento de 20%, procurando dessa forma evitar a greve⁴⁰.

A postura dos empresários locais, num primeiro momento, demonstra que eles até estavam conscientes dos problemas dos operários, entretanto, conforme o movimento foi tomando fôlego, recuaram de sua visão inicial, preocupando-se mais com o perigo dos movimentos de rua, chamando a atenção principalmente dos teuto-brasileiros de como comportar-se nas manifestações, e para não esquecer os conceitos de solidariedade, de prudência e as ameaças das leis de nacionalização perante o “perigo alemão”⁴¹.

No jornal local *Kolonie Zeitung*⁴², às vésperas da greve, apareceram notícias dizendo que aqui também as pessoas foram atacadas pela “febre e que para o bem-estar desta cidade é indispensável haver uma greve”, pois, se cidades como Curitiba e São Paulo tinham, por que Joinville não teria a sua, pelo menos uma vez? Ressaltavam a questão da solidariedade e chamavam atenção para o cuidado com os trabalhadores de Joinville, já que aqui o movimento não teria as mesmas características que em outros lugares. Reconheciam a necessidade do aumento dos salários e apelavam para a Câmara Municipal para fazer alguma coisa a fim de baratear a vida do “pequeno” e garantir-lhe a propriedade.

Com a continuidade da greve, o jornal mudou o tom e começou a chamar atenção para as infiltrações de elementos estranhos vindos de Curitiba denominados “pretos desordeiros”. O sentido do perigo alemão inibia a ação dos teuto-brasileiros, que temiam ser julgados como traidores da nação brasileira.

⁴⁰ ALMEIDA, Rufino Porfírio de. O movimento operário em Santa Catarina. A greve de 1917 em Joinville. *Revista de História e Geografia de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 4, 1982/1983. p. 166.

⁴¹ Ver sobre esse assunto o 5.º capítulo desta obra (“É proibido ser alemão”).

⁴² *Kolonie Zeitung*: periódico bissetmanal em alemão gótico, traduzido por Maria Thereza Boebel.

[...] A greve foi inútil porque o que os operários conseguiram, teriam conseguido sem a greve. Foram frustradas as tentativas de dar a prova as intenções [sic] revolucionárias e altamente traidoras dos alemães de Santa Catarina⁴³.

O acordo entre patrões e empregados pôs fim ao movimento paredista no dia 1.º de agosto. A repercussão do movimento foi grande, dada a ênfase com que os jornais da época tratavam o fato, sempre se referindo aos ânimos exaltados de agitadores que se identificavam com o movimento vindos de outras regiões. “Apesar de ser um movimento paredista de 1917 de curta duração em Joinville, mostrou à sociedade como viviam os operários e quais eram suas aspirações”⁴⁴.

Além do *Kolonie Zeitung*, o jornal *Gazeta do Comércio* também tratou da situação. Em uma nova notícia sobre “A greve”, afirmava que

[...] as acusações feitas aos proprietários das fábricas e ao governo local de desonestos era um absurdo, que se havia cidade onde a administração pública fez-se com mais honestidade, foi justamente em Joinville. Aqui impera o governo da honestidade⁴⁵.

O mesmo jornal, no dia 1.º de agosto, noticiou que os salários foram reajustados somente em 20%, mas que em troca se prometeu uma cooperativa alimentar aos operários pelo preço de custo, diminuindo e barateando o custo de vida, e foram dadas sugestões para ajudar na construção de algumas casas operárias nas imediações das fábricas, para diminuir o gasto com transporte.

Sobre a criação da cooperativa alimentar operária, escreveu-se o seguinte:

[...] é uma idéia digna de exenção [sic]. Ao lado disso, ficaria muito bem e vem mesmo a propósito a polícia tomar medidas enérgicas para a repressão do “jogo do bicho” que é o verdadeiro sorvedouro de grande parte das economias do operário⁴⁶.

⁴³ STREIK. *Kolonie Zeitung*, Joinville, p. 2, 26 e 31 jul. e 2 ago. 1917.

⁴⁴ ALMEIDA, 1980, p. 48.

⁴⁵ GAZETA DO COMÉRCIO. Joinville, v. 4, n. 2, p. 1, 4 ago. 1917.

⁴⁶ *Ibid.*

Ora, tentou-se criar um “bode expiatório” para o movimento, como o jogo do bicho e agitadores externos ao movimento operário local, os chamados “açuladores”. Nesse jornal em nenhum momento a “burguesia local” admitiu a condição caótica de vida de seus funcionários, contrapondo-se ao *Kolonie*, que admitia um empresariado mais esclarecido. Alegaram sempre que estes tinham casas e boas condições de vida e não havia necessidade de greve. Declaravam que todo e qualquer esforço para melhorar a vida de seus funcionários seria feito.

A mobilização teve reflexos também no meio rural, com a fundação da Liga dos Lavradores, a *Bauernbund*, por Plácido Gomes de Oliveira. Foi notável a mobilização geral dos operários de Joinville, que conseguiram um comprometimento dos empregadores para lhes vender alimentos pelo preço de custo, todavia, ao mesmo tempo, o acontecido fez com que se criassem associações de empregadores mais eficientes e mais unidas, e as dos empregados foram ficando cada vez menos atuantes, graças às ameaças e à elaboração de novos mecanismos de dominação e subserviência por parte dos patrões.

A Força Militar, o Tiro de Guerra 226 e as Forças Públicas de Santa Catarina tiveram grande importância no movimento paredista, tanto nas medidas preventivas contra eventuais depredações como na força repressora ao movimento.

A palavra-chave era “ordem”, a qual era necessária no comportamento liberal, pois garantia a manutenção da tão desejada “paz” para que o progresso pudesse ter continuidade. A polícia julgava como indivíduos perigosos os incitadores de greves de qualquer tipo, por subverterem a ordem social e perturbarem o trabalho livre.

Procurava-se de todas as formas ocultar as contradições sociais e os mecanismos para controlá-las, pois o que se observa pelos jornais, posteriormente a esse acontecimento, é que o operariado joinvilense foi perdendo cada vez mais sua força de coerção contra as empresas, e os sindicatos foram adquirindo cada vez mais um caráter assistencialista. “[...] greves são denunciadas como vergonhosas e exemplos anarquistas e bolchevistas”⁴⁷.

Os “agitadores” eram demitidos a título de lição para os demais e, de um modo geral, entravam para a lista negra das companhias, sobretudo aquelas que possuíam associações de classe eficazes. Uma vez na lista negra, o trabalhador tinha forçosamente de procurar emprego em outra “freguesia”, sendo obrigado a migrar.

⁴⁷ JORNAL DE JOINVILLE. Joinville, v. 1, n. 59, p. 2, 27 maio 1919.

Em maio de 1920 efetuou-se em Joinville uma sessão preliminar do Congresso Brasileiro de Operários, e achavam-se entre os participantes numerosos representantes de associações operárias locais, evidenciando que estes estavam engajados nos movimentos nacionais⁴⁸.

Até 1920, o movimento operário brasileiro foi preponderantemente anarquista, por causa, em grande parte, da origem dos imigrantes – Itália, Espanha, Portugal –, onde as tendências libertárias eram mais fortes do que o marxismo. No entanto, como Joinville tinha uma população, na sua maioria, de origem germânica e educada para a obediência às leis, a penetração anarquista ou de qualquer outra espécie se tornava mais difícil.

O início da década de 1920 em Joinville foi marcado pelo movimento dos padeiros.

Os operários das padarias fizeram chegar até nós (jornal), que estão dispostos a descansar um dia na semana, e para coagirem certos patrões que não se conformam com tais disposições, requerem ao Conselho Municipal dessa cidade, fosse feita uma lei, determinando obrigatoriedade para esse descanso⁴⁹.

Após três dias de negociações, o conselho acabou acatando a reivindicação e concedeu aos padeiros as noites de domingo para segunda-feira de descanso.

Apesar do apelo das autoridades, as mobilizações ocorriam nos mais variados setores, e em 1924 a comissão dos trabalhadores de carga e desembarque de madeira e erva-mate dos portos de São Francisco e Joinville clamou por aumento salarial, em virtude do alto custo de vida. Inicialmente, os trabalhadores apelavam para as autoridades para que tudo ocorresse dentro da ordem, da lei e da justiça, mas deixavam claro que não desprezavam a ideia de uma greve, caso os patrões não aumentassem suas diárias de 5.000 para 7.000 réis. A comissão enfatizava que confiava no bom senso das autoridades do alto comércio local, que deveriam conceder-lhes o aumento a partir de 3 de maio⁵⁰, como de fato ocorreu.

No fim de janeiro circulou um boletim anônimo, escrito em português e alemão, convidando os operários a se reunirem (mas não se dizia onde) a fim de

⁴⁸ CONGRESSO Operário. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 2, n. 35, p. 1, 1.º maio 1920.

⁴⁹ PELAS PADARIAS. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 2, n. 93, p. 2, 1.º dez. 1920.

⁵⁰ COSTA, Silvino Bispo da. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 6, n. 108, p. 2, 9 maio 1924.

organizar uma Associação Operária, entre quatro paredes, cujos fins não se soube. Alguns dias depois apareceu na redação do jornal *A Notícia* Francisco J. Sousa (codinome Chico Sapateiro), dizendo-se diretor dessa associação e pedindo que publicassem as deliberações da assembleia. Entrevistado pelo diretor do jornal, Francisco declarou não ser operário, e sim sapateiro, e que havia aceitado o cargo por não haver quem o fizesse e a convite dos empregados do moinho.

Outra greve eclodiu em 1.º de junho de 1927 no Moinho Boa Vista, quando seu gerente, Sr. Scheidegger, foi procurado por Francisco Sousa, em nome da Liga Operária, para exigir que os operários do moinho só trabalhassem 8 horas por dia.

O gerente reconheceu que os funcionários trabalhavam mais de 8 horas/dia, mas que eram pagos pelo excedente do tempo regulamentado e que, se tivessem alguma reclamação, que o fizessem diretamente, e não por intermédio de estranhos. Declarou aos jornais: “Hoje os operários do Moinho, instigados pelo Sr. Sousa, não compareceram ao trabalho”⁵¹.

No outro dia, o gerente procurou as autoridades, pela manhã, expondo-lhes o fato e dizendo que se seus operários não retornassem ao trabalho ele iria substituí-los, pois tinha pessoal para isso, e acrescentou:

Já se perdeu da memória a última greve havida em Joinville. Se há terra em que existia um operário feliz, essa terra é Joinville. Quase todos os nossos operários são proprietários, têm casa, terreno e vivem confortavelmente. O Sr. delegado de polícia esteve no Moinho, inteirando-se do caso, tendo-se prontificado a dar ao Sr. Scheidegger todas as garantias precisas para o caso de perturbação da ordem⁵².

O delegado de polícia mandou para o moinho alguns praças (soldados). Por outro lado, Francisco Sousa encontrava-se com os operários, dando vivas e gritos e rompendo os avisos ameaçadores colocados em frente ao moinho.

No outro dia, uma nota avisava: “Voltaram ao trabalho”. A notícia informava que os “operários em greve voltaram esta manhã ao serviço” e terminava com um ar debochado: “E foi assim um dia de greve”⁵³.

⁵¹ GREVE no moinho. *Jornal de Joinville*, Joinville, ano 9, v. 9, n. 147, p. 1, 1.º jun. 1927.

⁵² *Ibid.*

⁵³ A GREVE no moinho. *Jornal de Joinville* entre os grevistas. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 9, n. 148, p. 1, 2 jun. 1927.

Na seção livre do jornal *A Notícia*, Francisco J. Sousa, o Chico Sapateiro, disse que “nunca pregara luta contra os patrões, procurara, ao contrário, harmonizar, sempre que possível, uns e outros, para melhor felicidade e bem estar de ambos”⁵⁴.

A exploração era contínua, no entanto, mesmo assim, dizia-se que o trabalhador aqui era feliz. A polícia era um instrumento a serviço das elites e, se havia greve, era por causa de açuladores, de pessoas mal-intencionadas. Além disso, as ameaças de substituição imediata dos operários talvez indicassem mão de obra excedente no mercado. Os grevistas eram tratados com deboche e pouco-caso.

Em junho a Liga Operária, por meio de seu presidente, Francisco Sousa, adquiriu uma foto do governador do estado, Adolpho Konder, e convidou os associados para a festa de inauguração de seu retrato na sala de sessões. Francisco, que antes era acusado de açulador, agora era reconhecido como presidente, pois estava “rezando a cartilha” dos cooptadores.

O jornal *A Notícia*, no dia 23/1/1929, chegou a mencionar um “boato” de que os *chauffeurs* se preparavam para levar a efeito uma greve pacífica, em protesto ao péssimo estado em que se encontravam as ruas da cidade, mas a notícia não foi confirmada e o jornal não voltou mais a comentar o assunto, deixando claro que a “Cidade do Progresso” não era aquele paraíso idealizado pela mídia⁵⁵.

Por quatro anos, não se acha nos jornais menção de movimentos paredistas, mas em 1933 os operários joinvilenses da construção civil se declararam em greve pelo não cumprimento das leis trabalhistas e para reivindicar 8 horas/dia de trabalho.

Fazendo sentir o seu protesto, os grevistas percorreram diversas ruas, tendo o fato sido levado ao conhecimento das autoridades pelos respectivos chefes do movimento. Pode-se dizer que os grevistas estão divididos em duas facções: uma apoiando a greve geral, ou seja a dos operários de construções civis e indústrias conexas; a outra quer a greve exclusivamente da classe⁵⁶.

⁵⁴ QUEM não conhece que o compre. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 9, n. 155, p. 2, 11 jun. 1927.

⁵⁵ UMA GREVE dos Chauffeurs? *A Notícia*, Joinville, v. 6, n. 503, p. 1, 23 jan. 1929.

⁵⁶ A GREVE operária. *Jornal de Joinville*, Joinville, ano 15, n. 6, 7, 8, 9, 11, 13 e 14, p. 2; 7, 9, 10, 11, 13, 14 e 17 jan. 1933.

Após dois dias, a greve continuava sem solução, e os grevistas, procurando apoio em outras categorias trabalhadoras, conseguiram um aumento extraordinário do número de adesões.

A Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij) fez várias reuniões para resolver o caso, inclusive com o prefeito de Joinville e demais interessados, entretanto não conseguiu chegar a um acordo. Foi pedido até mesmo apoio do interventor federal, que enviou para cá “15 praças devidamente embaladas”.

No dia 10 de janeiro de 1933, chegaram a Joinville o chefe de polícia do estado, Claribalte Galvão, e Edgard Carneiro, representante do Ministério do Trabalho, vindos de Florianópolis.

Às 5 horas realizou-se uma reunião na sede da Associação Comercial e Industrial de Joinville com a presença das referidas autoridades, do comandante do porto de São Francisco do Sul, o Sr. Prefeito Municipal e de numerosos industriais interessados na solução da greve operária. [...] marcando-se uma nova reunião com os representantes das classes em “parede”⁵⁷.

Depois de os operários terem ouvido seus companheiros e tomado posições ante as propostas das autoridades, tornaram a se reunir na sede da Acij, onde resolveram acatar as decisões do Ministro do Trabalho.

[...] Ontem mesmo, voltaram ao trabalho os operários do Moinho Joinville e da oficina Mecânica Bennack, após assentamento de acordos. Foram criadas comissões de sindicalização, compostas de operários e patrões, que resolverão entre si, amigavelmente, as questões que ainda estão dando motivos a dúvidas e desconfianças⁵⁸.

O Ministro do Trabalho determinou providências necessárias nos diversos órgãos técnicos de seu Ministério e de elementos representantes das classes conservadoras, quer de operários como de patrões, para a elaboração de uma nova lei de sindicalização a favor das classes patronais e operárias, a fim de substituir o Decreto n.º 19.770 em vigor, que regulava a matéria. Mostrou-se dessa

⁵⁷ A GREVE operária. *Jornal de Joinville*, Joinville, ano 15, n. 6, 7, 8, 9, 11, 13 e 14, p. 2; 7, 9, 10, 11, 13, 14 e 17 jan. 1933

⁵⁸ *Ibid.*

forma que, além de as leis já existentes não serem respeitadas, para resolver os problemas suscitados pelo próprio descumprimento se propunham outras leis como grande salvaguarda da harmonia, paz e ordem entre os cidadãos e que, para garanti-las, o operariado deveria estar comportado, cumprindo seus deveres, pois a “lei” resolveria os problemas da fome e da miséria.

Assim como outras organizações operárias se tornaram “amarelas”⁵⁹, o operariado joinvilense também participou por diversas vezes de comícios públicos patrocinados pela ordem governamental. Nas decisões trabalhistas, tomadas em âmbito federal, a população joinvilense posicionou-se perante as questões mais polêmicas, reunindo-se e tomando decisões em praça pública.

Em 12 de março de 1934 realizou-se um comício operário na Praça Lauro Mueller, em Florianópolis, patrocinado pela Federação Regional dos Trabalhadores de Santa Catarina. Nele houve grande participação de joinvilenses, com o objetivo de manifestar publicamente o reconhecimento da classe operária aos representantes trabalhistas, que conseguiram, na Assembleia Constituinte, a inclusão dos direitos sociais com que a Revolução de 1930 a tinha “agraciado”. “Perante regular assistência, ocuparam a tribuna diversos operários e operárias, que enalteceram a ação de seus delegados, experimentando o regozijo de que a classe está possuída”⁶⁰.

Na Constituição de 1934, aquilo que se julgava legítimo, o artigo do direito de greve, foi retirado da legislação brasileira.

Tendo a maioria assim resolvido por considerar que a Constituição, criando como cria a Justiça do Trabalho, não se podia constitucionalizar a greve, embora se a tenha de aceitar como um fato social, um fato contra a lei⁶¹.

Mesmo com as pressões e com as notícias da proibição grevista, os ferroviários da estrada São Paulo-Rio Grande entraram em greve, que logo se espalhou por todo o país, inclusive Joinville.

⁵⁹ Expressão usada para conceituar os dirigentes sindicais atrelados ao processo de controle e cooptação do Ministério do Trabalho, que se submetiam à burocracia sindical, vinculada e escolhida pelo Estado para controlar as reivindicações operárias.

⁶⁰ O COMÍCIO operário de ontem. Os operários rompem com o Partido Liberal. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 16, n. 60, p. 2, 13 mar. 1934.

⁶¹ A CONSTITUIÇÃO não reconhece aos operários o direito da greve. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 16, n. 119, p. 1, 29 maio 1934.

A greve é rigorosamente pacífica e os próprios grevistas tomaram a sua guarda o material da estrada de ferro. A justiça está com a causa dos grevistas, pagos miseravelmente, e reclamaram salários correspondentes aos seus serviços. É um movimento simpático, sem dúvida nenhuma, e que todos acompanham com o maior interesse⁶².

No outro dia chegaram à cidade, procedentes do Rio de Janeiro, 200 operários do Lloyd Brasileiro, para substituir os empregados da estrada de ferro. Em companhia desses operários vieram também 100 fuzileiros navais para evitar uma possível perturbação da ordem. Esse movimento perdurou por 5 dias.

A atitude dos ferroviários foi simpática a todos, porque pleiteavam uma causa justa. Não era possível que o governo federal deixasse que a grande e laboriosa classe permanecesse numa situação que era aflitiva [...]⁶³.

Após 1936-37 diminuíram ainda mais as manifestações. A Lei de Segurança Nacional, o estado de sítio e o estado de guerra eram argumentos mais do que suficientes para coibir qualquer pretensão.

Nacionalmente, os movimentos começaram a entrar numa fase de refluxo desde o pós-20, depois de ter havido as grandes greves gerais. A forte repressão policial e uma legislação que pesava sobre a cabeça dos estrangeiros, ameaçando-os de expulsão caso participassem das greves, minavam a resistência operária.

As fortes migrações aconteciam em concomitância com os longos períodos de desemprego urbano, retardando a organização operária, pois permitiam aos empregadores demitir aqueles que demonstrassem a menor suspeita de militância, o que intimidava o trabalhador, que, coagido pelos baixos salários, tinha medo de perder o emprego.

As divisões étnicas marcantes reforçariam o enfraquecimento das mobilizações em Joinville, sobretudo diante das ameaças de deportação que recaíam sobre os ativistas estrangeiros, permitindo às elites que se livrassem dos “indesejáveis” sem perder sua fachada de tradição jurídica, cultivada pelos liberais em nome do progresso e da civilização.

⁶² A GREVE dos ferroviários. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 16, n. 230, 231 e 233, p. 1-2; 8, 9 e 11 out. 1934.

⁶³ *Ibid.*

No campo, os lavradores teuto-brasileiros também protestavam, mobilizando-se por intermédio de suas associações, principalmente a *Bauernbund*. Fundada após a greve de 1917 como uma das soluções para o barateamento dos produtos de primeira necessidade, suas reivindicações e protestos eram feitos nos centros urbanos às autoridades municipais.

A reação da oposição a tal atitude se repetia: os manifestantes eram considerados agitadores, açuladores. Menosprezava-se a força de mobilização dos trabalhadores do campo, colocados sempre numa situação subalterna, sendo necessárias ações paternalistas e de proteção, pois eram julgados incapazes de autogerenciar suas vidas.

Em março de 1919, os camponeses, num forte protesto às leis municipais que incidiam sobre os impostos escolares e sobre a aguardente, mobilizaram-se e vieram em massa para a cidade de Joinville, organizando um movimento, numa espécie de greve, que durou dois dias.

[...] grupos de homens aqui e ali em atitudes pacíficas, mas falando e gesticulando entre si como se uma grande revolta íntima os dominasse: “Que foi que arrancou esta boa gente da patriarcal comodidade lá das roças, onde apenas a luta se faz com arado, a terra que eles aram para ajudá-lo a florir na riqueza de suas plantações? De onde vem essa gente geralmente tão ordeira na pacatez de sua vida campesina?”⁶⁴.

No dia 17 de abril, saiu publicado o decreto de Abdon Baptista, com a resolução da suspensão temporária da cobrança dos impostos sobre os engenhos de açúcar e aguardente, assinada pelo secretário municipal Edgard Schneider.

Contradizendo a fama de Joinville de cidade da ordem, da harmonia e da pacatez, em 5 de maio mais uma vez suas ruas foram agitadas por um grande número de colonos.

O motivo dessa revolta foi o de protestar contra as ordens do tenente que estava presidindo um inquérito policial e mandou intimar Ernesto Tholbawa e Guilherme Geahm para depor, os quais não compareceram.

O Sr. tenente então mandou-os buscar “de baixo de vara”, como faria qualquer autoridade em sua posição. E o resultado foi esta romaria de gente na cidade para protestar

⁶⁴ REGISTRO – Impostos. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 1, n. 29, p. 1, 11 mar. 1919.

contra o ato da autoridade. Nós que estaremos sempre ao lado da legalidade e como nos parece que a autoridade não exorbitou das suas funções, só temos que reprovar e lamentar a atitude de nossos habitantes rurais⁶⁵.

A questão da legalidade era defendida pela imprensa, mostrando que mesmo os governantes poderiam perceber seus erros, revogando leis. Mas a imprensa, clamorosa da legalidade de que se arvorava o liberalismo vigente, não permitia deslizos, e, mesmo concordando que a lei poderia estar errada, esta teria de ser cumprida, uma vez aprovada. Era o mundo da legalidade, em que juristas determinavam e passavam a ser as reais autoridades, desde que se beneficiassem e prestigiassem “os iguais”, porque quando se beneficiava a maioria se fazia “vista grossa” e o “cumpra-se” era “se quiser”!

Por meio da *Bauernbund*, na época presidida por G. Hene, os trabalhadores do campo tomavam resoluções, protestavam e enviavam às autoridades municipais documentos que contestavam novamente os impostos territoriais, estabelecidos de forma igual para todas as classes. Reivindicavam: 1) contra os impostos municipais; 2) pela classificação justa desses impostos; 3) pelo alistamento eleitoral para ser cabo eleitoral.

Nesse momento, as autoridades alertavam que as reclamações da *Bauernbund* eram infundadas, pois as leis orçamentárias já estavam votadas e não havia como deixar de executá-las. Lembavam, ainda, que o tempo dos protestos em atitudes revolucionárias já passara.

As autoridades de hoje não permitem repeti-las, e estes têm o apoio da opinião pública, patriótica e bem orientada, e o apoio material da força para fazer cumprir e executar as leis da República dos Estados Unidos do Brasil, sejam federais, estaduais ou municipais⁶⁶.

A ideia de cooperativismo como solução de todos os problemas sociais e da majoração dos preços era corrente. Via-se nas cooperativas solução para tudo. Nesse contexto, um associado da *Bauernbund*, por intermédio do jornal *Kolonie*

⁶⁵ DEMONSTRAÇÃO dos colonos. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 1, n. 52, p. 2, 10 maio 1919.

⁶⁶ A BAUERNBUND e o orçamento municipal. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 3, n. 8, p. 1, 29 jan. 1921.

Zeitung, publicou em junho uma carta de um dos moradores de Hansa, acusando a Associação de Lavradores de não ser uma simples sociedade de lavradores e que esta não tinha sido fundada para cuidar dos interesses da classe. Segundo esse articulista, a *Bauernbund* era um partido político que vivia a preparar o alistamento eleitoral entre os seus associados. Dizia que nela havia cidadãos discursadores, mais ou menos veementes, que aspiravam chefias políticas em Bananal, Jaraguá e Hansa, assumindo às vezes atitudes inconvenientes. Acrescentava que a associação tinha sido criada para ser atrelada ao carro dos que ambicionavam cargos políticos no município, os quais se entendiam, então, em considerações sobre o que deveriam ser essas associações, aconselhando o boicote ao comércio em geral, afirmando que os negociantes eram desonestos nas suas vendas e que queriam ganhar demasiadamente, qualificando como muito corrupta a política brasileira.

Em julho de 1921, a Sociedade dos Lavradores, *Bauernbund*, resolveu tomar a denominação nacional de Liga dos Lavradores e orientar-se de maneira diversa ao que vinha fazendo nas suas relações com os poderes públicos municipais, já tendo alguns de seus membros mais salientes entrado em acordo com o juiz de Direito e com o superintendente municipal. Esse entendimento resultou em “uma orientação inteligente tão útil aos interesses da importante classe dos lavradores e do próprio município de Joinville”⁶⁷.

Sendo Liga dos Lavradores ou *Bauernbund*, o problema do não pagamento dos impostos permanecia. Em reunião da liga em Anaburgo (bairro de Joinville, hoje Vila Nova), com a presença do Sr. Plácido Gomes, foi convidado Gustavo Witte e mais tarde compareceram algumas autoridades municipais (Marinho Lobo, Eugênio Moreira e comitiva), que alegaram não ser justo sobrecarregar de impostos a cidade para fazer melhora nas estradas e pontes do campo. Afirmavam, ainda, que podiam brigar, mas que não iam conseguir nada.

As autoridades municipais comentaram que o grupo permanecia com um caráter anarquista e que jamais poderia florescer na Joinville conservadora. Havia falta de fundamento em suas queixas. Propunham-se como soluções leis de nacionalização.

A rivalidade entre o campo e a cidade quanto à cobrança de impostos foi revolucionando as classes, pois os do campo alegavam:

⁶⁷ A LIGA dos lavradores. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 3, n. 51, p. 1, 13 jul. 1921.

[...] pagam impostos para melhorias nas cidades e que no campo estes não possuem estradas nem para escoarem suas mercadorias, ficando isolados; que suas associações, de Lavradores ou Bauernbund, possuem suas reivindicações, mas as autoridades municipais sempre lhes colocam como sendo estas devido às incitações de 2 ou 3 anarquistas em busca de votos e eleitores⁶⁸.

A pessoa que mais sofreu acusações institucionais de ser agitador e anarquista foi Plácido Gomes (o fundador do *Bauernbund*), “divorciado do sentimento nacional e pretendendo um simulacro de prestígio político para mostrar-se fora de Joinville aos diretores de política estadual que têm partido nesse município”. Plácido foi acusado de ambicionar dominar Joinville, fazendo discursos em alemão aos pobres lavradores, pregando-lhes doutrinas subversivas como a de não pagar os impostos municipais, “como se isto fosse possível dentro da legalidade”⁶⁹.

O jornal *Kolonie Zeitung* saiu em defesa da Liga dos Lavradores e de suas pretensões, alegando que ela sempre foi nacionalista, patriótica e republicana.

Era época de eleições municipais e o clima estava conturbado. As questões regionais eram confundidas com a política nacionalista defendida pelo Partido Republicano Catarinense. O grupo Regenerador, formado por Plácido Gomes e Carlos Gomes, era a única oposição naquele momento.

As eleições foram tumultuadas, e o *Jornal de Joinville* dizia a respeito de Plácido Gomes:

A sua intervenção em greves incompatibilizou-o de vez com os industriais de Joinville. [...] Ao mesmo tempo que a sua *Bauernbund* provoca cada vez mais protestos da importante classe comercial deste município⁷⁰.

As ruas iam se enfeando, a população empobrecendo, a oposição sendo acusada de inimiga do trabalhador, e qualquer tentativa de organização dos trabalhadores sofria um processo de “desmonte”, de desqualificação e até de ironia pública, colocando-se sempre em xeque a fidedignidade dos movimentos.

⁶⁸ INSPEÇÃO municipal. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 3, n. 59, p. 1, 20 jul. 1921.

⁶⁹ BAUERNBUND e o dr. Plácido Gomes. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 3, n. 54, p. 1, 23 jul. 1921.

⁷⁰ *Ibid.*

Achavam suas causas justas, porém alegavam que os patrões, responsáveis por “forrarem-lhes o estômago e dar-lhes felicidades”, não podiam ser traídos e ter seus trabalhadores como inimigos, ludibriados que eram com qualquer promessa de aumento salarial e redução de trabalho, pois era isso que almejavam os “cérebros diabólicos de exploradores politiqueiros”⁷¹.

Em 1927 o problema da taxaço dos impostos no campo voltou a ser discutido, por estar entre 50 e 60%, e os lavradores voltaram a fazer um protesto público no centro da cidade com promessas de repetir a passeata no fim do mês. A passeata não se repetiu, colocando-se que “os lavradores recalcitrantes resolveram pagar os seus impostos”⁷².

Paralelamente a essas mobilizaçoes, aos assaltos e à mendicância, Joinville cada vez mais ia exigindo das autoridades estaduais reforços policiais no destacamento da força pública do estado, ao mesmo tempo em que aumentavam os desfiles de rua do Batalhão de Caçadores e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, que, na ocasião de movimentos populares, eram cada vez mais solicitados para conter os “ânimos exaltados”.

Mesmo com propagandas e ameaças de prisão, os lavradores, em 1937, prometiam deixar de abastecer a cidade, caso não mudassem os impostos criados pelo governo do estado, que obrigavam ao pagamento de tributos aqueles cujos negócios rendessem mais de 3 contos de réis anuais, e os demais seriam obrigados ao requerimento de um cartão de licença e um livro de registros de vendas diárias, compra de selos e de um livro de “registros de movimento” de estampilhas de vendas e consignações.

Não se justifica uma greve nesse sentido. Que culpa temos nós da cidade que compramos ao colono, de que o governo do Estado crie e aumente os impostos? O imposto não criará dificuldades, temos certeza, e mesmo não é assim como muita gente apregoa [...]”⁷³.

O contraponto dessas taxaçoes era o aumento alarmante do preço dos alimentos e dos gêneros de primeira necessidade. Pediam-se medidas de contenção dos preços.

⁷¹ JORNAL DE JOINVILLE. Joinville, v. 6, n. 295, p. 1, 16 dez. 1924.

⁷² O CASO dos lavradores. **Jornal de Joinville**, Joinville, v. 9, n. 271, p. 1, 28 nov. 1927.

⁷³ GREVE? **Jornal de Joinville**, Joinville, v. 19, n. 6, p. 2, 14 jan. 1937.

O cooperativismo em Santa Catarina apareceu na década de 1940, como uma forma de os lavradores se organizarem e terem apoio dos governos estadual e federal. Apontava-se que “esta é a solução social, já que o capitalismo tem falhas e o socialismo não dá para pensar”⁷⁴.

Em 1941, o município resolveu tabelar os preços como defesa da economia popular, como se isso resolvesse realmente os problemas dos lavradores e dos pobres. Em setembro, foi instalada a Sociedade Cooperativa de Consumo dos Operários e Empregados de Joinville, na sede do Círculo Operário, com uma série de exposições de doutrinas cooperativistas e suas vantagens, propondo diversas soluções para os problemas trabalhistas da região.

Joinville, como as demais cidades brasileiras, ainda baseava sua economia nas atividades primárias de produção. Assim, era natural que o maior índice de protestos viesse dos lavradores, mesmo porque estes, na sua maioria, eram pequenos proprietários e tinham um tipo peculiar de relacionamento com os cidadãos: emprestavam dinheiro a juros para comerciantes e até para industriais, criando um vínculo de dependência financeira entre a cidade e o campo.

Joinville já emergia como cidade industrial, mas a classe operária nesse período, mais conservadora, ou talvez mais “apática” que em outras cidades, não possuía organizações interfábricas ou sindicatos engajados. Os movimentos restringiam-se mais às próprias fábricas, como é o caso do moinho e de padarias, todavia, mesmo assim, apareceram nas ruas, mostrando as inquietações de seus trabalhadores.

Como diz Maria Célia Paoli: “os dominados existem, têm voz própria e até mesmo, longe de serem alienados e passivos, para alguns autores [e discursos oficiais], têm um saber autônomo e quase ilimitado”⁷⁵. E isso fica evidente no seu desejo de transformação, no seu inconformismo e nas suas formas de *resistir*.

O discurso do poder que se pronuncia sobre os trabalhadores ou sobre o trabalho, definindo seu sentido, finalidade, forma e conteúdo, mascara, exclui e desqualifica os atores principais desse cenário. Os excluídos do discurso do trabalho são justamente aqueles que poderiam falar dele, como experiência que lhes é própria.

⁷⁴ COOPERATIVISMO. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 15, n. 36, p. 2, 13 fev. 1933.

⁷⁵ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. **Comunicação 7** – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1983. p. 54.

As classes dirigentes, alegando, da parte da classe trabalhadora, imaturidade, falta de competência, necessidade de manter o emprego, apontam os patrões como empreendedores bons, que tudo fazem para assegurar aos trabalhadores uma “família feliz e satisfeita”, legitimando assim dirigi-los e governá-los pela submissão.

Uma das características do capitalismo é convencer somente com aquilo que está organizado, sistematizado, não dando assim oportunidade aos trabalhadores para que o façam por si. As classes dirigentes procuram fazer isso por eles, dando-se uma dimensão do grau do controle social. Tal controle se torna mais eficaz quando esse sistema se reproduz muito dentro de cada um de nós; ele é eficaz por si só e não vem somente de cima para baixo.

As publicações dos jornais joinvilenses apontavam a religião como

[...] esteio-mestre da sociedade. Uma sociedade sem religião é como um povo sem governo. Isto tem sido reeditado várias vezes. O freio que retém os arremessos do ódio humano, dominando as iras da barbárie é ela, porque o foi em todos os tempos e há de ser ainda por muitos séculos, enquanto existirem vestígios de maldade sobre a face da terra⁷⁶.

A religiosidade em Joinville foi disputada entre católicos e protestantes. A convivência era pacífica. As festas religiosas foram divididas entre ambas, e no plano educacional houve uma grande preocupação em montar dois grandes centros irradiadores de cultura, um para cada grupo religioso.

Em 1929 Joinville passou a ter seu bispado com D. Pio de Freitas. Mesmo antes de aqui chegar, ele já conjecturava a respeito da cidade conforme o discurso dominante:

Povo laborioso, ordeiro e progressista. Colônia vicejante, que em apenas três quartos de século subiu do nada ao esplendor em que hoje se vê, a ponto de sua importância transpor o oceano e ocupar a atenção da S. Sé⁷⁷.

⁷⁶ VILLAR, Fausto. Reflexões teológicas. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 1, p. 2, 1.º fev. 1919.

⁷⁷ FREITAS, Monsenhor Pio de. O primeiro bispo de Joinville dirige-se ao seu povo. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 11, n. 123, p. 1, 31 mar. 1929.

A instalação dos Círculos Operários Católicos pelo padre Alberto Kolb, a partir de março de 1935, veio reforçar a teia de influências da Igreja nos meios políticos e sociais, juntamente com os escoteiros e creches construídas para filhos de operários⁷⁸. Ao lado do Círculo Operário, posteriormente foi inaugurada a Casa do Operário Joinvilense.

O ecumenismo na cidade era uma atitude comum, pois a convivência entre católicos e luteranos era coisa do cotidiano. Os jornais luteranos publicavam, em alemão, até as leis de nacionalização⁷⁹, as suas notícias e de sua comunidade, e os católicos publicavam nos jornais que circulavam em língua portuguesa. O jornal *A Notícia* possuía uma coluna quase que diária, assinada por “O Cristão”, que trazia versículos ou comentários de trechos bíblicos⁸⁰.

A luta da Igreja em prol da família era secular. Os males sociais em decorrência da miséria eram apontados como os causadores das desgraças que a humanidade enfrentava no mundo contemporâneo. Isso desarticulava moralmente as famílias, e a igreja necessitava, em nome de Deus, orientá-las para que não caíssem nas malhas das misérias sociais e não fossem consumidas pela falta de moralidade e produtividade no meio social.

Os males sociais apontados eram ligados aos comportamentos sociais, às atitudes morais, e não à responsabilidade social com relação ao desemprego, à superexploração do trabalho, à falta de perspectiva de vida etc.

A presença da Igreja Católica dava-se em várias instâncias do cotidiano joinvilense e nacional. Nas legislações trabalhistas brasileiras havia inspirações da *Rerum Novarum*, que justificavam as leis do salário mínimo, do abono familiar

⁷⁸ A primeira medida foi dotar Joinville de uma banda de música bem dirigida, que correspondesse aos fins nobres dessas associações. Ficava-se nas aparências, enquanto as questões sociais de relevância eram tratadas como coisas menores. In: JORNAL DE JOINVILLE. Joinville, v. 17, n. 69, p. 2, 23 mar. 1935.

⁷⁹ Com a Lei de Nacionalização a grande crítica era referente aos padres alemães, que em vez de substituírem os jornais escritos em alemão para o português, de acordo com a Lei de Nacionalização, preferiram fechá-los, demitindo funcionários com 10 a 15 anos de serviço. E comentava-se: “A legislação foi boa, pois pelo menos foram indenizados, mas provou-se a falta de patriotismo destes frades franciscanos tão bem recebidos aqui e que não souberam retribuir”. In: A NOTÍCIA. Joinville, v. 21, n. 3.926, p. 8, 22 nov. 1941.

⁸⁰ Em 1942, Joinville contava com 31.711 habitantes, sendo 15.443 católicos e 16.268 protestantes. Dados em: 25 ANOS de Paróquia e paroquianos. *A Notícia*, Joinville, v. 21, n. 3.713, p. 3, 8 mar. 1942.

como forma de preservação da família, pois tinham nela o núcleo da sociedade e precisavam dar-lhe estabilidade e continuidade. A encíclica histórica de Leão XIII, “o papa dos operários”, possuía um caráter espiritual e era elogiadíssima. Ao mesmo tempo era mais um fator de enaltecimento para Getúlio Vargas, “o pai dos operários”, que havia materializado os mandamentos do Papa nas legislações trabalhistas brasileiras.

A Legislação Trabalhista do Estado Novo, no espírito das encíclicas sociais, em especial a *Quadragesimo Anno*, levou muitos católicos que se opunham ao Estado Novo no campo político a elogiarem e a apoiarem sua atuação no campo social.

Com a liquidação do Estado Novo em 1945, os círculos perderam sua influência mesmo dentro da Igreja, no entanto o trabalho no meio operário foi continuado pela Juventude Operária Católica (JOC).

No meio protestante, em que o trabalho como meta de vida se faz presente, necessitava-se ainda mais controlá-lo dentro da ética da ordem e harmonia do capital e do trabalho para o progresso⁸¹.

O empresariado local, na sua maioria protestante, soube explorar a situação e dela tirar proveito no controle e na submissão do operariado. Era uma forma de glorificar a justiça de Deus, não subverter a ordem existente e garantir os lucros.

A disciplina/organização das relações de trabalho consubstanciadas na legislação trabalhista era mais um dos instrumentos utilizados pelo governo para conter a luta de classes. A legislação era resultado da relação política entre sindicato, Estado e patronato. Privatizava-se o espaço público no gerenciamento de suas questões. Se de um lado a questão social era politizada com seu reconhecimento, por outro era totalmente despolitizada dentro da questão operária. Os sindicatos deixaram literalmente de ser um órgão dos trabalhadores para vincular-se a um órgão público, o Ministério do Trabalho. Houve um avanço do Estado sobre o cidadão, e agora nação era sinônimo de industrialização e a classe operária tinha de ser reconhecida no projeto de sociedade.

A legislação e a busca da legalidade sempre foram questões cruciais para os trabalhadores joinvilenses atentos às questões de seu interesse e à procura da oficialização das conquistas trabalhistas. O Código de Menores, embora já existisse, aqui não era posto em prática.

⁸¹ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1985.

As crianças ao invés de estarem na escola estavam nas fábricas, e isto não é porque os pais necessitam e sim por ignorância. [...] É triste de dizê-lo, mas é um fato: uma grande porcentagem dos operários de Joinville é representada por crianças em idade escolar que não lêem, sequer, os primórdios da instrução preliminar. [...] O trabalho das crianças é largamente explorado entre nós – muitas estão em trabalho noturno ao invés de estarem nas escolas⁸².

A preocupação com a alfabetização dos menores era grande nesse período, principalmente por causa dos altos índices de analfabetismo que o Brasil apresentava. Joinville, como cidade de origem europeia, tentava destacar a instrução pública como protetora dos menores.

Por outro lado, as denúncias de maus-tratos também eram feitas:

Emílio Ludewig, proprietário de uma pequena fábrica de cadarços à rua Brusque, tinha como seu operário o menor de 17 anos, Arthur Ganske. No dia 26 do mês findo fez as contas com o menor, que tinha a receber 84\$000. Mas Ludewig pagou ao mesmo 80\$000 em cadarços refugos e 2\$000 em dinheiro [...]⁸³.

Para mostrar que a cidade também estava preocupada com a educação dos menores, o responsável pela firma Arp procurou a direção dos jornais locais para declarar que em sua empresa não havia menores em idade escolar e os que lá trabalhavam estavam acima dos 14 anos e eram alfabetizados. Havia necessidade de mostrar na imprensa a não exploração dos menores, embora sutilmente a educação na própria escola se colocasse como “vida e trabalho”.

O trabalho justifica a existência do homem. Nascemos para trabalhar, trabalha-se para viver, vive-se para trabalhar, logo que o trabalho é um modo de glorificar a Deus, que o instituiu e nos criou. [...] É preciso que amemos o trabalho, seja ele espinhoso ou suave, sendo, como é, condição de vida. A mocidade precisa valorizar o que ganha, economizar o fruto de seu trabalho para futuramente beneficiar, com mais largueza, os povoadores meigos e inocentes de seu lar⁸⁴.

⁸² CARVALHO, César A. instrução pública. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 10, n. 261, p. 1, 6 nov. 1928.

⁸³ EXPLORA operários menores. *A Notícia*, Joinville, v. 6, n. 447, p. 2, 6 jun. 1928.

⁸⁴ SILVEIRA, Thomaz da. Vida e trabalho. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 11, n. 125, p. 1, 3 jun. 1929.

As notícias sobre mortes, acidentes de trabalho e até mesmo suicídios eram constantes⁸⁵ às vésperas da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O governo provisório demonstrou grande preocupação na reconstrução política e econômica nacional e de trazer para o âmbito do Estado a normalização da situação dos operários, que cada vez mais se rebelavam contra a situação de desmoralização na qual se encontravam.

Os trabalhadores, para serem mais bem controlados, foram convidados a formar sindicatos. Logo se criaram os Sindicatos de Operários das Fábricas de Fósforos, de Força e Luz e Telefones, dos Ervateiros, dos Empregados de Moinhos, dos Barriqueiros, dos Empilhadores e Classificadores de Madeira, a União de Trabalhadores do Livro e do Jornal, a Aliança dos Trabalhadores da Construção Civil, a União dos Trabalhadores de Armazéns e Trapiches etc. E, de acordo com a lei sindical, fundou-se a Federação Regional dos Trabalhadores de Santa Catarina. Somente em Joinville abriram-se na data das inscrições 11 sindicatos dos 12 existentes no estado⁸⁶.

Em uma conferência operária realizada pelo capitão-tenente Hoffman, do porto de São Francisco, nas dependências do Teatro Palácio, para os sindicatos operários de Joinville, ficaram explícitos os objetivos destes e a ênfase dada à ordem e à harmonia que reinavam na cidade.

S.S. disse que a ação dos Sindicatos é a defesa dos interesses da classe, dirigindo-a para melhores condições de vida, mas não para perturbar a disciplina das fábricas e provocar incidentes com os patrões. Disse ainda que Joinville no Brasil é um exemplo de trabalho organizado e de vida mais ou menos feliz para os que produzem [...] ⁸⁷.

A lei de férias remuneradas continuava sendo esquecida, burlada ou interpretada de forma errônea por parte dos patrões, e os trabalhadores não tinham como recorrer às leis que lhes suscitavam direitos. O decreto das férias

⁸⁵ "José Rabello, de 17 anos, no trabalho de dragagem do rio Cachoeira, caiu do barco e morreu"; "José do Rosário ficou com as pernas bastante feridas na oficina J. Cubas, quando procurava empurrar um vagonete"; "Operário de estrada de ferro – Sebastião Mattoso – ficou esmagado no vagão de cargas quando este fazia manobras, falecendo depois, com 19 anos de idade". *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 12, n. 129, p. 2, 6 e 23 jun. 1930.

⁸⁶ FORMAÇÃO de sindicatos. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 13, n. 267, p. 2, 18 nov. 1931.

⁸⁷ CONFERÊNCIA operária. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 14, n. 2, p. 2, 4 jan. 1932.

foi assinado em janeiro de 1934, mas somente era concedido aos operários sindicalizados.

No Golpe de 1937, em que todas as liberdades foram cerceadas, o Sindicato dos Empregados e Operários de Joinville lançou a seguinte nota, demonstrando a quem ele realmente servia:

Vem saudar a nova constituição pelo seu momento oportuno, com apoio e solidariedade ao Sr. presidente, pois a nova Constituição veio ao encontro das necessidades e aspiração do povo brasileiro, que necessita de paz e ordem para maior engrandecimento da Pátria⁸⁸.

O termo conciliador dos conflitos inerentes às questões do trabalho e do capital passou despercebido pelas leis que procuravam um caráter de conciliação e de justiça. Elas podiam até conter erros, porém o que valia era a intenção de normatizar e colocar para junto do aparato do Estado uma categoria social desassossegada; que as leis fossem desagradar muita gente também era consentido, mas acrescentava-se a isso o fato de elas

reivindicarem direitos de uma classe que vivera até então sob o jugo infame da prepotência policial, resgatando-lhe um passado de sofrimentos, tornando-o um elemento precioso de colaboração e de trabalho, [...] vieram romper para o proletariado as perspectivas de uma nova era⁸⁹.

O governo revolucionário pós-30 tentou cumprir a nova ordem mundial nas relações pertinentes ao trabalho, prevendo agradar às massas proletárias, que, após a guerra e retornando ao seu trabalho cotidiano, certamente se tornaram mais exigentes quanto aos seus direitos mínimos de sobrevivência, e também pela própria questão dos preços internacionais das mercadorias que iriam disputar o mercado. O Brasil, embora signatário do acordo internacional, contemporizou ao máximo, e o resultado que aparentemente teria agradado a gregos e troianos foi criticado em um artigo, acusando

⁸⁸ SINDICATO dos empregados e operários de Joinville, **Jornal de Joinville**, Joinville, v. 19, n. 140, p. 2, 23 out. 1937.

⁸⁹ O MINISTÉRIO que veio complicar a vida nacional. **Jornal de Joinville**, Joinville, v. 17, n. 27, p. 1, 1.º fev. 1935.

o governo que cria direitos novos e os regula de má-fé. Seus decretos se dirigiam preferencialmente às classes intermediárias, que constituem mais uma pequena burguesia do que mesmo proletariado. A massa de proletários urbanos pouco obteve. E dos rurais coisa alguma⁹⁰.

O presidente, pai e protetor, aparecia nas manchetes dos jornais como aquele que dava as merecidas leis aos trabalhadores brasileiros, arrolando-as uma a uma, desde 8 horas/dia, pagamento das horas extras, nacionalização do trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e dos menores, juntas de conciliação, reformas nas leis de acidentes de trabalho, até oficialização dos sindicatos de classe, que de “simples associações particulares passaram a ser considerados órgãos do poder público, revestindo-se assim de maior força e de mais autoridade para defender e pugnar pelos interesses de seus associados”⁹¹, além de Institutos de Aposentadorias e Pensões, e até casas para operários e a promessa de um salário mínimo.

Se os discursos do presidente eram apelativos e conciliatórios, o da classe empresarial chamava a atenção para as taxas a serem fixadas pela lei do salário mínimo e o grau de instrução dos operários. Aquilo que era previsto para beneficiá-los poderia ser

uma catástrofe, pois irá desempregar aqueles operários sem profissionalização que o patrão julgar não merecedor de receber o salário mínimo. O pobre empregado não terá a instrução nem seus parcos salários anteriores, criando uma massa de mendigos pelas cidades⁹².

O que os empresários não sabiam, com certeza, para emitirem tal comentário era como seriam esses salários e quanto tempo ficariam congelados.

⁹⁰ MEDEIROS, M. Legislação do trabalho. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 16, n. 168, p. 1, 23 jun. 1934.

⁹¹ O QUE DEU o Presidente Getúlio Vargas aos trabalhadores brasileiros. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 20, n. 58, p. 3, 2 maio 1938.

⁹² PRAZERES, Otto. Os perigos do salário mínimo. *Jornal de Joinville*, Joinville, v. 20, n. 100, p. 1, 25 ago. 1938.

Enquanto uns reclamavam das péssimas condições a que ainda estavam expostos os trabalhadores, outros construíam monumentos ao presidente com dinheiro dos próprios trabalhadores⁹³, de forma arbitrária e em nome deles.

Na Justiça do Trabalho de Joinville, menos de um ano após a criação do salário mínimo já se faziam apelos via imprensa, denunciando o acúmulo de processos trabalhistas, não dando aos juízes condições de despacharem os processos: “juiz dedicado apenasmente ao estudo dos fenômenos sociais no setor trabalhista, porque estas atingem uma porcentagem maior que todas as demais questões reunidas”⁹⁴. Isso porque aqui reinava a harmonia entre as classes.

As autoridades definiam esse período como de otimismo e confiança, pois o operariado teria encontrado a tranquilidade em seu trabalho, agora cercado pelas leis de que muito se orgulhava o Brasil. Dentro desse espírito é que se abriam até mesmo concursos públicos para homenagear a nova ordem brasileira e o trabalhador nacional.

A Consolidação das Leis do Trabalho era anunciada como obra redentora do governo autoritário de Vargas, que teria feito tudo em ritmo acelerado para recuperar o tempo perdido em uma série de leis que caminhavam de conquista em conquista do trabalhador para verem consagrados os seus mais elementares direitos. O Código do Trabalho era colocado como algo que “cristalizaria todas as medidas legais até hoje adotadas – monumento jurídico, que será um padrão de glória para os atuais dirigentes do Brasil”⁹⁵.

O salário mínimo foi instituído sem nenhum abalo na economia nacional. O alto custo de vida corroía os salários instituídos para manter um justo nível na remuneração do operário, e o governo sentia-se sobrecarregado para cumprir todas as obrigações previstas nos setores de defesa nacional, de saúde e de viação. O recurso mais dispendioso estava na área de financiamento da casa própria pelos institutos de aposentadorias e pensões, desatando os recursos do governo,

⁹³ “O delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários [...] avisa as empresas contribuintes do Instituto que estão autorizadas a descontar facultativamente, sobre o salário dos seus segurados no corrente mês, a importância de 1/2%, que deverá ser recolhida ao Instituto como contribuição ao Monumento a ser erigido pelas aludidas classes ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Dornelles Vargas”. In: INSTITUTO dos Comerciários. **A Notícia**, Joinville, v. 20, n. 3.613, p. 6, 9 nov. 1941.

⁹⁴ PEIXOTO, A. Sá. Justiça do trabalho. **A Notícia**, Joinville, v. 20, n. 3.681, p. 1, 1.º fev. 1942.

⁹⁵ CONSOLIDAÇÃO das leis trabalhistas. **Jornal de Joinville**, Joinville, v. 24, n. 192, p. 4, 2 set. 1942.

que possuía um compromisso no discurso, no entanto na prática não conseguia dar conta de todas as implicações sociais que suas próprias leis lhe acarretavam em troca do silêncio dos trabalhadores e de sua dedicação ao trabalho e aos governantes que teoricamente os protegiam.

A situação de penúria ia se perpetuando, mas os elogios aos poderes instituídos iam sendo dirimidos pela própria guerra, a qual fazia com que o trabalhador se acomodasse, já que a situação mundial era de desespero, justificando até mesmo o autoritarismo.

Os constantes desfiles cívicos em nome da ordem e harmonia social mascaravam o cotidiano de lutas e faziam crer que a situação realmente era ordeira e harmoniosa no mundo do trabalho joinvilense.

As formas de controle aconteciam nos seus aspectos moleculares, tipicamente fascistas deste período, estavam presentes nas várias instâncias do poder, em um amplo projeto de reordenamento da sociedade a fim de neutralizar os focos de conflitos sociais⁹⁶.

Havia necessidade de controle social na sua capilaridade, educando jovens e crianças para o trabalho, para a disciplina e para a ordem.

A educação transmitida de forma aparentemente neutra e com fins sociais altamente aguçados trazia, intrinsecamente, conteúdos impregnados de ideologias disseminadas nos seus mínimos detalhes.

O Exército e o escoteirismo representavam outro nível de controle dos jovens rapazes, convidados a exercer sua cidadania na mais tenra idade. A vontade de fazer com que esses jovens fossem adultos miniaturizados, responsáveis e cientes de seus deveres com o seu país, com sua comunidade e consigo mesmos, levou as autoridades locais, com o apoio da Igreja, a se desdobrar para que reinassem a disciplina e, portanto, a submissão à ordem na cidade.

Uma das instituições locais que exerceram um controle fantástico em nome da ordem foi a ACJ⁹⁷, entidade da classe patronal considerada “responsável pelo destino de pólo industrial que anos mais tarde o município viria a se tornar,

⁹⁶ LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986. p. 18.

⁹⁷ “[A ACJ] foi fundada em 16 de fevereiro de 1911, era o órgão aglutinador de comerciantes e industriais que somente desaparecera em 24/05/1927, quando se fundiu com o Centro Industrial e a Associação dos Varejistas, dando lugar à entidade atual: Acij – Associação Comercial e Industrial de Joinville”. In: ALMEIDA, 1980, p. 35.

liderando em muitos aspectos todo o processo econômico catarinense”⁹⁸. Uma das preocupações básicas da associação era o atendimento às prioridades comunitárias, na orientação dos sócios em questões trabalhistas, fiscais e tributárias, desde o início com profundos interesses político-partidários. Essa observação é fácil de ser comprovada se olharmos a lista dos prefeitos e a dos membros da diretoria da entidade, o que a transforma numa das mais importantes instituições mantenedoras das elites locais⁹⁹.

É interessante observar o caráter das deliberações da corporação, que foi criada e mantida para defender os interesses das classes produtoras, e no entanto passou a ideia de estar a favor da comunidade e do bem comum, porém a maioria da população nem sabia da existência de tal associação, que decidia seu destino econômico e político, ocupando uma posição privilegiada e das mais importantes para Joinville, ainda nos dias de hoje.

Os trabalhadores que não contavam com espaço na imprensa, não possuíam dinheiro, e cujas poucas entidades de classe estavam atreladas a sistemas ignóbeis, inoperantes, circundados por uma forma de controle social com amarras fortes e estabelecida em várias instâncias sociais, não tinham outra saída senão resistir da maneira como podiam, individual ou até mesmo coletivamente, quando havia chance. Provaram várias vezes que não necessitavam de falsos paternalismos, quando o que importava não eram somente os salários, mas sobretudo a sua dignidade de seres humanos.

Diante da ameaça das questões sociais e da necessidade de mecanismos de controle com o objetivo de manter a harmonia entre capital e trabalho, empresários, Igreja e mesmo os partidos políticos menos expressivos entregaram

⁹⁸ TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986. p. 253.

⁹⁹ No relatório da ACJ em 1916, a diretoria fez um relato dos objetivos dessa entidade, que iria se perpetuar mais tarde: “tornar a instituição um elemento de utilidade para o comércio, para as indústrias e classes operárias, como expoente representativo de seus interesses e fator de desenvolvimento e progresso dessas mesmas classes conservadoras, cooperando, ao mesmo tempo, para o fomento da solidariedade entre os consórcios na esfera das relações que se manifestam dentro do município, e para uma tentativa frutuosa de coligação com outras associações idênticas, existentes no Estado e no País, com o objetivo de unificar e fortalecer a defesa dos interesses das mesmas classes no âmbito mais amplo da Nação”. In: ALMEIDA, 1980, p. 2. O objetivo, é interessante notar, era uma união das classes de comerciantes industriais e operários, para o desenvolvimento e progresso dessas mesmas classes conservadoras. Uma amplitude muito grande, talvez derivada do sentido paternalista ou familiar que vigorava entre as empresas teuto-brasileiras, empresa-família, binômio que se fazia sentir nos primórdios do desenvolvimento destas. Os operários são envolvidos na mesma categoria que os patrões, como se pudessem possuir os mesmos interesses.

ao Estado a tarefa de contenção dos operários. A Igreja se retraiu, definindo sua missão mais como religiosa e espiritual e desistindo de construir uma participação efetiva no seio da classe operária por intermédio de um sindicalismo católico, todavia continuava a amenizar os conflitos entre capital e trabalho.

No período estudado, a questão social foi reconhecida e politizada nos meios oficiais, ao mesmo tempo em que ia sendo despolitizada no meio operário, cooptada e atraída para dentro do aparelho estatal. Os sindicatos deixaram, literalmente, de ser órgãos autônomos para serem órgãos do Estado, assumindo a questão social com reconhecimento público e político.

O Estado entrou nas questões trabalhistas de forma paternalista e como elemento disciplinador, criando mecanismos de intervenção, reelaborando a ideologia dominante e deslocando o lugar da luta do trabalhador.

A legislação buscou unificar tudo, mascarando as desigualdades e colocando o operariado como figurante de uma cena na qual não lhe cabia outro papel senão o de aguardar que suas dificuldades fossem resolvidas pelo Estado ou por outras instituições sociais.

Todavia, contradizendo a estratégia da dominação, observa-se que as diferenças sociais, acirradas pelos conflitos existentes entre imigrantes e brasileiros, permitiam mesmo assim a manifestação explícita dos operários por meio de movimentos grevistas, organizações sindicais, participação em congressos, em comícios operários, passeatas, exigindo cada vez mais esforços e o empenho das autoridades locais para controlá-los.

Apesar de várias notícias enaltecerem a cidade e a compararem à Europa desenvolvida e progressista, a sua contraleitura apontava para problemas estruturais sérios que afetavam a população e que ainda hoje merecem atenção especial: falta de água, problemas de higiene e saúde, policiamento, transportes, instrução, desemprego e uma série de outros.

O contraponto do discurso dos empreendedores joinvilenses, que pregavam a poupança, a disciplina e a ordem para um homem ideal, protótipo do trabalhador cordial que cultivava religiosamente o trabalho, eram o homem com salários baixos, as condições miseráveis de moradia, a falta de infraestrutura, os descontentamentos e sofrimentos.

O conformismo e o imobilismo aparente defrontaram-se com reivindicações e mobilizações que remetiam a infiltrações externas, açuladores e baderneiros que provocavam “agitações sem motivos” na cidade da ordem, pois a resistência era considerada sinônimo de atraso no espírito do progresso.

A interpretação dos discursos apontou-nos os momentos de fratura que marcaram o cotidiano joinvilense, mesmo que a oficialidade afirmasse o contrário.

A luta do trabalhador ante o discurso do empresariado pautou-se na tese de “cidade modelar” e de ser a “família empresa” considerada homogênea, em que as dicotomias não aparecem. Por intermédio disso se verifica que o discurso hegemônico foi competente e que os trabalhadores necessitavam de identidade para resistir.

Fica claro que o tema não se esgota aqui e que nele se encerram muitas outras possibilidades que permitem à população local se perceber historicamente e rever o mito de sua passividade.

É PROIBIDO SER ALEMÃO: É TEMPO DE ABRASILEIRAR-SE

Ilanil Coelho

*Nosso próximo não é nosso vizinho, mas o vizinho deste –
assim pensam todos os povos.*

Nietzsche

Uma das facetas que mais chamam a atenção quando se estuda a história das antigas áreas de colonização germânica em Santa Catarina é a presença de determinadas formas de sociabilidade, concepções e representações de conteúdo étnico atreladas, de um lado, aos valores e símbolos presentes na cultura de origem dos imigrantes e, de outro, às condições específicas encontradas por estes na realidade brasileira e no contexto local.

A ideia de “manter-se alemão no Brasil” por parte dos imigrantes pode ser entendida como expressão das condições e possibilidades do próprio ato de imigrar, pela forma como se efetivou a colonização no sul do Brasil a partir da segunda metade do século XIX, bem como pelas disputas e jogos de afirmação política e cultural travados nos territórios de destino.

Em Joinville, os imigrantes alemães, longe de constituir maioria numérica¹, destacaram-se pela busca de preservação de sua identidade étnica no processo de integração ao meio nacional.

Poder-se-ia dizer que a recriação de um mundo deixado para trás teria sido o principal desafio para essas populações, especialmente para as elites imigrantes: sobrevivência e alento numa realidade adversa; possibilidade de emancipação subjetiva, mas, ao mesmo tempo, caminho para a conquista do pertencimento a uma coletividade diversificada do ponto de vista histórico-cultural. Conforme as palavras de Ottokar Doerffel:

[...] Com vontade firme e perseverança conseguiremos reatar as relações com a velha Pátria, reatá-las quando rompidas e reafirmá-las onde afrouxadas, torná-las cada vez mais vivas e assim ampliar, por assim dizer, a velha Pátria até nós – não no espaço, decerto, mas espiritualmente. Atuando contínua e persistentemente, de acordo com a nossa índole e o nosso espírito germânico, haveremos de conseguir também o respeito e o afeto da nova Pátria [...] ².

O manter-se alemão seria, como atestado na citação anterior, a referência para a criação de espaços de vivência dos imigrantes e de seus descendentes. Mas não somente isso. Expressaria a etnicidade de um grupo social que buscava se

¹ Entre 1819 e 1940 entraram no Brasil 4.705.367 imigrantes, dentre os quais 232.972 eram alemães. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Série de estatísticas retrospectivas. Repertório estatístico do Brasil. **Anuário Estatístico do Brasil**, ano V (1939-1940), 1986. Quanto ao número, à proveniência e ao perfil dos imigrantes que aportaram na região de Joinville, pode-se consultar a Lista Informatizada dos Imigrantes de 1851 a 1902. Embora algumas narrativas memoriais e históricas destaquem a vinda e a presença de uma maioria de “alemães”, nas primeiras listas são registrados suíços, austríacos, belgas, escandinavos, franceses, holandeses e noruegueses. Informação disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Listas-de-imigrantes-de-Joinville-de-1851-a-1891-e-de-1897-a-1902.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

² Ottokar Doerffel, em editorial do número piloto do *Kolonie Zeitung*, de 20 de dezembro de 1862, tradução de Elly Herkenhoff. Imigrante alemão e proveniente da cidade de Glauchau, Doerffel era doutor em ciências jurídicas. Por seu envolvimento nos movimentos políticos de 1849 na Saxônia, enfrentou um processo por “alta traição”. Chegou ao Brasil em 1854 com a esposa, fixando-se em Joinville. Desde sua chegada, participou ativamente na organização da vida cultural e na política da recém-fundada colônia. Liderou o processo de criação da maior parte das associações culturais, assistenciais e recreativas, exerceu o cargo de presidente da Câmara (1874-1876) e editou em 1862 o primeiro periódico impresso em alemão em Santa Catarina, o *Kolonie Zeitung* (Jornal da Colônia).

afirmar num contexto marcado por diferenças e que, paulatinamente, adquiriu um caráter político-étnico. Nessa direção, a interpretação do historiador Marcos Tramontini nos é elucidadora. O autor observou que a “historiografia de valorização étnica”, recorrentemente, abordou as situações de conflito nas áreas de imigração ora como efeito da presença de alguns colonos com “mau comportamento”, ora como reação “dos imigrantes ao não cumprimento pelas autoridades brasileiras das promessas contratuais”. Desse modo, o autor sugere que as situações de conflito sejam concebidas “como parte da dinâmica de implementação do projeto de colonização, de inserção dos imigrantes na sociedade brasileira e como situação de organização do próprio grupo social, onde a etnicidade assume clara afirmação social e política”³.

O principal problema tratado neste capítulo, entretanto, diz respeito à “ordem de abasileiramento” que emergiu no fim da década de 1930.

Mesclando valores nacionalistas e autoritários, o Estado Novo iniciou oficialmente a partir de 1938 a “grande obra nacionalizadora”, apoiando-se num conjunto de leis que visavam suprimir toda e qualquer atividade política de estrangeiros no Brasil e “adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros”⁴. Embora fosse extensiva a todas as áreas que tivessem a presença de população estrangeira, a nacionalização em Santa Catarina adquiriu características próprias: voltou-se, principalmente, à denominada população teuto-brasileira, isto é, aos imigrantes e descendentes de origem alemã, e ainda assumiu caráter de campanha, combinando esforços governamentais com operações militares, no intuito de “abrasileirar os brasileiros”.

A Campanha de Nacionalização, decorrente dessa combinação, remete-nos, entretanto, às dimensões históricas de confronto dos imigrantes alemães e seus descendentes com os demais grupos sociais existentes. Jornais, relatórios do governo alemão, documentos oficiais brasileiros e fontes orais são utilizados neste capítulo para o estudo dessa problemática que diz respeito não a uma história de oposição entre “vilões e heróis” ou “bandidos e mocinhos”, e sim a um movimento complexo e diferenciado que, entre múltiplas perspectivas, aponta para os sujeitos sociais e seus processos de identificação.

³ TRAMONTINI, Marcos Justo. Etnicidade e política. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: FRONTEIRAS, 20., 1999, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999. p. 1.159.

⁴ BRASIL. Decreto-lei n.º 383, de 18 de abril de 1938. Rio de Janeiro, 1938.

Em Joinville, até aproximadamente o fim dos anos 1930 o idioma alemão era amplamente falado nas relações cotidianas, na imprensa e no ensino formal. Além disso, a existência de uma rede de sociedades e associações de caráter recreativo, artístico, esportivo, ambiental e assistencial e o prevalecimento dos padrões considerados alemães nos campos religioso e educacional sinalizavam a existência de um grupo étnico fortemente organizado.

Num estudo extremamente relevante e bastante conhecido, a antropóloga Giralda Seyferth⁵ analisa a questão sob a perspectiva da existência de uma identidade étnica teuto-brasileira. A autora destaca que, a partir da segunda metade do século XIX, o processo de construção dessa identidade, em algumas regiões de Santa Catarina, se pautou, de um lado, pelas ideias em torno do que os intelectuais e ideólogos alemães chamaram de *Deutschtum*, ou seja, germanidade ou germanismo, e, de outro lado, pelo enfrentamento das novas condições de vida encontradas pelos imigrantes no contexto brasileiro.

O germanismo, segundo a autora, pode ser considerado “uma ideologia nacionalista transformada ou modificada em ideologia étnica”⁶, já que consiste numa classificação ou ordenamento do mundo humano com base na ideia de origem comum, ancestralidade e herança cultural que indica as relações entre os indivíduos com mesma identidade e com identidades diferentes. A solidariedade e o princípio de igualdade entre os membros pertencentes a um mesmo grupo étnico e a oposição a grupos etnicamente diferentes efetivam-se por intermédio das ideias e dos símbolos que compõem a ideologia étnica.

Além disso, o germanismo, ao considerar a referência étnico-cultural como fundamento da nação, concebe a nacionalidade alemã como elemento independente de um Estado ou território específicos. Em outras palavras, a nacionalidade é um patrimônio individual definido não pelo local de nascimento ou de residência, e sim pelo pertencimento a uma comunidade étnico-cultural.

Deutschtum engloba a língua, a cultura, o *Geist* (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela, mas como nação e não como Estado [...]. Nesse sentido, nacionalidade e cidadania não se misturam e não se complementam. A nação é considerada fenômeno étnico-cultural e, por esta razão, não depende de fronteiras;

⁵ SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

⁶ *Ibid.*, p. 4.

a nacionalidade significa a vinculação a um povo ou raça, e não a um Estado. A cidadania, sim, liga o indivíduo a um Estado e, portanto, expressa sua identidade “política”. Mas uma cidadania não alemã em nada impede que um descendente de alemães seja fiel à nacionalidade dos seus antepassados, que herdou⁷.

Embora apresentando algumas peculiaridades, a identidade étnica teuto-brasileira joinvilense foi sendo acionada com base nesses princípios. Fundamentando-se em valores interpretados como genuinamente alemães, esses imigrantes e seus descendentes demarcaram a sua distinção, isto é, consideravam-se integrantes de uma “comunidade” singular, gestada no processo de formação física, espiritual e moral do povo alemão.

Por extensão, ante os demais, a “comunidade” teuto-brasileira poderia ser identificada localmente pela origem, raça, língua, índole, cultura e caráter alemão. Contudo Seyferth aponta outro componente presente nessa identidade que distingue os teuto-brasileiros dos alemães. Trata-se da cidadania brasileira, pela qual os membros do grupo étnico também se definem, já que compartilham a realidade brasileira e estão submetidos às nossas leis e ao Estado brasileiro⁸. Assim, os teuto-brasileiros impõem sua distintividade tanto em relação aos alemães, já que são filiados politicamente ao Estado brasileiro, como também em relação aos brasileiros, por comungarem singularidades étnico-culturais próprias.

Cabe ressaltar ainda que os teuto-brasileiros se manifestam como grupo social organizado, portador de uma identidade específica, no fim do século XIX. Esse período foi marcado pelo processo de industrialização e urbanização das antigas colônias de imigrantes.

Conforme o estudo da historiadora Ondina Pereira Bossle, a política de proteção do café, refletida nas oscilações de câmbio e nas reformas tarifárias, favoreceu, no período de 1880 a 1914, o surgimento dos primeiros empreendimentos industriais em Santa Catarina, isso porque

a desvalorização do câmbio produz efeitos que atingem os investimentos, pois dificulta a aquisição de matérias-primas e equipamentos industriais. O efeito, no entanto, sobre a produção industrial é o oposto, uma vez que o

⁷ SEYFERTH, 1981, p. 46.

⁸ *Ibid.*, p. 87.

encarecimento das importações valoriza o mercado interno, revertendo-se desta forma em incentivo à produção. Na fase de câmbio alto, verifica-se a inversão deste procedimento⁹.

Os efeitos dessa política econômica incidiram em cidades como Joinville e Blumenau, impulsionando a criação e a expansão das indústrias têxteis que, a partir de 1914, começaram a adquirir expressão no mercado nacional em função da substituição de importações.

Em Joinville, a primeira fábrica têxtil foi criada em 1881. Contudo, no levantamento realizado pela geógrafa Isa de Oliveira Rocha, além de outras unidades têxteis constam empresas nos ramos de alimentos, bebidas, mate, trigo, cadarços, ferro fundido, oficinas mecânicas, oficina de manutenção de máquinas para engenhos e navios e casa comercial de importação de máquinas da Alemanha¹⁰. Nessa direção, a historiadora Maria Luiza Hering destaca que várias indústrias da região se valeram de laços estreitos com parceiros industriais da Alemanha, no que tange não apenas à importação de máquinas, como também à formação técnica da mão de obra e recursos financeiros¹¹.

A construção da chamada “Estrada da Serra”, que ligava o planalto (região limítrofe com o Paraná, englobando as cidades de Canoinhas, Campo Alegre, Mafra e São Bento do Sul) a Joinville (que possuía rápida e fácil comunicação fluvial com o Porto de São Francisco do Sul), imprimiu uma especificidade própria no processo de industrialização e urbanização da região. Além de permitir a absorção de mão de obra de imigrantes recém-chegados e a abertura de novas áreas de povoamento, a construção da estrada propiciou a combinação de uma atividade de caráter monocultor na economia de Joinville. Ocorre que a cidade se tornou um importante entreposto de beneficiamento e comercialização da erva-mate (produzida no planalto), por força da instalação das empresas Companhia Industrial Catarinense e Comércio e Indústria H. Jordan, ambas criadas em 1891.

Além da “Estrada da Serra”, houve significativa ampliação da infraestrutura com a inauguração da estrada de ferro Joinville/São Francisco do Sul (1906) e a instalação da energia elétrica (1909). Além de propiciar a contínua inserção

⁹ BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense*. Florianópolis: Fiesc, 1988. p. 39.

¹⁰ A esse respeito ver: ROCHA, Isa de Oliveira. *Industrialização de Joinville – SC: da gênese às exportações*. Florianópolis: [s.n.], 1997.

¹¹ HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*. Blumenau: Furb, 1987. p. 186.

de Joinville nos mercados regionais e nacionais, a diversificação econômica transformou a paisagem urbana e a composição populacional da cidade, em virtude do afluxo de pessoas provenientes de outras áreas de povoamento, bem como de outras regiões brasileiras.

Foi no palco dessas transformações históricas que os teuto-brasileiros emergem na cena urbana como grupo organizado, ou seja, portador de uma identidade referenciada pela origem e cultura alemãs e pela cidadania brasileira. Desse modo, podemos supor¹² que, no desenrolar das situações de conflito e de disputas de diferenciações, a identidade teuto-brasileira foi sendo demarcada e afirmada no conjunto social local.

Pela imprensa brasileira e teuto-brasileira tais conflitos e disputas se tornam explícitos. Intelectuais e jornalistas brasileiros chamavam a atenção para a necessidade de ações governamentais eficazes de “abrasileiramento” (assimilação cultural) dos imigrantes e dos seus descendentes, embora reconhecessem sua grande contribuição econômica no desenvolvimento das antigas áreas de colonização.

Num artigo intitulado “O Estado no Estado”, um jornal carioca destacou a necessidade de combater o “perigo alemão”, já que, por causa da recusa dos colonos à assimilação, havia a possibilidade da anexação do sul do Brasil à Alemanha¹³.

No caso da imprensa teuto-brasileira, as ideias do “perigo alemão” e da “necessidade de assimilação” são intensamente contestadas:

Os portugueses, espanhóis, franceses e italianos ainda são aceitos, porque se julga ver neles os ancestrais romanos. É verdade que eles se amalgamam muito mais facilmente com a população em geral do que o alemão imigrado e seus amigos. O alemão conserva seus costumes e tradições e principalmente sua língua. Justamente este é o maior horror para os nativistas, e eles se portam como se o falar uma outra língua trouxesse a incapacidade para o cumprimento

¹² Concordando com a interpretação de Tramontini (1999) acerca da dimensão política conflituosa que envolve as ditas identidades étnicas nas regiões de imigração no sul do Brasil a partir da metade do século XIX.

¹³ O artigo “O Estado dentro do Estado” é utilizado por vários autores para ilustrar as preocupações políticas em relação às colônias alemãs. Foi publicado na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro em 22 de setembro de 1896. Baseamo-nos aqui no que foi transcrito por TERNES, Apolinário. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1984. p. 146-149.

dos deveres do cidadão, como se o cidadão de língua alemã fosse um ser de classe inferior, do qual pode-se fazer, orgulhosamente, pouco-caso, que pode ser ridicularizado e caçoado [...].

Quando o alemão deixa o seu país não o faz como principalmente o português, com a intenção única de ganhar tanto dinheiro em terra estrangeira que, voltando com o que conseguiu à velha pátria, possa desfrutar de uma vida despreocupada ou pelo menos poder comprar um patrimônio na velha pátria com o dinheiro conseguido. Quando o alemão emigra, é que o firme propósito de lá, onde fizer sua existência, é fixar-se e conservar para si e seus filhos a nova pátria. Ele queima as pontes atrás de si e torna-se cidadão da nova terra por ele escolhida, cumpre com escrupulosidade alemã todos os deveres que lhe são impostos em sua nova pátria, mas quer também com sentimento alemão de justiça ter todos os direitos do cidadão, ele quer ser considerado e respeitado pela população nativa como merece seu fiel senso de cidadão¹⁴.

Como se vê, o artigo destaca que os alemães e seus descendentes, ao construírem sua vida no Brasil, encararam a etnicidade como direito a ser respeitado pela população nativa (seja ela brasileira ou de ascendência estrangeira) e, como tal, norteador de suas cidadanias.

Ademais, à medida que a sociedade local se tornava cada vez mais diversificada e plural e em circunstâncias mais amplas de acirramento político, os conflitos e disputas étnico-culturais vão sendo intensificados. De todo modo, a identidade étnica vai se tornando referência e recurso para a solidariedade entre os teuto-brasileiros e, ao mesmo tempo, meio de afirmação diante dos outros.

O período entre o fim da década de 1930 e início da década de 1940 foi marcado por uma profunda crise nas relações do grupo étnico teuto-brasileiro com a população brasileira na região de Joinville. O conflito étnico-cultural ganha nova referência: a obra nacionalizadora do Estado Novo.

Em meados da década de 1930 a população de Joinville girava em torno dos 40.000 habitantes, incluindo a população rural. A imigração já havia perdido o lugar de destaque no crescimento populacional. Os 349 estabelecimentos industriais

¹⁴ KOLONIE ZEITUNG. Joinville, p. 14, 24 dez. 1891.

existentes em 1938¹⁵, dos mais variados ramos de atividades (têxteis, químicos e metalúrgicos), representaram um aumento no ritmo da industrialização e deram uma nova feição à cidade.

Em função da oferta de trabalho e atraídas pela possibilidade de melhoria nas condições de vida, pessoas provenientes de outras regiões fixaram-se na cidade. Isso proporcionou, de um lado, um maior contingente de reserva de mão de obra, que foi utilizado como mecanismo de regulação dos salários em níveis mais baixos, e, de outro, o acirramento dos processos de identificação social. A “afirmação do nós diante dos outros”¹⁶ permeou valores e comportamentos, destacando o contraste e as diferenças culturais entre grupos e moradores da cidade, e por consequência reforçou disputas identitárias.

A “obra nacionalizadora” do Estado Novo recolocava em destaque o que seria a nação e a nacionalidade brasileiras e, ainda, o papel que o Estado deveria desempenhar para a afirmação de ambas:

O Brasil é brasileiro. Agora, esta população, de origem colonial, que há tantos anos exerce a sua atividade no seio da nossa terra, constituída de filhos e netos de primitivos povoadores, é brasileira. Aqui, todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque no Brasil receberam educação¹⁷.

Por esse discurso de Vargas, pode-se apontar que a concepção de nacionalidade existente na sociedade brasileira se circunscrevia ao “direito de solo”, ou seja, era determinada pelo local de nascimento, sendo nesse âmbito demarcados seus direitos e deveres. Porém a nacionalidade deveria ainda referir-se à comunhão de valores pátrios, culturais, sociais, econômicos e políticos:

Pátria não é apenas a extensão territorial, dotada de grandes recursos naturais e admirada pela imponência dos seus panoramas; é, acima de tudo, a comunidade de laços afetivos e interesses econômicos, e só existe em verdade quando se impõe à inteligência e ao coração do povo como a mais alta representação das suas virtudes e energias criadoras¹⁸.

¹⁵ GUIA do estado de Santa Catarina. 3. ed. Florianópolis: Central, 1940.

¹⁶ A afirmação refere-se ao conceito de identidade étnica como identidade contrastante, desenvolvido por Roberto Cardoso de Oliveira. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 6.

¹⁷ DISCURSO de Getúlio Vargas. **Jornal de Joinville**, Joinville, 10 mar. 1940.

¹⁸ DISCURSO do Presidente Getúlio Vargas. **Jornal de Joinville**, Joinville, 7 set. 1938.

Como se vê, a concepção do governo brasileiro diverge daquela veiculada pelos teuto-brasileiros, já que para estes a nacionalidade se relacionava com o “direito de sangue” e, portanto, era herdada dos antepassados. Já a pátria era ao mesmo tempo alemã e brasileira, e é de acordo com tal visão que eles se atribuíam uma dupla nacionalidade¹⁹.

Desse ponto de vista, a Campanha de Nacionalização traduz o conflito de concepções divergentes de pátria, nação e nacionalidade. As palavras do general Hugo Bethlem, um dos principais agentes da campanha no Vale do Itajaí, são elucidativas e demonstram o conflito gerado, especialmente quando afirmam que a categoria teuto-brasileira é uma “designação de nacionalidade fictícia, que alguns tentavam energeticamente impor, só se designando diante de brasileiros como teuto-brasileiros”. Contra isso, ainda segundo o general, a Campanha de Nacionalização teria movido uma violenta guerra, mostrando incansavelmente a esses indivíduos que, “aos nascidos no Brasil, de qualquer origem, não pode haver outra designação senão a de brasileiros”²⁰.

Quanto ao Estado, sua tarefa era a de suprimir as manifestações que se antepusessem à ideia de brasilidade, que, afinal, era única e específica, porém tributária ao nosso passado colonial. Nas palavras do presidente Getúlio Vargas, “as peculiaridades da nossa vida exigem métodos e processos originais. Se temos, porém, essas diferenciações, devemos confessar que um laço profundo e duradouro nos liga a Portugal”²¹.

Desse modo, para as autoridades governamentais era necessário criar a ideia de uma nação forte e coesa sob o comando de um Estado também forte e centralizado, ao qual caberia tomar providências que objetivassem a integração nacional por intermédio da uniformização do idioma, dos costumes, das tradições e da educação. O Estado tornava-se, pois, a referência máxima da cultura e nacionalidade brasileiras.

Muitas foram as justificativas que visaram legitimar a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina, na sua maioria baseadas nas inscrições tangíveis da identidade étnica teuto-brasileira que imprimiam uma “paisagem germânica” em algumas regiões do estado. Em outras palavras, tais justificativas se

¹⁹ SEYFERTH, 1981, p. 11-12.

²⁰ BETHLEM, Hugo. *Vale do Itajaí: jornadas de civismo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939. p. 47.

²¹ VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943. p. 343.

reportavam à utilização cotidiana da língua alemã, à existência das escolas alemãs, das inúmeras agremiações e sociedades de tradição germânica e à valorização da nacionalidade alemã por parte da população teuto-brasileira.

A existência desse quadro era atribuída, principalmente, à incompetência e descaso governamentais, tanto no âmbito estadual como no federal. Isso quer dizer que a ausência do Estado no processo de estruturação das colônias de imigrantes teria propiciado a formação de comunidades étnicas fechadas, uma vez que os imigrantes, ao se estabelecerem no Brasil, naturalmente teriam organizado suas vidas dentro de padrões próximos aos de sua pátria de origem e não de acordo com a realidade e os princípios da nacionalidade brasileira.

A Campanha de Nacionalização seria, conforme essa perspectiva, o “remédio”, a “regeneração” da ordem nacional e, ainda, o meio eficaz do elemento nacional brasileiro para assimilar grupos étnicos autônomos que se contrapunham ao “movimento integrador”, do qual o Estado pretendia ser o principal protagonista.

Nesse sentido, é exemplar a fala do major Nelson Bandeira Moreira, do Estado Maior da 5.^a Região Militar:

Já se foi o tempo em que a consciência nacional se recalrava pelo indiferentismo dos governos cegos, pela sua imprevidência imperdoável, permitindo a canalização de uma única corrente imigratória em Santa Catarina e que vinha sendo, além disso, centralizada em determinadas regiões do Estado, onde vivia na integral plenitude dos seus costumes e da sua língua, isolada de quaisquer contatos com a nossa raça. E o resultado dessa prática imprevidente tinha que ser, por força das circunstâncias sociais e pelo desprezo dos mais elementares princípios que regem a vida dos povos, o que até bem pouco ali se constatava: um pequeno império germânico dentro de um estado da República, consistindo de alemães e seus descendentes, nascidos no Brasil, até terceira e quarta geração [...]. Felizmente o nosso governo atual soube compreender essas cousas [...]. Sentiu a necessidade de se atacar, de se destruir os cupins que corroíam os alicerces de nossa nacionalidade, de separar os bons elementos estrangeiros, dignos de nossa admiração, dos maus, dos audaciosos, dos nocivos ao Brasil [...] e que procuravam alimentar na nossa juventude indecisões, fantasias perigosas de uma pátria além, gerando uma mentalidade de traidores inconscientes. Depois de mobilizar todos os meios indispensáveis para o cabal desempenho da campanha nacionalista que se fazia mister, esse mesmo

governo nela se engajou com a única satisfação que lhe restava, de poder contar com os aplausos verdadeiros de sinceros patriotas²².

A obra nacionalizadora deveria, portanto, destruir os “cupins” que corroíam a brasilidade e, para tal, era mister colocar em prática o projeto de assimilação voltado aos grupos étnicos.

Oficialmente, o Exército brasileiro foi designado como o órgão responsável para a efetivação da Campanha de Nacionalização. Em Joinville, o programa de ação nacionalizadora foi dirigido pela 5.^a Região Militar, sob supervisão do Gal. Meira de Vasconcelos, auxiliado pelo 13.º Batalhão de Caçadores.

O encaminhamento a cargo do Exército era interpretado como “natural”, na medida em que este era tido como expressão máxima da nacionalidade brasileira, pois teria sido criado em função de movimentos nativistas, confundindo-se historicamente com a própria formação da nação. Entretanto os próprios agentes nacionalizadores ressaltavam que a identidade “Exército-nação” se concretizara apenas com a implantação do Estado Novo, o qual, por seu caráter, reparava “cincoenta anos de República irresponsável e alguns anos de descuido do Império”²³.

Para o Exército, colocava-se a necessidade de uma “assimilação à força”, já que o problema de áreas germanizadas se relacionava à “segurança e soberania nacional”. Conforme Bethlem:

Era vencendo seus grandes baluartes – lar, igreja e escola – que nós, brasileiros, com todas as forças conseguiríamos manter a harmonia nacional, fazendo com que falassem a nossa língua, só amassem nossa Pátria, só servissem ao Brasil.

Para o Exército, esta missão não apresentou segredos nem novidades. Formado há séculos na convicção da Pátria una e forte, compreendeu de pronto a magnitude do problema que em boa hora o grande chefe lhe apontava²⁴.

²² KOLONIE ZEITUNG. Joinville, p. 1, 9 set. 1938.

²³ BETHLEM, 1939, p. 9.

²⁴ *Ibid.*, p. 19.

É importante ressaltar mais uma vez que, no discurso dos agentes nacionalizadores, a assimilação era definida como um processo de diluição das diferenças no interior da sociedade nacional, cuja base de sustentação conjugava ação militar, policial e medidas coercitivas. Desse modo, a unidade nacional corresponderia às ideias de harmonia e uniformização que, por sua vez, pressupunham o desaparecimento de grupos étnicos. Essa concepção de assimilação, portanto, revela o caráter autoritário próprio da Campanha de Nacionalização.

Cabe-nos perguntar se o Estado, por intermédio de seu programa de ação, atingiu seus objetivos, assimilando os grupos étnicos, particularmente no caso de Joinville, ou se a Campanha de Nacionalização obteve resultados superficiais, caracterizados pela submissão dissimulada desses grupos em função dos métodos coercitivos utilizados. Nesse caso, quais as reações dos teuto-brasileiros em Joinville sob o impacto de tal campanha?

Para a análise dessa problemática, faz-se necessário levar em conta algumas questões relacionadas ao cotidiano de Joinville, ampliando a discussão sobre as formas de sociabilidade e identificação social daquele contexto.

Até o fim da década de 1930, o idioma alemão era predominante, tanto na zona rural como na urbana, sendo falado no ensino (público e privado), no comércio, nas repartições públicas e, obviamente, no ambiente familiar. Todavia não se pode deixar de destacar o desenvolvimento do bilinguismo (alemão-português), primeiramente na população urbana, tornando-se mais intenso à medida que a região se integrava economicamente. Um fato revelador é que o bilinguismo não se limitou ao grupo teuto-brasileiro, mas atingiu também o denominado luso-brasileiro.

Valendo-nos de Seyferth²⁵, que considera a escola e a igreja os principais núcleos de divulgação e preservação da língua alemã em Joinville, destaca-se o papel da *Deutsche Schule*. Fundada em 1866 e mantida com recursos advindos dos próprios colonos, essa escola esteve vinculada à Igreja Luterana e foi um dos principais veículos de manutenção da etnicidade na história de Joinville.

Em uma edição comemorativa referente ao seu cinquentenário, é possível depreender as linhas ideológicas do ensino aí ministrado: educar as crianças e os jovens de acordo com o “verdadeiro espírito germânico”, com os “elevados padrões culturais” e com base no idioma alemão. Porém havia outra diretriz

²⁵ SEYFERTH, 1981.

prevista em seu projeto pedagógico, qual seja, educar as crianças e os jovens de forma condizente com a realidade brasileira, na medida em que estes teriam de viver e trabalhar no Brasil, pois afinal eram cidadãos brasileiros²⁶.

A partir de 1895 a *Deutsche Schule* contou com recursos financeiros da Alemanha, além de ter em seus quadros professores especialmente vindos daquele país. Quanto ao funcionamento interno, a escola seguiu o modelo alemão, no que se refere ao currículo e à didática utilizada.

A imprensa em Joinville, por intermédio do *Kolonie Zeitung* (*Jornal da Colônia*)²⁷, foi também um dos principais canais de divulgação da identidade teuto-brasileira. Fundado em 1862, teve ampla penetração não somente em Joinville. Basta dizer que foi o único no gênero, até 1881, em todo o estado de Santa Catarina.

Já em seu número piloto, o *Kolonie Zeitung* expressava sua tarefa. No ambiente brasileiro, deveria defender os interesses dos colonos alemães e, ao mesmo tempo, animar e preservar os laços com a velha pátria:

A fundação deste jornal se deve, primordialmente, ao desejo de contribuirmos para que todos os imigrantes alemães que escolheram o Brasil Meridional e, principalmente, a Província de Santa Catarina para se estabelecerem, aqui encontrem, realmente, uma nova Pátria, sem que isso implique a perda da sua antiga Pátria²⁸.

O *Kolonie Zeitung* foi redigido e editado em língua alemã até setembro de 1941, salvo apenas um intervalo de 1917 a 1919, quando o jornal, em função das pressões provocadas pela Primeira Guerra, foi editado em português com o título *Actualidade*.

Além da língua alemã, instituições de caráter diversificado tiveram papel importante na divulgação da ideologia étnica teuto-brasileira, além de seus objetivos sociais mais óbvios. Entre elas, podem-se citar a Sociedade de Atiradores de Joinville (1855) e a Sociedade Ginástica de Joinville (1858), as quais existem até hoje.

²⁶ DECHENT, Nikolau. **Edição comemorativa ao cinquentenário da Escola Alemã**. Tradução de Maria Thereza Boebel. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, s.d. Mimeo. p. 1-23.

²⁷ A coleção completa integra o acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

²⁸ KOLONIE ZEITUNG. Joinville, número piloto, 10 dez. 1862. Tradução de Elly Herkenhoff.

De forma geral, tais sociedades possuíam uma diretoria e sócios contribuintes, e a participação era extensiva a todos os teuto-brasileiros. As várias atividades realizadas em cada uma delas visavam à integração dos membros da comunidade. No entanto o que mais chama atenção é o papel que essas sociedades tiveram na manutenção das tradições alemãs na vivência cotidiana.

A Sociedade Ginástica de Joinville, a primeira nesses moldes na América do Sul, baseava-se na ideia de que a prática da ginástica era um poderoso instrumento de harmonia física e mental do homem. A ideia, aliás, foi bastante divulgada na Alemanha em princípios do século XIX, cujo contexto foi marcado pela derrota da Prússia pelos exércitos napoleônicos. De acordo com Friedrich Ludwig Jahn, o denominado “pai da ginástica”, as sociedades ginásticas proporcionariam o soerguimento do povo alemão, por meio da elevação de sua força moral, da sua resistência física e do seu espírito patriótico. Tais pressupostos foram adotados na fundação dessa sociedade em Joinville e visavam à “[...] formação e educação de homens fortes e disciplinados”²⁹.

A fundação da Sociedade de Atiradores de Joinville em 1855 expressa uma tradição que remonta às corporações de tiro medievais alemãs, as quais tinham como tarefa a defesa de burgos e castelos em épocas de guerra. Nos tempos de paz, suas atividades associavam-se aos chamados festejos de primavera. Localmente adquiriu um caráter recreativo, promovendo e divulgando a prática do tiro ao alvo. Entretanto, de acordo com a estudiosa Elly Herkenhoff, formou uma linha de defesa da própria comunidade em face do isolamento e da total ausência de milícias na região.

As atividades promovidas por essas sociedades em Joinville, além de expressarem padrões de comportamento dos membros do grupo teuto-brasileiro, procuraram sempre reafirmar valores culturais supostamente tradicionais e, ao mesmo tempo, valorizar os elos entre os imigrantes e seus descendentes e a pátria alemã. Portanto, ao analisarmos a Campanha de Nacionalização em Joinville, é necessário considerar que a vida social e o ambiente cultural da cidade expressavam a etnicidade de alguns de seus habitantes. É sob essa perspectiva que se analisam a proibição do idioma alemão, a nacionalização do ensino e das associações culturais e recreativas.

As primeiras tentativas de nacionalizar o ensino em Santa Catarina precederam a própria campanha. Partiram do governo do estado, por meio de

²⁹ HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho...* Joinville: Fundação Cultural, 1987. p. 109.

decretos e leis que pretendiam reformar o ensino e, em particular, minimizar as atividades e a influência das escolas alemãs.

Em 1914, sob a orientação do inspetor-geral Orestes Guimarães, foi regulamentado um programa de reforma do ensino que introduzia, de um lado, mudança nos currículos e programas e, de outro, um tímido controle sobre a ação educativa.

Em 1935, uma nova reforma foi promovida, sob coordenação de Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Dessa vez, voltou-se à criação de um aparato administrativo mais centralizado, visando maior fiscalização e orientação do ensino em todo o estado³⁰.

No fim da década de 1930, contudo, o resultado dessas reformas era avaliado pelo governo estadual e pelos principais agentes nacionalizadores como insatisfatório, na medida em que não se alcançara êxito na fiscalização, sobretudo nas escolas situadas em zonas rurais mais distantes. As reformas, concretamente, apenas teriam promovido a inclusão de algumas disciplinas relacionadas ao Brasil nos currículos.

Na visão dos nacionalizadores, a escola, principalmente a alemã, deveria ser um dos principais alvos de ação, por exercer papel importantíssimo no “ciclo evolutivo da formação da mentalidade germânica” do indivíduo, que começava pelo lar, passava pelo *Kinder Garten* (jardim de infância) e em seguida pela *Deutsche Schule*. Nas palavras de Bethlem:

Nestas escolas, tudo era puramente germânico, desde os letreiros das classes aos ensinamentos morais escritos nos quadros, às gravuras de paisagens, cenas heróicas e retratos de heróis alemães, aos estatutos, aos livros, aos métodos, aos programas, tudo enfim. Perdia-se a sensação de Brasil dentro destas escolas³¹.

Desse ponto de vista, caberia à campanha imprimir uma maior “efetividade” no que se referia à legislação, orientação e fiscalização das escolas, além de criar mecanismos de controle que garantissem, a curto e longo prazos, a nacionalização do ensino.

³⁰ MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino**: uma contribuição à história da educação. Florianópolis: UFSC, 1983. p. 58.

³¹ BETHLEM, 1939, p. 45.

Sob coordenação de Ivo D'Aquino, secretário da Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina, a nacionalização do ensino, a partir de 1938, contou com suporte legal, baseado em uma série de leis e decretos estaduais, e com a ação ostensiva do Exército e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), vistos como principais auxiliares das autoridades educacionais.

O principal decreto-lei instituído pelo governo estadual foi, sem dúvida, o de número 88, de 31 de março de 1938, que atingia diretamente as escolas particulares. Entre os “considerandos” dessa lei, o governo estadual, sob a liderança do interventor Nereu Ramos, ressaltava que o momento histórico e a orientação política e social do Estado Novo exigiam uma nacionalização ativa no tocante ao ensino privado. Por isso, todos os estabelecimentos privados deveriam requerer licença prévia de funcionamento da Secretaria da Justiça e, para tal, precisavam apresentar documentos comprobatórios de idoneidade moral e naturalidade brasileira de professores e diretores, meios de manutenção e comprovante de que o estabelecimento não era subvencionado por nenhuma entidade estrangeira³².

Ficavam também instituídos a obrigatoriedade da utilização da língua portuguesa em todas as aulas, cursos (jardim de infância, primário e complementar) e escrituração (cartazes, tabuletas, placas etc.), a adoção de livros previamente aprovados, a comemoração de datas cívicas e o aprendizado de todos os hinos oficiais. Além disso, todos os estabelecimentos particulares deveriam receber e acatar as determinações das autoridades escolares fiscalizadoras e apresentar anualmente ao Departamento de Educação um relatório das atividades desenvolvidas.

Penalidades que iam desde o afastamento até a prisão de diretores e professores que não correspondessem às exigências impostas, além do fechamento provisório ou definitivo dos estabelecimentos considerados irregulares, estavam previstas.

É evidente que o Decreto-lei n.º 88 representou o fechamento da maioria das escolas alemãs. Conforme Ivo D'Aquino, das 661 escolas privadas em 1937 nas regiões de colonização alemã, permaneceram funcionando apenas 113 em 1938, diminuindo para 69 em 1939³³.

Em Joinville, o fechamento da *Deutsche Schule* foi bastante sentido, apesar de haver na cidade pelo menos mais três escolas particulares e três públicas.

³² MONTEIRO, 1983, p. 61.

³³ Ivo d'Aquino *apud* SEYFERTH, 1981, p. 181-182.

Tendo suas atividades encerradas por resolução do governo estadual, as instalações da *Deutsche Schule*, entretanto, foram reaproveitadas pelo Instituto Bom Jesus, fundado em 1926 por Ana Maria Harger. Originariamente, o instituto voltava-se ao ensino profissionalizante, ampliando suas atividades paulatinamente. Em 1938 era um estabelecimento de ensino secundário, com curso ginasial fundamental, primário e jardim de infância, porém em 1939 estes últimos foram fechados, por serem considerados reedições do ensino praticado pela *Deutsche Schule*³⁴. A justificativa utilizada para o fechamento do curso primário foi a convivência da diretora do instituto com interesses nazistas e, consequentemente, a escola ter se tornado um “foco nazista”.

De 1938 a 1944 foram abertos vários processos judiciais contra a instituição, entre eles o caso de um professor que lecionava História da Civilização. O processo originou-se da denúncia de um aluno, filho do major Manoel Alire Borges Carneiro, que à época era interventor na Associação de Atiradores de Joinville. Segundo a denúncia, o professor “se entregava, durante as aulas, à propaganda dos regimes totalitários e integralistas”³⁵. Embora a denúncia tenha sido negada pela diretora e pelo próprio professor, o processo permaneceu aberto até o fim de 1944. Para eles, a acusação era mais uma vez o resultado de perseguições políticas e pessoais aos teuto-brasileiros e à escola.

Avaliando a trajetória do Colégio Bom Jesus, que a partir de 1963 passou definitivamente ao controle da Comunidade Evangélica, pode-se depreender que tal escola, apesar das dificuldades e da fiscalização cerrada da Secretaria de Educação do Estado no período da nacionalização, não perdeu seu papel de destaque na preservação da identidade étnica³⁶.

De forma geral, destacam-se algumas consequências das medidas nacionalizadoras no que se refere ao ensino em Joinville e em outras regiões de colonização alemã, já que todas as escolas no meio urbano ou rural foram direta ou indiretamente atingidas.

³⁴ Conforme Ternes, os cursos secundários não foram fechados porque estavam sob fiscalização federal. TERNES, Apolinário. **Colégio Bom Jesus: 60 anos de ensino**. Joinville: Meyer, 1986. p. 92.

³⁵ *Ibid.*, p. 99-102.

³⁶ Em 1963, diante da possibilidade de a instituição ser transferida para Curitiba por causa de uma aguda crise financeira, representantes da “comunidade joinvilense” que eram também ex-alunos (de origem alemã), juntamente com representantes da Comunidade Evangélica, adquiriram todo o patrimônio do colégio. O esforço concentrado desse grupo deu-se pelo fato de a “[...] comunidade não poder, sob hipótese alguma, perder uma das suas legítimas instituições educacionais, já com 4 décadas de serviços prestados a Joinville”. TERNES, *op. cit.*, p. 128.

A princípio, de acordo com Seyferth³⁷, houve falta de vagas aos alunos egressos das escolas particulares, pois o governo não criou escolas públicas suplementares, sobretudo em zonas rurais. Houve também falta de professores e dificuldades de aprendizagem.

Segundo Jamundá, esses argumentos foram amplificados pelos teuto-brasileiros contra a nacionalização do ensino³⁸. Contudo, pela imprensa, é possível entrever um sentimento de injustiça diante do fechamento das escolas alemãs e, principalmente, diante da alegação de que nelas se praticava o *impatriotismo*. Conforme um editorial do *Kolonie Zeitung*:

Infelizmente, ainda existem pessoas que se deixam convencer de que eventuais deficiências no ensino das matérias que chamamos simplesmente de nacionais – como Português, História e Geografia do Brasil, Instrução Cívica – têm origem na má vontade e tendências pangermanistas (ultimamente usa-se o termo nazista). Quem convive conosco, brasileiros de língua alemã, quem conhece nossa história e maneira de ser, sabe que isso é falso, que, pelo contrário, em brasilidade não somos superados por nenhum luso ou afro-brasileiro. Se o espírito em nossas escolas não fosse patriótico, não teriam saído delas tantos brasileiros eminentes, e não apenas teuto-brasileiros, mas também luso-brasileiros – ministros, generais, juízes, altos funcionários, grandes homens de comércio e industriais, cientistas etc. – que agora mandam seus filhos às mesmas escolas porque sabem por experiência própria que lá serão educados como brasileiros capazes. As deficiências observadas, aqui e ali, e exageradas além da conta por certas pessoas, não têm fundamento no querer mas no poder. [...] É conhecido que em nenhum lugar, a começar pela capital federal, há escolas suficientes. Aliás, apesar da conhecida pressão na carreira do funcionalismo, não existem nem mesmo professores suficientes para atender às escolas públicas³⁹.

Se a alegação de insuficiência de vagas para atender aos egressos das escolas recém-fechadas correspondia à realidade, tal argumento serviu para

³⁷ SEYFERTH, 1981.

³⁸ JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Nereu Ramos**: o da hora da reconstrução nacional. Florianópolis, 1968. p. 12.

³⁹ KOLONIE ZEITUNG. Joinville, p. 1, 6 maio 1938.

encobrir duas formas de resistência teuto-brasileira perante a nacionalização do ensino: o reduzido número de matrículas nas escolas particulares e a evasão de alunos das escolas públicas.

Na prática, os teuto-brasileiros recorreram ao ensino ministrado no lar ou à fundação de escolas sem licença, clandestinas, que funcionavam geralmente na casa de professores. Diante disso, o governo baixou o Decreto-lei n.º 301, de 24 de fevereiro de 1939, que tornava obrigatória a frequência escolar das crianças e instituía a “quitação escolar”⁴⁰, a qual consistia em um documento subscrito por diretores ou professores responsáveis por escolas, indicando o nome e a idade das crianças sob guarda do indivíduo, bem como o estabelecimento e a classe em que estavam matriculadas. A ausência do documento implicava uma série de restrições e impedimentos de gozo dos direitos profissionais e políticos.

Obviamente, a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa em toda e qualquer atividade escolar, além de “emudecer” a maioria das crianças e dos professores, causou graves problemas pedagógicos. De acordo com dados apresentados por Monteiro, Joinville era a cidade que apresentava, em 1938, o maior número de alunos matriculados no 1.º ano do curso elementar sem conhecimento da língua portuguesa⁴¹. Além disso, entre os professores das 56 escolas rurais, subvencionadas pelo governo municipal de Joinville, somente três professores sabiam o português.

Para minimizar o problema, o Departamento de Educação do Estado recomendava a criação da Liga Pró-Língua Nacional, com núcleos em diferentes estabelecimentos de ensino. Tratava-se de grupos compostos por alunos e professores que tinham conhecimento do idioma português, incumbidos de ensinar a língua às crianças que a desconheciam. A ideia básica era atingir os pais, forçando assim a adoção do português como língua oficial.

A curto prazo, poder-se-ia afirmar que tais medidas, em conjunto, representaram uma real nacionalização do ensino, entretanto os próprios agentes nacionalizadores admitiam que tanto a chamada “escola nacional” como as demais providências tomadas pelo Exército brasileiro tiveram pouca receptividade.

Joinville, segundo Bethlem, era a cidade que apresentava mais resistência à nacionalização, já que as comemorações cívicas, coordenadas pelo Exército e com a constante participação das escolas, demonstravam uma grande frieza no

⁴⁰ MONTEIRO, 1983.

⁴¹ *Ibid.*, p. 99.

ambiente popular: “Sentia-se claramente que ali o trabalho seria mais árduo ainda que em qualquer outro ponto, porém isto só servia para nos entusiasmar mais à procura do êxito definitivo”⁴².

A resistência a que se refere o autor explica-se à medida que se considera a importância imputada pelos teuto-brasileiros em Joinville à língua e à escola alemãs. Além dos limites da escola, a proibição da língua alemã teve como suporte desde decretos municipais até o fomento às denúncias. Foram comuns as prisões e detenções efetuadas com base em comentários e delações de vizinhos de teuto-brasileiros. Para qualquer denúncia de utilização da língua alemã, tomavam-se as medidas cabíveis. O relato do Sr. Conrado Hagemann sobre um incidente ocorrido em 24/3/1942 exemplifica tais procedimentos:

[...] alguns parentes e amigos foram, às primeiras horas da noite, à casa de minha mãe, viúva, [...] cumprimentá-la por motivo do transcurso do seu 70.º aniversário. Lá também compareci às 20h30, e alguns minutos após um soldado da polícia bateu à porta, dizendo-se incumbido de levar para a cadeia a pessoa dona da casa e suas visitas que tivessem naquela reunião íntima conversado em alemão. Dois dos convivas informaram-me, então, que antes de minha chegada fora contada uma anedota que girava em torno de um trocadilho que somente em alemão tinha sentido. Este trocadilho foi em alemão repetido por ambos e a tal se limitaram as palavras proferidas em alemão na pequena festa íntima, sem ruídos de cantos, dança ou música. Um capitão do Exército (vim a saber mais tarde), passando pela rua no momento do breve diálogo em alemão, achou ser de seu dever fazer a queixa à polícia⁴³.

Agentes especiais foram designados pelo Exército para assegurar a utilização da língua no comércio, nas fábricas, nas igrejas e nos hospitais, bem como para exercer rigorosa vigilância nos cinemas, teatros e restaurantes.

Foram proibidas, ainda, as transmissões radiofônicas em alemão. Em 1938 foi criada a Rádio Difusora de Joinville, com uma programação inteiramente voltada a temas educativos e culturais exclusivamente nacionais.

⁴² BETHLEM, 1939, p. 225.

⁴³ HAGEMANN, Conrado. **Carta para o sr. gerente do Banco do Brasil**. Joinville, 27 mar. 1942. Coleção Famílias, Pasta Hagemann. Arquivo Histórico de Joinville.

Rui Alencar Nogueira⁴⁴, um dos responsáveis pela campanha no Vale do Itajaí, apontou ainda a adoção de algumas “fórmulas apropriadas” que forçavam o uso da língua nacional. Frases como “Aprenda e fale sempre a língua nacional”, “Fale a língua nacional para ser atendido” e “Quem nasce no Brasil ou é brasileiro ou traidor” foram amplamente divulgadas e empregadas nas repartições e serviços públicos. Nomes de ruas e inscrições em língua alemã em lápides de cemitérios tiveram de ser substituídos ou retirados. Além das penalidades previstas no âmbito federal, o Decreto-lei municipal n.º 39, de 28 de dezembro de 1938, assinado pelo então prefeito de Joinville, Joaquim Wolff, introduziu também a pena de multa para os joinvilenses que não acatassem as leis de nacionalização.

Em conjunto, é de se supor que as leis e as ações policiais e militares silenciaram grande parte da população joinvilense, que passou a conviver com o perigo de ser estigmatizada como “traidora do Brasil”.

Várias prisões foram efetuadas. Infelizmente não foram encontrados documentos e registros que esclarecessem o número, as acusações e o motivo das prisões. Entretanto, conforme relatório do Ministério do Exterior em Bonn⁴⁵, em 1943 os seguintes alemães e teuto-brasileiros, procedentes de Joinville, encontravam-se presos na Colônia Penal Cândido Mendes, na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro:

<i>Nome</i>	<i>Profissão</i> _____
Bach, Walter Alfred	Industrial
Blum, Albert	Funcionário Empresul
Krueger, Friedrich Hellmuth	Funcionário Empresul
Lesch, Wilhelm	Funcionário Empresul
Ried, Franz Xaver	-----
Schultze, Eduard	-----
Zingler, Rudolf	Funcionário Empresul
Hoertzsch, Herbert	Funcionário Empresul

Enquanto os presos de Joinville eram enviados ao Rio de Janeiro ou ao campo de Trindade, em Florianópolis, o hospital de alienados Oscar Schneider,

⁴⁴ NOGUEIRA, Rui Alencar. **Nacionalização do Vale do Itajaí**. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1947.

⁴⁵ ARQUIVO Político do Ministério do Exterior em Bonn. Microfilme n. 24. Arquivo Histórico de Joinville. Tradução de Maria Thereza Boebel.

em Joinville, fechado em 1942⁴⁶, foi transformado em presídio político, abrigando os teuto-brasileiros presos, procedentes de outras regiões do estado de Santa Catarina. Conforme relatório confidencial do Ministério do Exterior em Bonn, em 1944 as condições do Oscar Schneider eram melhores que as de outros presídios brasileiros.

A instituição “Oskar Schneider” é um prédio antigo, vizinho do Cemitério de Joinville. Funcionava antigamente como hospício. O local não é insalubre. A vigilância está a cargo de uma divisão da polícia, sob as ordens de um sargento, que é o comandante da instituição. Os internados estão alojados em celas espaçosas. A administração fornece apenas a cama, mas neste meio tempo os internados já puderam prover-se de colchões e cobertores próprios. Em cada cela há uma mesa e um banco, há chuveiros e pias, bem como um grande salão para jogos de bastão e quintal para passeios e jogos de bola. Os presos não são obrigados a nenhum tipo de trabalho; muitos se dedicam a diversos trabalhos manuais. Periodicamente os internados recebem a visita de um médico. Em caso de acidentes ou doenças graves, ocorre a transferência para o hospital municipal. Não são realizados cultos dominicais. Visitas de familiares apenas são permitidas com autorização especial, com exceção do Natal, quando há uma permissão geral. As cartas são limitadas a 15 linhas⁴⁷.

Outra medida bastante sentida pela população teuto-brasileira em Joinville foi a que culminou na proibição do *Kolonie Zeitung*. No início da campanha o jornal não teve sua circulação proibida, graças a uma permissão concedida “a título precário” por Francisco Campos, Ministro do Interior do governo Vargas.

A partir de 25 de julho de 1939, o jornal passaria a ser bilíngue. No início de setembro de 1941, o periódico passou a ser definitivamente escrito em português, com o título *Correio de Dona Francisca*, sob rígida censura. Para marcar o fim do *Kolonie Zeitung*, o *Correio de Dona Francisca* publicou o artigo “Canto dos brasileiros de origem estrangeira em louvor do Brasil”:

⁴⁶ Sobre esse assunto, ver o terceiro capítulo deste livro, “Aqui ‘jaz’ um hospital”.

⁴⁷ SITUAÇÃO dos alemães no estado de Santa Catarina. **Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn**. Microfilme n. 24. Arquivo Histórico de Joinville. Tradução de Maria Thereza Boebel.

Nesta hora momentosa em que nós brasileiros de origem estrangeira temos que dizer adeus à imprensa na língua materna, parece oportuno lembrarmos e corroborarmos solenemente a nossa sincera afeição e fidelidade à pátria adotiva, fidelidade que nunca e por ninguém será contestada nem excedida⁴⁸.

Nota-se que a dupla nacionalidade presente na identidade étnica é manipulada diante das dificuldades geradas pela campanha. Ao destacar a tristeza do “brasileiro de origem alemã”, o artigo enfatiza o componente político da identidade teuto-brasileira, qual seja, a cidadania brasileira.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial provocou mudanças na forma de encaminhamento da Campanha de Nacionalização, na medida em que intensificou a perseguição a imigrantes e descendentes dos países adversários dos aliados. A conjuntura de guerra provocou, por conseguinte, uma ação policial e militar ainda mais rígida.

Algumas medidas exemplificam o recrudescimento da campanha após 1942: apreensão de aparelhos de rádio, carros de passeio, utilitários; sequestro de bens, de uma forma geral, pertencentes a teuto-brasileiros; prática da censura de correspondências e intensificação das denúncias sobre os teuto-brasileiros que falassem em alemão ou que agissem de forma suspeita.

Foram incontáveis as agressões em lugares públicos, invasões de residências, arrasamentos e queimas de estabelecimentos industriais, comerciais, culturais e científicos, durante vários dias, naquele fatídico mês de agosto de 1942⁴⁹.

As sociedades culturais e associações recreativas de Joinville já haviam sido duramente atingidas pelo programa de ação que pretendia a “assimilação à força”. Desde 1938, estavam sob intervenção militar e tiveram de elaborar novos estatutos, sob as vistas de um oficial do Exército, e apresentar um quadro de sócios composto em sua maioria por brasileiros. Oficiais do 13.º Batalhão de Caçadores foram designados para dirigir as sociedades, entre eles Domingos da Costa Lino Sobrinho (Sociedade Ginástica) e Alire Carneiro (Sociedade de Atiradores).

⁴⁸ KOLONIE ZEITUNG. Joinville, p. 6, 9 set. 1941.

⁴⁹ HERKENHOFF, 1987, p. 36.

Para promover qualquer festividade, as sociedades deveriam antes obter licença com os órgãos e inspetores responsáveis pela nacionalização. Estes julgavam o caráter das atividades artístico-culturais previstas, que, de acordo com o parecer dado, poderiam ser ou não realizadas.

Manoel Coelho, um desses inspetores em Joinville, relatou a Monteiro que os pedidos de licença geralmente não eram concedidos, já que as atividades propostas em forma de programa feriam diretamente os princípios da nacionalização, seja porque eram escritos em alemão, seja porque neles constavam músicas folclóricas e marchas militares germânicas, o que representava manifestações de valorização da nacionalidade alemã⁵⁰.

Arigidez que permeava a avaliação dos inspetores serviu de justificativa para o fechamento de quase todas as sociedades culturais e recreativas joinvilenses. Aquelas que não foram fechadas deixaram simplesmente de promover reuniões e eventos, diante das dificuldades encontradas para licença. Além disso, as sedes, as instalações e os equipamentos que resistiram foram tomados e apreendidos, ficando até 1945 sob controle do Exército.

Para os teuto-brasileiros, a situação gerava um sentimento de injustiça, pois, segundo sua ótica, o associativismo e as festividades representavam apenas práticas cotidianas e não formas de negação do sentimento da nacionalidade brasileira.

Herkenhoff, escritora joinvilense de origem alemã, destaca que o fechamento das sociedades e a repressão às manifestações culturais dos teuto-brasileiros foram os principais fatores responsáveis pela estagnação e consequente massificação cultural da cidade⁵¹. Avaliação semelhante é a de Jutta Hagemann: “[...] com a nacionalização, acabou a vida cultural de Joinville”⁵². Tais interpretações podem ser tomadas como exemplos da atitude dos teuto-brasileiros diante dos efeitos da nacionalização e, sobretudo, do acirramento dos conflitos culturais no tecido social joinvilense.

Algumas das associações culturais e recreativas foram restabelecidas paulatinamente após 1945. Embora modificadas, permaneceram como expressão

⁵⁰ MONTEIRO, 1983, p. 82-83.

⁵¹ HERKENHOFF, 1987, p. 135-139.

⁵² HAGEMANN, Gerda. **Gerda Hagemann**: entrevistas orais [29-30 mar. 1989, Joinville]. Entrevista concedida a Raquel S. Thiago. Arquivo Histórico de Joinville. Laboratório de História Oral.

“do ser alemão”. O fato de participar de uma sociedade ou associação e frequentar eventos artístico-culturais promovidos por ela continuou a simbolizar o pertencimento ao grupo étnico e a demarcar sua distintividade.

O fechamento de escolas e a proibição da imprensa em língua alemã foram medidas que alteraram a etnicidade, pois o uso da língua alemã deixou de prevalecer nos espaços sociais públicos. Em contrapartida, continuou a ser falada nos espaços de convivência mais restrita (família e vizinhança). Isso, aliás, foi extensivo a outras áreas.

De acordo com um relatório de 1954 do Consulado de Porto Alegre⁵³, cerca de um terço da população de Santa Catarina utilizava o idioma alemão e, por esse fato, segundo o cônsul Pamperrien, seria impreciso desconsiderar a influência cultural alemã na região.

A idealização do brasileiro de origem alemã com base em seu espírito empreendedor tornou-se também uma característica marcante e distintiva das relações sociais após a campanha. A origem alemã, por si só, passou a representar ideias de eficiência, pioneirismo, progresso, disciplina e organização.

O relatório de viagem do embaixador alemão no Brasil aos estados de Santa Catarina e Paraná, em janeiro de 1952, destaca a valorização do elemento de origem alemã no processo de desenvolvimento econômico-social desses estados:

Nos dois estados, Paraná e Santa Catarina, fui recebido calorosamente por parte dos governos. Encontrei um grande interesse em relações econômicas com a Alemanha, bem como um esforço sincero em não falar do passado recente e fazê-lo esquecer [...]. Os governadores desses estados, em seus discursos, elogiaram os feitos da cultura e da técnica alemã no mundo e a influência que o espírito alemão imprimiu principalmente também sobre o Brasil. Em seguida destacaram os feitos dos alemães e teuto-brasileiros para o desenvolvimento de seus estados⁵⁴.

⁵³ O ELEMENTO alemão nos dois estados sulinos. **Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn**. Microfilme n. 23. Arquivo Histórico de Joinville.

⁵⁴ RELATÓRIO de viagem do Embaixador da República Alemã aos estados do Paraná e Santa Catarina. **Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn**. Microfilme n. 23. Arquivo Histórico de Joinville.

Pelo que se pode observar, o balanço do resultado da Campanha de Nacionalização na década de 1950 deixa transparecer que, além de o Estado Novo não ter atingido o objetivo de estabelecer “de cima para baixo” uma identidade brasileira unívoca, respaldada pela ideia de “assimilação à força”, a campanha gerou uma reação contrária à esperada, tendo em vista que a imposição de valores e práticas, pela via coercitiva, forneceu elementos favoráveis à afirmação das diferenças e das desigualdades, sobre as quais este capítulo tentou chamar a atenção.

MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS SOMBRIOS

Sirlei de Souza

O período em estudo, décadas de 1960 e 1970, é tempo violento, de forte repressão policial e ideológica. Tempo de sonhos e pesadelos para o povo brasileiro. Tempo propício para as repressões organizadas e administradas pelo Estado autoritário. Tempo de aparelhos policiais de informação, de agentes infiltrados nas organizações de esquerda. Tempo de prisões, porções e torturas, de controle absoluto sobre a nação.

Tempo, também, de desenvolvimento e progresso. Desenvolvimento conciliado com ordem, a qual foi imposta pela força do Exército nacional, significando silêncio dos trabalhadores, tortura para aqueles que ousassem desafiar essa ordem e esse progresso feitos sobre a miséria de milhões de brasileiros. Progresso que excluiu a maioria da população e beneficiou uma minoria. Desenvolvimento à custa de uma eterna dívida externa.

Em Joinville tal desenvolvimento levou a cidade a crescer desordenadamente. As ideias desenvolvimentistas davam ênfase às questões econômica, industrial, tecnológica. Não entrava em discussão a qualidade de vida da população. O discurso da “ordem” e do “progresso” não deixava espaço para contestações.

Joinville alimentava em seu discurso a ideia de uma cidade que se constrói pelo trabalho, que se tornou a maior cidade do estado por causa do esforço de sua gente, levando-a a adotar a denominação de “Manchester Catarinense”.

Na obra *História econômica de Joinville*, de Apolinário Ternes¹, há constantes referências que exaltam a cultura do trabalho e o perfil do povo trabalhador de Joinville, sempre afirmando que essa é uma herança da colonização germânica na cidade. Falando da industrialização, o autor escreve:

É preciso enfatizar, contudo, que o fator decisivo para a industrialização de Joinville, especialmente a partir do fim da Segunda Grande Guerra, foi a existência de uma cultura joinvilense voltada para o trabalho, para o risco do empreendimento, para a certeza de que, com o trabalho e a disciplina, era possível [...] alcançar a independência econômica e a própria realização profissional/pessoal. Esta cultura do trabalho é da própria essência da história de Joinville, fruto exemplar da persistência, do trabalho e da ousadia das primeiras duas gerações de imigrantes².

Essa é uma imagem construída não só pela historiografia local, como também pelo empresariado e pelo poder público. É um discurso que perpassa a fala das lideranças e que ao longo da construção de Joinville encontrou ressonância na população.

Nas décadas de 1960 e 1970, esse discurso encontrou lugar adequado, já que a cidade estava em pleno desenvolvimento industrial e recebeu um grande contingente de migração, chegando a quase dobrar sua população em dez anos. Em 1960, a população era de 70.687 habitantes; já na década de 70, o número cresceu para 126.559 habitantes³. Tal contingente veio em busca de emprego, tendo em vista que o país vivia o momento do chamado “milagre econômico”. Joinville apresentou desenvolvimento industrial nas áreas de metalurgia, plástico e refrigeração, levando a um crescimento econômico local. O texto a seguir dá uma ideia de como a cidade cresceu na área industrial nesse período:

Em 1954, informam dados do IBGE, Joinville possuía um total de 428 estabelecimentos fabris, com um total de 7.091 empregados. Dez anos mais tarde, em 1964, este número evolui para 473 estabelecimentos e 18.154 empregados. E em 1975 os números registram um total de 500 estabelecimentos

¹ TERNES, Apolinário. *História econômica de Joinville*. Joinville: Meyer, 1986.

² *Ibid.*, p. 164.

³ *Ibid.*, p. 200.

fabris, empregando um total de 35.000 pessoas. Segundo dados da prefeitura municipal de Joinville, no ano de 1977, Joinville possui um total de 588 indústrias, as quais representam 75% da produção industrial da micro região [sic]; 28% da produção do Estado de Santa Catarina e 5% da produção industrial do sul do país⁴.

Mais tarde, já na década de 80, o resultado desse crescimento deu-se de maneira assustadora. A cidade cresceu sem a infraestrutura necessária para abrigar o excessivo contingente de migrantes, ocasionando desemprego e marginalização:

Na verdade, o processo de industrialização desfigurou a cidade, poluiu os rios, comprometeu as áreas verdes, enquanto as populações emigradas foram se estabelecendo de forma desordenada, ocupando áreas não recomendadas para o uso habitacional. [...] A carência de áreas de lazer, a violência na área policial, a poluição do Rio Cachoeira, enfim, o quadro de desajustes é bastante amplo [...]⁵.

No fim dos anos 60 e início da década de 70, o discurso do trabalho e da ordem foi retomado, para manter a cidade disciplinada e sem “ações subversivas”, impedindo resistências, já que o país vivia um momento de fortes lutas contra a ditadura militar e pela redemocratização.

A cultura do trabalho deveria ser incorporada pela população que havia chegado recentemente à cidade. Ternes refere-se a esse contingente como “despreparado para a produção industrial”, necessitando de formação no ambiente de trabalho, e afirma: “Mas o clima, atmosfera de trabalho, de assiduidade, de disciplina, de mentalidade operária, esta será absorvida pelos novos operários [...]”⁶. Ainda no entendimento do autor, a combinação das duas mãos de obra, a de origem germânica e a migrante, levará Joinville a industrializar-se de fato.

O discurso de dedicação aos valores de nacionalidade e comprometimento com a ordem é considerado literalmente ao se afirmar que a população da cidade mantém uma conduta de preservação da “paz”. Um povo tão dedicado ao trabalho

⁴ TERNES, 1986, p. 152.

⁵ *Ibid.*, p. 246.

⁶ *Ibid.*, p. 201.

e com a responsabilidade de colaborar com o progresso e o desenvolvimento do país não se envolveria em ações que subvertessem a ordem estabelecida.

O comandante do 13.º Batalhão de Caçadores de Joinville, em discurso proferido quando da visita do comandante da 5.ª Região Militar de Curitiba, enfatizou a respeito da segurança interna que “Joinville é uma cidade feliz”. Disse o comandante: “[...] Seus trabalhadores e seus estudantes são imunes à ação dos elementos agitadores que tentam conturbar a vida do país”⁷. Isso mostra que o discurso das elites da cidade não admite oposição, justificando qualquer ação contrária a sua vontade como externa aos interesses da cidade.

O comandante da 5.ª Região Militar, ao discursar, também enfatizou a importância de Joinville no cenário nacional, enfocando o seu desenvolvimento econômico:

[...] É realmente reconfortante para um brasileiro ver como Joinville se projeta, não só no cenário catarinense, mas também no cenário nacional. [...] Temos certeza de que num futuro próximo Joinville será a grande e poderosa “Manchester” Brasileira [...] ⁸.

A qualificação de “grande e poderosa” dá a Joinville um poder no campo econômico e político, levando, portanto, a cidade a um *status* de comprometimento com valores ligados ao desenvolvimento e ao progresso, não podendo, no entanto, apresentar situações que comprometam essas características e que possam ameaçar seu crescimento. Uma cidade onde, historicamente, a luta institucional dos trabalhadores, via sindicatos organizados, pouco interfere nas relações entre capital e trabalho. Uma cidade que, segundo o discurso das elites político-econômicas que exercem o poder, é ordeira, disciplinada, comprometida com os valores do trabalho. Esse comprometimento com a laboriosidade levou a um amortecimento na participação política, na medida em que assimilou padrões pacifistas de comportamento e abriu espaço para ações conservadoras, que facilitaram a defesa de ideais ligados à ordem e que possibilitaram inúmeras manifestações favoráveis ao golpe militar de 1964.

Tais manifestações ocorreram desde o início do ano de 1964, algumas na forma de cursos e palestras oferecidos por entidades como a União Cívica

⁷ PALAVRAS amigas. **A Notícia**, Joinville, 23 nov. 1968.

⁸ *Ibid.*

Feminina, outras organizadas pelo poder público da cidade, ou seja, pelo prefeito em conjunto com outras entidades.

A imprensa teve um papel fundamental como articuladora e divulgadora dessas manifestações. No período da ditadura militar, esteve voltada a legitimar um poder que se instituiu no país pela força, portanto não possuiu legitimação na população brasileira. Fazia-se necessário criar crenças que justificassem a tomada de poder pela violência. Por exemplo, a justificativa era de que o Brasil sofria ameaças constantes dos comunistas. Para afastar esse inimigo que ameaçava a paz, foi necessária a tomada de poder pelos militares, para que se restabelecesse a ordem. Criou-se, com tal argumento, uma crença de que o regime militar salvou o país de um inimigo perigoso. O imaginário político construído com essa argumentação foi o da salvação nacional por parte do Exército.

Para melhor compreender o papel da imprensa local na construção do imaginário político do golpe militar, esta pesquisa direcionou-se principalmente ao jornal *A Notícia*, fundado em 1923 e de grande circulação na cidade de Joinville nas décadas de 1960 e 1970. O referido periódico, de tradição conservadora, passou a ser dirigido a partir de 1956 pelo então empresário joinvilense Helmuth Fallgatter⁹, que juntamente com outros empresários influentes, como Baltasar Buschle e Wittich Freitag, respondia desde então pelo jornal.

O jornal incentivou em seus editoriais as várias manifestações ocorridas durante os meses de março e abril de 1964, em defesa do golpe militar. Sob o título “Evolução e não revolução”, o jornal dizia que a “marcha da família com Deus pela liberdade”, ocorrida em São Paulo, tinha sido uma demonstração da vontade popular de resolver os problemas do país e garantir a permanência das instituições democráticas. Em um claro incentivo para que a marcha viesse a acontecer em Joinville, como de fato ocorreu um mês depois, o texto afirmava que o povo tinha sempre o direito de ir às ruas expor sua opinião e sua vontade e que esse era um direito garantido pela Constituição. Encerrou com as seguintes palavras: “E é ouvindo o povo nas ruas quando ele se manifesta pacífica e ordeiramente que os homens públicos devem colher inspirações para suas atitudes e seu procedimento [...]”¹⁰.

O que o jornal não dizia é que essas manifestações nas ruas tinham de ser a favor dos detentores do poder, tinham de ser em defesa dos valores defendidos

⁹ TERNES, Apolinário. *História do A Notícia*: 1923-1983. Joinville: A Notícia, 1983. p. 109.

¹⁰ EVOLUÇÃO e não revolução. *A Notícia*, Joinville, 22 mar. 1964.

pelos militares. Portanto, não era um direito garantido a todos. O direito de livre expressão foi fortemente proibido, no Brasil, nas décadas de 60 e 70. Falar em “povo na rua” criava a imagem de muita gente contra o “perigo comunista” e a favor dos militares no poder.

A Aliança Democrática Brasileira, entidade criada em São Paulo, fez-se presente organizando manifestações na cidade antes do golpe. Eram chamadas de “concentrações anticomunistas”¹¹, de solidariedade e defesa das instituições democráticas e do Congresso Nacional. Os objetivos relacionavam-se sempre à defesa da pátria e das tradições cristãs. Participavam como oradores dessas manifestações políticas os “homens influentes da cidade”¹², todos defendendo os postulados cristãos, a liberdade e a Constituição. Em seus discursos atacavam o comunismo, chamando-o de “ideologia exótica” e apontando as privações a que este submeteria o povo.

O civismo, no período, esteve sempre ligado ao religioso, e afirmava-se que era esse sentimento que conduzia o povo pelo caminho democrático. No trecho a seguir o jornal faz um paralelo entre a democracia e o cristianismo de vertente católica e compara as procissões da Sexta-feira Santa com o comício anticomunista:

[...] Tais manifestações de civismo e religiosidade num meio como o nosso tradicionalmente ordeiro e pacífico, onde a religião tem ainda prioridade na sensibilidade espiritual do povo, conduzem-nos à convicção de que aqui não podem medrar nem encontrar guarida as ideologias do extremismo e da violência, contrárias àqueles princípios [...]¹³.

Por esses motivos, dizia a reportagem, não era possível existir lugar para pregações intolerantes que trouxessem perigo ou ameaça à democracia. O comunismo não encontrava ressonância na população, em função do seu apego aos valores cristãos.

Essa era a ação perfeita para preparar a cidade para o golpe militar de 31 de março de 1964. Quando ele aconteceu, estava minado o campo de possível

¹¹ CONCENTRAÇÃO anticomunista. **A Notícia**, Joinville, 24 mar. 1964.

¹² REALIZADA ontem concentração anticomunista. **A Notícia**, Joinville, 26 mar. 1964. Falaram no ato: deputado estadual Arno Encke, vereador Norberto Simm, Dr. Francisco Mascarenhas, sindicalista Ari Schubert e Ildo Campelo.

¹³ DEMOCRACIA e cristianismo. **A Notícia**, Joinville, 29 mar. 1964.

resistência. A população já incorporara o ódio ao inimigo e na sua mente estava presente o fato de que era preciso salvar o país do caos. As forças políticas estavam coligadas e articuladas para falar a mesma língua, proferindo um discurso que soava com perfeita harmonia. Possíveis oposições eram cassadas e presas antes que sua voz fizesse eco. Publicamente reinava a tranquilidade. Nos bastidores, articulavam-se as forças, e os rearranjos do poder eram feitos.

Outras demonstrações de “civismo” em defesa da “revolução” ocorreram após o golpe, agora com jeito de celebração da vitória. Assim, foram pensadas as manifestações de apoio ao novo mandatário da nação, o Presidente Marechal Castelo Branco, algo que marcou a cidade e foi forte o suficiente para ficar na mente de cada um. Tudo que é forte e marcante permanece na memória. Dizia a nota no jornal:

Joinville, por suas fábricas, onde se produz a riqueza e se constrói o progresso, e por seus templos, onde se preservam e se afevoram os sentimentos religiosos do povo, participará também da manifestação programada em Brasília [...] por motivo de posse do novo Presidente [...]. Essa manifestação consistirá em se fazerem ouvir por cinco minutos [...] as sirenes das fábricas e os sinos das igrejas, dando ressonância à mensagem da era nova que se inicia para o Brasil com a investidura do seu novo Supremo Mandatário. Não deve haver foguetório que signifique extravasamento de sentimentos fúteis e, talvez, vexatórios, mas sim um ato de regozijo cívico e de emoção patriótica, que seja ao mesmo tempo como uma ação de graça por ter o Brasil, sem o derramamento de sangue entre irmãos, conseguido libertar-se das agitações, da inquietude, das ameaças e dos perigos a que estêve exposto¹⁴.

Os símbolos do poder e do progresso estavam ligados num só objetivo: a cidade unida em torno da festa de comemoração da posse do novo Presidente do Brasil. As homenagens incluíam o “bimbalhar dos sinos” e o “zunido das sirenes”, dando “ressonância à mensagem da era nova” que se iniciava para o país.

Possivelmente a maior demonstração de apoio ao golpe militar e de homenagem às Forças Armadas em Joinville tenha sido a organização da “marcha da família com Deus pela liberdade”. Nela identificamos inúmeras entidades

¹⁴ COM REGOZIO cívico e com emoção patriótica. **A Notícia**, Joinville, 15 abr. 1964. Foi mantida a grafia original do documento.

patronais, de assistência social, de trabalhadores, igrejas, escolas, Prefeitura, Câmara de Vereadores, enfim, o máximo possível de instituições comprometidas com a ordem. A marcha foi articulada pela imprensa e chamada por notas do próprio prefeito. Todo o enfoque da marcha era uma homenagem ao grande papel desempenhado pelas Forças Armadas durante a revolução de março de 64. Dizia uma das reportagens:

Não podia o povo joinvilense ficar alheio ao grande movimento nacional de admiração e reconhecimento às Forças Armadas Brasileiras pela corajosa decisão levada à prática há poucos dias: o patriótico objetivo de restaurar em sua plenitude as instituições democráticas que vinham sendo desvirtuadas e ameaçadas de aniquilamento pelo domínio que forças subversivas vinham exercendo sobre os quadros dirigentes, administradores e políticos do país [...] ¹⁵.

O “povo joinvilense” era entendido como o conjunto da população que deveria prestar homenagens. Essa referência remetia sempre a uma participação em massa. Era a cidade como um todo, suas entidades recreativas, esportivas, culturais, eram patrões e empregados unidos pela defesa da democracia e contra o comunismo. Esse discurso era homogeneizador, não deixava espaço para aqueles que não estavam participando da marcha, os contrários, pensarem.

A luta pela legitimação do poder pressupõe a construção de um imaginário ¹⁶. Para Bronislaw Baczko: “[...] todo o poder tem de se impor como poderoso, mas também como legítimo” ¹⁷. E o poder durante a ditadura militar colocou-se de maneira absoluta. Não permitia espaços de questionamentos. Foi um poder instituído pela força do golpe militar e que necessitava ser legitimado. O imaginário construído em torno da Revolução de 64 veio atender a esses objetivos. Oferecia uma solução para os problemas do país, apontando para um novo futuro. Nas épocas de crise de poder, intensifica-se a construção dos imaginários sociais; eles vêm dar legitimidade a uma nova estrutura de poder.

¹⁵ POVO de Joinville homenageará o Exército Brasileiro levando seu aplauso ao 13.º BC. *A Notícia*, Joinville, 19 abr. 1964.

¹⁶ Compreendido como imaginário político, lugar de exercício e legitimação do poder.

¹⁷ BACZKO, Bronislaw. *Imaginário social*. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. v. 5, p. 310.

O imaginário passou a ser realimentado a cada comemoração do aniversário da Revolução de 64. O conteúdo das reportagens era carregado de entusiasmo e possuía sempre um tom ideológico, na medida em que enfocava o fato de o Brasil ter se livrado do inimigo:

O Brasil comemora, atualmente, o segundo aniversário da Revolução que, em 31 de março de 1964, afastou um perigo iminente, que ameaçava sua estrutura democrática. Hoje, analisando o acontecimento friamente, vemos quanto estava perto o caos total, implantado em nossa Pátria por elementos subversivos¹⁸.

Nesses momentos, a população, por intermédio daqueles que representavam os poderes político, eclesiástico e militar, manifestava-se de variadas maneiras, no sentido de criar e reafirmar os “ideais” dessa “revolução”. Tais acontecimentos eram permeados por discursos exaltados, que a imprensa reproduzia. A intenção era sempre transmitir, com euforia, o que tinha ocorrido como homenagem à “saúdosa” data. A impressão que se tem ao ler as reportagens é de que toda a cidade se voltava para o fato, tornando-o um acontecimento de grande dimensão e de importância indiscutível para a vida de todos aqueles que ali viviam.

Um dos importantes atores que contribuíram para a construção do imaginário da Revolução de 64 foi o 13.º Batalhão de Caçadores, que se instalou em Joinville em março de 1918.

Na década de 1960 ele teve uma participação ativa na sociedade e nas discussões políticas em torno da questão da democracia e da Revolução de 64. Ator social importante, manteve articulações com vários segmentos políticos, dividindo com eles a cena da construção do imaginário político sobre a “Revolução Gloriosa”.

O 13.º Batalhão de Caçadores exerceu o papel de entidade pública que ajudava e organizava a sociedade, no sentido de obter e realizar melhorias básicas para a população mais necessitada, mantendo proximidade e criando vínculos de trabalho com a população.

¹⁸ UMA REVOLUÇÃO brasileira. *A Notícia*, Joinville, 1.º abr. 1966.

Por outro lado, o batalhão estava constantemente preparado para eventuais conflitos que pudessem ocorrer, no caso de uma ameaça de grupos organizados de esquerda, como uma guerrilha rural ou “tumultos civis”¹⁹.

Outro aspecto que chama a atenção é a sua articulação com outros atores, tais como a União Cívica Feminina, a Associação Comercial e Industrial e os partidos políticos. As Forças Armadas, representadas aqui pelo 13.º BC, eram permanentemente exaltadas nos discursos das autoridades joinvilenses. A instituição representava a força que tomou o poder e livrou o país do “perigo comunista”. Além de possuir esse forte apelo de autoridade máxima no país, representava também a repressão pela força, espalhando medo por onde passava.

Para essas autoridades a ordem estava ligada ao progresso, e nada melhor que uma cidade que possuía um Exército forte, que se fazia presente na vida social e comunitária, para manter a ordem e conjuntamente com as elites políticas, econômicas e eclesiais construir um imaginário do desenvolvimento e do progresso, em que o poder não estivesse ameaçado por nenhuma força de oposição.

Muitas foram as ações para manter a cidade vigiada e sob forte proteção militar contra qualquer possível manifestação de “comunistas”, como mostram algumas reportagens, por exemplo a de 5 de abril de 1964, na qual o prefeito Helmuth Fallgatter agradece o 13.º BC por realizar tão bem a tarefa de proteger a “família joinvilense” sem sobressalto nenhum durante os dias “conturbados” que o país tinha acabado de viver²⁰. Em outra nota aparecia a informação de que a segurança da cidade estava sendo zelada pelo 13.º BC, que deslocou seu contingente para pontos estratégicos a fim de melhor comandar a ação de segurança. A nota dizia, ainda, que se tratava de uma operação de rotina em tempos conturbados e que a população não devia se preocupar²¹.

Essas atividades do 13.º Batalhão estavam muito mais direcionadas no sentido de conhecer e vigiar a comunidade do que de prestar assistência social à população. Estando próximos, atendiam a dois objetivos: primeiro, colocavam-se ao lado do povo, “protegendo-o”, “defendendo-o”, trazendo a assistência para melhorar suas condições de vida e conquistando de certa forma a confiança dos populares; e em segundo lugar poderiam conhecer e mapear possíveis situações

¹⁹ 13.º BC FARÁ exercício de controle de tumultos civis. **A Notícia**, Joinville, 14 jan. 1970.

²⁰ AGRADECIMENTO. **A Notícia**, Joinville, 5 abr. 1964.

²¹ ZELANDO pela segurança da cidade. **A Notícia**, Joinville, 2 abr. 1964.

que estivessem fora da ordem, localizar organizações de oposição, saber se havia “estranhos” na comunidade, enfim, uma vigilância que poderia marcar os passos de qualquer “suspeito”.

Poucos são os registros sobre a Ação Cívico-Social (Aciso) do Exército. Essa ação pertencia ao

[...] departamento incumbido de atividades assistenciais, tendo em vista combinar o terror repressivo generalizado ao efeito suasório dos serviços de médicos e dentistas junto a uma população inteiramente desassistida²².

Sabe-se que a Aciso foi realizada em Joinville porque aparece registrada nos relatórios da União Cívica Feminina (UCF) a participação em diversas atividades desenvolvidas por essa entidade na cidade.

Outro ator importante na manutenção da ordem e que contribuiu para a preparação do golpe na cidade foi a União Cívica Feminina de Joinville (UCFJ). As demonstrações de comprometimento com os ideais que norteavam o golpe militar de março de 1964 levaram as mulheres da elite, “senhoras bem-nascidas”, a fundar a referida entidade.

A articulação para a sua fundação teve início em janeiro de 1964, em uma reunião entre senhoras joinvilenses e representantes da entidade de Curitiba e de São Paulo. O objetivo era discutir a instalação da sede regional da UCF em Joinville. Disse uma participante da reunião:

O objetivo da UCFJ é promover e incentivar a participação da mulher brasileira, indistintamente de convicção religiosa ou partidária, na luta que já agora se trava abertamente em nosso país contra a revolução social, preparada e pregada abertamente pelos comunistas [...]²³.

Aqui a participante, que o jornal não identifica, expõe com clareza o objetivo da entidade: a participação da mulher na luta contra a possível revolução social preparada pelos comunistas. Afirma que indiferentemente de crença ou cor partidária todas devem participar. Com o estudo mais aprofundado dessa

²² GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 210.

²³ PODERÁ ser em Joinville a sede regional da União Cívica Feminina. **A Notícia**, Joinville, 29 jan. 1964.

organização é possível perceber que ela se constituía de uma classe social bem definida: senhoras da elite, com caráter religioso ligado à Igreja Católica e, na sua maioria, esposas de políticos filiados a partidos conservadores.

A situação foi exposta como grave e clamava-se pela participação da mulher, como responsável pelo destino do país:

[...]Seria de lastimar se a mulher joinvilense não demonstrasse capacidade de iniciativa, persistência e conhecimento da gravidade da situação, suficientes por merecer esta distinção de poder e desta forma contribuir eficazmente para oferecer a estes maus brasileiros uma reação em nosso Estado, da qual futuramente os seus filhos se possam orgulhar²⁴.

A UCF buscava a legitimação do golpe militar, enquanto mulheres da classe média e da elite local representavam uma força civil que poderia mobilizar outras forças da sociedade para a realização da tão propagada salvação nacional.

Para ter uma ideia de quem eram as mulheres que fundaram a UCF em Joinville, faz-se necessário relacioná-las a seus maridos e algumas vezes a seus pais. Tratava-se de uma entidade feminina que não apresentava, absolutamente, caráter emancipacionista no que diz respeito à independência feminina ou à libertação da mulher em relação ao homem. A UCFJ era uma entidade criada para defender os valores conservadores da moral católica e aqueles diretamente ligados ao golpe militar de 64. Tinha como tarefa a caridade e a assistência social, mas acreditava-se que esse era um objetivo secundário, que possibilitou o funcionamento da entidade por vários anos. A essência da UCF em Joinville foi de caráter político, e suas fundadoras representavam, por extensão, o poder político e econômico da cidade.

Possivelmente, a UCFJ constituiu um grupo que foi mais influenciado do que influenciou. As mulheres representavam os interesses de seus pais e maridos; assimilavam o discurso da “defesa da revolução”, que era de consenso naquele momento nas elites políticas e econômicas.

Não se pode negar que a partir do momento em que se organizaram para defender interesses políticos e morais tiveram um papel importante, sobretudo no que diz respeito a valores morais. Foram extremamente conservadoras, e sua influência sobre a população arrebatou muitos para a luta contra o comunismo.

²⁴ PODERÁ ser em Joinville a sede regional da União Cívica Feminina. **A Notícia**, Joinville, 29 jan. 1964.

Pela passagem do 2.º aniversário da revolução, a UCFJ pronunciou-se na imprensa escrita dizendo que acreditava e confiava nos valores da revolução porque era impulsionada por sentimentos democráticos. Para a UCFJ a revolução foi um movimento renovador que deu novos rumos à pátria e inspirou a fundação da entidade. Esta dizia, ainda, que acreditava no trabalho do povo joinvilense e chamava a cidade de “grande colméia laboriosa”²⁵.

Em 1967, quando a UCFJ comemorava seu terceiro aniversário, o pronunciamento fez-se no sentido de conclamar a participação de voluntárias em programas de desenvolvimento integrado, para que fossem rapidamente concretizados os “objetivos da revolução brasileira”²⁶.

As senhoras joinvilenses participavam, constantemente, da organização e da programação de atividades de demonstração de civismo, como a recepção do fogo simbólico da pátria, em uma cerimônia em que se apresentou a banda do 13.º Batalhão de Caçadores. No encerramento foi cantada a música *Pra Frente, Brasil*, em uma plena demonstração de comprometimento com a ditadura militar²⁷.

Outra entidade de classe que participou ativamente da construção do imaginário político da Revolução de 64 foi a Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij), utilizando o seu poder econômico para influenciar os caminhos políticos da cidade.

A Acij²⁸ é uma entidade que representa os interesses do setor industrial e comercial de Joinville. Foi fundada em 1911 em função do importante momento que atravessava a economia da cidade e manteve-se como órgão que organizou e articulou o empresariado nos anos em que a economia de Joinville mais cresceu. No início da década de 60 ainda exercia a presidência da associação o senhor Ademar Garcia, madeireiro e político ligado ao Partido Social Democrático (PSD), o mesmo partido que elegeu o prefeito Helmuth Fallgatter em 1961.

A década de 60 é o período de avanço da industrialização em Joinville, em que se necessitava de mão de obra especializada para as novas fábricas, preparada técnica e ideologicamente para trabalhar.

²⁵ ACREDITAMOS porque não somos cegas. **A Notícia**, Joinville, 1 abr. 1966.

²⁶ ANIVERSÁRIO da UCF propicia ardente mensagem de civismo. **A Notícia**, Joinville, 11 abr. 1967.

²⁷ CIVISMO. **A Notícia**, Joinville, 15 ago. 1971.

²⁸ Sobre os dados referentes à fundação, à composição e ao funcionamento dessa entidade, ver TERNES, 1986.

Na época, a Acij exercia funções ligadas ao poder municipal, no tocante às melhorias para o desenvolvimento das indústrias da cidade e região (energia elétrica, abastecimento de água, instalação de linha telefônica e outros). Isso graças às influências políticas de Ademar Garcia e do então deputado Lauro Carneiro de Loyola. De 1961 a 1966, a entidade foi presidida pelo empresário Roberto Stein e pelo madeireiro Hans Peter Stein, não se registrando grandes mudanças na associação.

A Acij colocou-se ao lado de instituições que assumiram o discurso do golpe militar:

[...] As classes produtoras de Joinville declaram que estão cômicas de suas responsabilidades e que procuraram contribuir, dentro de suas possibilidades, para que as medidas saneadoras que serão tomadas pelas autoridades constituídas sejam coroadas de êxito, libertando desta forma nossa querida pátria completamente dos dois flagelos que a atormentavam, do comunismo e da inflação²⁹.

Para os empresários da época, a preocupação não era só com a ameaça ideológica do comunismo. Seu discurso continha uma crítica em relação à inflação. O fato de o país estar vivendo com altas taxas inflacionárias dava-lhes elementos para argumentar. Uma corrente de empresários católicos “defendia” o “capitalismo humano” e possuía um discurso de preocupação com a questão social. Seu discurso baseava-se no fato de que, se a inflação baixasse, melhorariam as condições de vida da população. Na verdade, a luta era contra o comunismo, que poderia ameaçar suas riquezas.

A construção do imaginário de uma cidade laboriosa, ordeira e feliz atendia perfeitamente aos interesses da Acij. Joinville era considerada lugar onde o capital se desenvolvia plenamente sem sofrer com revoltas ou agitações operárias. Essa harmonia entre as classes, como queria a Acij, era perfeitamente questionável, porém era inquestionável o poder de manipulação dessa ideia.

Ao lado dos vários atores já citados, considere-se ainda o papel desempenhado pelo poder eclesiástico em Joinville como legitimador da ditadura, principalmente a Igreja Católica, que tinha no seu representante Dom Gregório Warmeling a maior expressão de liderança. Bispo recém-chegado à cidade,

²⁹ DECLARAÇÃO da Associação Comercial e Industrial de Joinville. **A Notícia**, Joinville, 18 abr. 1964.

com uma formação conservadora, manifestava em seus discursos total apoio à Revolução de 64: Sua presença era constante nos palanques de comemoração da revolução.

Quando se realizou a “marcha da família com Deus pela liberdade”, D. Gregório proferiu um discurso enaltecendo as Forças Armadas e referindo-se aos novos caminhos assumidos pelo Brasil:

É com este espírito otimista, com os olhos voltados para o futuro da Pátria, é com prazer que falo nesta hora em Joinville cumprimentando as Forças Armadas, corporizadas neste 13.º BC, patrimônio da cidade [...].

[...] Se em outras épocas houve motivos bastantes para bater palmas à bravura das forças armadas, não menos fortes são as razões que hoje nos levam a reverenciar as Forças de Terra, Mar e Ar.

E confesso o meu pecado: – Tinha perdido a minha confiança nas Forças Armadas. Não cheguei a compreender aquele silêncio irritante. Mas reafirmo hoje a minha inteira confiança às Forças Armadas pelo brilhantismo com que se portaram. *Mas estou em dizer que se as Forças Armadas se levantaram é porque já encontraram levantado e armado o espírito democrático no Brasil*³⁰.

Segundo D. Gregório, as Forças Armadas tinham respondido a uma necessidade da sociedade brasileira: saíram em defesa da democracia, que estava ameaçada. Referiu-se ao comício que acontecera em 13 de março de 1964, quando diversas forças políticas defenderam as reformas de base propostas por João Goulart. Citou também a participação da mulher brasileira como louvável, ao sair às ruas “defendendo sua família e a Pátria”. Mais adiante afirma: “O Brasil estremeceu. Estremeceu e pensou. Pensou e agiu. Reascendeu-se todo, todo o seu cristianismo, a sua fé, a sua fibra quando viu a sua Pátria ameaçada [...]”³¹.

O discurso é permeado pela ideia do perigo, da ameaça que fere a família brasileira e os valores cristãos. A Igreja assumiu a defesa da ordem, condenando práticas contrárias àquilo que a Revolução de 64 pregava. D. Gregório chamou

³⁰ É INÚTIL gritarmos contra o comunismo se não dermos ao Brasil estruturas mais humanas e cristãs. **A Notícia**, Joinville, 26 abr. 1964. Grifos meus.

³¹ *Ibid.*

atenção para o fato de que não bastava lutar contra o comunismo. O Brasil precisava implantar estruturas justas e humanas, favorecendo os mais necessitados.

Por último, aparece como ator social importante na defesa dos ideais do golpe de 64 a Câmara Júnior de Joinville, que se manifestava constantemente no jornal, fazendo referência ao “trabalho profícuo e perseverante” dos joinvilenses e dizendo que o povo de Joinville soubera enfrentar a situação de crise, permanecendo “firme em suas atividades cotidianas”³².

Com caráter assistencialista e beneficente, outro representante do poder econômico, o Lions Clube, também expressou apoio à ação das Forças Armadas³³. Qualificando sua atuação como heroica, afirmou que elas restauraram o respeito à lei suprema e demonstraram ao mundo em geral um expressivo testemunho de seus sentimentos cívicos e patrióticos.

O cenário alterou-se na década de 70. Alguns atores sociais permaneceram na cena política e novos personagens passaram a atuar. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ocupou lugar de destaque como protagonista político nas disputas eleitorais na cidade.

A partir de 1965, com a extinção dos partidos e a criação do bipartidarismo, modificou-se a história dos partidos políticos no Brasil. O Ato Institucional n.º 2 criou uma situação favorável à ditadura. A Aliança Renovadora Nacional (Arena) era o partido que dava sustentação ao governo e o MDB tinha como tarefa fazer oposição, sem contestar o regime. O sistema bipartidário tinha objetivos bem definidos:

De um lado, a necessidade de manter e fortalecer a articulação política das forças sociais heterogêneas que compunham o bloco histórico que preparou e liderou o golpe de Estado de 1964 e, em seguida, dirigiu a implantação da república institucional. De outro, forjar uma “visibilidade democrática” desta república no exterior, especialmente nos Estados Unidos, nas nações capitalistas avançadas da Europa e no Japão, que precisavam dessa visibilidade em seus circuitos políticos internos³⁴.

³² CÂMARA Júnior de Joinville – comentando. **A Notícia**, Joinville, 4 fev. 1964.

³³ LIONS Clube de Joinville. Manifesto de aplausos e solidariedade. **A Notícia**, Joinville, 16 abr. 1964.

³⁴ FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. p. 59.

Florestan Fernandes afiança que essas categorias nada tinham a ver com nenhum “projeto político democrático”. Serviam antes para justificar a luta contra o comunismo. Com o sistema bipartidário, procurava-se manter a ditadura militar como um regime que preservava as instâncias democráticas institucionais.

O “ideal” de restaurar a democracia no Brasil possuía evidente teor mistificador e propagandístico; e a busca de “condições seguras” para a prática democrático-burguesa se realizava, de fato, através da ditadura, que restabelecia a vigência e a eficácia das condições políticas da democracia restrita³⁵.

Nesse sentido, o “ritual democrático”, com existência de partidos e de eleições, servia apenas para, cada vez mais, centralizar o poder nas mãos da elite e evitar a mobilização da sociedade civil. A “revolução” possuía sua própria legitimidade – restaurar a democracia no país. Para isso excluía qualquer recurso efetivamente democrático e procurava a institucionalização da ditadura como uma “normalidade” institucional, tendo como objetivo duas questões:

1) reduzir a distância política de suas bases econômicas e sociais, tão mal soldadas no bloco histórico do poder; 2) diminuir ou neutralizar os riscos de um isolamento político dentro da nação. Com isso, lograva articular pontos de apoio às sucessivas políticas dos generais-presidentes, compensando seu desgaste crescente previsível e, o que é deveras mais importante, fixava o “plano parlamentar”, com a anuência tácita da oposição, com área de choque legal e reciprocamente consentida, de enfrentamento político com as forças sociais divergentes³⁶.

Além dessas questões, o sistema partidário durante a ditadura militar serviu como um “sistema de amortecedores” e de “mobilização cooptada”. A política continuava, embora bastante restrita, conseguindo manter os possíveis descontentamentos em uma oposição vigiada, “que pretendia antes purificar a república institucional que destruí-la”. A intenção era melhorar o sistema vigente e não liquidá-lo por completo, opor-se moderadamente e manter o sistema

³⁵ FERNANDES, 1982, p. 59.

³⁶ *Ibid.*, p. 60.

funcionando. Porém essa oposição consentida foi ganhando campo à medida que se aglutinavam no seu interior forças democráticas³⁷ que pela via eleitoral iam conquistando novos espaços.

A oposição consentida redefiniu-se no *campo eleitoral*, ganhando assim uma consistência política que não entrava no cálculo político inicial da ditadura e adquirindo uma voz política que soava ao renascimento de um confronto³⁸.

Florestan Fernandes apresenta e analisa como o MDB lidou com a insatisfação popular e atuou como amortecedor, impedindo confrontos diretos com a ditadura.

No entanto, por seu próprio crescimento quantitativo, a insatisfação popular converteu-se em fator político atuante e compeliu o MDB a mudar gradualmente seu posicionamento e seu rendimento político³⁹.

Nos espaços em que a pressão popular aconteceu com mais força, o MDB foi empurrado para uma oposição real ao regime militar, indo para o confronto direto, tanto pela via eleitoral como pela discussão política, mobilizando boa parte da sociedade para a luta contra a ditadura. Em lugares em que a situação política permanecia em “banho-maria”, o MDB apenas continuou como oposição consentida, vencendo os pleitos eleitorais que não significavam obstáculos ao regime militar. Suas administrações não chegavam a questionar a ordem vigente, nem política nem economicamente.

Em Joinville, o MDB foi fundado em 1966 e possuía diferentes origens, aglutinando pessoas vindas de vários outros partidos e mais tarde, na década de 70, de organizações esfaceladas pela ditadura militar.

A oposição exercida pelo MDB foi por muito tempo moderada e era consentida mesmo reivindicando democracia. Não colocava em perigo o regime militar instalado em 1964. Porém, em âmbito local, o MDB significou uma

³⁷ Integrantes de partidos clandestinos que passaram a atuar legalmente no MDB e os novos personagens que na década de 70 assumiram a política, reivindicando seus direitos.

³⁸ FERNANDES, 1982, p. 62.

³⁹ *Ibid.*, p. 62.

transformação política. Se economicamente as estruturas não estavam ameaçadas, porque o sistema capitalista não sofria nenhuma ameaça no país, politicamente houve alterações. A direita perdeu o poder de comando local. Algumas perguntas vêm à tona quando se faz uma reflexão sobre as administrações do MDB em Joinville: o que teria levado a população a eleger um candidato da oposição no início dos anos 70 em uma cidade considerada da ordem, pacata politicamente? Que motivos levaram os eleitores a optar por Pedro Ivo Campos e eleger nove vereadores do MDB para a Câmara Municipal?⁴⁰ A Arena em Joinville, naquele momento, enfrentava uma série de problemas internos, o que a enfraqueceu nas eleições. Outro fator a ser levado em conta é que a administração de Harald Karmann não se destacou na população, não conseguindo mobilizar um grande contingente de eleitores para a campanha de 1972.

No entanto apenas essas questões não explicam o sucesso eleitoral do MDB. Para algumas pessoas, a vitória do MDB nas eleições de 1972 estava ligada ao desejo de renovação, de mudança, de ver o município ser administrado por novas propostas, novas ideias. O que realmente marcou a mudança foi o fato de o município receber um grande contingente de migrantes, os quais representavam um novo tipo de eleitor, um grupo mais identificado com as propostas do MDB. Os descendentes de germânicos, na sua maioria, estavam ligados à proposta política da Arena. Na opinião de Miraci Deretti, que se elegeu vereador pelo MDB em 1972, o resultado da eleição daquele ano devia-se ao contingente migratório e isso refletiu até mesmo na eleição para vereador:

Tanto é que naquela época, pela primeira vez, nós tivemos aí uma eleição onde o sobrenome dos vereadores era significativamente diferente dos normais que eram quase sempre os alemães e tal. Era uma demonstração de que estava havendo uma mudança na cidade [...]⁴¹.

O desenvolvimento industrial e econômico desse período forçava uma melhoria na infraestrutura da cidade. A periferia, que se desenvolvia absurdamente em virtude do grande número de migrantes à procura de emprego, exigia atenção. Ideologicamente, os discursos continuaram a se referir a Joinville como a “maior

⁴⁰ Os vereadores eleitos pelo MDB em 1972 foram: Aderbal Tavares Lopes, Amandos Finder, Arno Krelling, Elmar Zimmermann, José Otávio dos Santos, Miraci Deretti, Osni Álvares de Oliveira, Osni Schroeder e Violantino Rodrigues.

⁴¹ DERETTI, Miraci. **Miraci Deretti**: entrevista oral [19 dez. 1997, Joinville]. Entrevista concedida a Sirlei de Souza.

cidade do estado”, a “cidade do progresso”, a “cidade feliz”, agora acrescidos do lema “Desenvolvimento com participação do povo”. O MDB imprimia uma marca: administração voltada para o povo, realização de obras que atendiam à população carente da cidade⁴². Fazia disso um mérito. Não ocorria à sociedade que esse era o dever do poder público e a obrigação de uma administração municipal.

Com o *slogan* “O povo governa”, e numa fase em que o Brasil percorria o caminho para a “redemocratização”, Luiz Henrique da Silveira foi eleito prefeito de Joinville pelo MDB. Tinha continuidade, dessa forma, o governo ligado à “oposição”, já que teoricamente, e em muitos lugares do país, o MDB foi quem encampou a luta contra a ditadura militar na década de 70. Também em Joinville tiveram início alguns movimentos sociais, ainda que a passos lentos.

A administração de Luiz Henrique tinha um discurso voltado para o poder público humanizado, trazendo a preocupação constante com a periferia da cidade. Falava-se muito em administração para o povo e com o povo. Fazia-se referência a uma democracia em que a população deveria expor seus problemas e participar das soluções. No clima de redemocratização, a ordem era a participação popular. Dizia o então prefeito:

Uma das formas de tornar mais efetivo o exercício da democracia é aproximar o povo do governo. Mais que isso, é integrar povo e governo numa luta comum. A democracia é tanto mais possível quanto mais perto estiverem os que pleiteiam e os que decidem, ou seja, quanto maior for o nível de descentralização do poder⁴³.

As ideias desse discurso permaneceram no imaginário popular porque existia forte propaganda em torno dele, porque havia uma tradição do MDB, que até então se mantinha como partido preocupado com as questões sociais, e, finalmente, porque foi entre 1977 e 1981 que entraram em cena as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e a Pastoral

⁴² Foi no governo do prefeito Pedro Ivo Campos que se implantou em Joinville o Profipo, uma espécie de bairro popular, com a infraestrutura necessária e com financiamento da Prefeitura. Também houve a criação dos Centros de Estudo e Recreação Infantil (Ceris) para filhos de pais de baixa renda, centros esses que nas administrações posteriores foram sendo ampliados para vários bairros da cidade.

⁴³ A ADMINISTRAÇÃO municipal como instrumento de democracia. Prefeitura Municipal de Joinville – Gestão Luiz Henrique da Silveira. Pasta Luiz Henrique. Arquivo Histórico de Joinville.

Operária. Essas entidades passaram a realizar um trabalho nos bairros, organizando a população em busca de seus direitos. Juntaram-se duas questões: de um lado um prefeito com predisposição para a participação, e de outro uma sociedade que começava a manifestar-se contra as injustiças sociais, exigindo seu espaço e conquistando seu lugar, garantindo em muitos momentos que decisões importantes para sua comunidade fossem discutidas em conjunto.

Fica claro que a oposição do MDB em Joinville era consentida. A ordem do dia era desenvolver as estruturas econômicas com justiça social, procurando aplicar analgésicos para passar temporariamente a dor da pobreza, porém fazia-se necessária uma grande cirurgia para acabar com a doença. As mudanças estruturais não aconteceram, pois o que estava em jogo não era o sistema econômico, mas a conquista da democracia, a luta pela volta da normalidade política no país. O que se alterou da administração da UDN e da Arena na década de 60 para a do MDB na década de 70 foram as características “mais democráticas” que nortearam as ações do governo municipal.

Questões conflitantes marcaram as administrações do MDB. Com o crescimento e o desenvolvimento industrial ocorridos em Joinville na década de 70, problemas de ordem social vieram à tona, trazidos pelo grande contingente migratório que buscava emprego, iludido pelo sonho da cidade grande. A cidade considerada pacata e ordeira e que mantinha um discurso de não violência e de um lugar perfeito começou a ter de admitir que problemas sociais como marginalização de menores, desemprego, subemprego e condições precárias de moradia e sobrevivência a estavam levando a um grau de violência que os órgãos de segurança não conseguiam conter.

Durante todo o período do regime militar, foi constante a negação, por parte da elite de Joinville, da existência de grupos de esquerda ou comunistas na cidade. No entanto alguns acontecimentos ocorridos em 1977 e início de 1978 mostram que fatos ligados a vandalismo e destruição foram logo relacionados a ameaças à ordem na cidade. Referimo-nos aqui a uma onda de incêndios em Joinville, num período inferior a um ano, em vários locais.

Os incêndios atingiram vários estabelecimentos comerciais, industriais, educacionais e até igrejas. Segundo informações divulgadas pelos jornais, no período de maio de 1977 a janeiro de 1978 ocorreram em Joinville 29 incêndios

criminosos⁴⁴, os quais foram investigados pela polícia local e pelos agentes da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina (Dops/SC).

Durante os meses em que a imprensa noticiou os incêndios, estes foram tratados com uma variedade de causas. Chegaram a ser responsabilizados grupos ligados à extrema-direita que buscavam complicar a segurança da cidade, em oposição à administração do MDB. Em outros momentos, e com maior frequência que o primeiro, houve acusação de se tratar de ações de subversivos de esquerda que procuravam conturbar a segurança local.

Duas questões chamam a atenção. Como a população se colocou diante do fato, julgando os acontecimentos? Qual importância os incêndios tiveram para que a cidade discutisse seus problemas? Segurança e ordem social foram os mais polêmicos.

Em que medida uma cidade que se manteve desde o início da ditadura militar como um local ordeiro, onde tudo caminhava conforme a vontade dos militares, de repente deparou com acontecimentos que a levaram a questionar a sua estrutura política? Além dos incêndios, Joinville presenciou também várias tentativas de arrombamento ao 62.º Batalhão de Infantaria (BI), caracterizando problemas de ordem de segurança militar.

Em janeiro de 1978 aconteceu em Joinville, paralelamente aos incêndios, outro fato que levou novamente a imprensa e as autoridades a afirmarem que haveria subversivos na cidade com a intenção de perturbar a paz e criar intranquilidade nas autoridades políticas e policiais, provocando certo pânico na população de Joinville. O 62.º BI sofreu duas tentativas de invasão numa mesma noite, levando rapidamente a várias conclusões de que isso seria mais uma ação de terroristas. O tenente-coronel Otto Denys Gomes Porto, que respondia pelo 62.º BI naquele momento, afirmou quanto aos incêndios e à tentativa de arrombamento:

É fato que esta intranquilidade deva existir [...], pois não sabemos ainda os meios e processos que estes elementos estão utilizando. Em casos passados de subversão, sempre

⁴⁴ INCÊNDIOS: finalmente um domingo tranquilo. **A Notícia**, Joinville, 31 jan. 1976. Alguns locais incendiados foram: Centro Adventista D. Pedro II, Instituto Pedagógico de Reabilitação Infantil (Ispere), Fundação Municipal Albano Schmidt (Fundamas), sacristia da Paróquia Sagrado Coração de Jesus e da Catedral do Bispado, Petisqueira Pinheiro, Hotel Tannenhof, Stein Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários, Comercial Richlin, Vidraçaria XV, Companhia Wetzel, Malharia Manz.

eram deixados panfletos que identificavam a origem, e nos incêndios ocorridos em Joinville isto não acontece. Por isso não sabemos de onde parte. A impressão que se tem é de que tais elementos pertencem a grupos de esquerda, cujo objetivo é de deixar instituições tradicionais alquebradas para uma completa desmoralização dessa mesma sociedade⁴⁵.

Essas palavras foram ditas em 1978, numa cidade que sempre negou a existência de qualquer grupo ou ação ligada à esquerda. No mesmo ano iniciava-se por todo o país uma luta pela redemocratização, pela anistia e pelo fim da ditadura militar. Em Joinville, segundo se nota nas palavras citadas anteriormente, a pauta do dia era a ameaça de grupos terroristas à ordem estabelecida.

O tenente-coronel dizia não poder relacionar o que ocorrera no 62.º BI com os incêndios, porque se fazia necessária uma investigação mais profunda. De acordo com ele, o que estava acontecendo em Joinville tinha “características da linha chinesa de violência, que é de ‘linha de fogo’ e que tanto pode ser de incêndio como de explosão”. Para o tenente-coronel a tentativa de invasão ao 62.º BI teria por objetivo explodir o paiol do batalhão, onde ficavam todo o armamento e toda a munição.

Outro jornal local – a *Folha Catarinense*⁴⁶ – referiu-se ao episódio da tentativa de invasão ao 62.º BI como uma possível ação comunista. Baseando-se nas informações do próprio tenente-coronel e do 62.º BI, anunciou que o Serviço Nacional de Informação (SNI) chegaria a Joinville para investigações. Os agentes do Exército passaram a tratar do assunto dos incêndios e da tentativa de invasão.

Informações e opiniões eram extremamente contraditórias entre as autoridades. O tenente-coronel Otto Denys afirmava serem de ação subversiva os incêndios e a tentativa de invasão ao 62.º BI. O secretário de segurança coronel Ary Oliveira dizia não haver nenhuma ligação entre os incêndios e o ocorrido no 62.º BI, refutando que tenham sido atos praticados por terroristas⁴⁷. Acreditava

⁴⁵ 62.º BI foi alvo de duas tentativas de invasão numa mesma noite. **A Notícia**, Joinville, 14 jan. 1978.

⁴⁶ INVASÃO do quartel do Exército pode ter sido obra comunista. **Folha Catarinense**, Joinville, 16 a 22 jan. 1978.

⁴⁷ ARY Oliveira confirma a prisão de uma menor envolvida no incêndio da Catedral. **A Notícia**, Joinville, 21 jan. 1978.

que a responsabilidade pelos fatos estava ligada a menores marginais que não possuíam assistência do poder público, tornando-se pequenos infratores que geravam intranquilidade pelos seus atos de violência.

Outras autoridades, não ligadas à área de segurança da cidade, também acreditavam não serem ação de terroristas os incêndios que vinham acontecendo. O padre Érico Ahler, responsável pela Igreja do Sagrado Coração de Jesus, que sofreu incêndio em sua sacristia, achava que os incêndios não eram obra de grupos terroristas, e sim de “irresponsáveis que estão procurando publicidade e que devem ser viciados em drogas”⁴⁸. Para ele não havia motivo político para tais ações.

O impacto político dessas acusações, no sentido de divulgar e de algumas autoridades afirmarem que os incêndios seriam obra de comunistas, poderia ter repercussão na população que, pelos 14 anos de ditadura militar, esteve acostumada a desconfiar de tudo e de todos e a ver o fantasma do comunismo por toda parte.

Mas a questão sobre os incêndios não se encerrou aí. Houve uma série de discussões envolvendo a administração do MDB e a possibilidade da ligação dos incêndios com ações da extrema-direita, tendo como objetivo criar uma situação de caos e prejudicar o trabalho do governo municipal, justificando dessa forma uma provável intervenção do governo militar na Prefeitura.

Quando se iniciaram os incêndios em Joinville, o MDB já estava na administração municipal havia 5 anos, eleito pelo voto popular. Poder-se-ia dizer que Joinville estava se destacando como uma cidade progressista? Representariam Joinville e sua administração municipal uma ameaça para a segurança nacional?

Apesar de poucas reportagens abordarem a questão, elas eram interessantes, porque trouxeram para discussão um elemento importante: a questão política que envolvia os incêndios.

A imprensa, as autoridades, a cidade como um todo tomaram parte nos acontecimentos, e cada um queria solucionar o problema. Aos políticos do MDB interessava criar um fato político em torno dos acontecimentos e fortalecer sua participação e presença nos poderes municipais. Além disso, havia a questão de manter-se como centro para a população, ou seja, se o MDB tinha sua administração ameaçada por ações violentas da extrema-direita e divulgava isso, saindo-se como vítima, logo esperava que a população se manifestasse a seu favor, fortalecendo seu poder na cidade.

⁴⁸ INCENDIÁRIOS continuam desafiando a polícia. **A Notícia**, Joinville, 24 jan. 1978.

Nesse período o MDB passou a agrupar as várias tendências de esquerda, esfaceladas na sua maioria pela luta armada, pelas sucessivas prisões de seus líderes e pela forte repressão e vigilância militar que os impedia de se organizarem em seus antigos partidos, grupos e associações.

Em relação à participação da direita nos incêndios, o coronel Ary Oliveira⁴⁹, responsável pelas investigações, não acreditava em tal hipótese, considerando absurda a declaração do deputado do MDB Jaison Barreto⁵⁰. Este dizia que os incêndios tinham a participação do governo do estado para que Joinville fosse se transformando em área de segurança nacional e com isso houvesse a destituição da administração municipal, comandada pelo MDB. Naquele momento o estado era governado por Antônio Carlos Konder Reis, da Arena.

Outra reportagem da *Folha Catarinense* relatava a presença do deputado catarinense Valmor de Lucca em Joinville, com o objetivo de fazer um relatório para o partido acerca dos incêndios. Segundo a reportagem:

[...] o deputado Valmor de Lucca declarou à imprensa de Brasília que o MDB tem interesse em investigar o mais rapidamente possível a origem dos incêndios, já que vários opositoristas acham que ele faz parte de um plano que visa preparar política e psicologicamente a opinião pública para uma intervenção governamental na prefeitura de Joinville, dominada pelo MDB desde 1972⁵¹.

Segundo o deputado, o fato de Joinville ser a maior cidade de Santa Catarina e estar sendo bem administrada pelo prefeito Luiz Henrique da Silveira estaria prejudicando politicamente a situação da Arena em todo o estado. Esse seria um forte motivo para querer destituir o prefeito. Outro motivo, segundo Valmor de Lucca, seria o fato de Joinville ser historicamente uma cidade com princípios de direita. Citou até a presença de forças nazifascistas no município.

⁴⁹ NÃO havia ligação entre as invasões do 62.º BI e os vários incêndios. **A Notícia**, Joinville, 21 jan. 1978.

⁵⁰ Essas declarações do deputado Jaison Barreto foram publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, mas a reportagem não traz a data da referida publicação.

⁵¹ MDB teme incêndios com causa política. **Folha Catarinense**, Joinville, 23 a 29 jan. 1978.

Essas declarações tinham o objetivo de reforçar o fato de que a cidade estava sendo governada pela esquerda, e isso a tornava alvo de ações da direita. Tencionavam ainda tornar público o fato, em âmbito nacional.

Toda a discussão em torno dos incêndios estava ligada ao objetivo de encontrar os responsáveis por esses delitos. Para isso, construiu-se uma gama de possibilidades e hipóteses dos prováveis motivos e suspeitos. O caso não foi tratado como simples crime cotidiano. Chegou a ser visto como de “segurança nacional” e, para tanto, envolveu um aparato policial com características fortemente repressivas. As autoridades policiais justificavam o grande contingente de homens que chegavam à cidade argumentando que o aparato policial disponível era insuficiente para conter o crescimento da violência.

Em várias reportagens sobre os incêndios, demonstrou-se a debilidade da polícia local em combater esse tipo de crime, impossibilitando uma investigação completa pela falta de pessoal e pelas más condições físicas nas suas instalações. No entanto, quando se tratava de manter a ordem e a segurança de pessoas e lugares “importantes” da cidade, logo a situação era contornada e criava-se todo um aparato policial – e por que não dizer militar – para garantir a segurança. Todos eram suspeitos até que se provasse o contrário. Esse era o lema que tinha validade nas investigações sobre os incêndios.

Quando ocorreu o incêndio na sacristia da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, realizou-se uma “verdadeira caçada humana”. Foram presas cerca de 50 pessoas, e uma delas, ao tentar escapar, foi baleada e em seguida internada⁵². A polícia passou a efetuar prisões em massa, em virtude de rotineiras *blitzen* nas noites e madrugadas. Os bares e boates só poderiam funcionar até a meia-noite.

Eduardo Dória de Sá Fortes, comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, declarou: “a cidade está sendo limpada”⁵³. Para isso as *blitzen* eram feitas 24 horas por dia. Na ocasião, chegaram a Joinville 50 policiais militares para reforçar a segurança.

Para ter ideia do contingente de policiais mobilizados para fazer a segurança da cidade, no fim de semana que antecedeu o dia 31 de janeiro de 1978, no qual não foi registrado nenhum incêndio, havia 400 policiais nas ruas de Joinville, alguns disfarçados e de prontidão nos principais pontos da cidade⁵⁴.

⁵² INCENDIÁRIOS continuam desafiando a polícia. **A Notícia**, Joinville, 24 jan. 1978.

⁵³ INCENDIÁRIOS não reconhecem Toigo. **A Notícia**, Joinville, 25 jan. 1978.

⁵⁴ INCÊNDIOS: finalmente um domingo tranquilo. **A Notícia**, Joinville, 31 jan. 1978.

Quanto à segurança da cidade, as autoridades policiais procuravam deixar a população tranquila. Afirmavam que tudo estava sob controle, não havendo motivo para se preocupar. Em uma nota oficial, dizia a polícia:

Assim como a população de Joinville vem enfrentando com coragem as vicissitudes por que está passando, a polícia continuará com fé, perseverança, e acreditando no seu trabalho mesmo que receba críticas injustas ou jocosas. O importante é o dever a cumprir⁵⁵.

A reportagem também se refere às críticas que a polícia vinha sofrendo por não conseguir descobrir os responsáveis pelos incêndios e nem mesmo impedi-los.

Além da questão da segurança da cidade, que demonstrou que a polícia poderia manter um clima de forte repressão nas ruas e de intervenção em locais considerados de lazer, houve outros fatores denunciados, até em jornais de outro estado. Falava-se de torturas sofridas por aqueles que foram presos como suspeitos de serem os incendiários.

A denúncia de tortura foi anunciada primeiro pela *Folha Catarinense*, jornal de Joinville que circulou por pouco tempo e tinha edição semanal. Segundo a reportagem intitulada “Incêndios: a verdade não foi dita”⁵⁶, alguns presos acusados de serem incendiários sofreram tortura da polícia local para confessar sua participação.

A mesma denúncia foi feita também por líderes religiosos da cidade⁵⁷, que demonstraram preocupação com os métodos de investigação, alegando que foram punidas apenas algumas pessoas pobres que não representavam ameaça nenhuma. O responsável, enquanto isso, continuava impune. De acordo com um preso, as torturas ocorriam por meio de choque elétrico nos órgãos sexuais e na ponta da língua. Relatou que foi espancado após ter sido conduzido com um capuz na cabeça para um lugar distante e deserto⁵⁸. Vê-se aqui que as técnicas de

⁵⁵ INCÊNDIOS: polícia libera 1.ª nota oficial à imprensa. *A Notícia*, Joinville, 26 jan. 1978.

⁵⁶ INCÊNDIOS: a verdade não foi dita. *Folha Catarinense*, Joinville, 2 a 8 jan. 1978.

⁵⁷ UM PADRE muito especial. Um novo líder na cidade? *Extra*, Joinville, 24 a 27 jun. 1978.

⁵⁸ INCÊNDIOS: a verdade não foi dita. *Folha Catarinense*. Joinville, 2 a 8 jan. 1978.

tortura em muito se assemelhavam às utilizadas pelo regime militar com os presos políticos em todo o país.

Tais denúncias abrem espaço para uma reflexão acerca do aparelho repressor montado pelo Estado militar durante as décadas de 60 e 70. Destacamos aqui a importância de discutir os incêndios ocorridos em 1977 e 1978 como uma questão política que evidencia a mobilização da sociedade com os seus diversos segmentos – político, militar, econômico –, agindo de forma a defender e preservar sua situação de privilégio, destruindo qualquer ameaça. Os incêndios foram entendidos como mais um dos episódios fabricados pela elite local para demarcar seu poder na sociedade. Em diferentes momentos era construído um inimigo, possibilitando a aglutinação de forças sociais para travar um combate e mostrar que a cidade estava livre de ameaças, e a paz voltava a reinar.

Os incêndios, que causaram destruição, prejuízos materiais e medo, também foram utilizados como um fato que deveria ser tratado com a máxima atenção das autoridades, uma vez que poderiam ser uma ação de subversão de comunistas na cidade. A sobrevivência do regime militar exigia que tudo permanecesse na mais perfeita ordem. Cidade pacata, Joinville caminhava rumo ao desenvolvimento e ao progresso, e estes eram incompatíveis com desordem e violência. Por outro lado, a cidade vivia um momento de florescimento de movimentos reivindicatórios, era administrada pela “oposição” e rumava para direções que apontavam a participação, a abertura e os projetos populares. Isso dificultaria o retorno ao poder local daqueles que sempre reinaram. Esses mesmos segmentos possuíam interesses econômicos, ligados sobretudo à área industrial da cidade, e começavam a sentir certo murmúrio de organização. Criar um fato e mostrar a força que o poder repressivo tinha para destruí-lo apresentava-se como um exemplo do que poderia acontecer com aqueles que ousassem desafiar as “ordens” da grande “Manchester Catarinense”.

Algumas resistências marcaram a história da cidade nas décadas de 60 e 70 e merecem ser citadas, para que se faça um estudo detalhado posteriormente. Pelo menos duas situações mostram que a resistência à ditadura militar se dava em diferentes campos e em diferentes datas.

A primeira aconteceu em 1968 e se refere à censura de uma peça de teatro. Também em Joinville se sentiu a presença da censura como aparelho repressor do Estado militar, na tarefa de vigiar manifestações que sugerissem uma crítica ou um enfrentamento ao regime.

Miraci Deretti dirigiu a peça de sua autoria, *Os palhaços*, uma produção do Grupo de Teatro Renascença, que

[...] procurava reviver o teatro que em Joinville se extinguiu, agora, sempre presente, procura mostrar aos joinvilenses o teatro novo, transmitindo de maneira atual os vários problemas humanos⁵⁹.

Talvez estivesse aí o problema do grupo: apresentar os problemas humanos com talento e denúncia. Isso significava questionar a realidade brasileira daquela época, provocando o governo militar, que escamoteava a realidade social daqueles tempos.

Sobre o porquê de não escrever uma comédia ou um drama, disse o escritor:

[...] questão de autenticidade. O cotidiano fornece o argumento. As situações e os quadros não são criados. São apenas reproduções daquilo que a vida e a sociedade nos colocam diante dos olhos dia após dia. Não escrevi uma comédia. A vida às vezes é cômica, às vezes é trágica, mas a constante é o paradoxo⁶⁰.

A peça trata da questão social e aponta que a verdade não está com o político ou com a grande liderança, mas pode estar com o engraxate, com o bêbado, com o palhaço. A peça procura revelar que a sociedade cria mitos e que as lideranças morais, religiosas e políticas estão distanciadas da realidade.

O ano de 1968 foi de intensa agitação cultural e política no Brasil. A luta contra a ditadura militar tomou corpo. Os movimentos estudantis e culturais estavam em plena atividade política e sua luta buscava uma redemocratização do regime militar. Foi o ano em que o regime se fechou contra toda essa agitação e as forças repressivas agiram violentamente, culminando em dezembro de 1968 com a criação do Ato Institucional n.º 5. Este cerceava toda e qualquer liberdade política. Portanto, foi um ano “revolucionário” também em Joinville, mesmo sendo uma “cidade pacata” e não tendo diretamente ligação com outros grupos de teatro do país.

⁵⁹ GRUPO de teatro Renascença vai encenar a peça “Os Palhaços”. **A Notícia**, Joinville, 9 ago. 1968.

⁶⁰ ELE escreveu “Os Palhaços”. **Jornal de Joinville**, Joinville, 29 set. 1968.

Por meio de vigilância política e policial a peça foi interdita e não chegou a ser apresentada no dia marcado. Um comentário do jornal *A Notícia* reflete como a censura era encarada naquele momento pelos órgãos da imprensa local:

A peça foi interdita (se é esta a expressão exata e tão em moda) em virtude da censura que não foi liberada. Até lá tudo certo. Afinal deve haver a censura, senão o teatro seria uma verdadeira fonte de doutrinas subversivas, ou como preferem muitos, palco de obscenidades, onde acham que o palavrão deva existir⁶¹.

O comentário, como forma de crítica, apenas sugere que a censura deveria ter órgãos responsáveis nos estados e não depender da censura federal, por causa de todo o trâmite burocrático e o tempo decorrido para o resultado. Mas sequer questiona o fato de a censura ter impedido a encenação da peça teatral. Por outro lado, fica clara a preocupação de o teatro vir a ser uma fonte de “doutrinas subversivas”, demonstra-se que há um medo referente à força do teatro perante a população. A peça em questão foi apresentada, em seguida, em um festival amador de teatro em Blumenau e depois foi encenada em Joinville durante um seminário que ocorreu na cidade, no entanto, segundo seu escritor, a censura e a repressão militar continuavam perseguindo o grupo:

[...] A peça realmente foi anunciada, foi levada na Harmonia Lyra. Eu nunca vi tanto público, é uma coisa impressionante, realmente muito público mesmo [...]. Tudo muito bem tranquilo, o resultado uma empolgação, o grupo já tava se empolgando tanto, já tava sonhando em desenvolver mais trabalhos, mais trabalhos, essa coisa toda. A peça foi levada em uma sexta-feira e na segunda-feira [...] eu fui chamado ao telefone, fui ao telefone, e aí do outro lado tava o coronel [...], que era o delegado [...]. Ele disse apenas o seguinte: “Olha, Deretti, eu gosto muito de você e tal, mas aquela peça você não vai levar mais, porque se você levar eu vou ter que botar meus homens lá”⁶².

⁶¹ COMENTÁRIO. *A Notícia*, Joinville, 20 ago. 1968. Noticiário de São Bento do Sul.

⁶² DERETTI, 1997.

Foi uma clara demonstração de censura à arte e à cultura. A repressão militar tinha como alvo tudo o que possibilitasse debates passíveis de sugerir alteração da realidade daquele período. A peça *Os palhaços* ameaçava a “forte” estrutura do regime militar.

Segundo Deretti, o grupo desarticulou-se, desestruturando mais uma iniciativa cultural na cidade. Outras peças foram encenadas, mas com um número bem menor de atores e com textos que não indicavam nenhuma ameaça.

A repressão militar “terrorista” não deu trégua. Mesmo no fim da década de 70, em que pelo Brasil afora se discutiam a abertura política, a anistia geral e a construção de novos movimentos populares, em Joinville ainda se convivia com situações de extrema violência, de perseguição política e ideológica.

O ator em cena dessa vez era um padre da Igreja Católica ligado às CEBs, que iniciou em Joinville um trabalho de “evangelização conscientizadora”, no início dos anos 70⁶³. Os trabalhos comunitários desenvolvidos pelas CEBs tinham como objetivo refletir sobre a realidade econômica e social dos trabalhadores, conscientizando-os dos seus direitos. Essa prática era vista como subversão. Por esse motivo, o SNI entrevistou o padre Luiz Fachini, questionando-o sobre suas atividades⁶⁴. A partir daí o padre e sua paróquia foram vítimas constantes de perseguições, acusações e ameaças. Segundo ele:

Este tipo de suspeita atrapalha nosso trabalho, que é imbuído das melhores intenções. Mas é a tal história, qualquer trabalho que visa minorar o sofrimento do povo tão explorado pelas contradições do capitalismo é considerado subversivo e contrário à segurança nacional⁶⁵.

⁶³ Aqui nos referimos à participação do padre Luiz Fachini, responsável pela Paróquia Cristo Ressuscitado, nos acontecimentos que envolveram a repressão militar. O tema da criação das CEBs em Joinville enfocando a participação da referida paróquia foi aprofundado na seguinte dissertação de mestrado: PEDRINI, Dalila Maria. **As CEBs Cristo Ressuscitado de Joinville e Araquari – SC: análise de um processo de mudanças**. 1989. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

⁶⁴ LIVRO Tombo n.º 1 – Histórico da Comunidade Cristo Ressuscitado – Bairro Floresta – Joinville/SC. 24 nov. 1967. As perguntas feitas pelo SNI foram as seguintes: 1) Que trabalhos estavam fazendo? 2) O que é Comunidade Cristã de Base? 3) Quem são os responsáveis? 4) Qual é a atuação política?

⁶⁵ *Ibid.*

Em 1978 vários acontecimentos envolveram o padre e sua paróquia. Inúmeras vezes recebeu acusações de ser subversivo, comunista, agitador. Sua ação política e evangelizadora incomodava as elites locais.

Os aparelhos repressivos estavam atentos aos mais diversos cenários da sociedade, fossem eles políticos, culturais ou religiosos. O fato de as organizações populares incomodarem o poder já é uma constatação histórica. Histórica também é a perseguição aos líderes dessas organizações, como se fosse possível dismantlar um projeto atingindo seu líder. Às vezes isso acaba por acontecer se o alicerce que as mantém estruturadas não estiver totalmente firme. Esse era o principal objetivo das forças conservadoras em Joinville. Empresários, políticos da direita (filiados naquele momento à Arena), o aparelho repressivo do Estado militar procuravam, por intermédio do desencadeamento da repressão (vigilância, ameaça), desarticular o trabalho que vinha sendo feito pelo padre Luiz Fachini na periferia da cidade.

A afirmação de que Joinville foi uma cidade que não resistiu à ditadura militar não se confirma. Ao longo dos anos se observam manifestações que demonstraram não ter havido apenas silêncio e harmonia. O imaginário da resistência também encontrou, por menor que fosse, um pequeno campo para brotar. Aquelas “mentes e corações” que acreditavam no sonho, alguns de um mundo muito diferente, em que se construísse o socialismo, outros apenas de uma democracia, em que fosse garantida a permanência das instituições civis, construíram à sua maneira “focos” de resistência contra o regime repressivo.

Sobre poder e resistência, destacamos o pensamento de Michel Foucault⁶⁶: onde há poder há resistência, e a resistência nunca se encontra em posição de exterioridade ao poder. Dessa forma, a resistência está presente em toda “a rede, em toda a forma de poder, não pode existir senão no campo estratégico das relações de poder”. Seja qual for a forma de resistência, ela existe como inimigo, como oposição, como contrário às manifestações de poder.

Em Joinville o poder constituiu-se de maneira hegemônica. Construindo uma rede de relações, manteve-se forte nas entidades, partidos e instituições atrelados à elite local. Da mesma maneira que o poder cria uma rede que perpassa todas as relações e instituições, a resistência também cria vínculos que “atravessam as estratificações sociais e as unidades individuais”. Na sua grande maioria, foram ações de resistência ligadas à atuação de partidos políticos legais e movimento

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 1.

popular reivindicatório que constituíram oposição ao regime militar. Não foram, necessariamente, enfrentamentos diretos com as forças de repressão. Foucault dizia:

[...] os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou de indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento⁶⁷.

Um trecho belíssimo de Foucault expõe as possibilidades de resistência perante o poder:

[...] que lá onde há poder há resistência e, no entanto [ou melhor, por isso mesmo], esta nunca se encontra em posição de extremidade em relação ao poder. [...] não existe, com respeito ao poder, um lugar de grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder [...]. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível⁶⁸.

Como último aspecto de resistência investigado, surge a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na luta contra a ditadura militar, especialmente na Operação Barriga Verde, que ocorreu em 1975 e levou à prisão muitos dos integrantes do PCB. Tal fato mostra claramente que o aparelho repressivo estava em pleno funcionamento em Joinville e que a resistência ao regime militar acontecia das mais variadas maneiras, pela via cultural, política ou evangelizadora.

O “perigo comunista” foi construído para justificar as ações de repressão desencadeadas pelo Exército brasileiro em todo o país, durante os anos da ditadura militar. Com base no discurso de que o Brasil sofria com a presença e a

⁶⁷ FOUCAULT, 1985, p. 92.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 91.

ameaça de uma revolução comunista, passou-se a reprimir todos os movimentos ligados à esquerda brasileira, inclusive os de cunho cultural. Com o objetivo de dismantlar qualquer organização política contrária à ordem militar vigente no país, foram delineadas operações militares que pareciam atividades de guerra, em busca do inimigo perigoso. Na verdade, era este mesmo o objetivo: minar qualquer organização que demonstrasse resistência à ditadura militar.

Em Santa Catarina foi organizada, a partir de julho de 1975, a Operação Barriga Verde, “com o objetivo de capturar os militantes e principais elementos de apoio do PCB, a fim de desarticular e neutralizar o PCB/SC”⁶⁹. Essa operação buscou exterminar o Partido Comunista no estado por meio da prisão de seus membros. Com mais de 40 presos, o partido ficou sem seus principais articuladores.

O PCB estava procurando se reorganizar depois de um longo período de problemas advindos da forte repressão. Os últimos 10 anos (1964-1974) não tinham sido fáceis para os militantes comunistas, afinal foram “anos de chumbo”, em que ser comunista representava um perigo para a humanidade. A clandestinidade e as constantes prisões fizeram com que muitos militantes passassem a viver uma vida sem possibilidades de efetiva organização partidária. Em Santa Catarina, o Partido Comunista organizava-se com maior presença em cidades como Criciúma, Florianópolis, Joinville e Itajaí, lugares onde havia algum movimento, seja ele ligado a sindicatos, a estudantes, enfim, movimentos que procuravam resistir ao regime militar.

A Operação Barriga Verde ocorreu num momento delicado da vida política brasileira. Se por um lado o clima de distensão começava a fazer parte dos discursos de algumas autoridades militares, por outro continuava-se a prender, torturar e matar nos “porões da ditadura”.

O Partido Comunista em Joinville mantinha-se estruturado em forma de comissão municipal, possuindo suas organizações de base (OBs). Estas funcionavam em locais de trabalho e de moradia dos militantes comunistas. Sua ação dava-se basicamente com o objetivo de organizar os trabalhadores para a luta sindical. Com o surgimento do MDB, seus esforços também foram direcionados para a luta eleitoral, buscando eleger os candidatos da oposição. O pano de fundo permanecia sendo a luta pelo socialismo.

⁶⁹ OPERAÇÃO Barriga Verde. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Polícia Federal em Santa Catarina. Seção de Informação. Pasta do PCB Santa Catarina. Acervo Dops. Arquivo Público do Paraná.

A história de Joinville na década de 70 também possuiu protagonistas, homens e mulheres que, no mais profundo silêncio da clandestinidade, procuravam se organizar e resistir à repressão militar. Mesmo que para isso não fizessem parte do cenário político, não aparecessem como líderes, trabalhavam para construir seu objetivo sem que muitos dessem conta de sua presença.

Muitos desses nomes não fazem parte da memória de Joinville. A eles não foram e possivelmente não serão dedicados nomes de praças, ruas, monumentos. Apenas surgirão na história daqueles que se debruçaram sobre o movimento popular, operário, sindical. No “silêncio” da cidade, aparecerá a voz dos que não se calaram diante da repressão e da injustiça social. São personagens que não assimilaram o imaginário da ordem e que construíram seu próprio imaginário, o da resistência.

Trata-se especificamente de um grupo de pessoas que se manteve coeso, buscando organizar e manter atuante o Partido Comunista em Joinville. Com isso, não se pode afirmar ter sido o único que resistiu à ditadura militar, mas, como grupo político-partidário, foi o que procurou, via organização dos trabalhadores e com participação no MDB, se colocar como proposta e como alternativa, ainda que pequena, naquele contexto.

O inquérito policial em que foram denunciados os militantes do PCB em Joinville e no estado de Santa Catarina registra a organização do Partido Comunista desde 1967/1968, com reuniões na casa de diversos militantes. Isso demonstra que, mesmo não tendo visibilidade na cidade, o partido existia, representando um esforço de oposição ao regime militar.

A história do PCB iniciou-se muito antes dos episódios de 1975. Mesmo na clandestinidade e sob forte vigilância policial, os membros do partido mantinham suas atividades internas, discutiam e planejavam sua atuação e inserção na sociedade.

Rastreando os documentos do acervo do Dops, podem-se encontrar poucas informações que, juntamente com os fragmentos das entrevistas realizadas com alguns dos militantes comunistas daquele período, possibilitaram compreender, ainda que parcialmente, a organização do PCB em Joinville.

Diz o relatório do Dops, ao se referir à organização do PCB em Joinville:

Desde fins de 1967 ou começo de 1968, Joinville mantinha-se com Organizações de Base, dirigidas por João Jorge Machado de Souza e Dejair Ferreira, que reuniam-se em um campo de futebol existente no Bairro Botafogo e desenvolviam seu trabalho de aliciamento em toda a cidade de Joinville [...] ⁷⁰.

O registro sugere um trabalho de “aliciamento” ⁷¹, de convencimento da população da cidade por parte dos membros do Partido Comunista. Esse trabalho era feito com muito cuidado, já que em 1968 os órgãos de repressão já atuavam com severa vigilância para impedir qualquer tipo de propaganda comunista.

As informações obtidas pela história oral mostram que o PCB em Joinville já possuía vida própria antes do golpe. Linete Ceschin, esposa do militante comunista Irineu Ceschin, reporta-se à existência do Partido Comunista em Joinville no início da década de 60, relatando:

[...] nessa época toda, eu participava junto com ele clandestinamente, na casa de amigos que também trabalhavam clandestinamente. Muito cuidado, muito sigilo, a gente inclusive mentia que ia pra um lugar e ia pra outro pra não ser perseguido ⁷².

O Partido Comunista, mesmo antes de 1964, já vivia na ilegalidade, obrigando seus militantes a se reunir de forma sigilosa e a criar maneiras próprias de fugir à vigilância, impedindo que os aparelhos repressivos pudessem localizá-los e desarticulá-los por completo. Não chegavam a representar uma ameaça às elites locais, porém marcavam presença como organização de oposição ao regime militar. Nas palavras de um militante do período, Júlio Adelaide Serpa:

⁷⁰ INQUÉRITO Policial n.º 49/75. Pasta do PCB/SC. Acervo do Dops. Arquivo Público do Paraná.

⁷¹ Termo usado nos escritos do Dops quando se referiam ao trabalho de conscientização realizado pelos membros do PCB.

⁷² CESCHIN, Linete. **Linete Ceschin**: entrevista oral [13 jan. 1998, Joinville]. Entrevista concedida a Sirlei de Souza. Do lar, 53 anos.

Na época, já era uma dificuldade formar um partido político em Joinville, por causa da ditadura. Onde que nós saíamos de casa em casa para fazer filiações; era muito difícil, fechavam as portas para nós. Porque a repressão estava dura mesmo⁷³.

A fala do senhor Júlio remete ao fim da década de 60, quando o MDB estava em formação em todo o país e em Joinville dava seus primeiros passos, sob o comando de Pedro Ivo Campos. Como o Partido Comunista estava na ilegalidade, uma forma encontrada pelos militantes para atuar na sociedade foi se integrar ao MDB. Segundo Serpa, mesmo participando do MDB, que congregava inúmeras tendências, o grupo do PCB mantinha uma autonomia de posição, reunindo-se separadamente como Partido Comunista para planejar suas ações.

Os anos da ditadura militar foram difíceis para qualquer tipo de organização política. Em Joinville, mesmo existindo uma negação da presença de oposição ao regime militar, havia uma constante vigilância policial, controlando os passos de todos. Na fala de Júlio Serpa, descobrem-se estratégias e riscos das ações clandestinas:

[...] Quando se ia fazer uma reunião do partido, ou não precisava ser do partido, mas, uma hipótese, discutir alguma chapa sindical, ou coisa parecida, como é que se fazia na época? Marcava tal lugar, vamos fazer na minha casa, por exemplo, chegava um sujeito oito horas, outro só ia chegar oito horas e quinze minutos, e assim por diante, e na saída a mesma coisa, nunca andávamos juntos. Colocava um baralho na mesa ou coisa parecida. Se aparecesse alguém, tava jogando⁷⁴.

Uma das características que marcaram a existência do Partido Comunista em Joinville foi a solidariedade entre seus membros. Pelos depoimentos pode-se sentir que, durante as prisões, o partido permanecia ajudando as famílias dos presos. A solidariedade não se manifestava apenas nesses momentos mais críticos da vida partidária, como afirma Linete:

⁷³ SERPA, Júlio Adelaide. **Júlio Adelaide Serpa**: entrevista oral [17 out. 1995, Joinville]. Entrevista concedida a Sirlei de Souza.

⁷⁴ *Ibid.*

[...] quando alguém do partido ficava doente, a gente se dava as mãos, juntava dinheiro, ajudava. Tava desempregado, era ajudado, sabe, morria era ajudado. O partido sempre ajudava um ao outro, sabe, nós nunca deixava [sic] alguém sofrer ou passar fome, sempre, principalmente nas indústrias, quando a Tupy desempregava, essas coisas, né, quem participava do partido era sempre ajudado⁷⁵.

Provavelmente tal ajuda só era possível porque o grupo que participava do partido era pequeno e coeso. Além disso, o ideal de vida comunista estava pautado na solidariedade e na partilha.

As pessoas envolvidas na luta contra a ditadura militar em Joinville, ligadas ao Partido Comunista, eram na sua maioria trabalhadores das indústrias locais ou autônomos. Algumas possuíam uma militância mais efetiva. Outras participavam esporadicamente de reuniões. Nenhum militante representava uma grande liderança política local.

O partido era composto de pessoas sem grandes qualificações intelectuais (do ponto de vista da educação formal), e cada um tinha como papel principal formar uma OB no seu local de trabalho. Eram responsáveis por fazer a conscientização política dos trabalhadores das fábricas, como por exemplo na Fundação Tupy.

Nas décadas de 60 e 70, os sindicatos de trabalhadores em Joinville, na sua grande maioria, assumiam postura de apoio ao governo militar, não travando nenhuma luta contra o arrocho salarial no período. Por isso se torna muito importante o estudo relacionado à participação dos militantes comunistas na organização dos trabalhadores em seu local de trabalho. Constituiu-se como uma resistência não apenas à ditadura militar, como também uma resistência de classe.

Com a prisão de oito militantes comunistas⁷⁶ pela Operação Barriga Verde em Joinville, veio à tona o fato de existir na cidade desde a década de 60 uma organização comunista atuante. As prisões deram visibilidade a uma oposição clandestina, que permaneceu invisível até 1975 no cenário político joinvilense.

⁷⁵ CESCHIN, 1998.

⁷⁶ Conforme está registrado no Inquérito Policial n.º 49/75, os presos políticos foram: Antônio Justino, 32 anos, eletricista; Edgar Schatzmann, 35 anos, industrial; Irineu Ceschin, 32 anos, contador; João Jorge Machado de Souza, 28 anos, advogado; Júlio Adelaide Serpa, 26 anos, mecânico e ajustador; Osni Rocha, 27 anos, mecânico; Rosemarie Cardoso Bittencourt, 28 anos, assistente social; e Waldemar João Domingos, 37 anos, mecânico.

Esse fato traz elementos importantes para a análise do período da ditadura militar em Joinville. Desmistifica a ideia de que era uma cidade pacata, sem nenhuma oposição. Coloca na ordem do dia a discussão da existência da repressão organizada e que mantinha vigilância permanente em busca do momento certo para dismantelar os comunistas. Desencadeia uma rede de solidariedade a favor dos presos políticos, envolvendo a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, a Igreja e outros segmentos da sociedade ligados às famílias dos envolvidos.

No inquérito policial⁷⁷ que cita as pessoas presas em 1975, há a acusação de estarem envolvidas na organização de trabalhadores nas indústrias da cidade. Em novembro de 1974, segundo o inquérito, houve uma reunião na residência de Irineu Ceschin para a formação do Comitê Provisório do PCB em Joinville. Consta também que Waldemar João Domingos ficou responsável pelo setor sindical e pelo “aliciamento” de empregados da Fundação Tupy, para formação de uma OB. A Tupy era, na época, uma grande empresa do setor metalúrgico, e seus empregados estavam ligados ao sindicato da categoria, que não tinha uma atuação efetiva em reivindicar os direitos dos trabalhadores.

É possível concluir que, mesmo a passos lentos, a cidade se movimentou durante a ditadura militar, no sentido de resistir à repressão desencadeada pelo Estado autoritário. Não houve uma resistência sistematizada ao regime, mas sim diversos momentos de lutas e enfrentamentos políticos diretos entre setores da sociedade e aparelhos do Estado repressivo.

A construção do imaginário político da Revolução de 64 significou a manutenção dos padrões conservadores defendidos ao longo da história de Joinville. O movimento da história mostra assimilações e contradições, no que se refere a mudanças e permanências. Isso pode ser visto nas décadas de 60 e 70 em Joinville. As contradições aparecem em um número menor. Podem ser localizadas nas entrelinhas dos discursos e em algumas ações isoladas e específicas em determinados momentos.

Percebe-se que, apesar de a cidade negar constantemente nos discursos da elite a presença de organizações de esquerda e o descontentamento com a ordem vigente, aparecem fragmentos de uma organização que no mais profundo silêncio se preparava para a ação política. Isso se dava pela via de participação legal, partidária, aceita pelo regime, como era o caso do MDB, ou pelas alternativas

⁷⁷ INQUÉRITO Policial n.º 49/75. Pasta do PCB/SC. Acervo do Dops. Arquivo Público do Paraná.

clandestinas, vislumbrando uma luta de enfrentamento direto com o poder militar, nos moldes em que se configurava o sonho do PCB.

A resistência ao regime militar representou a sobrevivência de sonhos e ideais. Resistir em uma cidade onde o poder era tão forte a ponto de negar a existência dessa oposição significou para aqueles homens e mulheres a possibilidade de ver, mesmo que muito distante, uma saída.

Mesmo não constituindo resistências numericamente expressivas, elas existiram e fizeram história.

FONTES PRIMÁRIAS UTILIZADAS NOS CAPÍTULOS

CAPÍTULO 1. A COLÔNIA DONA FRANCISCA: A VIDA... O MEDO... A MORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Atas de 1869-1877**. Arquivo Histórico de Joinville.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Atas de 1888-1893**. Arquivo Histórico de Joinville.

CONSELHO MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Atas de 1895-1902**. Arquivo Histórico de Joinville.

CONSELHO MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Resoluções do ano de 1898**. Arquivo Histórico de Joinville, 1898.

COPIADOR de correspondências do Conselho Municipal de 1903 a 1908. p. 8, verso. Arquivo Histórico de Joinville.

INVENTÁRIO de Bernardo Bemba. Joinville, 1866. Arquivo Histórico de Joinville. Caixa Inventários, 1866.

JOINVILLE. **Relatório da gestão de negócios do município de Joinville durante o ano de 1922.** Arquivo Histórico de Joinville.

LIVRO de correspondências da Direção da Colônia 1867-1896. Arquivo Histórico de Joinville.

MAPPA estatístico da Colônia Dona Francisca. *In: Correspondens der Direction des Colonisations 1867-1869.* Arquivo Histórico de Joinville.

JORNAIS:

FOLHA LIVRE. Joinville, jan./jul. 1887.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, out. 1877 a abr. 1909.

GAZETA DO COMÉRCIO. Joinville, 1914-1918.

KOLONIE ZEITUNG. Joinville, dez. 1875.

CAPÍTULO 2. VIVÊNCIAS DE MULHERES EM JOINVILLE NO SÉCULO XIX

ÁLBUM de poesias de Anna Stamm. Tradução de Maria Thereza Boebel. Arquivo Histórico de Joinville.

ÁLBUM de poesias de Emma Anton. Tradução de Maria Thereza Boebel. Arquivo Histórico de Joinville.

ÁLBUM de poesias de Helene Brand. Tradução de Maria Thereza Boebel. Arquivo Histórico de Joinville.

DOERFFEL, Ottokar. **Carta de Ottokar Doerffel para sua mãe.** Joinville, 10 ago. 1855. Tradução de Helena Remina Richlin. Arquivo Histórico de Joinville.

HEITERER Wochenschluss (Alegre fim de semana). Estatuto. Clube de crochê fundado em 16 de junho de 1899. Documento manuscrito em alemão gótico. Tradução de Maria Thereza Boebel. Arquivo Histórico de Joinville.

HERKENHOFF, Elly. **Dossiê entregue em 1984 ao Sr. Wolfgang Voigt, cônsul honorário da República Federal da Alemanha, para solicitar a colaboração da RFA para a construção do prédio do Arquivo Histórico de Joinville.** Arquivo Histórico de Joinville, 1984.

TIEDE, Lilly. **O clube das velhas senhoras.** Poesia. 1929. Tradução de Maria Thereza Boebel. Acervo pessoal de Maria Thereza Boebel.

ENTREVISTAS:

BOEBEL, Maria Thereza. **Maria Thereza Boebel:** entrevistas orais [25 fev. 1997 e 23 abr. 1997, Joinville]. Depoimentos concedidos a Janine Gomes da Silva.

HAGEMANN, Gerda. **Gerda Hagemann:** entrevistas orais [29-30 mar. 1989, Joinville]. Entrevistas concedidas a Raquel S. Thiago. Arquivo Histórico de Joinville. Laboratório de História Oral.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Adolfo Bernardo Schneider:** entrevista oral [29 abr. 1996, Joinville]. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva.

VOGELSANGER, Editt Fischer Drolshagen. **Editt Fischer Drolshagen Vogelsanger:** entrevista oral [14 dez. 1995, Joinville]. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva.

JORNAIS:

FOLHA LIVRE. Joinville, 23 jan. 1887 a 3 jul. 1887.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, 1877-1883; 20 abr. 1907.

KOLONIE ZEITUNG. Joinville, 10 jan. 1863 a 21 fev. 1901. Tradução de Maria Thereza Boebel.

O GLOBO. Joinville, 9 mar. 1884 a 22 jun. 1884.

CAPÍTULO 3. AQUI “JAZ” UM HOSPITAL

BRUESTLEIN, Frederico. **Relatório do ano de 1897, apresentado ao Conselho Municipal de Joinville**. Joinville, 17 jan. 1898. Arquivo Histórico de Joinville.

CONSELHO MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Regulamento para os empregados municipais e para o Hospital Municipal**. Resolução n.º 35, de 1898. Arquivo Histórico de Joinville.

CONSELHO MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Resolução do ano de 1898**. Joinville: Typ. Boehm. Arquivo Histórico de Joinville.

COSTA, Ulisses G. Alves da. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal**. Joinville, 1927.

DECRETO n.º 1.132, de 22 de dezembro de 1903.

DECRETO-LEI n.º 3.171, de 2 de abril de 1941. Ministério da Educação e Saúde.

DECRETO-LEI n.º 8.550, de 3 de janeiro de 1946.

DECRETO n.º 24.559, de 3 de julho de 1934.

JUVENAL, Idelfonso. **Conferências sobre hygiene**. Florianópolis, 1935.

JUVENAL, Idelfonso. **Palestra realizada como uma modesta contribuição à Semana Antialcólica, promovida pela Liga Brasileira de Hygiene Mental**. Florianópolis, outubro de 1932.

KEHL, Renato. **A eugenia no Brasil (esboço histórico e bibliographico)**. Conferência proferida no 1.º Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, 1929.

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. **Superintendência municipal de Joinville**. Joinville, 1906. Arquivo Histórico de Joinville.

OLIVEIRA, Procópio Gomes de. **Relatório da gestão dos negócios do município de Joinville durante o exercício de 1903**. Joinville: Typ. Schwartz, 1904. Arquivo Histórico de Joinville.

SITUAÇÃO dos alemães no estado de Santa Catarina. 1944. Microfilme 44. Arquivo Histórico de Joinville. Tradução de Maria Thereza Boebel.

STOCK, Augusto. **Livro de Atas da Câmara Municipal de Joinville**. Joinville, 18 mar. 1878.

JORNAIS:

FOLHA LIVRE. Joinville, 24 abr. 1887.

JORNAL DE JOINVILLE. Joinville, 13 jul. 1921, 5 abr. 1924, 4 maio 1926, 30 set. 1942, 25 dez. 1942.

CAPÍTULO 4. A CIDADE DA ORDEM: TENSÕES SOCIAIS E CONTROLE EM JOINVILLE (1917-1943)

JORNAIS:

A NOTÍCIA. Joinville, 1923 a 1943.

CORREIO DONA FRANCISCA. Joinville, 1942.

GAZETA DO COMÉRCIO. Joinville, 1917-1920.

JORNAL DE JOINVILLE. Joinville, 1919-1942.

KOLONIE ZEITUNG. Joinville, 1917.

CAPÍTULO 5. É PROIBIDO SER ALEMÃO: É TEMPO DE ABRASILEIRAR-SE

ARQUIVO Político do Ministério do Exterior em Bonn. Microfilmes 23 e 24. Arquivo Histórico de Joinville.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 383, de 18 de abril de 1938**. Rio de Janeiro, 1938.

GUIA do Estado de Santa Catarina. 3. ed. Florianópolis: Central, 1940.

HAGEMANN, Conrado. **Carta para o sr. gerente do Banco do Brasil**. Joinville, 27 mar. 1942. Coleção Famílias, Pasta Hagemann. Arquivo Histórico de Joinville.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Série de estatísticas retrospectivas. Repertório estatístico do Brasil. **Anuário Estatístico do Brasil**, ano V (1939-1940), 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Leis, decretos, resoluções e portarias**. Joinville, 1938 e 1939.

REVISTA de Legislação. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. s.l.: LEX, 1937-1939.

TRAMONTINI, Marcos Justo. Etnicidade e política. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: FRONTEIRAS, 20., 1999, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999.

ENTREVISTA:

HAGEMANN, Jutta. **Jutta Hagemann**: entrevistas orais [29-30 mar. 1989, Joinville]. Entrevista concedida a Raquel S. Thiago. Arquivo Histórico de Joinville. Laboratório de História Oral.

JORNAIS:

CORREIO DONA FRANCISCA. Joinville, 1941-1942.

JORNAL DE JOINVILLE. Joinville, 1937-1942.

KOLONIE ZEITUNG. Joinville, 1862, 1891, 1938-1941.

SITE:

<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Listas-de-imigrantes-de-Joinville-de-1851-a-1891-e-de-1897-a-1902.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

CAPÍTULO 6. JOINVILLE: MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS SOMBRIOS

A ADMINISTRAÇÃO municipal como instrumento de democracia. Prefeitura Municipal de Joinville – Gestão Luiz Henrique da Silveira. Pasta Luiz Henrique. Arquivo Histórico de Joinville.

CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE. **Documentação.**

INQUÉRITO Policial n.º 49/75. Pasta do PCB/SC. Acervo do Dops. Arquivo Público do Paraná.

LIVRO Tombo n.º 1 – Histórico da Comunidade Cristo Ressuscitado – Bairro Floresta – Joinville/SC. 24 nov. 1967.

OPERAÇÃO Barriga Verde. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Polícia Federal em Santa Catarina. Seção de Informação. Pasta do PCB Santa Catarina. Acervo do Dops. Arquivo Público do Paraná.

ENTREVISTAS:

CESCHIN, Linete. **Linete Ceschin:** entrevista oral [13 jan. 1998, Joinville]. Entrevista concedida a Sirlei de Souza.

DERETTI, Miraci. **Miraci Deretti:** entrevista oral [19 dez. 1997, Joinville]. Entrevista concedida a Sirlei de Souza.

SERPA, Júlio Adelaide. **Júlio Adelaide Serpa**: entrevista oral [17 out. 1995, Joinville].
Entrevista concedida a Sirlei de Souza.

JORNAIS:

A NOTÍCIA. Joinville, 1964-1979.

EXTRA. Joinville, 1978.

FOLHA CATARINENSE. Joinville, 1978.

JORNAL DE JOINVILLE. Joinville, 1968.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS CAPÍTULOS

INTRODUÇÃO

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Sintra: Europa-América, 1997.

CAPÍTULO 1. A COLÔNIA DONA FRANCISCA: A VIDA... O MEDO... A MORTE

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2, p. 317-318.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. São Paulo: Edusp, 1980.

BIANQUIS, Geneviève. **La vie quotidienne en Allemagne à l'époque romantique – 1795-1830**. Paris: Hachette, 1958.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem e teatro de sombras**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

EHLKE, Ciro. **Joinville: 1851-1975**. Joinville: Águia, s.d.

FARIAS, Vilson Francisco de. **De Portugal ao Sul do Brasil – 500 anos**. História – Cultura – Turismo. Florianópolis: Do Autor, 2001.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**. Crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Impressora Ipiranga, 1965.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)**. 1986. 152 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Instituição e sociedade**: a trajetória do Hospital São José de Joinville – 1852-1971. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

HERKENHOFF, Elly. **Joinville ontem e hoje**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1981.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. 1789-1848. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II: O Brasil monárquico, v. 3: Reações e transações. 6. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

KRISCH, Hilda Anna. **História do Cemitério dos Imigrantes e da Casa da Memória do Imigrante**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1991.

KROEHNE, Mella. Fundação e início da cidade de Joinville. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**, Joinville, mar. 1988. Tradução de Rosa Herkenhoff.

OBERACKER JR., Carlos H. Regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II: O Brasil monárquico, v. 3: Reações e transações. 6. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil**. Florianópolis: UFSC; Joinville: FCI, 1992.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História da medicina no Brasil (sécs. XVI ao XIX)**. São Paulo: Brasiliense, 1947.

SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina no período imperial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II: O Brasil monárquico, v. 3: Reações e transações. 6. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**. São Paulo: Scipione, 1993.

CAPÍTULO 2. VIVÊNCIAS DE MULHERES EM JOINVILLE NO SÉCULO XIX

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**: da Renascença ao século das luzes. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3.

BLUMENAU EM CADERNOS. Blumenau. Vários números.

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. Joinville. Vários números.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Tradução de Cecília Prada. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de *et al.* **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1996.

CONTOS do início da imigração. Trabalho da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização. Joinville, 1992. Mimeo.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997a.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997b. p. 274.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Instituição e sociedade**: a trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville – 1852-1971. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...** Fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

LEITE, Míriam Moreira. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Edusp, 1993.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MAYER, Françoise. A educação das raparigas: o modelo laico. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (dir.). **História das mulheres no Ocidente**: o século XIX. Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, s.d. v. 4.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994.

RELATO de Mella Kroehne. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**, Joinville, ano 5, n. 2, mar. 1988.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). **O prazer justificado**: história e lazer (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Vultos ilustres da Colônia Dona Francisca**: João Henrique Auler. Joinville: Ipiranga, 1966.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Janine Gomes da. **Tensões, trabalho e sociabilidades**: histórias de mulheres em Joinville no século XIX. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SOIHET, Raquel. História das mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres na Colônia Blumenau**: cotidiano e trabalho (1850-1900). 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

CAPÍTULO 3. AQUI “JAZ” UM HOSPITAL

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Controle e normatização das condutas em Santa Catarina (1930-1945)**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CUNHA, Maria Clementina P. **O espelho do mundo**: Juqueri, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ENGEL, Magali Gouveia. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1845-1890). São Paulo: Brasiliense, 1985.

FONTOURA, Arselle de Andrade da. **Por entre luzes e sombras**: Hospital Colônia Santana – (Re)significando um espaço da loucura. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

GOFFMAN, Irving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Instituição e sociedade**: a trajetória do Hospital São José de Joinville – 1852-1971. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910-1930**. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

MACHADO, Roberto *et al.* **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PEREIRA, Ivonete. **As decaídas**: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RESENDE, Heitor. Políticas de saúde mental: uma visão histórica. In: TUNDIS, Silvério Almeida; COSTA, Nilson do Rosário. **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Janine Gomes da. **Tensões, trabalho e sociabilidades**: histórias de mulheres em Joinville no século XIX. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SOIHET, Raquel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

STEPAN, Nancy. Eugenesia, genética y salud pública: el movimiento eugenésico brasileño y mundial. **Quipu**, v. 2, n. 3, p. 351-384, sep./dic. 1985.

S. THIAGO, Raquel. **Coronelismo urbano em Joinville**: o caso de Abdon Batista. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

CAPÍTULO 4. A CIDADE DA ORDEM: JOINVILLE – 1917-1943

ALMEIDA, Rufino Porfírio de. O movimento operário em Santa Catarina. A greve de 1917 em Joinville. **Revista de História e Geografia de Santa Catarina**, Florianópolis, n. 4, 1982/1983.

ALMEIDA, Rufino Porfírio de. **O movimento operário em Santa Catarina**: a greve de Joinville. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980. Mimeo.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense**. Florianópolis: CNI/Fiesc, 1988.

CABRAL, Oswaldo. **Os açorianos**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1965.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Edusp/Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARONE, Edgard. **A República Velha**: instituições e classes sociais. São Paulo: Difel, 1972.

CASTRO, Antônio Barros. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1977. v. 1 e 2.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1976.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1971.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Furb, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MAMOU, Yves. **A culpa é da imprensa!** Ensaio sobre a fabricação da informação. São Paulo: Marco Zero, 1991.

MARAN, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MORAIS FILHO, Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. **Comunicação 7** – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1983.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e estado**. São Paulo: Edusp, 1966.

SIMONSEN, Roberto. **Ensaio social, político e econômico**. São Paulo: Federação das Indústrias de São Paulo, 1943.

SOUTO, Américo Costa. **Evolução histórica e econômica de Santa Catarina: estudo de alterações estruturais (séc. XVII)**. Florianópolis: Ceag/SC, s.d.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1985.

CAPÍTULO 5. É PROIBIDO SER ALEMÃO: É TEMPO DE ABRASILEIRAR-SE

BETHLEM, Hugo. **Vale do Itajaí**: jornadas de civismo. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense**. Florianópolis: Fiesc, 1988.

DECHENT, Nikolau. **Edição comemorativa ao cinquentenário da Escola Alemã**. Tradução de Maria Thereza Boebel. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, s.d. Mimeo.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí**. Blumenau: Furb, 1987.

HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...** Joinville: Fundação Cultural, 1987.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Nereu Ramos**: o da hora da reconstrução nacional. Florianópolis, 1968.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino**: uma contribuição à história da educação. Florianópolis: UFSC, 1983.

NOGUEIRA, Rui Alencar. **Nacionalização do Vale do Itajaí**. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1947.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville – SC**: da gênese às exportações. Florianópolis: [s.n.], 1997.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

S. THIAGO, Raquel S. **Coronelismo urbano em Joinville**: o caso de Abdon Batista. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

TERNES, Apolinário. **Colégio Bom Jesus**: 60 anos de ensino. Joinville: Meyer, 1986.

TERNES, Apolinário. **História de Joinville**: uma abordagem crítica. Joinville: Meyer, 1984.

VARGAS, Getúlio. **As diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943.

CAPÍTULO 6. MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS SOMBRIOS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BACZKO, Bronislaw. Imaginário social. *In*: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. v. 5.

DIAS, José de Souza. **Santa Catarina em perspectiva**: os anos do golpe. Petrópolis: Vozes, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 1.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

PEDRINI, Dalila Maria. **As CEBs Cristo Ressuscitado de Joinville e Araquari – SC:** análise de um processo de mudanças. 1989. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TERNES, Apolinário. **História do jornal A Notícia:** 1923-1983. Joinville: A Notícia, 1983.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville.** Joinville: Meyer, 1986.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato:** uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997.

NOTAS BIOGRÁFICAS DAS AUTORAS

Arselle de Andrade da Fontoura

Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora da Universidade da Região de Joinville (Univille) e historiadora do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Participa do grupo de pesquisa “Cidade, cultura e diferença” (registrado no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq).

Iara Andrade Costa

Mestra em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em História da América pela Univille, especialista *lato sensu* em História do Brasil pela Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí, graduada em História pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é profissional sênior da Univille. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea. Atua principalmente nos seguintes temas: trabalho, greves, controle, leis.

Ilanil Coelho

Pós-doutora pela Universidade de Coimbra, doutora em História Cultural pela UFSC, mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professora titular da Univille. Atua como docente no departamento de História e no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, na linha Patrimônio, Memórias e Linguagens. Ocupa atualmente a função de coordenadora

do curso de História e do Laboratório de História Oral da Univille. É líder do grupo de pesquisa “Cidade, cultura e diferença” (registrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq), buscando possibilidades de interlocução da história cultural com estudos dos campos do patrimônio cultural, da educação e da antropologia e da sociologia urbanas.

Janine Gomes da Silva

Pós-doutora em História pela Université Rennes 2 (França), doutora e mestra em História pela UFSC, graduada em História pela Univille. Professora do departamento de História, dos Programas de Pós-graduação em História e em Ensino de História da UFSC. Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

Pós-doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Lisboa, doutora, mestra, bacharelada e licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Foi professora titular da Univille no departamento de História e no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, atuando na linha Patrimônio, Memórias e Linguagens até o início de 2022, quando se aposentou. Fundadora e atualmente pesquisadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac), vinculado ao diretório de grupos de pesquisa do CNPq.

Sirlei de Souza

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestra em História pela UFSC e licenciada em História pela Univille. Atualmente é professora adjunta na Univille e coordenadora do curso de Direito da Univille – unidade de São Francisco do Sul. Exerceu a função de Pró-Reitora de Ensino da Univille entre 2013 e 2019. Tem experiência na área de ciência política, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, Estado e democracia, movimentos sociais, direitos humanos, imigração, mídia e poder. Participa dos grupos de pesquisa “Cidade, cultura e diferença” e “Clínica de direitos humanos” (registrados no diretório de grupos de pesquisa do CNPq).

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES

FOTOS DA CAPA

Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

CAPÍTULO 1. A COLÔNIA DONA FRANCISCA: A VIDA... O MEDO... A MORTE

Figura 1 – *Der Tod des Führers (illustration von C. Mende)*. Cena de morte em um navio de imigrantes. STÖLTING, Siegfried. **Auswander auf alter Zeitungsgrafik**. Achim: Worpsweder Verlag, [1987].

Figura 2 – *Versenken einer Auswandererleiche im Meer*. Sepultamento de um imigrante no mar. STÖLTING, Siegfried. **Auswander auf alter Zeitungsgrafik**. Achim: Worpsweder Verlag, [1987].

Figura 3 – *Im Zwischendeck des Auswandererschiffs (B. Woltze)*. Deque dos suíços em um navio de emigrantes. STÖLTING, Siegfried. **Auswander auf alter Zeitungsgrafik**. Achim: Worpsweder Verlag, [1987].

CAPÍTULO 2. VIVÊNCIAS DE MULHERES EM JOINVILLE NO SÉCULO XIX

Figura 1 – Rua XV de Novembro – antigo “Caminho do Meio”. Época: Fim do século XIX ou início do século XX. Fotógrafo desconhecido. Caixa n.º 102. Arquivo Histórico de Joinville.

Figura 2 – *Sprühteufel Club* (Clube Diabinhas Borbulhantes). As “associadas”: Ida Rickes, Adelh. Hütte, Helene Hürlimann, Hermine Weise, Helena Trinks, Muschel Lepper*, Frida Parucker, Martha Beck (*Obs.: Segundo Maria Thereza Boebel, Muschel era o apelido de Rosa Trinks Lepper). Fotógrafo desconhecido. Caixa n.º 164. Arquivo Histórico de Joinville.

CAPÍTULO 3. AQUI “JAZ” UM HOSPITAL

Figura 1 – Hospital Oscar Schneider. s.d. Caixa 33. Arquivo Histórico de Joinville.